PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – NPGAU

O comum no horizonte da metrópole biopolítica

Joviano Gabriel Maia Mayer

BELO HORIZONTE
2015

JOVIANO GABRIEL MAIA MAYER

O comum no horizonte da metrópole biopolítica

Dissertação apresentada como requisito para aprovação no mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Segundo semestre de 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça.
Coorientadora: Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena

BELO HORIZONTE
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M468c

Mayer, Joviano Gabriel Maia.

O comum no horizonte da metrópole biopolítica [manuscrito] / Joviano Gabriel Maia Mayer. - 2015.

288 f. : il.

Orientadora: Jupira Gomes de Mendonça.
Coorientadora: Natacha Silva Araújo Rena.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano – Aspectos políticos - Teses. 2. Biopolítica - Teses. 3. Movimentos sociais – Aspectos políticos - Teses. 4. Globalização – Aspectos políticos - Teses. 5. Desenvolvimento social – Teses. I. Mendonça, Jupira Gomes de. II. Rena, Natacha Silva Araújo. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

Dedico este trabalho à América, nascida em casa, pelas mãos de uma doula mexicana e ao eterno mestre, professor Fábio Alves dos Santos:
uma vida de luta com os pobres.

AGRADECIMENTOS

A Adriano Anselmo, Alemar Rena, Alexandre Mendes, Ana Cecília Souza, Ana Cláudia Alexandre, Ana Paula Condé, Ana Isabel Sá, Anaís Della Croce, André Victor, Ângela Guerra, Ângela da Dandara, Arthur Prudente, Associação Casa do Estudante, Bahia (*in memoriam*), Barnabé Di Cartola, Brenda Gonçalves, Brigadas Populares, Bruno Cardoso, Bruno Cava, Bruno Demétrio, Camila Teixeira, Camila Vieira, Carina Santos, Carol Spyer, Cecília Santos, Charlene, Clara Maragna, Clara Miranda, Clarice Marinho, Cleide Nepomuceno, Coletivo Margarida Alves, Consolo Maia, Cyro Almeida, Dagmar Bede, Dan Scan, Daniel Carneiro, Daniel Gonzaga, Daniele Resende, Denise Morado, Dereco, Diogo Alegria, Douglas Resende, Efe Godoy, Elaine Maia, Eliane Maia, Elielma, Eliene, Espaço Comum Luiz Estrela, Felipe Magalhães, Felipe Soares, Felter Rodrigues, Fernanda Nana, Fred Guimarães, frei Gilvander, Gabriel Murilo, Guilherme Bastos, Gustavito, Hadassa, Hernan Espinoza, Indisciplinar UFMG, Isa Maria, Isabella Gonçalves, Jana Macruz, Janaína Marx, João Telesforo, João Tonucci, Jonathan Jaumont, Jovino Mayer, Júlia Dinardi, Júlia Franzoni, Juliana Bavuzo, Juliana Benício, Jupira Mendonça, Kadu (*in memoriam*), Karina Marçal, Larissa Pirchiner, Layza Queiroz, Levi, Lorena Dias, Luara Colpa, Luciana da Cruz, Ludmila Bigonha, Luiz Fernando, Manu Andrade, Manu Pessoa, Marcela Brandão, Marcelo Maia, Marcos Paganini, Maria do Rosário Carneiro, Maria Paula Berlando, Mariana Assis, Marianna Maciel, Mary Astrus, Michelle Farias, Michelle Sá, Myriam Ávila, Natacha Rena, Nathalia Duarte, Ogum, Oxum, Orlando Soares, Pablo de Soto, Pai Boi, Patrícia Krieger, Paula Kimo, Paula Bruzzi, Pedro Otoni, Priscila Amoni, Priscila Cika, Priscila Musa, Rafael Bittencourt, Rafael Barros, Rafael Bacelar, Rafael Botaro, Rafaela Dornelas, Renata Versiani, Richardson Pontone, Robert Morubixaba, Roberta Von Randow, Rose Aquino, Sammer Siman, Sara Cura, Sarah Otoni, Sarah Kubischek, Sarah Mayer, Seu João, Seu Severino, Sônia Sambugykan, Silvia Andrade, Taís Clark, Talita Lessa, Thaís Firmato, Thaís Lopes, Thiago Canettieri, Tiago Lourenço, Tita Marçal, Vânia, Vinícius Mayer, Vitor Tonin, Vivian Tofinha, Wagna Vieira, William Azalim. Por fim, à multidão.

O amor nos impele ao outro.

Fábio Alves dos Santos

RESUMO

O trabalho, iniciado sob a efervescente atmosfera das jornadas de junho de 2013, parte de uma aposta política que se confirma a cada novo embate travado nas metrópoles brasileiras: a centralidade do *comum* nas lutas em tempos de capitalismo financeiro globalizado. Se de um lado o comum está ameaçado pela disseminação das parcerias público-privadas no contexto do urbanismo neoliberal, por outro se abre como possibilidade para a produção de resistências positivas e novas subjetividades no seio da metrópole biopolítica. O comum é tomado tanto como trincheira privilegiada de enfrentamento ao Estado-capital, ou seja, a defesa dos bens comuns no contexto da cidade-empresa subjugada ao urbanismo neoliberal, quanto como expressão das novas formas organizativas dos movimentos multitudinários na atualidade, cada vez mais conectados em redes colaborativas e marcados pelo desejo de democracia real, horizontalidade, autonomia, pela produção de afetos, novas subjetividades e modos de vida não capitalistas. O debate teórico que subjaz as apostas em torno do comum passa pela crise do fordismo, pela ascensão do neoliberalismo com a ofensiva público-privada sobre os bens comuns, pelas mutações no mundo do trabalho e do chamado capitalismo cognitivo e imaterial, até a emergência da multidão como novo sujeito político da contemporaneidade que tem na metrópole biopolítica o *locus* privilegiado de ação biopotente, cenário ainda subjugado ao paradigma hegemônico da cidade-empresa e do planejamento estratégico. Nesse contexto, é razoável apostar que a construção de espaços comuns seja um importante horizonte de convergência possível das forças vivas que enfrentam o Estado-capital. Ao longo desse percurso, o texto é atravessado por alguns excursos, ou “rolezinhos”, escritos de modo imanente e processual a partir das resistências positivas experienciadas em copesquisa cartográfica, método adotado, cujas ferramentas investigativas se mostram adequadas às pesquisadoras e aos pesquisadores ativistas que, mais do que analisar as cidades, almejam transformá-las.

Palavras-chave: Urbanismo neoliberal. Biopolítica. Multidão. Movimentos de resistência. Comum. Espaços Comuns.

ABSTRACT

Initiated under the effervescent atmosphere of June 2013 journeys, this work departs from a political assumption that is confirmed in each new clash struck up in Brazilian cities: in times of global financial capitalism, the common is centrally positioned in urban struggles. Although on the one hand the common is threatened by the dissemination of public-private partnerships in the context of neoliberal urbanism, on the other hand it opens a possibility for the production of positive resistances and new subjectivities within the biopolitical metropolis. The common is taken both as a privileged trench position to confront state-capital (that is the defense of the commons under the context of capitalist city, which is subjugated to neoliberal urbanism) as an expression of the new organizational forms of the multitudinous movements today, which are increasingly connected in collaborative networks and also marked by the desire to real democracy, horizontality, autonomy, production of affections, of new subjectivities and non-capitalist ways of life. The theoretical debate that underlies the assumptions around the common passes through the Fordism crisis, the neoliberalism's rise (as the public-private forces advances upon the commons), the changes in work relations and the so-called cognitive and immaterial capitalism. And it passes also through the emergence of multitude as the contemporary subject that finds in biopolitical metropolis the privileged locus for biopotent action (landscape still subjugated to the hegemonic paradigm of capitalist city and its strategic planning). In this context, it is reasonable to assume that the construction of common spaces is very important as they might harbor some of the living forces to confront state-capital. Along its way, the text is crossed by some asides written under an immanent and processual mode, which was made through the investigation of positive resistance experiences under the cartographic "conricerca", method whose research tools have been shown appropriate to activist researchers who aim to transform the cities rather than only analyze them.

Keywords: Neoliberal urbanismo. Biopolitics. Multitude. Resistance movements. Common. Common Spaces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Recorte da Cartografia Crítica do Estreito de Gilbratar.....38

Figura 2: Fotografia parcial do Atlas das Insurgências Multitudinárias..... 39

Figura 3: Imagem ilustrativa do Complexo Andradas, divulgada pelo escritório Farkasvölgyi 98

Figura 4: Imagem extraída de apresentação de power point elaborada pela prefeitura de Belo Horizonte..... 99

Figura 5: Mapa das Operações Urbanas extraído da monografia de Fernanda Chagas (CHAGAS, 2013)..... 100

Figura 6: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Ano XVII, Edição nº 3972, de 21/12/2011. Destaques em amarelo não constam no original. 101

Figura 7: Convite encaminhado pela prefeitura para "lideranças" da cidade por ela selecionadas.....104

Figura 8: Print screen do portal da Prefeitura de Belo Horizonte 110

Figura 9: Linha do tempo extraída da monografia de Fernanda Chagas (CHAGAS, 2013).....114

Figura 10: Bloco Filhos de Tcha Tcha no bairro Concórdia, 2013. Foto Priscila Musa.....136

Figura 11: Moradores em situação de rua com cópia da decisão judicial do TJMG.....152

Figura 12: Arquivo do Comitê Popular Atingidos pela Copa - COPAC. Junho de 2014.....154

Figura 13: Advogadas do Coletivo Margarida Alves negociam com a polícia no primeiro dia da ocupação, em 26 de outubro de 2013.....155

Figura 14: Foto da entrega de doações durante a Bicicletinha Solidária. Autor desconhecido.....167

Figura 15: Entrada do imóvel. Foto de Joviano Mayer.....182

Figura 16: Primeira reunião dentro do casarão. Autor desconhecido.....194

Figura 17: Foto do primeiro dia de ocupação, sábado dia 26/10/2013. A palavra ENTRE formada com letras encontradas no interior do imóvel junto a outros entulhos.....197

Figura 18: Chegada no Casarão da Rua Manaus. Autor desconhecido.....202

Figura 19: Carta psicografada digitalizada do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Arquivo Espaço Comum Luiz Estrela.....205

Figura 20: Primeira redação de princípios e objetivos após a ocupação. Síntese das discussões do Encontrão Estelar de 15 de dezembro de 2013. Imagem cedida pela Paula Kimo.....211

Tabela 1: Relação das ocupações nos últimos anos Belo Horizonte e região metropolitana, elaborada pela rede de apoio às ocupações urbanas.....231

SUMÁRIO

1 EXCURSO INTRODUTÓRIO 20

2 SOBRE O MÉTODO: COPESQUISA CARTOGRÁFICA 24

2.1. O percurso 24

2.2. Sobre a copesquisa: premissas teórico-metodológicas 29

2.3. Sobre a cartografia: pistas para o método 34

2.4. Copesquisa cartográfica: notas conclusivas 42

Excurso sobre os excursos 50

3 URBANISMO NEOLIBERAL 52

3.1. Crise do fordismo e ascensão do neoliberalismo 52

3.2. Acumulação por espoliação: neoliberalismo e a captura dos bens comuns 58

3.3. Império, capitalismo cognitivo e produção de subjetividade 66

3.4. A emergência da multidão como sujeito político 72

3.5. A metrópole biopotente 81

3.6. A cidade neoliberal das parcerias público-privadas 85

3.7. O instrumento operação urbana consorciada 89

Excurso da OUC Nova BH 95

4 SOBRE O COMUM 117

4.1. Princípios do comum 117

4.2. Delineando o campo do comum 122

Excurso do carnaval Amor e Luta 133

4.3. A centralidade do comum nas lutas multitudinárias 139

Excurso das Margaridas 145

4.4. Constituição do comum para o exercício da democracia real .. 158

Excurso da Bike 164

4.5. Resistência positiva em defesa do comum 170

5 SOBRE ESPAÇOS COMUNS 173
5.1. Do espaço capital ao espaço comum 173
Excurso do Mofuce 180
5.2. Pontos de referência sobre o fazer comum 186
Excurso Estelar 194
5.3. Espaços comuns como resistência positiva ao urbanismo neoliberal 220
5.4. Ocupações organizadas por moradia 224
5.5. Belo Horizonte: cidade ocupada 227

6 EXCURSO DE DESPEDIDA 236

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO I: RODA DE CONVERSA NA OCUPAÇÃO DANDARA

1. EXCURSO[1] INTRODUTÓRIO

Diga a verdade e seja livre.

Quem pode escrever a verdade senão aqueles que a sentiram? apenas são verdadeiras as histórias escritas por homens sinceros o suficiente para contar a verdade a respeito de si mesmos.

Guy Debord

Isto não é uma introdução acadêmica, propriamente falando, mas um excurso*. No máximo um oi que antecede um novo encontro, um caminha*r *conjunto (assim desejo), um passeio por uma copesquisa cartográfica (sobre a qual vamos começar o rolé), para percorrer um relato sincero, processualmente construído (em tempo real, a primeira epígrafe vi hoje, pixada em um muro, no último dia de escrita), produto de vários encontros imanentes, por distintos espaços, distintas temporalidades (valeu JK, tamu junto!), múltiplas orientações e corpos, multidão de corpos. Nas ruas com muitas bandeiras, nas Praias da Estação com poucas roupas, no carnaval amor e luta, nas bicicletinhas ou massas críticas, nas ocupações do espaço público, nas ocupações do espaço privado, sobretudo nos espaços comuns, onde os corpos estão mais sujeitos aos afetos e processos biopotentes de subjetivação.*

As autoras e os autores citados ao longo do trajeto encontrei a partir das lutas e não o contrário, que fique claro. Encontros felizes! Como aqueles que ocorrem entre vespas e orquídeas, descritos por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011).

---

[1] *Excurso*: "Análise pormenorizada ou digressiva de um tema. Ocorre com frequência no final de um livro, mas pode também apresentar-se como texto autónomo, de natureza especulativa, como a obra de Derek Sayer, *Capitalism and Modernity: An Excursus on Marx and Weber* (1991). Neste caso, o excurso tem o mesmo valor de um texto de caráter técnico-científico, exigindo um elevado grau de especulação sobre um determinado tema ou uma ordenada sequência de argumentos com vista a defender uma tese. Este carácter de coesão, coerência e rigor discursivos não é, no entanto, uma regra geral para o excurso, que pode ser uma simples digressão dentro de um texto literário ou não literário, como é frequente encontrar, nos textos especulativos de Erasmo, por exemplo, o excurso *modi locupletandi exempla* que o filósofo incorpora em *De duplici copia rerum ac verborume De conscribendis epistolis*." Extraído do E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia. Disponível em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1. Acesso em 07 de agosto de 2015.

Não foram simples escolhas, mas bem um devir, encontro do sujeito e objeto, cruzamento entre as teorias e uma constelação de conceitos a serem testados na práxis política. Discussões, temas e reflexões que dizem respeito à minha vida, que partem das resistências, reflexões não adstritas aos movimentos do capital, concernentes às formas de me relacionar, de experimentar a cidade, de abrir-me às singularidades e de fazer (-com) política, pois também partem da biopolítica.

Ocorreu, in casu, uma sintonia fina entre os movimentos da subjetividade que pesquisa e os livros pesquisados, com suas linhas de articulação, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação (DELEUZE e GUATTARI, 2011). E, juro (as pessoas mais próximas o sabem), foi necessário transpor várias barreiras, preconceitos e dogmatismos para um encontro aberto com autoras e autores rechaçados de antemão por parte considerável da esquerda revolucionária. Mas a potência do comum gritou demasiado forte aos ouvidos, demandava ser coinvestigado, cartografado, experienciado, desprendido de qualquer viseira dogmática sem se tornar uma, porque manter viseiras não é típico da postura marxista a qual reivindico. E lamento que os marxistas ortodoxos que também me inspiram ainda não tenham se debruçado sobre o comum, sobretudo enquanto prática imanente e antagonista. Comunistas não podem existir sem pensar e viver o comum, correto?

Aqui, preciso fazer um desagravo em proveito de um brigadista italiano[2]. Durante o ano 2007, passei 4 meses completamente imerso no curso de Formação Política Latino-americana na Escola Nacional Florestan Fernandes, fiz parte da primeira turma do curso (turma Che Guevara) que teve cerca de 120 militantes de quase todos países da América do Sul, Caribe, México, EUA e Moçambique. Teoria política e história de formação econômica e social latino-americana na veia. Serei eternamente grato ao Movimento dos Trabalhadores

---

[2] "Foi preso sob a acusação de ser uma liderança do grupo conhecido Brigadas Vermelhas". Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Negri . Acesso em 06 de agosto de 2015.

Rurais Sem-Terra (MST) e à Via Campesina pela oportunidade única, encontro biopotente de múltiplas culturas e formas de lutas que me afetaram profundamente, um encontro de amor com a cosmovisão Latinoamericana. Grandes referências das ciências sociais de esquerda aí compartilharam suas reflexões: Roberta Traspadini, François Houtart, Enrique Dussel, Michel Löwi, etc. No entanto, nesse importante espaço de formação dos novos movimentos, objetar argumentos em favor do pensamento de Antônio Negri era quase um crime (Néstor Kohan que o diga[3]), exceto se fosse para corroborar a inquestionável tese de que se trata de "teoria pós-moderna a serviço do imperialismo" (sic). Naquele momento, acreditei e propaguei isso, sem nunca ter lido. Hoje, porém, digo: não, o ex-guerrilheiro Antônio Negri não é um agente do imperialismo, definitivamente não! A esquerda clássica instituída faz um desserviço à luta emancipatória rechaçando acriticamente o pensamento de Negri. Nossas sinceras homenagens à sua trajetória de luta, sua coragem e ousadia de escrever com Michael Hardt a trilogia Império, Multidão e Commonwealth e tantos outros livros que tem muito a contribuir em tempos tão complexos como o nosso, penso. A esquerda brasileira ainda tem muito, mas

---

[3] Diz Kohan: "Creo que lo que hay que tener claro es el rumbo estratégico. Los nombres van cambiando… Un nombre en sí mismo no define nada. Toni Negri vive hablando de "comunismo" mientras en la vida real se limita a proponer tímidas reformas que no molestan a ningún poderoso ni le quitan el sueño a ningún empresario. Lo que queda, más allá de los nombres y las denominaciones, es el proyecto y la estrategia revolucionaria, anticapitalista, antiimperialista, por el socialismo, para intentar construir una nueva sociedad y un conjunto de comunidades libremente asociadas a escala mundial sin clases sociales ni policía o ejército, sin Estado, sin explotadores ni explotados, y donde intentaremos acabar con todas las formas de dominación. Nunca llegaremos a construirla siendo "amigos de todo el mundo". Alguien se va a enojar… Habrá que enfrentarlo. Habrá que tener una estrategia de poder… sino volverán a ganar los Pinochet… y todo terminará en una nueva tragedia. Ese proyecto estratégico de cambios sociales radicales a escala mundial es el objetivo a largo plazo. En el medio deberemos ir luchando por iniciar la transición hacia esa superación del capitalismo. Si lo tenemos claro, los nombres y denominaciones no serán un problema" (KOHAN, Nestor http://www.rosa-blindada.info/?p=2640 acesso em 06/08/2015). Não Kohan! Os nomes e denominações podem sim ser um problema, exatamente pelo simples fato de que jamais teremos suficientemente claro o caminho da revolução. E caso o tenha, humildemente, mostre-nos. De nossa parte, fazemos no máximo *apostas*. Felizmente, nas pequenas apostas temos logrado grandes vitórias. Preparando-nos, subjetivando-nos, para as grandes apostas, como as feitas pelxs indignadxs espanhois. E, obviamente, também pugnamos para que o marxismo seja, efetivamente, aberto, não um "universo aberto" (seria muita pretensão reivindicar a universalidade para uma leitura do mundo cuja raiz, tal como o operaísmo italiano, é européia), antes uma teoria crítica aberta, imprescindível à luta emancipatória dos povos, mas não a única, já que isso atenta contra a *abertura*. Mais perigoso do que impugnar um mundo só de amigos, é defender uma revolução só com eles, assim creio, *data maxima vênia*.

muito, o que aprender com os movimentos multitudinários metropolitanos, com os espaços comuns que não encontram ressonância no instrumental teórico clássico e nos velhos mecanismos de subjetivação da esquerda fordista.

E que bom copesquisar (indisciplinadamente) depois de viver junho e seus desdobramentos! Dentro de um ciclo global de lutas cuja narrativa nos remete irremediavelmente ao levante zapatista de 1994, passando por Seattle em 1999, pelos Fóruns Sociais Mundiais, pelas vitórias dos movimentos que culminaram nas eleições de Evo e Chávez, mais recentemente, pela Primavera Árabe, pelas acampadas multitudinárias, pelos pinguins no Chile, por junho de 2013 até chegarmos, neste ano, às vitórias das plataformas municipalistas forjadas pelas (os) indignadas (os) espanhóis sob o horizonte do comum.

Neste rolé, antes de chegarmos ao comum, passaremos pela crise do fordismo, pela ascensão do neoliberalismo com a ofensiva público-privada sobre os bens comuns, pelas mutações no mundo do trabalho e do capitalismo, até a emergência da multidão como o sujeito da contemporaneidade que tem na metrópole biopolítica o locus privilegiado de ação biopotente, cenário ainda subjugado ao paradigma hegemônico da cidade-empresa e do planejamento estratégico, a despeito do bem comum ora reivindicado, da primeira à última página. Nesse entretempo, faremos alguns "rolezinhos" (daqui por diante, rolezim ou excursos) mais ousados, livres, como o primeiro excurso que encerra o passeio sobre o método. Assim, vamos caminhando e, como nos fala a canção, "si quiere cambio verdadero pues, camina distinto" (Latinoamerica, Calle 13).

2. SOBRE O MÉTODO: COPESQUISA CARTOGRÁFICA

2.1. O percurso

Uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com significante.
É preciso que sirva, é preciso que funcione.
Guiles Deleuze

arranca la verdad a toda fijación en lo trascendental
y la sitúa en el terreno fluido y cambiante de la práctica,
desplazando los términos de la discusión del conocer al hacer.
Michael Hardt & Antonio Negri

Quando ingressei no mestrado, em agosto de 2013, ainda sob a atmosfera efervescente das *jornadas de junho*, o projeto inicial de pesquisa, bem mais modesto, consistia em analisar a implementação de uma operação urbana consorciada na cidade de Belo Horizonte (OUC *Nova BH*) para averiguar, a partir do estudo de caso em questão, se a implementação dessa parceria público-privada no planejamento urbano atenderia aos princípios que orientam o Estatuto da Cidade (especialmente a gestão democrática e a função social da cidade), ou se tal projeto simplesmente corresponderia ao paradigma da *cidade empresa* no contexto do chamado *planejamento estratégico,* regulado pelos interesses financeiros que subordinam a produção do espaço na atualidade. A hipótese era de que as operações urbanas consorciadas – não por acaso, amplamente utilizadas nas grandes cidades, especialmente após a aprovação da Lei nº. 10.257/2001 – seriam o instrumento de política urbana que melhor traduz o paradigma da *cidade empresa*, orientada pelo *urbanismo neoliberal* das parcerias público-privadas.

Até aquele momento bastaria, então, lançar mão da matriz de análise e das ferramentas metodológicas colocadas à disposição para o estudo dos *grandes projetos urbanos* (VAINER *et al*., 2012b, p.17) e tentar apreender em que medida a OUC *Nova BH* contribuiria, ou não, para que Belo Horizonte fosse uma cidade mais democrática e menos desigual. No entanto, em pouco tempo, a hipótese inicial se transmudou em convicção.

O ativismo político, associado ao estudo em torno das OUC's, levou à

convicção quanto às funcionalidades intrínsecas ao instrumento, quais sejam: o agravamento da desigualdade na distribuição das mais valias urbanas mediante a concentração de investimentos, o favorecimento de interesses imobiliários especulativos com a acentuação da valorização imobiliária (pressuposto para o êxito das OUC's), a segregação socioespacial com a remoção direta e indireta de populações pobres e outros efeitos contrários ao ideário da reforma urbana encampado pelos movimentos sociais. De fato, desconheço alguma experiência no país em que o instrumento da OUC tenha efetivamente alcançado suas finalidades legais, à luz dos princípios que informam o capítulo de política urbana da Constituição da República (arts. 182 e 183) e o Estatuto da Cidade (art. 2º).

Seria, portanto, pouco relevante pesquisar a OUC *Nova BH* para comprovar o óbvio, representar uma realidade dada, sobretudo considerando a farta produção bibliográfica crítica já existente sobre o tema[4], com destaque para os estudos feitos por Mariana Fix a partir das experiências de OUC's na cidade de São Paulo. Para ela, toda OUC necessariamente pressupõe valorização imobiliária e gentrificação:

> Assim, tenham ou não sucesso financeiro, as operações são contrárias ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos. Ao contrário, fragmentam o fundo público e aumentam o controle privado sobre sua destinação. Além disso, seu uso tem sido sempre associado a investimentos feitos diretamente com recursos orçamentários, utilizados antes da aprovação da operação (como na Água Espraiada), ou no entorno do seu perímetro, como em outra operação, a Faria Lima - de modo a acentuar fortemente a valorização imobiliária, pressuposto básico para o funcionamento do instrumento. (FIX, 2009, p.51-52)

Se não mais fazia sentido investigar a OUC *Nova BH*, como *grande projeto urbano* nos moldes do *planejamento estratégico*, apenas para comprovar a real intencionalidade do instrumento - camuflada sob a definição imprecisa dada pelo Estatuto da Cidade[5] -, o foco da pesquisa seria então desvendar e difundir as

---

[4] Autoras como Ermínia Maricato, Rose Compans, Fernanda Sanchez, Otília Arantes e Daniela Abritta também se debruçaram sobre o tema tendo produzido um relevante arsenal crítico sobre as operações urbanas no Brasil.

[5] A Lei Federal nº. 10.257/2001 conceitua as OUC's, em seu artigo 32, como "o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental", aprovado por "lei municipal específica, baseada no plano diretor".

estratégias institucionais utilizadas pelo poder público municipal para viabilizar, em parceria com o mercado, a execução da OUC *Nova BH*, sem qualquer abertura à participação popular, apesar da dimensão das externalidades e dos impactos a serem gerados.

Cabe aqui chamar a atenção para a magnitude do projeto que, a princípio, implicaria em intervenções urbanísticas em 58 bairros, os quais juntos representam 7% do território do município (25 km²), o que afetaria diretamente um contingente de 170 mil moradores (as). A OUC *Nova BH* consistiria, assim, na maior operação urbana da história da cidade.

Dessa maneira, investigar as estratégias utilizadas pelo poder público municipal para aprovar a OUC *Nova BH*, em sintonia fina com os agentes imobiliários e a despeito da participação social, poderia contribuir para o empoderamento das pessoas para fazer frente às propostas de intervenções urbanísticas contrárias aos interesses da coletividade e do bem comum. Por outro lado, a sonegação de informação ao conjunto da população sobre a *Nova BH* se expressava como exercício de poder em favor das autoridades instituídas responsáveis pelo projeto e poderia conduzir à impotência da população que seria afetada pela operação urbana.

A esta altura, a pretensão era, portanto, investigar a OUC *Nova BH* com o propósito de desnudar as práticas antidemocráticas, as ilicitudes administrativas e as estratégias comunicacionais utilizadas pela municipalidade e difundir tais informações no seio da população visando à mobilização contra o projeto em questão. Em suma, criar e difundir contrainformação, pressuposto indispensável à constituição de contrapoder.

Entretanto, ao longo desse percurso, a pretensão da pesquisa ganhou corpo, na medida em que o cenário político inaugurado em 2013 pelas *jornadas de junho* revelou a fragilidade das esferas de representação institucional e colocou a *democracia real* como possibilidade aberta ante a potência (*destituinte* e *constituinte*) dos novos movimentos multitudinários, no sentido dado ao termo por Hardt e Negri (2014). Nesse contexto, foi possível lançar e assumir como hipótese de pesquisa na banca de qualificação intermediária do mestrado a seguinte insígnia: #NÃOVAITERNOVABH (inspirado no lema multitudinário: #NÃOVAITERCOPA).

“Não vai ter *Nova BH*” não era apenas uma hipótese de pesquisa, mas uma

aposta, o objetivo imediato da minha pesquisa, que também não é só minha, mas produto de um conjunto de ações do *eu singular plural* (NANCY, 2000), corporificado em *copesquisa*, capaz de chamar para si a responsabilidade de contribuir para impedir a concretização de um projeto atentatório aos interesses da coletividade e, ao mesmo tempo, apontar para a construção da cidade que desejamos, sob as bases do bem comum.

Ocorre que, ante a intensa mobilização dos movimentos sociais, associações e ativistas independentes, conectada às ações empreendidas pela *copesquisa* realizada pelo Grupo Indisciplinar da Escola de Arquitetura da Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), a aposta mostrou-se acertada ainda no curso do mestrado e a Prefeitura de Belo Horizonte foi forçada a paralisar o andamento da OUC *Nova BH* no final do inesquecível ano de 2013. Uma contundente vitória dos movimentos da cidade, articulados em rede, que levou a insígnia da *copesquisa* #NÃOVAITERNOVABH se transformar em #JÁNÃOTEVENOVABH.

Um excurso situado ao longo da dissertação será dedicado ao detalhamento da *copesquisa* em torno da OUC *Nova BH*, com a exposição das principais ações e atividades realizadas pelo Grupo Indisciplinar, mas cumpre desde logo consignar que o trabalho de coinvestigação engajada, comunicativo e colaborativo culminou na elaboração e encaminhamento de uma representação ao Ministério Público estadual, acompanhada de um longo dossiê contendo os produtos da pesquisa com a demonstração das ilegalidades, abusos e indícios de crimes cometidos pela administração pública na elaboração da OUC *Nova BH*. Dita representação levou o Ministério Público estadual a instaurar inquéritos civil e criminal para investigar os agentes públicos envolvidos na operação e propor ação civil pública[6] contra o projeto da *Nova BH*, por absoluta falta de participação popular e indícios de crime de improbidade administrativa. Isso, aliado à pressão popular nas audiências da antiga OUC *Nova BH*, foi fundamental para a administração pública municipal decidir paralisar e rever o projeto.

Em novembro de 2014, depois de aproximadamente um ano sem mencionar a infeliz OUC *Nova BH* e tendo sido o secretário de planejamento urbano responsável pela referida operação destituído do cargo, a Prefeitura firmou acordo

[6] Ação Civil Pública nº. 0860529-52.2014.8.13.0024, 5ª Vara da Fazenda Pública Municipal, comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais.

judicial com o Órgão Ministerial para suspender o andamento da Ação Civil Pública e retomar a condução da OUC, agora sob novo nome (OUC *ACLO* – Antônio Carlos / Pedro I – Leste-Oeste).

Como se verá com mais detalhes no excurso dedicado à OUC, a *copesquisa* prosseguiu no acompanhamento da OUC *ACLO:* audiências públicas, grupos de trabalho, reuniões com Ministério Público, roda de conversa, produção de notícias, ofícios, denúncias, etc. Ao final do processo participativo inaugurado pela administração municipal, foi incorporado ao plano urbanístico da OUC *ACLO*, elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte, parâmetros urbanísticos, estratégias de intervenções, parametrização de tipologias incentivadas, modelo inovador de gestão da OUC e outras medidas que consideramos bastante avançadas, a exemplo do aluguel social, financiado com subsídio cruzado (famílias das faixas de renda maiores subsidiam aluguel das famílias mais pobres), em unidades habitacionais públicas que serão construídas com recursos da OUC. Os avanços incorporados ao plano urbanístico da OUC *ACLO*, evidentemente, não foram suficientes para abdicarmos da postura crítica frente ao instrumento OUC.

Ocorre que, reduzir a abordagem do presente trabalho ao processo em torno da OUC *Nova BH – ACLO* que, não obstante o rico material de análise quanto às possibilidades e limitações dos processos participativos, não encerra a *copesquisa* e o campo de ativismo por mim empreendido nos últimos anos, quedaria dessa forma muito àquem do meu desejo, afinal #JÁNÃOTEVENOVABH.

Outras lutas implicadas no meu cotidiano trouxeram à tona, paralelamente, o interesse cada vez maior em torno do comum, tanto como trincheira privilegiada de enfrentamento ao Estado-capital no contexto da *metrópole biopolítica* subjugada ao *urbanismo neoliberal*, bem como expressão das novas formas organizativas dos movimentos multitudinários na contemporaneidade, cada vez mais conectados em redes colaborativas e desejosos de democracia real, horizontalidade e produção de modos de vida não capitalistas. Em resumo, a produção do comum como resistência positiva ganhou primazia na abordagem dissertativa e a resistência contra a OUC do paradigma da *cidade empresa* tornou-se um fragmento dentro dessa narrativa.

Ao longo deste percurso imanente e processual, a *cartografia* veio a superfície como importante componente do método de pesquisa até então

empreendido. Já não se tratava de uma *copesquisa* apenas, mas de uma *copesquisa cartográfica*, cujo escopo também seria cartografar e criar conexões entre as resistências positivas travadas na atualidade, desde dentro, sob o prisma do comum, tal como a luta contra a OUC *Nova BH*, mas também o Espaço Comum Luiz Estrela e outras ocupações culturais, a resistência das ocupações de sem teto, o carnaval de rua independente, as lutas pela preservação da natureza urbana (Parque Jardim América, Mata do Planalto, Parque Augusta) etc.

Trata-se de uma composição original de um método de ação investigativa engajada, assumida pelo Grupo Indisciplinar, na qual *copesquisa*, derivada especialmente do operaísmo italiano, e *cartografia,* desenvolvida como método de pesquisa sobretudo a partir do pensamento de Deleuze e Guattari, complementam-se mutuamente na apreensão e intervenção na realidade. Nossa aposta, a partir desse esforço de investigação coletiva cartográfica, diz respeito à centralidade do comum em tempos de capitalismo financeiro globalizado e *urbanismo neoliberal*.

O que motiva a presente *copesquisa cartográfica* não é nenhum horizonte utópico, pré-concebido sob o ideário socialista, mas a potência das lutas na atualidade, conectadas em rede, aliado àquilo que elas apontam como formas de sociabilidade e produção alternativa à ordem social subjugada ao domínio da propriedade privada. Cabe, portanto, abordar o método da *copesquisa cartográfica*, cujas ferramentas investigativas se mostram adequadas às pesquisadoras e aos pesquisadores ativistas que, mais do que analisar a metrópole biopolítica contemporânea, almejam transformá-la.

2.2. Sobre a *copesquisa*: premissas teórico-metodológicas

La verdad es producida en la acción realizada en común,
sin intermediarios.
Michael Hardt e Antonio Negri

Numa única frase, copesquisar é estar-com. Foi assim que, em 2012, comecei a participar do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, “formado por professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação oriundos de diversos campos do conhecimento”, o qual “tem suas ações focadas na produção contemporânea do espaço urbano” e sua

prática orientada pela constituição do comum, “como elemento articulador de sua composição e atuações diversificadas”[7].

A *copesquisa*, “como forma de pesquisa engajada e militante”, foi o método de investigação assumido e levado a cabo desde o início das atividades do Grupo, as quais compreendem “pesquisa e extensão, ativismo urbano e experiências diversas em uma abordagem transversal e indisciplinar na construção de uma experiência criativa e desierarquizada do espaço urbano”, com teoria e prática “indissociadamente imbricadas”[8].

Nessa esteira, a *copesquisa,* assim como outros métodos de pesquisa envolucrados com a luta social, parte da dissolução das fronteiras entre teoria e prática para subverter o distanciamento forjado pelo discurso científico moderno entre pesquisador e objeto. Caracteriza-se como um método (anti-método) de pesquisa voltado à produção de um conhecimento socialmente comprometido e politicamente posicionado, inserido em espaços coletivos de discussão, redes de produção colaborativa, agenciamentos e mobilização. A *copesquisa* é, portanto, a expressão de um compromisso ético do ato cognitivo com a realidade criada e traz consigo, como pressuposto, a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação, tanto da realidade sob análise/intervenção, quanto do próprio investigador, necessariamente aberto aos múltiplos atravessamentos que a pesquisa implica do ponto de vista das subjetividades.

Não basta à *copesquisa*, no entanto, uma postura engajada e militante do pesquisador frente aos processos sob análise, sendo-lhe cobrada, ademais, a humildade e a abertura necessárias para se deixar afetar pelo outro, abdicando de pressupostos conceituais rígidos que buscam sua confirmação no confronto com a realidade. Utilizando os termos de Hardt e Negri (2009, p.131), na *copesquisa* não há lugar para vanguardas ou para intelectuais orgânicos das forças do progresso no sentido gramsciano, o intelectual é e só pode ser um militante, implicado como uma singularidade entre outras, envolucrado em um projeto de coinvestigação.

Como modalidade de investigação coletiva, a *copesquisa* implica “mobilizar a produção de pensamento a partir de combates comuns que irrompem em seu cotidiano” (MENDES, 2012a, p.9), a exemplo da resistência contra a operação

---

[7] Informações extraídas do blog do Grupo Indisciplinar: http://blog.indisciplinar.com/. Acesso em 20 de julho de 2014.

[8] *Op. cit*.

urbana *Nova BH*, desafio assumido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar desde sua fundação, em 2012, quando o projeto ainda era arquitetado em sigilo pela Prefeitura junto com as construtoras interessadas.

De fato, é no âmbito das lutas e resistências urbanas que a *copesquisa* encontra terreno fértil não apenas para promover uma investigação científica, tomada em sentido estrito, mas também para a produção de novas subjetividades (LAZZARATO, 2014) no curso da ação política e para potencializar a formação de contrapoderes, redes e conexões subversivas, baseadas na comunicação, cooperação e criatividade, com conteúdo *destituinte* e, ao mesmo tempo, *constituinte* (HARDT e NEGRI, 2014), sob a perspectiva da produção do comum, em contraposição à cidade neoliberal das parcerias público-privadas.

A pertinência da *copesquisa* para a investigação e intervenção na realidade social dada emerge daquilo que caracteriza essa mesma realidade na atualidade, inserida em um contexto de capitalismo pós-fordista, cuja produção colaborativa em rede ganha destaque, bem como a produção de subjetividade que se torna terreno privilegiado da exploração, mas ao mesmo tempo "terreno da luta" (COCCO, 2012, p.22). Em síntese, a luta social travada no âmbito da metrópole contemporânea, sob o égide do *capitalismo imaterial* derivado da sociedade pós-fordista, oferece as condições necessárias ao avanço do campo epistemológico fundado na *copesquisa:*

> Por outro lado, nas mesmas cidades, novas lutas são potencializadas por uma crescente capacidade autônoma de trabalho, baseada na inteligência coletiva, em redes de cooperação social, no uso das novas tecnologias e na produção de múltiplas formas de vida e expressão (MENDES, 2012a, p.9).

É cada vez mais explícita – no caso brasileiro, especialmente a partir das *jornadas de junho* de 2013 – a "emergência de lutas urbanas centradas na cooperação social e na constituição de formas autônomas de trabalho", sem a mediação de partidos políticos, sindicatos ou outros organismos de representação política, lutas que trazem consigo a produção de um saber compartilhado que é "imediatamente produção de subjetividade e construção de organização" (MENDES, 2012a, p.14). A *copesquisa* possui, portanto, esse apelo à cooperação da produção científica ativista e em rede. Aqui o saber não é tido como um dado prévio, atributo de uma vanguarda esclarecida imbuída da responsabilidade – outorgada por uma

entidade exterior, tal como o partido – de conscientizar as massas, capacitando-as para a ação política contra hegemônica. A *copesquisa* recusa de tal sorte uma postura hierarquizada frente aos sujeitos e saberes compartilhados, tomando como premissa a autonomia dos sujeitos e o respeito às singularidades que esses expressam.

Não se trata então de despertar uma consciência adormecida ou desvendar uma verdade encoberta pela ideologia, como se isso, por si só, pudesse levar à ação política. Copesquisar é cooperar, construir junto um saber coletivo no âmago das próprias lutas, necessariamente de modo criativo, horizontal e autônomo, sem desprezar a potência e as possibilidades abertas por ações espontâneas, "não conscientes", não raro menosprezadas pela esquerda tradicional. De outro lado, na *copesquisa* o intelectual não fica adstrito a tarefa de "denunciar o erro e desmascarar as ilusões, mas sim também, junto com outros em um processo de coinvestigação, produzir [desde abaixo] uma nova verdade" (HARDT e NEGRI, 2009, p.131, trad. livre).

Bruno Cava, tal como Alexandre Mendes no texto já citado, ambos pensadores-ativistas da Rede Universidade Nômade[9], situam a *copesquisa* no operaísmo autonomista da Itália fordista dos anos 60 e 70, metodologia denominada *conricerca* pelos operaístas italianos. Naquele momento, parte do movimento operário demandou uma metodologia de análise da realidade e formas de atuação autônomas, desprendidas da ortodoxia marxista dos partidos comunistas, "contribuindo para a auto-organização dos trabalhadores, a partir da realidade concreta do trabalho e da exploração, menos do que depender de mediações e interpretações externas" (CAVA, 2012, p.18). Nesse sentido:

> O núcleo inovador do operaísmo, que não se pode perder com a recente tendência de "academicização", reside no campo compartilhado da copesquisa [*conricerca*] entre intelectuais, militantes e movimentos. A copesquisa recusa a disciplinaridade dos saberes e a hierarquização interna à produção social do

[9] "A rede Universidade Nômade é uma rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibulares populares, blogues, e pontos em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas. É também um estilo de militância, baseado nos conceitos de multidão, enxame, êxodo e produção do comum, que se organiza e nomadiza de um modo autônomo, independentemente de um centro orgânico, uma 'sede' ou qualquer tipo de organização rígida de princípios, membros ou diretivas". Informações extraídas da página de internet http://uninomade.net/caravana-nomade/. Acesso em 07 de setembro de 2014.

> conhecimento ou “entre sujeito e objeto da investigação” (a distinção epistemológica neokantiana). (CAVA, 2012, p.20)

O movimento operário italiano autonomista buscava com essa nova perspectiva libertar o processo de produção do conhecimento da hierarquia do partido, “desenvolvendo um método de coinvestigação para construir junto aos trabalhadores saberes alternativos”, implicados dentro da realidade da fábrica e das relações de poder no mundo do trabalho (HARDT e NEGRI, 2009, p.141, tradução livre).

Se naquele contexto do operaísmo a fábrica era o *locus* privilegiado da *copesquisa*, tendo em vista que, “agora, a cooperação acontece cada vez mais fora da fábrica” (CAVA, 2012, p.35), hoje são os conflitos travados nas cidades e sobretudo nas metrópoles que oferecem farto campo de investigação à *copesquisa*, sendo preciso “levar em consideração os processos de cooperação, comunicação, imaginação, as novas formas de vida e de relações sociais, que somente aparecerão, – subjetivando-se, – quando compreendidos na imanência mesma da copesquisa” (*idem*). Mais do que nunca, “as ferramentas conceituais elaboradas pelos operaístas precisam ser testadas e recombinadas, junto à franja de emergência de novos sujeitos e lutas sociais da metrópole, isto é, da subjetividade revolucionária de nossa condição” (*idem*, p.36).

Na verdade, sentir, experimentar e pesquisar, no seio das lutas *multitudinárias* empreendidas na metrópole biopolítica, sempre será co-sentir, co-experimentar, co-pesquisar, a partir de redes colaborativas de resistências, produção de saberes, subjetividades, outros modos de vida e convivência.

A própria complexidade do urbano, enquanto sede privilegiada do poder político e econômico, onde se concentra tudo aquilo que faz a sociedade contemporânea em todos os domínios, especialmente nas metrópoles, cobra a cooperação transdisciplinar como mecanismo indispensável à compreensão dos fenômenos socioespaciais interligados com sua dimensão subjetiva. A “lógica do caos” que acompanha aquilo que Guattari denominou “cidade subjetiva” exige o uso de métodos de pesquisa que assumam o desafio da complexidade urbana, o que a *copesquisa* toma para si como pressuposto para que se “examinem bem as situações em sua singularidade” (GUATTARI, 1992, p.175). Guattari, na obra *Caosmose*, resume a questão nos seguintes termos:

> As cidades são imensas máquinas – *megamáquinas*, para retomar uma expressão de Lewis Mumford – produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos que se queira considerá-la. Daí a imensa importância de uma colaboração, de uma *transdisciplinaridade* entre os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc... (GUATTARI, 1992, p.172)

Nesse ponto já é possível situar uma ruptura com as metodologias rígidas da ciência moderna que privilegiam o esforço intelectual individual do pesquisador, seguro de si sob uma base transcendental de verdades pré-concebidas e isolado do mundo real em seu múnus investigativo, o qual prescinde das redes colaborativas que se disseminam rizomaticamente na metrópole biopolítica. A produção do comum – perspectiva central na ação política em tempos de capitalismo cognitivo pós-fordista – promove o compartilhamento não apenas de afetos, desejos e interações intersubjetivas, mas também o compartilhamento do pensar no fazer político, no fazer-comum. É sobre esse compartilhamento que a *copesquisa* irá se debruçar.

Ao optar pela *copesquisa* como referencial metodológico, abdico-me desde logo da posição de mero observador, neutro e passivo ante aos fenômenos investigados, em um nível hierárquico superior aos sujeitos envolucrados no processo e isento de responsabilidade perante a realidade social.

> A epistemologia tem que se fundar no terreno da luta – luta que não apenas impulsiona a crítica da presente realidade de dominação, mas que também anima a constituição de outra realidade –. Dizer que a verdade se constrói desde abaixo significa que se forja através da resistência e das práticas do comum. (HARDT e NEGRI, 2009, p.135, trad. livre).

Em *copesquisa*, o eu *singular-plural*, pesquisador ativista, se coloca como sujeito do objeto de pesquisa, e o próprio objeto de pesquisa se transmuta em barricada de luta daqueles (as) que defendem e produzem o comum.

2.3. Sobre a cartografia: *pistas para o método*

defenderla del rayo y la melancolía
Mario Benedetti

A cidade que queremos não se situa no campo transcendental da utopia, mas sim no plano da imanência, da experiência corpórea e subjetiva com o outro. Cada vez mais os processos de resistência e produção coletiva empreendidos na metrópole contemporânea se abrem à experimentação da vida que desejamos em um mundo pós-capitalista. Seja numa assembleia popular horizontal em que as múltiplas singularidades podem democraticamente se expressar, seja no ambiente alegre e festivo das ocupações culturais em defesa do comum urbano, é possível vivenciar nesses espaços, desde logo, a sociedade dos nossos sonhos, não sem contradições, choques e desvios, é claro. Afinal, tais espaços não são bolhas de um mundo novo imunes ao fetiche da mercadoria, da representação, das opressões, do individualismo, do consumismo etc.

Dito de outra maneira, não lutamos para sermos felizes somente num porvir incerto, utópico, fazemos da felicidade uma realização imediata, motor da nossa prática política cotidiana, afinal somos movidos (as) sobretudo por paixões alegres, pelo desejo de estarmos juntos (as) e criarmos espaços de encontros e práticas políticas e culturais cujos valores se confrontem aos valores capitalistas. Basta observar as formas de produção, organização e expressão dos movimentos multitudinários na atualidade para perceber a importância dada à busca da felicidade e à experimentação de outros modos de vida no seio das lutas. Se por um lado, o poder instituído busca imobilizar e reduzir nossa potência por meio do medo e das paixões tristes (PELBART, 2008), por outro, os (as) ativistas de todo o mundo reconhecem a dimensão política da felicidade e das paixões alegres para potencializar as resistências e agregar mais pessoas.

Nessa linha de raciocínio, Deleuze, ao ministrar classe sobre o pensamento de Spinoza, vincula a potência de agir às paixões alegres em função da construção de “noções comuns” entre os espíritos (e os corpos) a partir dos afetos que derivam dos encontros alegres. De outro lado, a tristeza não pode induzir a “formar a noção comum, isto é, a ideia de algo em comum entre os dois corpos e as duas almas”, posto que “o corpo que os afeta de tristeza só os afeta de tristeza na medida em que ele os afeta sob uma relação que não convém com a sua” (DELEUZE, 1978). Ainda tratando da filosofia spinozista, diz Deleuze:

> Num afeto de alegria, portanto, o corpo que o afeta é indicado como compondo a relação dele com a sua, ao invés da relação dele decompor a sua. Desde então, alguma coisa irá induzi-lo a formar a noção do que é comum ao corpo que o afeta e ao seu, à alma que o afeta e à sua. Nesse sentido, a alegria torna inteligente. (DELEUZE, 1978, s/p)

Se estamos de acordo quanto ao fato de que espaços político-culturais que criem encontros produtivos e alegres são indispensáveis para aumentar nossa potência de agir em comum, importa às forças anticapitalistas tomar para si a construção desses espaços como imperativo de primeira ordem.

É nesse contexto que a cartografia adquire demasiada importância, posto ser fundamental mapear (conectar e potencializar!) as resistências e as alternativas de produção empreendidas pela multidão metropolitana que promovam paixões alegres e apontem desde logo aquilo que para os utópicos ainda está por vir. Cartografar ademais, evidentemente, os movimentos do capital, como e onde opera, como se expressa, as relações veladas entre os agentes (públicos e privados) do poder instituído, os pontos críticos e as aberturas passíveis de serem exploradas pela multidão, expor e constranger o poder instituído pelo exercício cartográfico.

Mais do que mapear, num sentido estático de representação da realidade, cabe à cartografia captar processualmente tais processos, rastrear movimentos e possíveis linhas de fuga, fluxos e relações, tentar organizar graficamente a complexidade do real, apreendendo sua dinâmica móvel, de modo rizomático, descentralizado, sem pretender contê-lo, favorecendo no próprio exercício cartográfico a constituição de redes e conexões entre os múltiplos pontos moventes dispostos no mapa. Em suma, “cartografar é acompanhar processos” para fazer realidade, transformá-la, mais que representá-la (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p. 14).

Os movimentos multitudinários assumem cada vez com maior nitidez uma estrutura rizomática, a qual recusa qualquer investida de ordenação vertical ou representação estática que lhe reduza a complexidade, o dinamismo e a vivacidade própria do *rizoma*. Segundo Deleuze e Guattari, autores que primeiro propõe a cartografia enquanto método, “um rizoma, ou multiplicidade, não se deixa sobrecodificar” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.30), trata-se de um “sistema acentrado não hierárquico e não significante” (*idem*, p.43), rizoma é mapa e não

“decalque” (*idem*, p.30). O decalque faz do rizoma mera imagem, organiza, estabiliza e neutraliza “as multiplicidades segundo eixos de significância e de subjetivação que são os seus” (*idem*, p.31). Nesse sentido, assim dizem:

> Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (…) Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida “competência”. (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.30)

Imagine, assim, a construção coletiva de um mapa aberto, no qual seja possível inscrever os agrupamentos políticos, as resistências, os espaços comuns, com as linhas que os conectam – ou não – entre si, dispondo-os graficamente conforme a proximidade ou distanciamento no espectro político na escala metropolitana, relacionados ao território e ao campo de atuação, contendo ações passadas (memória) e os desejos de ações conjuntas futuras (imaginário), um mapa que rompa as temporalidades, aponte possibilidades de agendas e ações comuns, possibilidades de aproximações, conexões rizomáticas, trocas de tecnologias e saberes, enfim uma cartografia coletiva com múltiplas entradas e interfaces com propósito de intervenção ativa na realidade, sem negar ou tentar reduzir sua complexidade, dinamismo e fluidez, que busque antecipar e provocar cenários, tecer redes de solidariedade e afinidade, fomentar ações coletivas, constituir novas relações e encontros potentes. Mais do que possível, esse exercício cartográfico se mostra necessário no contexto atual.

Foi esse o esforço empreendido, por exemplo, pela Cartografia Crítica do Estreito de Gibraltar[10], experiência coletiva realizada por ativistas espanhóis em 2004 que resultou em uma rica plataforma comunicacional e colaborativa, importante material de agitação e propaganda, formação política e agenciamento para as lutas.

---

[10] Disponível em http://hackitectura.net/blog/es/cartografia-del-estrecho/. Acesso em 07 de agosto de 2015.

Figura 1: Recorte da Cartografia Crítica do Estreito de Gilbratar

Também vem da Espanha a plataforma *Mapping the Commons*, concebida pelo pesquisador e ativista cartográfico Pablo de Soto[11], método de mapeamento dos bens comuns urbanos cuja potência foi reconhecida pelos (as) ativistas que participaram das diversas oficinas realizadas em várias cidades (Atenas, Istambul, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Quito, Vitória), tendo o projeto "Mapeando o bem comum urbano: um método paramétrico e audiovisual" recebido, em dezembro de 2013, o I Premio Elinor Ostrom à pesquisa e intervenção social vinculada a Bens Comuns.

Também nessa esteira, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar realizou (dentre várias outras investidas de *copesquisa cartográfica*) em conjunto com o Espaço do Conhecimento da UFMG, uma exposição "aberta e em construção": Cartografias do Comum, resultado de uma "curadoria coletiva, da qual participaram os profissionais

[11] Pablo de Soto é parceiro do Grupo Indisciplinar UFMG na Rede Tecnopolíticas: Territórios Urbanos e Redes Digitais, que é uma rede de pesquisa voltada a investigar a aplicação das tecnologias digitais de comunicação aos processos de produção do espaço urbano. Ver sobre: http://blog.indisciplinar.com/rede-tecnopoliticas-territorios-urbanos-e-redes-digitais/ Acesso em 07 de agosto de 2015.

do museu e diversos grupos de pesquisa, indivíduos, coletivos artísticos e movimentos sociais” [12]. Gesto político de ativar e organizar grupos para experimentar a ocupação de um espaço institucional, que ocorreu no momento da Copa do Mundo no Brasil, no qual todo circuito cultural da Praça da Liberdade estaria expondo para os turistas temas associados ao futebol. Além de oficinas, vídeos, debates, instalações etc, um dos produtos da exposição foi a construção colaborativa, horizontal e aberta de um Atlas das Insurgências Multitudinárias em Belo Horizonte:

Figura 2: Fotografia parcial do Atlas das Insurgências Multitudinárias

Como consta no blog do Grupo Indisciplinar UFMG:

> Cartografar é produzir conhecimento e novos modos de vida. Campos de futebol, ocupações e festas em inúmeros lugares: a construção do comum não é apenas utopia. Ela é real e imanente. Nesses espaços do comum surgem novos posicionamentos e práticas, que superam a oposição público/privado e subvertem

[12] Extraído do blog do Grupo Indisciplinar UFMG: http://blog.indisciplinar.com/eventos-2014/cartografias-do-comum/. Acesso em 19 de maio de 2015.

> relações de exclusão e segregação sociais. Para perceber a existência e a importância desses locais, é necessário olhar criticamente para o espaço e experimentar sua transformação. Cartografar os espaços do comum tem sido cada vez mais importante! Mais que uma forma de representar ou descrever lugares, a cartografia é um método de produção do conhecimento e de criação de novos modos de vida que auxilia a constituição da realidade. A cartografia aqui proposta pretende impulsionar a produção do comum, localizando transformações, acompanhando processos e criando percepções sobre as possíveis conexões entre o comum urbano e os novos modos de vida que ocorrem em um território. (extraído do blog do Indisciplinar: http://blog.indisciplinar.com/eventos-2014/cartografias-do-comum/, acesso em 19/05/2015)

A confecção crítica dos mapas, por meio do trabalho colaborativo, pode proporcionar espaços de intercambio e ser ao mesmo tempo uma importante fonte de reflexão crítica orientada pela "socialização de saberes e práticas, impulso à criação e imaginação, problematização de pontos-chave, sinalização das relações de poder e visualização das resistências" e suas articulações em rede, o que pode permitir "distinguir prioridades e recursos", como escreve o coletivo Iconoclasistas, grupo ativista da Argentina que também promove oficinas de mapeamento coletivo (www.iconoclasistas.net).

A cartografia, no sentido desenvolvido por Deleuze e Guattari (2011), persegue as cristalizações e as linhas de fuga que operam na realidade, no seu movimento complexo e dinâmico, não para identificar, codificar, definir e classificar, mas expor, experimentar e tornar emergente. Cabe aqui uma ponderação necessária. Mesmo quando produzido sob o signo da processualidade e da abertura, a cartografia não é capaz de expressar uma realidade em sua completude, sempre complexa, também atravessada por linhas e determinações que sempre escapam aos múltiplos olhares dos (as) cartógrafos (as), direcionados a um "território sempre dinâmico e em permanente mudança, onde as fronteiras (reais e simbólicas) adquirem um carácter relacional e fluido e são continuamente alteradas pela ativação de corpos e subjetividades", por isso a cartografia deve ser concebida, dentro desta perspectiva, como uma ferramenta que faz parte de um processo maior, "uma estratégia mais num processo de organização coletiva"[13]. De toda forma, outras ferramentas *tecnopolíticas*[14], a serviço da compreensão e intervenção na

[13] Extraído de http://www.iconoclasistas.net/portugues/, acesso em 19 de maio de 2015.

[14] O conceito de tecnopolítica pode ser compreendido como um arsenal de táticas e estratégias de

realidade, podem se desdobrar do próprio exercício de *copesquisa cartográfica,* a qual pressupõe a imersão do (a) pesquisador (a) no território, onde em última instância será atestada a adequação das ferramentas de investigação utilizadas, em termos objetivos e subjetivos.

Importa notar, ainda, que do caráter processual e aberto do método cartográfico deriva seu aspecto movente, adaptativo, que rechaça regras ou protocolos prévios rígidos e o modelo hegemônico da ciência moderna que "recomenda métodos de representação de objetos preexistentes" (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p.9). Daí conceber a cartografia como método, e não propriamente como metodologia, já que "a metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas" (*idem*, p.10). Dita postura também se expressa como uma "recusa da atitude demonstrativa em nome do construtivismo entendido como experimentação de conceitos e novos dispositivos de intervenção" (*idem*, p.12).

O construtivismo e a adaptabilidade do método, "a calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa" (*idem*, p.13), não lhe retira o rigor científico, rigor esse situado mais no compromisso militante com as verdades precárias que libertam e transformam a realidade do que com qualquer script metodológico pomposo, com ares de verdade absoluta.

> Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção. (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p.10-11).

A cartografia promove um encontro apaixonado do (a) pesquisador (a) com

---

ação, comunicação e organização coletiva mediadas pelas novas tecnologias digitais de comunicação com vistas a desencadear, estender e facilitar processos de auto organização social e comunicativa (TORET, 2013a). Nas palavras do pesquisador ativista Javier Toret: "Podemos decir que la tecnopolítica es maduración de la multitud digital para la autonomía social. En una subjetivización política subterránea que recorre la sociedad y se va conformando y creciendo a lo largo de un planeta cada vez más interconectado. Tecnopolítica es cada vez más una tendencia de la subjetividad política en la sociedad red. Tecnopolítica es reapropiación de las herramientas y espacios digitales para construir estados de ánimos y nociones comunes necesarias para empoderarse, posibilitar comportamientos colectivos en el espacio urbanos que lleven tomar las riendas de los asuntos comunes" (TORET, 2013b, p.44-45).

seu campo, sendo central o papel e a postura do (a) pesquisador (a), sobretudo levando-se em conta que “a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos” experimentados nesse encontro (ROMAGNOLI, 2009). Nesse sentido, a partir das contribuições dadas por Suely Rolnik ao desenvolvimento do método cartográfico, explica Roberta Romagnoli:

> O que a cartografia persegue, a partir do território existencial do pesquisador, é o rastreamento das linhas duras, do plano de organização, dos territórios vigentes, ao mesmo tempo em que também vai atrás das linhas de fuga, das desterritorializações, da eclosão do novo. Cartografar é mergulharmos nos afetos que permeiam os contextos e as relações que pretendemos conhecer, permitindo ao pesquisador também se inserir na pesquisa e comprometer-se com o objeto pesquisado, para fazer um traçado singular do que se propõe a estudar. Nesse sentido, a cartografia tem como eixo de sustentação do trabalho metodológico a invenção e a implicação do pesquisador, uma vez que ela baseia-se no pressuposto de que o conhecimento é processual e inseparável do próprio movimento da vida e dos afetos que a acompanham (Rolnik, 1989). (…) Na implicação do pesquisador é que se encontra um dos mais valiosos dispositivos de trabalho no campo. É a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido. (ROMAGNOLI, 2009)

O que move o (a) cartógrafo (a) ativista é, antes de tudo, a busca por respostas que, antes do que confirmar qualquer teoria dada, possam potencializar as lutas e contribuir com o projeto emancipatório. Entendo que a cartografia seja bastante útil nesse propósito.

2.4. *Copesquisa cartográfica:* notas conclusivas

Quando falamos de território, estamos a aludir não só ao espaço que nos serve de suporte, mas também ao corpo social e às subjetividades rebeldes.

Iconoclasistas, Argentina

Dado o exposto até aqui, fica mais claro como a *copesquisa cartográfica* rompe com as convenções da ciência moderna hegemônica ao abdicar de metas pré-estabelecidas em proveito do “primado do caminhar” que delimita, no próprio percurso, suas metas (PASSOS e BARROS, 2009, p.17). Do primado da experiência decorre que, quanto mais imerso na realidade sob análise, ou melhor, nas

resistências e espaços políticos cuja organização é atravessada pelos imperativos da abertura, da horizontalidade, do exercício democrático, do trabalho colaborativo, da produção de subjetividades e novos modos de vida, melhor direcionado será o *fazer-com* investigativo.

Se no início do meu percurso co-investigativo a aposta principal era #NÃOVAITERNOVABH, digamos que, em termos jurídicos, houve a perda do objeto, em termos políticos, a multidão organizada em redes cooperativas impediu a continuidade da operação urbana consorciada, o projeto teve de ser reformulado pela Prefeitura a partir da abertura do processo participativo, a OUC *Nova BH* foi derrotada e a aposta da *copesquisa cartográfica* acertada. Dessa forma, em determinado momento tornou-se mais importante ao escopo da pesquisa apostar na centralidade dos bens comuns urbanos nos embates travados pela multidão na metrópole biopolítica, bem como na potência do fazer comum no tocante às formas organizativas das resistências na atualidade, o que demandou (ainda mais) o suporte da cartografia para rastrear e intervir rizomaticamente (DELEUZE e GUATTARI, 2011) nas lutas que se orientam pela produção de novos modos de vida, subjetividades e afetos, e que, concebidas como espaços comuns, abrem-se às múltiplas singularidades, sob os critérios da horizontalidade, da democracia real, do trabalho colaborativo, em rede etc.

Por partir da complexidade social dada, no contexto do capitalismo pós-fordista cognitivo e imaterial, a *copesquisa cartográfica* é essencialmente interdisciplinar, transdisciplinar, sobretudo, indisciplinar. Como veementemente criticou Henri Lefebvre, o urbanismo mais oculta do que revela, produz representações ideológicas e institucionais que não dão conta da realidade urbana, com suas problemáticas e práticas, de modo que “a ciência do fenômeno urbano só pode resultar da convergência de todas as ciências” (LEFEBVRE, 2008). Atualmente, entretanto, já não basta mobilizar todas as ciências já que a compreensão da realidade urbana também cobra outros saberes que não gozam necessariamente do estatuto científico. Evidentemente, a investigação/intervenção sobre o território na metrópole demanda uma multiplicidade infindável de olhares, saberes e formas de expressão: da arquiteta à *performer*, da produtora cultural à advogada, da liderança comunitária à artista plástica, da cientista política ao morador em situação de rua.

Ora, quem melhor para dizer sobre as opressões relacionadas aos processos segregatórios das cidades do que os (as) moradores (as) em situação de rua que trazem nos corpos as marcas da violência cotidiana? Quem melhor para falar sobre autoconstrução do que os (as) pobres urbanos que autoconstruíram suas casas nas favelas e ocupações, os (as) quais cunharam na história de produção das grandes cidades brasileiras essa forma autogestionada de apropriação espacial? Assim, a *copesquisa cartográfica* é também indisciplinar, posto que extravasa os campos disciplinares formalmente reconhecidos pelo paradigma científico moderno, agenciando horizontalmente saberes científicos em sentido estrito com outros saberes, narrativas e formas de apreensão da realidade, subvertendo o lugar de enunciação para desafiar o pensamento ideológico hegemônico sobre o território.

> Como los sistemas de control se llevan a cabo por disciplinas con accesos excesivamente regulados a otras disciplinas, el origen de cualquier lucha en los campos de conocimiento tiene que ser extradisciplinaria. Comienza fuera de la jerarquía de las disciplinas y se mueve a través de ellas transversalmente, adquiriendo estilo, contenido, aptitud y fuerza discursiva en el camino. La crítica extradisciplinaria es el proceso por el que las ideas afectivas -i.e. las artes conceptuales--se vuelven esenciales para el cambio social. (HOLMES, 2009)

Cabe aqui destacar o salto qualitativo da *copesquisa cartográfica* ante outras abordagens metodológicas situadas num campo contra hegemônico da ciência moderna, que associam a produção do conhecimento à práxis e também são comprometidas com a transformação social, como a *pesquisa-ação* ou mesmo a *pesquisa militante, participante* e outras denominações. Tais modalidades investigativas, por mais revolucionárias que sejam, fundadas especialmente no método da dialética, não escapam aos confinamentos da cientificidade moderna, “se amparam ainda no paradigma moderno que concebe o método científico como um instrumento, por excelência, de explicitação das verdades do mundo, guardadas as devidas diferenças epistemológicas” (ROMAGNOLI, 2009). Quanto à busca das verdades e superação da alienação, a racionalidade científica moderna, mesmo que ela seja objeto de questionamento crítico dentro desse campo epistemológico, continua sendo “a garantia de seu alcance” (*idem*).

Orlando Fals Borda, sociólogo com grande trabalho no campo da “investigación-acción”, não oculta a existência de um conhecimento prévio

acumulado pelo investigador que, no contato com “as bases”, pode criar consciência e gerar a ação transformadora, como se a inação estivesse reduzida a um problema de alienação. Veja-se:

> En los casos colombianos, el problema radicaba en cómo llegar a las bases, no con simple información periodística o educacional (con lo que podían ya estar suficientemente bombardeada) sino con conocimiento científico de la realidad que les creará conciencia de clase revolucionaria y disolviera la alienación que les impedía entender la realidad y articular su lucha y defensa colectiva. (BORDA, 1978, p.20)

Diferentemente, a *copesquisa cartográfica* não almeja desanuviar verdades encobertas pela ideologia dominante para conscientizar as massas (“as bases”), ou trazer à superfície as verdades que confirmam determinada teoria crítica. Por outro prisma, o método em questão também não persegue a qualquer custo captar o movimento dialético, os polos em contradição, as possíveis sínteses, porque reconhece que a realidade dada é muito mais complexa do que o resultado de contradições objetivas e que a dialética é insuficiente a sua compreensão: nem todos os fenômenos necessariamente se expressam e podem ser captados como conflituosidade, e nem todos os conflitos se reduzem à luta de classes, por mais indubitável que seja sua atualidade.

A *copesquisa cartográfica* é essencialmente relacional, aperfeiçoa-se no *fazer-com*, busca construir junto o conhecimento, e não validar o conhecimento, aquilo que move o “investigador dialético” em busca da nova síntese ou o “intelectual orgânico”, o qual jamais terá plena autonomia frente ao organismo que lhe confere organicidade, seja o partido ou a empresa contratante. Nestes termos, resume Roberta Romagnoli em sua crítica às metodologias ainda presas ao paradigma científico moderno:

> Nessa articulação, produção de conhecimento *versus* realidade, a teoria é aplicada ao objeto de estudo de forma interpretativa, sustentando um conhecimento que é, em si, reducionista e homogeneizante, com a pretensão de compreensão plena dessa relação. Ou seja, o paradigma moderno parte do pressuposto de que a teoria é separada do objeto e de que não são, de fato, indissociáveis. Além disso, presume que a realidade deva estar em consonância com a teoria, sendo passível de ser interpretada pela perspectiva teórica escolhida pelo pesquisador. Além da teoria, no paradigma moderno, a pesquisa se funda em procedimentos

> metodológicos que permitem certo domínio do objeto de estudo. (ROMAGNOLI, 2009)

A *copesquisa cartográfica* não parte da concepção de que a teoria está pôr em cima da realidade sob análise, não recorre a conceitos e verdades transcendentes, opta por categorias e ferramentas que estão no plano da imanência, que não estão dissociadas da prática, que integram o "processo de construção histórica da realidade" (ROMAGNOLI, 2009). Afinal a força e a adequação dos conceitos é verificada fora deles, "em sua potência de criar, em sua capacidade de associar ideias, incitar pensamentos, leituras, de entrecruzar linhas e pontos temporariamente arranjados, para mais adiante serem desconectados ou reconectados em outra composição" (*idem*).

Se por um lado a realidade estudada se mostra cada vez mais complexa, por outro o conhecimento é local, transitório e exige flexibilidade no método e uma pluralidade de formas de abordagem que rechaça qualquer dogma reducionista. Em resumo, a coinvestigação cartográfica possui como características "a humildade epistemológica, ao não perseguir a verdade; a busca de ferramentas úteis para o entendimento do mundo e o abandono da ideia de um lugar privilegiado a partir do qual podemos compreender definitivamente as relações que nos circundam" (ROMAGNOLI, 2009).

O método de *copesquisa cartográfica*, além de romper com o estatuto da cientificidade moderna, chama a Universidade à responsabilidade, para disputar, no seio desta instituição rígida, pouco permeável e instrumentalizada pelo capital – que, via de regra, se baseia na produção *copyright* do conhecimento – sua função primordial de consecução do bem comum. Essa abordagem não prescinde da necessária abertura à alteridade, à comunidade, às múltiplas singularidades, desejos e demandas encarnadas pela multidão metropolitana, para a produção e disseminação de tecnologia social e conhecimento livre (*copyleft*).

Falar de comum no seio de uma instituição dura como a Universidade implica necessariamente uma subversão da conduta científica esperada. Nesse sentido, a *copesquisa cartográfica* busca promover encontros produtivos entre comunidades e universidades, numa postura claramente política de subversão do fechamento institucional, com vistas ao levantamento de dados e informações que, no exercício da *copesquisa cartográfica*, possam ser úteis às lutas que almejam transformações

na ordem política, econômica e social, dando concretude à *universidade necessária* e à *Nova Escola* que mobilizou pensadores (as) da educação como Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Lúcia Monteiro Casasanta[15], Anísio Teixeira etc. Aprende-se melhor a pesquisar quando se sente a necessidade da pesquisa para agir em determinada realidade dada, quando a pesquisa se confunde com a experiência de vida, uma *escola ativa*, em suma. Nesse sentido, "todo ensino deve ser completado, ou melhor, integrado em uma atividade inteiriça, em que a operação de saber se confunda com a de agir" (TEIXEIRA, 1977, p.41).

Mais atuais do que nunca, as teses sustentadas ainda na primeira metade do século XX por Anísio Teixeira, que defendeu até a morte a concepção de "nova escola pública", também chamada "escola comum", para quem escola e universidade deveriam romper com sua vocação elitista histórica para construir uma teoria educacional indissociável de um saber prático, a serviço dos (as) trabalhadores (as) comuns (PÔRTO Jr., 2012). Anísio Teixeira sempre associou o papel da escola e da universidade à construção de uma sociedade democrática e igualitária, partindo do entendimento de que o conhecimento se alcança junto, de modo interdependente e colaborativo, tendo como finalidade última a "transformação e reconstrução sociais". Também a partir dessas premissas se nutre o método da *copesquisa cartográfica.*

> Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início mostrar que indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma trans-ação com as coisas e pessoas e que o saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades, pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que, hoje, é sempre de grupos, cada um dependendo de todos e todos

[15] Foi publicado no *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM*, do dia 29 de junho de 2015, a mudança do nome do viaduto que liga a Avenida Pedro I e a rua João Samaha, no bairro São João Batista. O viaduto passou a se chamar Lúcia Casasanta, em homenagem à grande educadora mineira. O elevado, até então, trazia o nome de Walduck Wanderley, falecido fundador da Cowan, empresa responsável pela construção do antigo "viaduto" Batalha dos Guararapes que desabou em julho de 2014 durante os jogos mundiais, assassinando duas pessoas e ferindo outras 23. Em 2012, outro viaduto também foi rebatizado com o nome de uma grande lutadora contra a ditadura militar: Dona Helena Greco. O elevado que liga a avenida Olegário Maciel à avenida Pedro II antes carregava o nome do ditador marechal Castelo Branco. Tratam-se de importantes conquistas simbólicas que inscrevem na paisagem da cidade gritos do passado elevados à condição de memória da luta por democracia com efeitos pretéritos sobre homenagens indevidas, finalmente apagadas da história. Professora Lúcia Casasanta, Presente! Dona Helena Greco, Presente!

> dependendo de cada um. A escola deve ser agente da contínua transformação e reconstruções sociais, colaboradoras da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade de uma sociedade democrática. (TEIXEIRA, 1930, p.88-89)

Os textos de Anísio Teixeira refletem a experiência de vida de um brasileiro visionário, para quem a produção do saber deveria partir da inserção da escola/universidade nas comunidades, organizada em redes colaborativas, com uso sistemático dos novos recursos tecnológicos e dos meios audiovisuais, com vistas à promoção da cidadania e construção de uma sociedade democrática. A este respeito, vejamos trecho escrito por Hélgio Trindade no qual cita o educador Anísio Teixeira que:

> Após a analisar "o 'arcaísmo' da escola brasileira", a "escola como formação do 'privilegiado'" e a crise do "dualismo escolar", sintetiza sua posição: "essa 'educação comum' não é só um postulado democrático mas um postulado do novo conceito de conhecimento científico, que se tornou comum às atividades intelectuais e de trabalho". E salienta que, "entre nós, a despeito dessa evolução do conhecimento e das sociedades, as resistências aristocráticas da nossa história não permitiram que a escola pública, de educação comum, jamais se caracterizasse integralmente. Toda nossa educação se conservou seletiva e de elite" (TRINDADE, 2007).

Voltando à discussão sobre novos métodos para lidar com um novo mundo, o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, no bojo da *copesquisa cartográfica*, a partir de instrumentos *tecnopolíticos* de registros, comunicação e diagramação, é possível simplificar dados e informações para esclarecê-los espacialmente aos que vivem e produzem o território para que possam compreender as relações de poder, os interesses antagônicos sobre o território, bem como produzir mutuamente novas subjetividades (insurgentes) e conceber (em comum) novas formas de vida (RENA e BERQUÓ, 2014). Como prognosticou Guattari, "as mentalidades coletivas mudam e mudarão amanhã cada vez mais rápido", de tal modo que é preciso transformar a qualidade da produção dessa nova subjetividade na "finalidade primeira das atividades humanas", sem abrir mão de que "tecnologias apropriadas sejam postas a seu serviço" (GUATTARI, 1992, p.177)

Retomo aqui a um ponto crucial do método que diz respeito à produção de subjetividade, dimensão central a um só tempo, tanto para a *copesquisa,* quanto para a *cartografia*, ambas abordagens investigativas que se abrem para as forças e

linhas que operam na realidade e afetam a subjetividade. A *copesquisa cartográfica* se interessa pelo que escapa ao modo capitalista de subjetivação e de produção espacial, tendo em vista a importância que a dimensão da subjetividade tomou nos marcos do capitalismo pós-fordista. Também nesse aspecto, quanto à importância da dimensão subjetiva para além do plano material perseguido pela investigação científica padrão, Teixeira foi um visionário:

> Somente será possível "espiritualizar" e "humanizar" a vida moderna, humanizando e espiritualizando a ciência, o trabalho e a organização social de nossos dias, senão para agora, para o mais ou menos próximo futuro. O divórcio entre o material e o espiritual é inconcebível, salvo como aspectos da mesma atividade geral, que é, simultaneamente, material e espiritual ou espiritual e material. (TEIXEIRA, 1977, p.33)

O verbo "espiritualizar" é tomado aqui como produção de subjetividade inerente à produção do saber científico, dimensão assumida pela *copesquisa cartográfica* como pressuposto e motor da produção coletiva do conhecimento. Como consta na introdução do livro já citado *Pistas do método da cartografia*, "destituída de fundamentos invariantes, a prática cognitiva engendra concretamente subjetividades e mundos" (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p.10-13). Nesse sentido, o exercício da *copesquisa cartográfica* tem em vista a produção de novas subjetividades como imperativo imediato derivado da nova configuração do capitalismo contemporâneo, sobre o qual passamos a tratar no capítulo que segue.

Excurso sobre os excursos

Excurso vem do latim ex (fora) + cursu (direção). Desconhecia o termo, inexistente em vários dicionários. Noutros, vem definido como desvio, digressão, divagação, excursão... Por vezes, vou me atrever a conceitua-lo como um desvio intencionado, uma linha de fuga tomada, um passeio mais ousado, tipo rolezim, viagem fora da rota, que também seja resistência biopolítica expressa no gesto da escrita, coerente com o escopo subversivo da empreitada. Sendo o texto dissertativo expressão de resistência biopolítica, na esteira da copesquisa cartográfica, deixo extravasar desejos que não encontram vazão no formato acadêmico mais rígido, seco, frio, impessoal. Os excursos são livres, ou tentam ser. Não seguem um ritmo, forma ou tamanho padrão. Geralmente vão no rastro das resistências e espaços experimentados no exercício cartográfico coinvestigativo. Ao longo do texto, vem quando convém, nem sempre como convém. Ora mais militante, ora mais ativista, ora mais causídico, ora mais artista, às vezes direto e fácil, outras vezes longo e pedante, variam conforme o assunto, o estado de espírito, a intenção encarnada no relato.

Este primeiro excurso, pequenininho, improvisado, tem o pragmático propósito de situar os excursos no método, nada melhor do que sendo um excurso no capítulo do método. E é a partir do método que os excursos se justificam. O método eleito tem como pressuposto borrar radicalmente a separação sujeito - objeto, a ponto de o sujeito confundir-se com o objeto, mas não o contrário, dado que o sujeito não passa de um corpo solto num oceano sob coinvestigação, um corpo livre que, junto a muitos outros corpos livres, produzem ondas e são afetados por outras tantas. O fazer-com investigativo por si provoca a transmutação do sujeito no cruzamento com seu objeto, na produção compartilhada do saber comum o corpo é afetado e revela a biopotência da copesquisa cartográfica, potência que não vem de outro lugar senão da alteridade. Transformações corpóreas e produção de novas subjetividades. O que era humano, no mar fez-se peixe.

Operada a transmutação, tem-se assim um sujeito que se expressa tão insubordinado quanto seu objeto, avesso às imposições verticalizadas do poder, do saber hegemônico e, de igual modo, dos rígidos padrões da linguagem acadêmico-científica (nada comum), cujo aprisionamento formal e lexical se revela como castração da potência de uma linguagem multitudinária, comum, da rua, da quebrada, papo reto, às vezes sujo, incômodo, enfim, desviante. De uma forma ou de outra, numa dissertação sobre o comum, o texto pretende expressar as singularidades do sujeito que escreve, para tanto os excursos caem como uma luva. Caiu na rede é peixe, ou melhor, peixaria.

3. URBANISMO NEOLIBERAL

(...) há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de "compressão do tempo-espaço" na organização do capitalismo.

David Harvey

3.1. Crise do fordismo e ascensão do neoliberalismo

A aposta em torno da centralidade do comum nas lutas travadas na contemporaneidade deriva especialmente das mutações operadas na produção social nos marcos do capitalismo financeiro globalizado, de tal forma que a ação política no seio da *metrópole biopolítica* demanda, de modo compreensivo e integrado, um olhar sobre as transformações ocorridas no modo de produção capitalista, principalmente a partir da crise do fordismo e ascensão do neoliberalismo.

Nas palavras de David Harvey, o capitalismo é uma "força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas" (HARVEY, 2008, p.176), sendo a virada dos anos 60 - 70, mais precisamente o ano de 1973, um importante marco do início de uma nova configuração econômica, política e social que emerge da crise do fordismo e do colapso da arquitetura financeira do sistema de Bretton Woods. Inaugura-se o período da chamada "acumulação flexível" (HARVEY, 2008), com efeitos profundos em todos os campos de produção da vida e do pensamento.

Até então, do período que se estende da crise de 1929 até a crise de 1973, prevaleceu nas economias capitalistas centrais o regime de acumulação fordista, marcado pela linha de montagem de produção em massa e pela constituição do *operário-massa*, submetido ao controle disciplinar fabril e à estrutura de representação sindical. Sob o fordismo, por força da relação salarial mediada em última instância pelo poder regulamentar do Estado que se firma como "dispositivo de integração do conflito social", vingou o acordo tácito de "repartição dos ganhos de produtividade entre capital e trabalho" (COCCO,

2012). Em resumo, nas palavras de Giuseppe Cocco:

> O fordismo qualifica-se, portanto, pela articulação entre um "regime de acumulação" (taylorista) e um "modo de regulação" da repartição dos ganhos de produtividade. É este último que explicita e valoriza a ambivalência dos salários como fatores de custo e vetores da demanda. Pois o cerne do mecanismo fordista encontra-se na dinâmica da repartição dos ganhos de produtividade, da qual depende o crescimento, simultâneo e interdependente, da acumulação e dos salários reais. São, portanto, as formas institucionais de regulação da relação salarial que qualificam as tarefas do Estado regulador-intervencionista. (COCCO, 2012, p.106-107)

Nesse sentido, o fordismo também foi marcado pela cumplicidade dos sindicatos que adotaram em geral uma "atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias cognatas para aumentar a produtividade" em troca da conquista de direitos, proteções e benefícios trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como ganhos reais de salário para trocar pela "cooperação na disciplinação dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção" (HARVEY, 2008, p.128-129).

O Estado-planejador fordista, em paralelo, buscava oferecer as condições necessárias à reprodução da força de trabalho (salário indireto), conforme o receituário keynesiano, com investimentos públicos na seguridade social, equipamentos públicos, infraestrutura urbana e, inclusive, controle e fiscalização sobre os acordos salariais e garantias trabalhistas. Fordismo e keynesianismo caminharam juntos por décadas: "o período de difusão das políticas econômicas de inspiração keynesiana, e de fortes e regulares taxas de crescimento, pode ser considerado como o da vigência da relação salarial fordista" (COCCO, 2012, p.105).

Apesar da generalidade dessas considerações, não se deve perder de vista, evidentemente, que "o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade e pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não o é" (HARVEY, 2008, p.308), o que implica distinções marcantes quando se trata de analisar países centrais hegemônicos ou países dependentes do sul global.

Nesse sentido, falar em fordismo, keynesianismo e, por derivação, em

estado de bem estar social, ganha outros contornos e muitas especificidades quando se trata de economias periféricas dependentes, como é o caso do Brasil que, apesar da forte intervenção do Estado e da sua intervenção direta na relação capital / trabalho, por exemplo, com a ampliação e consolidação dos direitos trabalhistas em 1932, sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas, nem de longe pode-se dizer que a maior parte dos (as) brasileiros (as) experimentou a ampla proteção que o estado de bem estar social garantiu às populações das nações centrais, também como resposta à ameaça comunista durante a Guerra Fria.

Nas economias centrais, a relação salarial direta (salários reais) e indireta (estado de bem estar social) ofereceu níveis de distribuição de renda muito mais significativos do que nas economias dependentes como a brasileira, onde o salário mínimo legalmente assegurado jamais contabilizou, por exemplo, o quesito habitação, dentre inúmeros outros itens da cesta de remuneração do trabalho. De toda forma, tratando-se de analisar as mutações ocorridas nos marcos da globalização capitalista, com reflexos em todo o mundo, guardadas as especificidades regionais e locais, é fundamental apreender os traços gerais da passagem do fordismo/keynesianismo para o regime de “acumulação flexível”, pós-fordista, neoliberal.

Assim que, após um longo período de crescimento estável das principais economias capitalistas, nos primeiros anos da década de 1970 o capitalismo experimentou significativa redução de crescimento e rentabilidade, relacionada com a “diminuição dos ganhos de produtividade associada à alta contínua dos salários reais” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.19) e dos encargos tributários que davam sustentação ao estado de bem estar social.

> As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundamentar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado do bem-estar social e do salário social. (HARVEY, 2008, p.157)

O esgotamento do estado de bem-estar social nos países

desenvolvidos, modelo baseado na conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, mediados pelo Estado como interventor e sujeito ativo na economia de mercado, foi enunciado como grave crise fiscal dos Estados e veio acompanhado pela crise de sobreacumulação que assolou as principais economias capitalistas no início dos anos 70, abrindo campo favorável para a disseminação do ideário neoliberal e a ruptura do compromisso fordista.

Do ponto de vista teórico, o neoliberalismo "propõe que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais" e num gesto biopolítico promove uma narrativa que implica a disseminação da forma empresa para todos os âmbitos da vida, dentro de uma "estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio" (HARVEY, 2012, p.12). Trata-se da imposição das formas mercantis ao conjunto das relações sociais, com a disseminação da gestão empresarial como normatividade padrão, seja no âmbito da "governança" estatal, como ocorre ilustrativamente nas cidades, sujeitas ao planejamento estratégico, cuja lógica administrativa é transposta do arcabouço da gestão empresarial, seja no âmbito das relações interpessoais, em que cada sujeito-consumidor se comporta como empreendedor individual num mercado altamente competitivo e corporativo.

O próprio aparelho de Estado é submetido à transmutação na forma-empresa e chamado a "adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador" de si próprio, para usar os termos de Michael Foucault, a doutrina neoliberal defende ser "necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado" (FOUCAULT, 2008, p.165). Nessa esteira, também para Milton Santos o combatido modelo de "globalização perversa" acarreta o "desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas" (SANTOS, 2012, p.15).

Primeiro no Chile, após o golpe militar em 1973, depois no Reino Unido e nos Estados Unidos, com as vitórias de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, o neoliberalismo emerge triunfante sobre a

“decomposição das representações associadas ao compromisso sócio-econômico instaurado depois da guerra” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 27) como “nova ortodoxia econômica”, de modo que o capital financeiro passou ao centro do palco, “tendo podido exercer certo poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado” (HARVEY, 2005, p. 59).

Na doutrina neoliberal, a ação do Estado é voltada a garantir a permanente abertura de novos mercados em domínios até então restritos à penetração de capitais privados, como saúde, educação, saneamento, transporte público, segurança, obras e equipamentos urbanos etc. Com a desregulamentação dos mercados financeiros e a limitação do papel do Estado ao estritamente necessário à garantia dos interesses do grande capital, o neoliberalismo abriu um horizonte de possibilidade de retomada do crescimento capitalista, baseado em “lucros puramente especulativos, por meio dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas”, a ponto da rentabilidade do capital ser “melhor nas aplicações financeiras do que em aplicações na indústria” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.21). Em síntese, “o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato pender para o fortalecimento do capital financeiro” (HARVEY, 2008, p.156).

Entretanto, como demonstrou David Harvey, mais importante do que retomar o crescimento econômico, o neoliberalismo foi nitidamente um projeto de práticas políticas e econômicas que perseguiam restaurar um poder de classe das elites econômicas, o que teve como reflexo um aumento significativo da distância que separa ricos e pobres, podendo ser considerado uma característica estrutural do projeto neoliberal o aumento da desigualdade social (HARVEY, 2012, p.26-27).

É notório o fato de que, a partir da década de 70, o capitalismo renuncia progressivamente aos preceitos fundamentais da linha de produção fordista, marcada pela organização racional planificada, disciplinar e hierárquica do trabalho, para desenvolver uma produção cada vez mais organizada em rede, flexível e dinâmica, baseada na iniciativa dos sujeitos, na

criatividade, na corresponsabilização e na consequente autonomia relativa do trabalho (o controle substituído pelo autocontrole), isso às custas de garantias, direitos, estabilidade e maior precarização.

> Por fim, a reestruturação do capitalismo ao longo das duas últimas décadas, que, como vimos, ocorreu em torno dos mercados financeiros e dos movimentos de fusão-aquisição das multinacionais num contexto de políticas governamentais favoráveis em matéria fiscal, social e salarial, também foi acompanhada por fortes incentivos ao aumento da flexibilização do trabalho. As possibilidades de contratação temporária, uso de mão de obra substituta e horários flexíveis, bem como a redução dos custos de demissão desenvolveram-se amplamente no conjunto dos países da OCDE, cerceando aos poucos os dispositivos de proteção instaurados durante um século de luta social. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.22).

Se o fordismo dava maior ênfase no disciplinamento da força de trabalho, a produção pós-fordista é marcada pela crescente corresponsabilidade dos (as) trabalhadores (as). A nova configuração organizacional produtiva requer, portanto, trabalhadores (as) cada vez mais adaptáveis, comunicativos (as) e dotados (as) de múltiplas competências, em contínuo aperfeiçoamento e incorporação das novas tecnologias, capazes de autogerir-se e de trabalhar colaborativamente em equipes multidisciplinares.

Para caracterizar a crise do fordismo e a fragmentação crescente do operariado ocidental, Alain Bihr em sua obra *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise* (1998), busca apreender as transformações que levaram à ruptura do compromisso fordista, seus efeitos sobre o movimento operário e apontar as possibilidades de renascimento do movimento de emancipação do *proletariado.* Apesar de toda a análise desenvolvida ao longo da obra pugnar em sentido contrário, o autor não abre mão da centralidade do *proletariado* como sujeito revolucionário, o que, no entanto, não ofusca a análise quanto às transformações estruturais que levaram à crise do fordismo.

Alain Bihr destaca quatro elementos centrais para entender a crise do fordismo, na Europa ocidental das décadas de 1960 e 1970: 1) diminuição progressiva dos ganhos de produtividade; 2) aumento da *composição orgânica*

do capital e consequente diminuição da taxa de lucro; 3) saturação da norma social do consumo e do custeio do estado de bem estar social; 4) desenvolvimento e expansão do chamado trabalho improdutivo. Nesse contexto é possível perceber, nas palavras do autor, o "abandono progressivo da linha de produção fordista, composta por máquinas especializadas, em benefício de sistemas de equipamentos automatizados, garantindo a fluidez e a flexibilidade do processo de trabalho" (BIHR, 1998, p.98).

Se ao longo do período fordista havia o predomínio de uma tendência à homogeneidade do proletariado, marcada pela emergência do *operário-massa*, fundamentalmente concentrado no espaço produtivo, um dos efeitos da crise do fordismo foi "diluí-lo no espaço social, explodindo a fábrica-fortaleza da idade fordista em um tecido produtivo difuso" (BIHR, 1998, p.99). Alain Birh chega a considerar que, ante as tendências da nova configuração do mundo do trabalho, o trabalhador instável esteja destinado a suplantar o *operário-massa* do período fordista.

A explosão da fábrica fordista implica na transposição da *produção* ao conjunto da sociedade, de modo que o capital busca se apropriar cada vez mais da *práxis social* como um todo para produzir uma sociabilidade adequada às novas exigências da reprodução ampliada. Birh arremata dizendo que "as condições da reprodução do capital ultrapassam hoje amplamente seu simples movimento econômico (…) para se estender à totalidade das condições sociais de existência" (BIHR, 1998, p. 155), disso também decorre o papel exercido pela produção de subjetividade no contexto da sociedade pós-fordista, como veremos mais adiante.

3.2. *Acumulação por espoliação*: neoliberalismo e a captura dos bens comuns

Será que ainda vai chegar
o dia de se pagar
até a respiração?
Pela direção que o mundo está tomando
eu vou viver pagando

o ar de meu pulmão.
Siba

O ordenamento jurídico pátrio (e patriarcal) adotou a concepção despersonalizada da empresa, de modo que a empresa como instituto do direito comercial é considerada o conjunto das atividades mercantis para a persecução de finalidades econômicas, o exercício da ação produtiva cuja natureza jurídica é a de *objeto de direito*, e não *pessoa de direito.* O sujeito do direito comercial é, então, o empresário, pessoa física ou jurídica. Trata-se de uma ficcionalidade jurídica moderna para a preservação das finalidades empresariais para além da figura do empresário, de forma que a tutela jurídica da empresa é a tutela jurídica das atividades mercantis exercidas.

Desse modo, a *pessoa de direito*, diretamente responsável pela organização das atividades comerciais empreendidas, em regra, será uma sociedade (anônima de preferência) constituída para tal fim, essa sim sujeito que pode ter sua personalidade jurídica. De toda forma, a separação ficcional entre entidades abstratas e indivíduos concretos perdura ante a mágica jurídica capaz subtrair destes a responsabilidade direta pelos atos daquelas.

Ocorre que a empresa também pode existir sem sociedade personalizada, ser criada e administrada por empresário individual, situação em que empresa (atividade) e empresário (sujeito) se confundem na mesma pessoa na qual concorrem simultaneamente as duas dimensões da pessoa, física e jurídica, ou seja, sem prejuízo da abstração que novamente separa as duas dimensões, ao ponto de cindir o verbo quanto ao substantivo, o fazer quanto ao ser. A exceção diz respeito aos riscos de insucesso econômico da empresa, sempre vinculados ao empresário, seja individual ou coletivo. Noutros termos, a doutrina jurídica entende que os riscos inerentes às atividades comerciais organizadas e exercidas pelo empresário compõem a própria definição da empresa, ou assim deveria ser.

Como dito no tópico anterior, o neoliberalismo, para além das medidas de desregulamentação, abertura para o capital financeiro e flexibilização das relações de trabalho, difunde biopoliticamente e sem restrições a forma empresa no corpo social. Todos somos empresários (as), ao menos

potencialmente, basta um simples registro ou a compra de ações de alguma sociedade, logo todos (as) também assumimos os riscos pelos negócios, ao menos potencialmente. O risco é, assim, diluído entre milhões de microempreendedores reais, ou potenciais. O “pulo do gato” neoliberal, graças aos arranjos jurídicos institucionais, é disseminar a coletivização dos riscos ao mesmo tempo em que isenta os grandes empreendedores e investidores dos riscos pelas atividades mercantis e financeiras que exercem, sendo neste caso os riscos assumidos pelo Estado, seja via parcerias público-privadas, seja pelo socorro às instituições bancárias ou estratagemas financeiros complexos praticados pelo Estado para salvar papéis privados, obviamente em prejuízo do interesse público. É o próprio direito que legitima a assunção dos riscos pelo Estado nas hipóteses em que prescreve a legislação, como é o caso das parcerias público-privadas (PPP's), nas quais, na prática, o risco pelas atividades mercantis, elemento ontológico da empresa, é frequentemente assumido pelo ente público, uma vez que o *equilíbrio econômico financeiro* do contrato firmado com o agente privado é garantido, em última instância, pelo público, sob o manto da estrita legalidade. Aqui, não há excepcionalidade alguma, mas a subversão do instituto jurídico pelas regras do jogo instituído já que, ao menos em tese, não há empresa sem risco. Cabe-nos, neste tocante, subverter o subvertido, em nome da subversão reconhecida (cada vez mais a multidão tem se apropriado dessas ficções jurídicas para fins não comerciais numa completa subversão do instituto).

Isto posto, fica perceptível como o neoliberalismo sustenta um jogo legalmente reconhecido e sumulado pela Suprema Corte de Justiça, no qual passamos da condição de credores (as) dos empresários nos períodos de crise – considerando que a crise é sistêmica e permanente (COCCO, 2012a) – já que cabe a eles [empresários] assumirem os riscos dos negócios, ao menos em princípio, à condição de eternos devedores (as), endividados (as) pelos próximos anos de financiamento do apartamento, do carro, da cirurgia plástica, ou pelo insucesso da nossa empresa individual, mal sucedida num mercado cada vez mais competitivo.

A disseminação da forma empresa, despersonalizada, serve muito bem

à inserção dos bens comuns no campo dos negócios, capturados por não-pessoas, por entidades abstratas e outras ficcionalidades jurídicas que, sob a força neoliberal do empresariamento e da forma mercadoria sobre todas as dimensões da vida, mercantilizam bens comuns de toda ordem, materiais e imateriais, como as águas, os parques, as serras, a seguridade social, a educação pública etc, mas também as imagens, os saberes, a linguagem, a cultura, os afetos.

O avanço do capitalismo sobre o comum, aquilo que no século XIX Karl Marx denominou como "acumulação primitiva do capital" ao analisar, por exemplo, os cercamentos das terras comuns na Inglaterra ou os processos de dominação colonial, colocou em cheque a natureza primitiva ou originária dessas práticas de puro saque, roubo institucional e expropriação direta para fins de acumulação de capital, já que tais práticas não ficaram restritas aos primórdios da revolução industrial, no período inicial de consolidação do capitalismo. Em verdade, o que Marx denominou como forma primitiva de acumulação de capital continua vigente, sob maneiras cada vez mais sofisticadas de espoliação, objetiva e subjetiva, e cada vez com mais peso no cômputo geral da acumulação de capital.

Para não incorrer na utilização inadequada do termo *primitiva* ao referir-se a essa forma de acumulação de capital que não passa pela esfera da reprodução ampliada, mas se reduz à mera expropriação de riqueza em detrimento do comum, David Harvey cunhou a expressão "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2005, p.121). Segundo o autor, estão compreendidas na noção de acumulação por espoliação "a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]" (HARVEY, 2005, p.121).

Harvey também reconhece que a acumulação por espoliação não está adstrita apenas à expropriação de bens comuns materiais, ganhando destaque nos marcos do neoliberalismo a acumulação por espoliação sobre bens comuns imateriais, como exemplifica na citação seguinte:

> A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. (…) A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de expropriação das terras comuns. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequencia usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. (…) A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. (HARVEY, 2005, p.123).

A acumulação por espoliação descrita por Harvey se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, marco da crise do fordismo, em alguma medida como forma de "compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida" (HARVEY, 2005, p.129).

O que importa destacar nesse tópico, no que diz respeito à aposta do trabalho na centralidade do comum nas lutas travadas no contexto pós-fordista neoliberal, é que cada vez mais as resistências se expressam como a defesa de bens comuns frente ao avanço da acumulação por espoliação, perpetrada ora pelo Estado, ora diretamente pelo capital, mas quase sempre pelo Estado-capital, unidos em simbiose para a captura do comum.

O levante zapatista no México em 1994 (o qual abriu um novo ciclo de lutas, passando pelas batalhas de Seattle durante o encontro de cúpula da Organização Mundial do Comércio – OMC, em 1999, até chegar às lutas multitudinárias na atualidade) expressou-se primeiro como a defesa das formas tradicionais de apropriação e uso comum da propriedade rural, os chamados

“ejidos”. Em 1992, durante as tratativas para a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e por pressão dos EUA, o presidente mexicano Carlos Salinas propõe uma reforma constitucional para alterar o Artigo 27, que trata da reforma agrária, conquista da revolução de 1910, de modo a permitir a divisão e alienação dos “ejidos”, transformando-os na prática de bem comum em propriedade privada. No mesmo ano os (as) zapatistas iniciam um processo democrático de consulta às comunidades sobre a luta armada contra as medidas neoliberais, a qual se instaura abertamente com o levante a partir do dia 1º de janeiro de 1994, quando o NAFTA entra em vigor (GENNARI, 2005).

O levante indígena (e ao mesmo tempo plural) no México inaugura este novo ciclo de lutas globais em defesa dos bens comuns, cujo marco inicial não raro é situado em Seattle pela intelectualidade de esquerda, pois o zapatismo já não se confunde com as formas de resistência tradicionais do final do século XX, trata-se de um processo resultado de hibridações potentes entre culturas e produções indígenas tradicionais, com o uso tecnopolítico das ferramentas de telecomunicações, especialmente a internet, e que teve como impulso molecular a dimensão da produção de subjetividade, em âmbito global e conectada em redes afetivas, uma inegável virtualidade que ampliou o alcance da narrativa insurgente. Quantos corações e mentes não foram afetados pelas declarações públicas escritas nas cartas do sub-comandante Marcos, entidade que trazia na patente a necessária subordinação da hierarquia à democracia real, inspiração política de alcance mundial, carregada de poética subversiva potente. Não se recomenda omitir deste novo ciclo global de lutas, no qual estamos inseridos (as), um levante que foi capaz de construir uma direção política que é, antes de tudo, uma anti-representação, inapreensível, indistinto, incapturável, com múltiplos rostos sob uma máscara ninja e, ao mesmo tempo, com rosto nenhum.

Os (As) zapatistas, desde o início, concentraram seu poder de fogo frente à violência do Estado mais no campo das subjetividades do que no campo militar, no qual sofriam inúmeras perdas humanas e materiais com as agressões do Exército Federal dirigidas contra as comunidades (colheitas,

escolas e vidas destruídas). Talvez por isso jamais tenham sido derrotados (as) pela força bruta da “besta criminosa”, por que, além dos *Caracóis*, territórios de controle zapatista, espaços de encontro e diálogo com a sociedade civil, auto gestionados e autogovernados (GENNARI, 2005), o zapatismo também ocupou mentes e produziu novas subjetividades, exatamente a partir da prática e do discurso que traziam formas de vida não capitalistas e de autogoverno não soberanas: “mandar obedecendo”. Isso, sem dúvida alguma, afeta muito, percorre entre selvas e montanhas os imaginários subversivos de uma juventude cada vez mais indignada frente ao autoritarismo dos “maus governos”, seja de direita, centro, ou esquerda, não importa, a indignação chegou ao limite do tolerável e a insurreição zapatista inaugurou um ciclo de narrativas e formas de organização que, além de potentes, enfrentam os vícios da esquerda tradicional partidarizada. Como não reconhecer a luta por um comum na insígnia que propõe “tudo para todos, nada para nós”? Vinda das palavras de um subcomandante despersonalizado, sem rosto, que buscava “explicar ao coração as ideias destinadas à cabeça”, num permanente esforço de desmascarar o poder instituído, as alianças espúrias do Estado mexicano e suas estratégias de dominação biopolítica. Hardt e Negri inscrevem o levante zapatista dentro das transformações operadas pelo pós-fordismo:

> O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que surgiu em Chiapas na década de 1990, representa um exemplo ainda mais claro dessa transformação: os zapatistas são o pivô entre o velho modelo guerrilheiro e o novo modelo de estruturas biopolíticas em rede. Também demonstram esplendidamente como a transição econômica do pós-fordismo pode funcionar igualmente em territórios urbanos e rurais, ligando experiências locais a lutas globais. (…) A comunicação é um elemento central da concepção de revolução dos zapatistas, e eles estão constantemente enfatizando a necessidade de criar organizações horizontais em rede, em vez de estruturas verticais centralizadas. (HARDT e NEGRI, 2005, p.123).

A *Guerra da Água* na Bolívia, no ano 2000, bem como a *Guerra do Gás* pela nacionalização dos hidrocarburetos no mesmo país, no ano 2003, processos políticos multitudinários potentes que implicaram na eleição do primeiro presidente indígena, Evo Morales, em um país com esmagadora

composição demográfica indígena, também foram resistências históricas empreendidas na América Latina em defesa de bens comuns contra a acumulação por espoliação neoliberal. Em suma, nas palavras de Harvey:

> A acumulação por espoliação de nossa época também tem levado a batalhas políticas e sociais e a vastos golpes de resistência. Muitas dessas lutas formam hoje o núcleo de um movimento antiglobalização, ou de globalização alternativa (…). A ênfase no âmbito desses movimentos no tema da "restituição dos bens comuns" indica contudo profundas continuidades com batalhas de muito tempo atrás. (HARVEY, 2005, p.134)

Ocorre que as transformações experimentadas no mundo do trabalho e as novas configurações da classe trabalhadora que emergiram da crise do fordismo colocaram desafios enormes às esquerdas tradicionais e especialmente à organização sindical que não estava preparada para se opor de maneira ampla e contundente aos processos de acumulação por espoliação, sem contar que o neoliberalismo teve como um dos escopos principais o enfraquecimento das formas tradicionais de organização e luta do trabalho. Nas palavras de David Harvey:

> As formas de organização desenvolvidas para combater a reprodução expandida não se transpuseram bem quando se tratava de combater a acumulação por espoliação. Numa generalização esquemática, as formas de organização política esquerdista instauradas no período 1945 – 1973, quando a reprodução expandida estava na ascendente, eram impróprias ao mundo pós-1973, quando a acumulação por espoliação passou a ocupar o primeiro plano como a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital. (HARVEY, 2005, p.141)

Se, como diz Harvey, na atualidade a acumulação por espoliação de fato está no primeiro plano da acumulação capitalista global, inegavelmente as lutas contra o saqueio neoliberal das nossas vidas, bens e formas de existência também ocupam hoje o primeiro plano das resistências contra o Estado-capital e, como as vidas são muitas, as lutas também são múltiplas, multitudinárias, diriam Hardt e Negri.

Ademais, como os métodos e as formas organizativas do mundo do

trabalho são diretamente vinculados a um modo específico de viver e sentir a vida, cabe neste momento abordar melhor as mutações operadas no mundo do trabalho que expressam, em síntese, a passagem do conceito de *operário-massa* para a noção de *operário-social*, o que se dá especialmente a partir da crise do fordismo e da emergência do chamado *capitalismo cognitivo*, ou *imaterial*, nos marcos do Império descrito por Hardt e Negri, conceitos sobre os quais passo a discorrer.

3.3. Império, capitalismo cognitivo e produção de subjetividade

lo que enfrentamos no son sólo soldados con armas sino sobre todo capital cognitivo: la sociedad del conocimiento, un orden atrozmente complejo.

Brian Holmes, *Manifiesto afectivista*

A esse capitalismo global financeiro que emerge das ruínas da sociedade fordista, especialmente na virada das décadas de 1960 e 1970, corresponde a passagem de uma soberania moderna imperialista para uma soberania imperial, donde exsurge a estrutura de poder global denominada por Hardt e Negri como Império (HARDT e NEGRI, 2001). Trata-se desse novo arranjo geopolítico que se caracteriza, primariamente, pelo progressivo declínio da soberania do Estado-nação (e uma profunda transformação da própria noção de soberania) em favor dos fluxos financeiros numa economia pós fordista, globalizada e neoliberal, orquestrada por organismos nacionais, supranacionais e empresas transnacionais.

O Império se caracteriza pela diluição das fronteiras, tanto espaciais, já que elas não impõem limites ao exercício do poder imperial pelas nações hegemônicas e pelo capital financeiro, quanto as temporais, uma vez que “o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais” (HARDT e NEGRI, 2001, p.15). Segundo os autores,

> A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não

> estabelece um centro territorial de poder, nem baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. (HARDT e NEGRI, 2001, p.13).

O poder capitalista contemporâneo se articula globalmente em redes políticas e econômicas cada vez mais complexas, nas quais estão indissociadamente conectados estados-nação, empresas transnacionais, grandes investidores, organismos multilaterais, articulados em redes móveis sem um centro territorial de poder, sustentado em regra pela democracia representativa liberal moderna.

Esta configuração contemporânea de domínio capitalista imperial, marcada pela "substituição da produção em massa padronizada para novos sistemas de produção flexível, com ênfase na solução de problemas, nas respostas rápidas e, com frequência, altamente especializadas" (HARVEY, 2008, p.146), também guarda correspondência, quanto ao modo de produção, com a passagem do fordismo para o chamado *capitalismo cognitivo*:

> A construção dos caminhos e limites desses novos fluxos globais tem sido acompanhada por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, com o resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro. (HARDT e NEGRI, 2001, p.13).

O Império descrito por Hardt e Negri se refere, portanto, à lógica política do capitalismo pós-fordista, cognitivo e imaterial, caracterizado pela crescente "desmaterialização da produção", pela força das "tecnologias digitais", pelo deslocamento da extração de valor para os "bens imateriais" (BOUTANG, 2012, p.82) e, tendencialmente, pela maior importância da captura dos bens imateriais para a própria reprodução do capital. Como afirma Barbara Szaniecki,

> Entramos na era do capitalismo cognitivo – sistema que captura elementos produzidos pelo trabalho social, por redes intelectuais, comunicativas e afetivas que não lhe pertencem. Neste sistema o único aporte do capital é, segundo Negri, o comando. (SZANIECKI, 2007, p.113)

Nesse processo irreversível de "cognitivização" da economia, especialmente a partir do desmonte do fordismo, os saberes deixam de ser meros "recursos produtivos", passíveis de quantificação, para ganhar centralidade na produção capitalista contemporânea, em proporção agora imensurável (ROGGERO, 2012, p.61). Em verdade, pode-se dizer que nos marcos do capitalismo cognitivo, "o capital funciona explorando progressivamente a produção e expressão do conhecimento" (HARDT e NEGRI, 2014, p.86), de tal maneira que "o conhecimento cada vez mais constitui o cerne das relações sociais, em termos tanto de controle capitalista, como de resistência referente ao trabalho vivo" (*idem*, p.87).

A transição do fordismo para o regime de acumulação capitalista cognitivo/imaterial também foi descrita por Michael Hardt sob o prisma da hierarquia das formas de propriedade ao longo do desenvolvimento capitalista. Vejamos:

> Antes de a indústria ter ocupado uma posição central na economia, lá no começo do século XIX, a propriedade *imóvel*, como a terra, manteve uma posição dominante em relação a outras formas de propriedade. Na longa era da centralidade da indústria, contudo, a propriedade *móvel*, como as mercadorias, veio a dominar sobre a propriedade imóvel. Hoje estamos no meio de uma transição similar, em que a propriedade *imaterial* e *reprodutível* está se tornando a posição dominante sobre a propriedade material. Com efeito, patentes, direitos autorais e outros métodos para regular e conservar o controle exclusivo sobre a propriedade imaterial são objeto dos mais agitados debates no campo do direito de propriedade. A importância crescente da propriedade imaterial e reprodutível pode servir de prova ou ao menos indicação à centralidade emergente da produção imaterial. (HARDT, 2012, p.50).

É nesse contexto do novo regime de *Capitalismo Mundial Integrado* (CMI), expressão cunhada por Guattari (2005), que a produção de

subjetividade ganha lugar privilegiado na produção de valor, de modo que “as forças de desejo, de criação e de ação” são instrumentalizadas como “principal fonte de extração de mais-valia no lugar da força mecânica do trabalho braçal” (ROLNIK, 2011, p.10), como bem resumiu Suely Rolnik já no início dos anos 1980.

Barbara Szaniecki, por sua vez, adverte que reconhecer que estamos num contexto de capitalismo imaterial “não significa que somos todos intelectuais ou criadores-criativos – artistas-designers – mas que todos desenvolvemos atividades híbridas de trabalho e ação-livre que possuem aspectos intelectuais, criativos e cooperativos” (SZANIECKI, 2014), sendo inegável que a extração de mais valia na atualidade não se furta de todos esses aspectos. Desse modo, a dimensão da subjetividade, não raro tida pela teoria revolucionária como apartada da esfera produtiva (*infraestrutura*), num plano superior (*superestrutura)*, revela-se como terreno fundamental da luta emancipatória. Nessa esteira, Giuseppe Cocco sustenta que:

> A produção de subjetividade não é uma solução em si, mas o próprio terreno da luta, uma luta que se articula nas modulações que separam, por meio de uma clivagem por vezes invisível (porque extremamente flexível), a autovalorização na heteronomia da autovalorização na autonomia. (…) No capitalismo industrial, a produção da liberdade era o terreno ao mesmo tempo da exploração e da emancipação. No capitalismo cognitivo, a produção de subjetividade é o terreno onde acontece, ao mesmo tempo, a exploração e a libertação: só que esta alternativa se abre às relações entre uma livre autovalorização e uma nova escravidão. (COCCO, 2012a, p.22)

É certo que a produção de subjetividade operada e determinada pelo poder instituído sempre deixa margem às resistências pela via de “dispositivos irresistíveis” (NEGRI, 2004). Entretanto, demorou muito para que as forças tradicionais de esquerda começassem a perceber o papel da subjetividade, tanto no domínio biopolítico exercido pelo Império, quanto na arena das resistências empreendidas contra o Estado-capital, as quais frequentemente trazem consigo a afirmação constituinte de outras formas de vida e relações pós-capitalistas.

> Se os marxistas e progressistas de todo tipo não compreenderam a questão da subjetividade porque se entupiram de dogmatismo teórico, já não é isso o que aconteceu com as forças sociais que administram o capitalismo hoje. Elas entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.34).

Maurizio Lazzarato, citando Guattari, diz que no capitalismo contemporâneo a subjetividade é até mesmo "a primeira e mais importante das produções capitalistas, pois a subjetividade condiciona e participa da produção de todas as outras mercadorias" (LAZZARATO, 2014, p.53). Explica, ainda, que o neoliberalismo é marcado por uma "servidão generalizada" que constitui uma "mega máquina contemporânea", cujos dispositivos vão bem além da fábrica para tomar "posse do comportamento e das atitudes não apenas no emprego e no trabalho em geral, mas também na vida diária" (LAZZARATO, 2014, p.34-35). Com Negri, pode-se efetivamente dizer que, atualmente, no contexto da produção imaterial, é extremamente difícil "distinguir produção de mercadorias da reprodução social de subjetividades, porque não podem existir novas mercadorias sem novas necessidades, nem reprodução de vida sem o desejo singular" (NEGRI, 2004, p.19).

Se de um lado, nos marcos do capitalismo cognitivo e imaterial, a produção de subjetividade ganha progressivamente importância na extração de mais valor (valores subjetivos agregados ao produto), por outro, considerando que "o meio de produção se tornou interno às singularidades empenhadas na organização do trabalho" (NEGRI, 2008, p.85-86), a produção de novas subjetividades também se torna central para se vislumbrar qualquer ruptura com o domínio imperial e com o controle biopolítico exercido pelo Estado-capital (expressão da simbiose no seu nível máximo entre o público e o privado). Nas palavras de Guattari e Rolnik:

> Não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social em nível macropolítico e macrossocial, concerne também à produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação. (GUATTARI e ROLNIK,

2011, p.34).

Chegamos ao ponto em que é possível compreender o caráter biopolítico da dominação exercida pelo Estado-capital (FOUCAULT, 2008), ente político transcendente, propulsor de modos de vida graças à dominação estendida a todos os domínios da existência humana para além do trabalho (*operário social*) e a partir dos corpos (*biopoder*).

No contexto biopolítico o poder soberano toma para si a responsabilidade quanto às formas de vida de toda a população, não necessariamente com vistas à melhoria da qualidade de vida, mas à realização do controle total sobre a vida. Isso sem perder de vista, por outro lado, a potência criativa das forças de oposição positiva que emergem da multidão e que resistem ante ao poder instituído em defesa do comum, aquilo a que Peter Pál Pelbart (2011) denominou como *biopotência da multidão*, ou seja, a subversão do "poder sobre a vida" para exprimir "o poder da vida" diante do poder.

Ocorre que, como diz Lazzarato, estamos num momento em que "os métodos para a produção de subjetividade que brotaram do leninismo (o partido, a concepção da classe operária como vanguarda, o 'revolucionário profissional') não são mais relevantes para as composições de classes atuais" (LAZZARATO, 2014, p.19). Isso graças à perda de centralidade do *proletariado* (representado por um partido de vanguarda) como o sujeito revolucionário por excelência, especialmente em face da crise do fordismo e a nova configuração do trabalho imaterial que modificou profundamente a natureza e a composição da classe trabalhadora mundial, "o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política" (HARVEY, 2008, p.179).

Harvey arremata dizendo que "a sindicalização e a política de esquerda tradicional tornaram-se muito difíceis de manter" após as transformações sistêmicas do capitalismo pós-fordista, ficou explícito que "os sindicatos dependiam do acúmulo de trabalhadoras nas fábricas para serem viáveis" (2008, p.145), o que deixou de ser uma realidade diante da explosão da fábrica fordista e a formação do *operário social,* flexível, precarizado, múltiplo, adaptável, comunicativo, inteligente, conectado, subjetivado, endividado,

mediatizado, representado e securitizado (HARDT e NEGRI, 2014).

Podemos resumir nos seguintes termos: a crise do fordismo tirou da fábrica o *status* de *locus* privilegiado da produção e exploração da vida para fazer ruir ante a força da mundialização financeira as fronteiras – mais teóricas que reais – que confinavam a produção do valor no nível da chamada infraestrutura e colocar a própria vida, o saber e as subjetividades como insumo indispensável ao capital. Daí decorre imediatamente o incontestável equívoco de qualquer proposição teórica e/ou política que julgue marginal a ação coletiva das múltiplas forças sociais emancipatórias em proveito da centralidade do *proletariado* como sujeito revolucionário.

Aquilo que Harvey via "menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total" (HARVEY, 2008, p.131), ao se referir ao fordismo do pós-segunda guerra mundial, permanece perfeitamente válido quanto ao capitalismo imperial pós-fordista. Mais do que o nunca o modo capitalista de produção, em sua atual conformação tendencialmente cognitiva e imaterial, prima pela produção de um modo de vida total, incrustando subjetivamente formas de existir, comunicar, vestir, consumir, pensar, amar, reproduzir e morrer.

Apesar de Harvey não admitir explicitamente a crescente autonomia do trabalho frente ao controle do capital no contexto de produção biopolítica pós-fordista, o geógrafo marxista se vê forçado a considerar que as mutações no mundo do trabalho também criam "para a classe trabalhadora oportunidades – bem como perigos e dificuldades –, precisamente porque educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de ser controladas pelos capitalistas" (HARVEY, 2008, p.175). Cabe, por oportuno, delinear as características desse sujeito político que emerge e se apresenta como possibilidade revolucionária no seio do capitalismo imperial pós-fordista.

3.4. A emergência da *multidão* como sujeito político

Homogênea, compacta, contínua, unidirecional, a massa é o todo o contrário da multidão, heterogênea, dispersa, complexa, multidirecional.

Bihr, na mencionada obra *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise* (1998), esforça-se para, a partir do novo cenário de ruptura dos pressupostos fundamentais da sociedade fordista e aperfeiçoamento da era de capitalismo cognitivo, investigar e avaliar os equívocos do movimento operário e descrever os desafios colocados à luta pela emancipação. Nesse sentido, uma característica essencial do movimento operário, forjado na esteira do fordismo, diz respeito à orientação de sua ação política, fundamentalmente focada na conquista e exercício do poder de Estado. Porém, o próprio autor reconhece, sem abrir mão da ortodoxia marxista, que "uma autêntica ruptura revolucionária com o capitalismo é impossível no quadro do Estado-Nação" (BIHR, 1998, p.117).

Na visão do autor, a construção da sociedade pós-capitalista passaria pela formação de *contrapoderes* capazes de enfrentar o Estado-capital e, ao mesmo tempo, oferecer as bases dessa nova sociedade. Entretanto, para Bihr, o *proletariado,* ou *os operários* tomados em sentido estrito, continua ocupando um lugar privilegiado na luta revolucionária:

> O estatismo de sua estratégia deve ser abandonado (...) é ao poder do capital em toda a sua extensão e em toda profundidade da práxis social que o proletariado deve atacar, reconquistando por sua vez o poder. Capacidade de dirigir, controlar e organizar essa práxis. (BIHR, 1998, p.159).

Pergunta-se: seria realmente honesta a teoria revolucionária que segue advogando pela centralidade de um setor específico da sociedade na luta pela emancipação do conjunto dessa mesma sociedade conformada por uma multiplicidade imensurável de identidades em disputa?

Apesar de insistir na centralidade da classe operária, o autor reconhece que, mais do que nunca, com o desmoronamento da sociedade fordista, o mito da *grande noite*, ou seja, a via insurrecional com vistas à tomada do poder de Estado para a construção da sociedade pós-capitalista se demonstra, definitivamente, superado. "A revolução é uma obra de grande fôlego" (BIHR,

1998).

É evidente que as mutações operadas no seio do processo produtivo, especialmente a partir dos anos 70, trouxeram consigo transformações na conformação da classe que inserem a multidão no debate sobre o sujeito político. Também é no vazio deixado pela classe operária que a multidão emerge como possibilidade de ruptura com o domínio capitalista imperial.

Foram Hardt e Negri (2005), a partir do pensamento spinozista, os autores que primeiro se lançaram no resgate e na reconstrução ontológica dessa categoria político-filosófica, tida como uma multiplicidade composta por singularidades irredutíveis, não representáveis, produto imanente da *práxis* coletiva, corpo biopolítico coletivo, heterogêneo e multidirecional que produz o comum capturado pelo Império. Por outro lado,

> As forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de construir, independentemente, um Contra-império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o Império, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial – na realidade essa nova luta já começou. (HARDT e NEGRI, 2001, p.15).

Evidentemente, a multidão, “essa figura contemporânea que conjuga multiplicidade e singularidade” (PELBART, 2011, p.85), a um só tempo “sujeito e produto da prática coletiva” (NEGRI, 2004, p.20), não se confunde mais com o *proletariado* e seus aparelhos de representação, a quem se dirige a relevante análise da crise do fordismo e dos desafios do movimento operário empreendida por Bihr. Apesar disso, o compromisso com a verdade diante do cenário colocado diante de si permite Bihr chegar a dizer que a crise do fordismo anuncia o fim do movimento operário (1998, p.79).

Mas não há o que lamentar, dos escombros do projeto socialista, sustentado pelo movimento operário constituído no seio do fordismo, emerge a vitalidade do projeto comunista, agora vislumbrado n*a biopotênc*ia da multidão (PELBART, 2011), também compreendida como organização biopolítica gerada pelo desejo de produção do comum. Como bem resume Hardt no pequeno texto *O Comum no Comunismo*,

> o desenvolvimento capitalista leva inevitavelmente ao papel cada vez mais central da cooperação e do comum, o que por sua vez fornece os instrumentos para reverter o modo de produção capitalista, e constitui as bases para uma sociedade e um modo de produção alternativos, um comunismo do comum. (HARDT, 2011).

Percebe-se, assim, como a aposta na centralidade do comum guarda estreita relação com o contexto inaugurado com a crise do fordismo, no qual fica evidente a tendência à transição de uma economia capitalista industrial para uma economia capitalista pós-industrial, em que a produção imaterial ou biopolítica tende progressivamente a suplantar a hegemonia da produção industrial. Aqui se considera que a produção imaterial de linguagem, saberes e afetos é, em princípio, comum, até que se opere a captura pelo capital, em regra via direito de propriedade, o que ao mesmo tempo, contraditoriamente, restringe sua produtividade.

Vendo por outro prisma, os bens imateriais não se deterioram pelo consumo, antes pelo contrário, a produtividade da linguagem e das ideias, por exemplo, é tanto maior quanto mais aberto, livre, comum seja o acesso a elas, sendo a captura promovida pelo capital aquilo que as torna inutilizáveis para quem não pode pagar. Em resumo,

> O capitalismo cognitivo (sobre)vive da exploração parasitária e rentista da produção coletiva, oferecendo condições para sua reprodução, como nas plataformas gratuitas de acesso às redes digitais (BOUTANG, 2010), ao mesmo tempo que 'estraga' essa própria dinâmica de valorização (COCCO, 2010). De um lado, a propriedade intelectual necessita impor-se por meio do comando e do controle, exigindo um aparato repressivo que procura compensar ou mitigar a fragilidade de uma legislação que se revela anacrônica e inaplicável nas atuais dinâmicas produtivas. De outro, a precarização do trabalho, sobretudo do trabalho imaterial, mina a própria potência produtiva do trabalho vivo (ROGGERO, 2012). Isso atinge negativamente as condições de criação e inovação, contrais no capitalismo cognitivo. (COCCO, 2012a, p.51)

Voltando à multidão, trata-se de um conceito de classe, que de maneira nenhuma se opõem à *classe trabalhadora*, mas que traz consigo uma nova

ontologia oriunda do campo de imanência e que não se confunde com a *classe operária* concebida dentro da tradição marxista, mesmo quando esta última é tomada na acepção mais ampla para incluir todos e todas que vendem no mercado sua força de trabalho para sobreviver. A multidão sobrevive para trabalhar, produz incessantemente, quando vende sua força de trabalho, mas também quando acorda, come, curte, compartilha, pensa, fala, consome, morre.

A multidão tampouco se define pelo lugar em que ocupa no processo produtivo, como é o caso da *classe operária*, mesmo porque na sociedade pós-fordista o processo produtivo rompeu fronteiras espaciais (fábrica) e temporais (jornada de trabalho), extrapolou o mundo do trabalho para se estender ao mundo da vida. Desse modo, não se pode pressupor que a libertação dos desígnios da produção material pela *classe operária* implica na emancipação de todos (as) do controle biopolítico exercido pelo Estado-capital, por mais que a *classe operária* seja um componente indispensável, e por vezes central, nas lutas encampadas pela multidão metropolitana. Está-se diante de um "conceito aberto e expansivo" (HARDT e NEGRI, 2005, p.147) que, nos termos de Hardt e Negri, "confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital" (*idem,* p.148), sem partir de qualquer restrição ou exclusão apriorística de algum setor, grupo ou categoria. Aqui, para o enfrentamento biopotente ao capital, todos (as) são bem vindos (as): lúmpens, putas, garis, camelôs, desempregados (as), sem-teto, estudantes...

> Classe operária é basicamente um conceito restrito baseado em exclusões. Em sua concepção mais limitada, classe operária refere-se apenas ao trabalho industrial, excluindo assim todas as demais classes trabalhadoras. Em sua concepção mais ampla, a classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, com isso excluindo as diferentes classes não-assalariadas. A exclusão de outras formas de trabalho da classe operária baseia-se na ideia de que existem diferenças de espécie entre, por exemplo, o trabalho industrial masculino e o trabalho reprodutivo feminino, entre o trabalho industrial e o trabalho camponês, entre os empregados e os desempregados, entre os operários e os pobres. A classe operária é considerada a classe produtiva primordial, estando

> diretamente sob o controle do capital e sendo por isso o único sujeito que pode agir com eficácia contra o capital. As outras classes exploradas também poderiam lutar contra o capital, mas somente subordinadas à liderança da classe operária. (…) o conceito [de multidão] repousa na tese de que não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho: todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital. Podemos encarar essa realidade como uma igualdade de oportunidades de resistência. Isto não significa, queremos deixar bem claro, que o trabalho industrial ou a classe operária não são importantes, mas apenas que não detêm um privilégio político em relação às outras classes de trabalho no interior da multidão. (HARDT e NEGRI, 2005, p.147).

De igual modo, a categoria povo também não possui o condão de chamar para si a responsabilidade de protagonista de qualquer projeto verdadeiramente emancipatório, mesmo sabendo que o sujeito social conformado sob tal designação seja indispensável para tanto. É que o povo, enquanto sujeito político, por mais revolucionário que seja, não pode ir além da soberania do Estado moderno e da democracia liberal representativa.

Mesmo a noção de povos, tais como os povos originários, encontram no Estado moderno um limite para sua autoafirmação: os povos da Amazônia no norte do Brasil não podem deixar de ser brasileiros enquanto estiverem sob a tutela jurídica soberana do Estado brasileiro. Isso está explícito na Constituição da República quando diz, por exemplo, que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes"[16], ou quando afirma, logo no preâmbulo, que o Estado Democrático é instituído pelos "representantes do povo brasileiro", "reunidos em Assembleia Nacional Constituinte"[17]. Ora, se o povo, por meio dos seus representantes, institui o Estado moderno sob o regime da democracia liberal, como poderá superá-lo na condição de sujeito social encarregado do projeto emancipatório? Aqui ratifico a assertiva de Alain Bihr quanto à impossibilidade de uma autêntica ruptura revolucionária no quadro do Estado-Nação.

Na verdade, a multidão sempre existiu, mas a modernidade logrou criar

---

[16] Art. 1º, parágrafo único, Constituição da República de 1988.
[17] Preâmbulo da Constituição da República de 1988.

um arcabouço filosófico, político e jurídico-institucional que fez sobressair o povo, como sujeito transcendente, passível de representação, nos contornos de um estado nacional soberano.

Paolo Virno, filósofo italiano, faz em seu livro *Gramática da Multidão* um resgate do embate teórico travado por Hobbes contra a multidão, como um conceito negativo "inerente ao estado de natureza", e em favor do povo, dotado de uma "vontade única" (VIRNO, 2013, p.10), cuja expressão remete sempre à soberania do Estado. A multidão era então considerada "antiestatal, e, por isso, antipopular", a ponto de Hobbes sustentar que quando os cidadãos se revoltam contra o Estado, "são a multidão contra o povo" (VIRNO, 2013, p.11). Em suma, Virno nos fala que:

> Antes do Estado eram os muitos, depois da instauração do Estado foi o povo – Uno, dotado de uma única vontade. A multidão, segundo Hobbes, afasta-se da unidade política, opõe-se à obediência, não aceita pactos duradouros, não alcança jamais o status de pessoa jurídica, pois nunca transfere seus direitos naturais ao soberano. (VIRNO, 2013, p.11).

A categoria povo é, portanto, conformada a partir da unidade do Estado-Nação, enquanto isso, a multidão é a classe dos muitos e rechaça sua redução a qualquer unidade transcendente para fins de representação política, ela jamais outorga sua soberania em proveito de representantes "democraticamente" eleitos. Contrapondo os conceitos de multidão e de povo sob o aspecto da representação, esclarece Negri:

> Em um sentido mais geral, a multidão desafia qualquer representação por se tratar de uma multiplicidade incomensurável. O povo é sempre representado como unidade, ao passo que a multidão não é representável, ela apresenta sua face monstruosa vis-à-vis os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. Ao contrário do conceito de povo, o conceito de multidão é de uma multiplicidade singular, um universal concreto. O povo constitui um corpo social; a multidão não, porque a multidão é a carne da vida. (NEGRI, 2004, p.17)

Isto posto, percebe-se de imediato a superação operada pelo conceito de multidão frente ao conceito de povo. Como sugere Szaniecki, ocorre uma

evolução do conceito de povo, *"*corpo social representado de maneira transcendente", para a multidão, *"*cooperação social expressa de forma imanente*"*, passando "de uma unidade representacional e transcendental abstrata" para "uma multiplicidade cooperativa e imanente concreta" (SZANIECKI, 2007, p.110). Szaniecki resume a passagem do conceito de povo para o conceito de multidão quando se trata de conceber o sujeito revolucionário na sociedade pós-fordista:

> Enquanto na modernidade a organização social é garantida pela contratualidade, em que o povo é produto político e estético da representação, é 'o produto do ato contratual constitutivo da sociedade burguesa' [HARDT & NEGRI], na pós-modernidade a organização social só é possível através da cooperação, isto é, da produção de subjetividade, política e estética, da multidão. (SZANIECKI, 2007, p.109-110)

Demarcamos alguns aspectos da multidão para distingui-la do *proletariado*, da *classe trabalhadora* e do povo – oponentes conceituais da multidão em termos político filosóficos, mas que na *práxis* social se fazem indispensáveis às lutas multitudinárias, vez que *povo* e *classe trabalhadora* também podem conformar e se expressar enquanto multidão.

Falta dizer que a multidão também não sucumbe perante a uniformidade indissociável e intrínseca ao conceito de *massas* que decorre da força homogeneizante do mercado, sob o prisma do consumo*.* A multidão*,* de outro modo, preserva as diferenças singulares, as subjetividades, as identidades em fluxo contínuo e os múltiplos desejos que, quando se confluem no comum, se revela como potência constituinte frente ao poder instituído. Como sustentam os autores da obra de grande fôlego sobre a denominada multidão*,* "a essência das massas é a indiferença: todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas", se por um lado as *massas* apresentam uma tonalidade única, por outro "a multidão é multicolorida" (HARDT e NEGRI, 2005, p.13).

Acrescente-se que as *massas* sempre denotam algum nível de hierarquia, direção, uma instância superior. Alguém sempre precisa preparar a massa, moldá-la a seu modo, para que fique adequada à persecução de um

objetivo descrito numa receita ou fórmula previamente estabelecida, isso vale para a culinária, para a construção civil, mas também para a filosofia política. A multidão, por sua vez, designa um sujeito social ativo que, diferentemente da passividade das massas que sempre devem ser dirigidas, "age com base naquilo que as singularidades têm em comum" (HARDT e NEGRI, 2005, p.140), trata-se, portanto, de um "sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum" (*idem*). Ainda sobre o conceito de massa, diz Negri:

> Também o conceito de massa (como multiplicação indefinida dos indivíduos) é um conceito de medida, e mais ainda, foi construído pela política econômica do trabalho com esta finalidade. Nesse sentido, a massa é o correlato do capital - assim como o povo é o correlato da soberania. (NEGRI, 2004, p.16)

Hardt e Negri entendem ainda que a multidão também pode ser encarada como uma rede, em que "todas as diferenças podem ser expressas livres e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum" (HARDT e NEGRI, 2005, p.12), sem estar subordinado ao comando do Estado-capital. Os autores dizem que "o desafio apresentado pelo conceito de multidão consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente" (*idem*). Antes do que lamentar o papel desempenhado pela diferença e pela alteridade na condição pós-moderna contemporânea, Hardt e Negri, bem como todos (as) aqueles (as) que apostam na multidão como sujeito político capaz de enfrentar o Império, partem da potência das múltiplas singularidades que se expressam na produção do comum e que não se reduzem ao Uno.

Nesse sentido, também vale citar Santos, o qual apostava na construção de um outro mundo possível mediante uma "globalização mais humana" sob as mesmas "bases técnicas que o capitalismo se apoia quando colocadas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos", destacando para tanto, também, a enorme mistura de povos, raças, culturas

(“sociodiversidade”) e a “mistura de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu”, propiciada pelos progressos da informação (SANTOS, 2012, p.21).

Cabe reconhecer, entretanto, que a construção imanente de um projeto emancipatório demanda muito mais do que a defesa e a construção do comum como segunda via frente ao público-privado em simbiose neoliberal expressa na fórmula Estado-capital. Ou seja, importa questionar como a multiplicidade de singularidades encarnadas na multidão é capaz de convergir num horizonte estratégico, preservando e fazendo das diferenças internas o substrato que lhe confere potência ante a força homogenizadora do Estado. Uma coisa é certa, é na metrópole contemporânea, a nova fábrica de produção biopolítica capitalista, onde têm sido travados os conflitos mais interessantes da multidão contra o Estado-capital e contra o Império.

3.5. A metrópole biopotente

Nos marcos do capitalismo pós-fordista, tendo a produção rompida os domínios da fábrica, o próprio espaço urbano se coloca como terreno privilegiado à produção de riqueza material e imaterial, de modo que a metrópole, ou a forma metropolitana, contraditoriamente, oferece as melhores condições para a expressão da biopotência da multidão na constituição do comum urbano.

> Em nossa era de produção biopolítica e capitalismo cognitivo, algumas das forças produtivas centrais, como aquelas que trabalham com ideias, afetos, códigos, comunicação e afins, não estão concentradas em fábricas, mas sim espalhadas pelo terreno social. De fato, a metrópole é o lugar privilegiado onde essas forças residem e interagem. (HARDT e NEGRI, 2014, p.103).

Os autores da trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth*, consideram a metrópole como o “locus primário da produção biopolítica” (HARDT e NEGRI, 2009, p.244) e, dessa maneira, também vislumbram a metrópole contemporânea como “o esqueleto e a espinha dorsal da multidão, ambiente construído que apoia sua atividade e o ambiente social” (*idem*, p.249). A

metrópole seria assim uma enorme reserva do comum, o que a torna ambiente privilegiado para ação política anticapitalista, em suma, na máxima lançada por Hardt e Negri, “a metrópole seria hoje para a multidão o que a fábrica foi para a classe trabalhadora industrial” (*idem*, p.250).

Hoje a metrópole, sede do poder político e econômico concentra tudo o que faz a sociedade: população, meios de produção, serviços, comunicação, tecnologias, administração pública, saúde, educação, cultura, lazer. Logo, é na metrópole, grande laboratório das forças sociais, que aparece com maior nitidez a própria essência da sociedade e, mais especificamente, do Estado capitalista contemporâneo imperial.

Ana Fani Carlos também relaciona a maior importância do papel exercido pela metrópole na acumulação capitalista contemporânea com a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, nestes termos:

> O espaço ganha, hoje, um sentido diverso dos movimentos anteriores da história de sua produção. No quadro do processo de mundialização, que delineia a relação global/local, redefine-se o papel da metrópole como mediação necessária desse processo, o que vai determinar um novo papel do espaço na reprodução do capital. Como exigência do seu desenvolvimento, esse comportamento realiza-se no movimento de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro, através da reprodução do espaço urbano, sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Isto é, a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo um “novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora (CARLOS, 2015, p. 25-26).

Inegavelmente, a afirmação do capitalismo financeiro global é acompanhada pela acentuação da centralização do capital na metrópole, impondo a ela uma determinada configuração espacial (CARLOS, 2015). Tal característica faz da metrópole, como condição geral de produção, o cenário peculiar das contradições próprias do capitalismo: centro e periferia, luxo e miséria, moderno e antigo, legal e ilegal, acessibilidade e exclusão, tudo isso

“convivendo” no mesmo espaço metropolitano, forma estendida como condição planetária geral. A própria natureza desses antagonismos da vida metropolitana é essencial para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos em embate com o Estado-capital, provedor das condições necessárias à reprodução dos (as) trabalhadores (as) na cidade.

É interessante notar como a configuração da cidade, em princípio, indica a organização da população em torno de uma vida comunitária – casas próximas umas das outras, espaços de convivência, equipamentos sociais compartilhados, sistema público de comunicação e transporte, enfim, a produção do comum urbano. Entretanto, o que sobressai, contemporaneamente, é o espaço esmigalhado vendido aos pedaços, a segregação social e racial, o isolamento e o atomicismo.

Isso, evidentemente, não retira da metrópole suas possibilidades emancipatórias, pois, dentre outras inúmeras razões, a metrópole concentra no mesmo território a multidão que produz o comum, o fluxo de informações, a produção artístico-cultural, os avanços tecnológicos etc. Em outras palavras, a metrópole agregou no tempo e no espaço as condições objetivas e subjetivas para a ruptura com o domínio biopolítico exercido pelo poder instituído nos marcos do capitalismo pós-fordista. Como sustenta Hardt e Negri,

> A metropolização do mundo não significa necessariamente apenas a generalização de estruturas de hierarquia e exploração, pode também significar a generalização da rebelião e, assim, possivelmente, o crescimento das redes de cooperação e comunicação, a intensidade crescente do comum e encontros entre singularidades. É aí que a multidão está achando seu lar. (HARDT e NEGRI, 2009, p.260).

Inegavelmente as *manifestações de junho de 2013* no Brasil colocaram aos movimentos sociais e aos partidos ditos de esquerda a necessidade de aprofundar a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução do espaço urbano, bem como a atuação dos agentes políticos e financeiros nesse campo. As rebeliões, deflagradas sobretudo pela multidão metropolitana, tiveram como pano de fundo a agudização da crise urbana, no entanto, as forças políticas da chamada esquerda instituída ainda estão longe de

compreender as complexidades próprias do fenômeno urbano fora do prisma estreito da contradição capital-trabalho, bem como reconhecer o papel desempenhado pela metrópole nos marcos do capitalismo global pós-fordista.

Mais do que isso, podemos afirmar que a cidade nem sempre fez parte da análise da teoria revolucionária que, tradicionalmente, priorizou a luta operária e camponesa (MARICATO, 1988). Dessa forma, restou prejudicado um olhar específico e compreensivo sobre a questão urbana, de modo integrado com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal globalizado, que pudesse permitir a construção de uma teoria das lutas urbanas. As mobilizações de *junho de 2013*, nesse sentido, têm muito a ensinar às forças de esquerda.

> Mas, no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público. (MARICATO, 2013, p.19)

Também é evidente que compreender as contradições próprias da lógica de apropriação do espaço, sob os marcos do neoliberalismo, do planejamento estratégico e da cidade-empresa, é pressuposto para a compreensão da crise urbana, razão última das mobilizações multitudinárias de 2013. Cabe assim, aprofundar a análise crítica e apreender certas categorias que caracterizam a cidade neoliberal das parcerias público-privadas, marcada por um modelo de gestão empresarial do espaço e do planejamento urbano, tais como: cidade global, planejamento estratégico, urbanismo *ad hoc*, grande projeto urbano, *market-friendly*, gentrificação/revitalização, etc.

> (...) o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. (HARVEY, 2013, p.32)

3.6. A cidade neoliberal das parcerias público-privadas

Enquanto ligada às forças produtivas, e sendo ela própria força produtiva, a cidade é a sede do econômico e de sua monstruosa potência.
Nela, no curso da história (a sua), o valor de troca venceu lentamente o valor de uso; esta luta se inscreveu sobre as muralhas das cidades, sobre os edifícios, nas ruas; as cidades trazem seu vestígio, testemunham-na.
Henri Lefebvre

No contexto da sociedade pós-fordista, de capitalismo global financeiro, cognitivo e imaterial, o capital assume sua forma mais dinâmica e flexível, o que se traduz no âmbito da produção do espaço urbano no chamado *planejamento estratégico.* Cabe assim, aprofundar a análise crítica e apreender certas categorias que caracterizam a cidade neoliberal, marcada por um modelo de gestão empresarial do espaço e do planejamento urbano.

Não é nenhuma novidade o fenômeno da transposição da lógica empresarial de gerenciamento para o planejamento e gestão das cidades, sustentada como uma exigência incontornável face às condições impostas para se alcançar competitividade no mundo globalizado. Desde a década de 1990, autores como David Harvey, Otília Arantes e Carlos Vainer situam o tema do *empreendedorismo urbano* no centro da *questão urbana*.

Dentro do paradigma do *empreendedorismo urbano,* as cidades são governadas como se fossem empresas, em permanente competição umas com as outras para atrair capitais e investimentos na economia global. Estando as cidades submetidas aos mesmos desafios colocados às empresas, caberia aos governos municipais adotarem um *planejamento estratégico*[18] inspirado em

[18] Sobre a caracterização do *planejamento estratégico* no contexto de realização dos megaeventos esportivos no Brasil, a obra *O Jogo Continua: Megaeventos Esportivos e Cidades*, trouxe importantes contribuições ao debate: "Esse novo paradigma, também conhecido por planejamento estratégico, sugere a intervenção urbanística pontual, limitada no tempo e no espaço (os Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano), e se estrutura em aberta parceria com o capital privado, pela via do "empresariamento urbano" (HARVEY, 1996). Sob a égide desse novo "urbanismo de resultados", o modelo de gestão e produção da cidade vem associado às "parcerias público-privadas", que constituem novos arranjos econômicos e políticos, conferindo a determinados agentes econômicos centralidade na cena política urbana e redefinindo novas relações entre o capital e o Estado. (MASCARENHAS *et. al.*, 2011, p.54)

conceitos e técnicas que são próprias do planejamento empresarial. Daí a pertinência do conceito de *cidade-empresa* para caracterizar esse padrão de "desenvolvimento" urbano sob a égide do neoliberalismo e da globalização financeira.

> Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (VAINER, 2012, p.86)

A produção do espaço urbano, dentro do *planejamento estratégico*, é sobretudo orientada pelos imperativos da eficiência, metas, resultados, autonomia local, vantagens econômicas, *marketing* de cidade, parceria público-privada etc. Este modelo de gestão, que sucedeu ao planejamento moderno racionalista, funcionalista e rígido, corresponde ao ditame neoliberal de fortalecimento do *poder local* em oposição à ação centralizada e normativa do Estado nacional. Nessa esteira, Harvey relacionou "a capacidade declinante do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais" (HARVEY, 2006, p.168) com o fortalecimento do *poder local*, o que, a um só tempo, dilui a centralidade do Estado e permite a negociação direta entre o capital financeiro internacional e os governos locais.

Desse arranjo, decorre o papel central das *parcerias público-privadas* que sustentam esse novo *empreendedorismo urbano,* garantindo a oferta de infraestrutura e a assunção dos riscos dos investimentos pelo setor público. Como bem resume Harvey:

> (...) a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado. Em muitos casos isso significou que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios, ainda que haja exemplos onde isso não ocorreu (…). (HARVEY, 2006, p.173).

A parceria público-privada é, por assim dizer, a coluna vertebral do *planejamento estratégico* que, como disseram os próprios missionários do gerenciamento empresarial da cidade, este deve ser "pactuado entre os principais atores públicos e privados" (CASTELLS e BORJA, 1996, p.157). É a parceria do poder público com os agentes privados que irá resguardar o atendimento dos interesses do mercado na formulação do planejamento e na tomada de decisões que dizem respeito às intervenções estruturantes no espaço.

Por outro lado, a gestão empresarial da cidade, pactuada pelo setor público com os *principais* atores privados, precisa ser "aceita" pelo conjunto da população, o que também coloca a formulação de uma imagem positiva de cidade – *city marketing* – como imperativo de primeira ordem, não apenas no âmbito exterior (para a atração de investimentos), mas também para a construção de um *consenso* interno e formação do chamado "patriotismo cívico", indispensável à "crença [coletiva] no futuro da urbe" (CASTELLS e BORJA, 1996, p.160). Como afirma Arantes:

> E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. (...) o que está assim em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making.* (ARANTES, 2012, p16-17).

Em síntese, a *cidade-empresa* estrategicamente planejada, conforme os ditames do mercado, tem como pressuposto a *autonomia* e o fortalecimento do *poder local* que concebe e executa as intervenções espaciais em parceria fina com os agentes privados, capaz de gerar respostas competitivas frente à economia global e, ao mesmo tempo, buscar a aceitação passiva dos munícipes por meio de uma imagem positiva e forte de cidade. Não podia ser diferente, posto que toda grande empresa precisa ter uma boa marca. Em Belo Horizonte, o melhor exemplo desse apelo imagético que visa estimular o chamado "patriotismo cívico" é a peça publicitária amplamente difundida em

adesivos, camisas e nos mais diversos produtos e serviços sob a insígnia “eu amo BH radicalmente”.

A *cidade-empresa* precisa garantir as condições de infraestrutura e prestação de serviços, mas também as condições normativas e institucionais necessárias à realização célere, eficiente e rentável dos capitais imbricados na produção e/ou requalificação do espaço urbano. Dessa maneira, o dirigismo estatal e a normatização rígida da cidade, características do planejamento moderno racionalista e funcional, com usos e padrões construtivos bem definidos na legislação a partir do zoneamento, colocam-se como obstáculos ao modelo de gerenciamento empresarial do espaço urbano. Nas palavras de Vainer, “na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei” (VAINER, 2012, p.91), assim “descartemos o plano diretor e o zoneamento por sua rigidez e constrangimentos ao mercado” (VAINER, 2013, p.38).

Dessa crítica não decorre nenhum saudosismo ao planejamento estatal rígido e funcionalista, mas sim a constatação das mutações operadas no planejamento urbano nos marcos do neoliberalismo que expressam, em última instância, a impossibilidade do Estado, em simbiose com o capital, em responder à problemática urbana orientado pela efetividade da função social da cidade e pela garantia da gestão democrática. A produção da cidade é, de fato, na atualidade, “um grande negócio” (MARICATO, 1988), contudo nem o Estado-planejador de outrora, nem o Estado-capital promotor das *parcerias público-privadas,* são depositários de nossa confiança para qualquer mudança desse quadro.

De qualquer modo, cumpre observar que, dentro do *planejamento estratégico*, não há mais lei urbana que se sustente frente aos interesses econômicos dos *parceiros privados* envolvidos na produção da cidade. Tudo é passível de ser flexibilizado, excepcionado, ou mesmo violado (e depois compensado), sejam áreas ambientalmente protegidas, ou zonas destinadas apenas ao uso residencial, todas as regras urbanísticas podem ser transpostas, paradoxalmente, dentro da estrita legalidade – como na hipótese das operações urbanas consorciadas. Esse é o pano de fundo que subjaz à

chamada “cidade de exceção”, em que o excepcional é instituído como regra na produção do espaço urbano para assegurar flexibilidade e agilidade aos processos decisórios que afetem os interesses do capital, a despeito da normatização burocrático-institucional.

Nesse contexto, sem dúvida alguma, as operações urbanas consorciadas, modalidade de parceria público-privada aplicada ao planejamento urbano muito recorrente na atualidade, a exemplo da OUC *Nova BH*, são o instrumento de política urbana que melhor traduz o paradigma da *cidade empresa* e, consequentemente, o agravamento da segregação socioespacial urbana.

3.7. O instrumento operação urbana consorciada

A reforma urbana, que resgataria o solo das servidões devidas à propriedade privada (e por conseguinte da especulação) já tem um alcance revolucionário.

Henri Lefebvre

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/2001) é considerado pelos movimentos e entidades que integram o Fórum Nacional de Reforma Urbana um importante marco normativo com vistas à efetivação da função social da cidade. Apesar de reconhecermos a relevância da nova ordem urbanística inaugurada pelo Estatuto da Cidade, importa analisá-lo criticamente, especialmente considerando o papel desempenhado, na prática, por determinados instrumentos do *planejamento estratégico* ali disciplinados, como é o caso das operações urbanas consorciadas que parecem agravar a segregação socioespacial urbana e a lógica de financeirização do espaço. Na prática, as operações urbanas têm assumido prioridade em relação aos instrumentos de política urbana que são condizentes ao ideário da reforma urbana, como os compulsórios, IPTU progressivo, desapropriação sanção, as ZEIS vazias e outros também disciplinados pelo Estatuto da Cidade[19].

[19] Uma relevante pesquisa acerca da efetividade dos Planos Diretores municipais e da regulamentação/aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade pode ser encontrada no livro *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da*

A preferência no uso das operações urbanas é frequentemente justificada pelo argumento de que a maior parte de nossas cidades estaria imobilizada desde um ponto de vista financeiro. A utilização do instrumento se apoia, basicamente, em quatro justificativas: 1) carência de recursos públicos para a realização de transformações urbanas; 2) a convicção de que as inversões públicas geram uma valorização imobiliária que poderia ser capturada pela municipalidade; 3) a flexibilização das formas de controle do uso e ocupação do solo seria uma "moeda de troca" utilizada pela municipalidade e, por último, 4) a crítica às estratégias atuais de controle do uso e ocupação do solo derivadas de sua incapacidade de captar as singularidades de cada território. Entretanto, a aplicação disseminada das operações urbanas demonstra que as intervenções geradas têm promovido processos de valorização imobiliária concentradores e excludentes (FIX, 2001).

Em síntese, as operações urbanas consorciadas são *parcerias público-privadas* na execução do planejamento urbano que permitem excepcionar a legislação aplicável até então para fins de promover intervenções estruturais, por vezes financiadas com a arrecadação de recursos junto ao setor privado que, por seu turno, é beneficiado com a flexibilização de parâmetros urbanísticos. As operações urbanas são aprovadas por lei específica e deveriam garantir a participação popular, tal como dispõe o artigo 32 e seguintes do Estatuto da Cidade:

> Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (Lei Federal nº. 10.257/2001, art. 32, § 1º)

Estamos diante de um instrumento de política urbana que permite excepcionar todo o ordenamento urbanístico, como lei de uso e ocupação do solo ou plano diretor – os quais passaram, ao menos em tese, pelo crivo da participação popular –, para alterar usos, coeficientes e padrões construtivos,

---

Cidade: balanço crítico e perspectivas (SANTOS JUNIOR e MONTANDON, 2011).

ou seja, é a lei autorizando o desrespeito à própria lei e, via de consequência, consolidar a prática da exceção como regra.

Em verdade, desconheço alguma experiência no país em que o instrumento operação urbana consorciada tenha efetivamente alcançado suas finalidades legais, à luz dos princípios que informam o capítulo de política urbana da Constituição da República (arts. 182 e 183) e a Lei Federal nº. 10.257/01 (art. 2º). Antes pelo contrário, o que se nota nas operações urbanas (até então conhecidas), é o agravamento da desigualdade na distribuição das mais valias urbanas mediante a concentração de investimentos em áreas socialmente privilegiadas, reproduzindo a hierarquização dos lugares no espaço metropolitano, o favorecimento de interesses imobiliários especulativos com a acentuação da valorização imobiliária (pressuposto para o êxito das OUC) e a segregação socioespacial com a remoção direta e indireta de famílias.

A respeito das razões de fundo que subjazem á atuação do Estado no tocante às operações urbanas, diz Carlos:

> É assim que, para restabelecer as condições do crescimento, é necessário criar mecanismos que minimizem a situação que transforma o espaço em raridade sem, todavia, questionar a existência da propriedade privada do solo urbano (ao contrário permitindo sua reprodução), o que vai se realizar com a intervenção do Estado no espaço. Isso porque só ele tem o poder de atuar no conjunto do espaço metropolitano, transformando áreas públicas, redirecionando investimentos, construindo infraestrutura, metamorfoseando as funções, criando formas de intervenção, transformando usos, redistribuindo os habitantes, através das políticas urbanas (como o mecanismo das operações urbanas) etc. A criação de mecanismos capazes de liberar área construída residencial para o crescimento do setor de serviços em São Paulo, como extensão da antiga área central vai se realizar por meio das operações urbanas, coordenadas pela Prefeitura, em parcerias com o setor privado (como as Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada). (CARLOS, 2015, p.30).

Fix (2001), por sua vez, aponta como os fundos públicos arrecadados por meio da venda dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), títulos financeiros que podem ser emitidos pelo município nas

operações urbanas consorciadas[20], são revertidos em favor do próprio setor privado através da reinversão desses recursos na área da própria operação urbana. O que se observa é que o plano urbanístico da operação funciona como um pacto prévio entre o mercado e o poder público municipal, visando assegurar que as intervenções com os recursos da operação sejam feitas prioritariamente conforme os interesses dos agentes privados parceiros, enquanto o restante da cidade se converte cada vez mais pobre.

Inegavelmente, o instrumento institucionaliza e legitima a especulação imobiliária como elemento motivador da renovação urbana da cidade. O desenho da cidade se subordina ao interesse do mercado, pois o meio para se alcançar ditas transformações é justamente a valorização do solo urbano e o reforço da propriedade privada, gerando um ciclo vicioso e uma crescente subordinação da política urbana ante os interesses privados dos proprietários de terras, agentes imobiliários e grandes construtoras.

No campo da produção teórica que serve de substrato à atuação institucional no manuseio das operações urbanas consorciadas, vale destacar a obra *Operações Urbanas, Anais do Seminário Brasil-França,* organizada e publicada pelo Ministério das Cidades, contendo as exposições apresentadas no seminário em questão, realizado em Belo Horizonte, no ano de 2008. É interessante notar na maioria dos textos ali publicados uma exaltação do instrumento como garantidor do desenvolvimento urbano e da requalificação nos usos e paisagens da cidade, notadamente por via da atração de investimentos privados. Entretanto, a suposta neutralidade do discurso deixa escapar, por vezes, a matriz ideológica que subjaz às operações urbanas, como por exemplo, no texto introdutório da obra em questão que, ao comparar as operações urbanas com as *Zonas de Ocupações Concertadas – ZAC's* (instrumento de planejamento urbano francês que inspirou as operações urbanas no Brasil), afirma:

---

[20] Assim dispõe o art. 34 do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001) acerca dos CEPACs: *A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação*. § 1º Os *certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação;* (...).

> Contudo, se as ZACs francesas pressupunham uma maior interferência do Estado no desenvolvimento urbano, por meio de ações diretas de urbanização, de mobilização e de recuperação da valorização imobiliária à coletividade, fazendo com que o capital privado ficasse submetido aos interesses e prioridades públicos. No Brasil, as Operações Urbanas surgiram em outra linha de atuação, mais vinculadas à negociação de exceções à legislação urbana pelo Estado, por meio do mecanismo do Solo Criado, para a obtenção de recursos pelo Poder Público para ações de desenvolvimento urbano. (BRASIL, Ministério das Cidades. 2009, p.11)

Não se trata de citação extraída das publicações do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento ou outro organismo multilateral prolator do *planejamento estratégico*, mas sim excerto de texto formulado pelo próprio Ministério das Cidades que revela, por si só, a abordagem do urbanismo neoliberal ao qual corresponde a farta utilização do instrumento das operações urbanas consorciadas. Entretanto, não faltam trabalhos e pesquisas que "buscam contrapor as discussões sobre as exclusões socioterritoriais geradas pelos modelos conhecidos de implantação das parcerias entre Poder Público e investidores privados" (MONTEIRO, 2014, p.29), como por exemplo intentou a arquiteta Lívia de Oliveira Monteiro, a qual fez parte da equipe técnica dentro da administração municipal de Belo Horizonte responsável pela elaboração da OUC *ACLO*[21].

A pesquisadora em questão, a despeito das experiências desastrosas de aplicação do instrumento no tocante ao agravamento das desigualdades socioterritoriais, sustenta que as intervenções efetivadas pelas operações urbanas "podem ser capazes de sanar – ou diminuir – deficiências profundas no meio urbano e ampliar a condição de acesso da população a espaços centrais e, por conseguinte, aos serviços urbanos" (MONTEIRO, 2014, p.31), como se fosse concebível um instrumento de política urbana "capaz de se adequar tanto ao ideário da reforma urbana quanto aos interesses daqueles agentes que buscam formas de viabilizar a cidade-mercadoria" (COTA, 2010, p.382, *apud* MONTEIRO, 2014, p.29). Trata-se de uma obviedade, mas se faz

[21] Operação Urbana Consorciada Avenida Antônio Carlos – Eixo Leste-Oeste/Pedro I.

necessário registrar que o ideário da reforma urbana é inconciliável com os propósitos da cidade-empresa encarnada sob o mantra do urbanismo neoliberal.

Penso que as resistências contra grandes projetos urbanos de tipo neoliberal via parcerias público-privadas, seja na forma de OUC ou não, assim como tem sido a resistência das ocupações da Izidora em Belo Horizonte, do Movimento Ocupe Estelita em defesa do cais do Recife ou do Parque Augusta contra a destruição do último remanescente de Mata Atlântica no centro de São Paulo, dentre inúmeras outras resistências biopotentes, conformam, na atualidade, uma importante trincheira na ação política dos movimentos multitudinários em defesa e pela constituição do comum urbano.

Se por um lado "o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano" (GUATTARI, 1992, p.170), por outro, os projetos contra os quais essas resistências se opõem encarnam perfeitamente o paradigma da *cidade-empresa*, orientada pelo *planejamento estratégico*, arquétipo contemporâneo da metrópole pós-fordista, contra o qual a multidão se rebela.

Antes de dedicar um capítulo sobre o comum que, se de um lado está ameaçado pela disseminação das parcerias público-privadas no contexto do urbanismo neoliberal, por outro se abre como possibilidade para a produção de resistências positivas e novas subjetividades no seio da metrópole biopolítica, cabe um excurso sobre a derrota da OUC *Nova BH*, sucumbida perante a potente resistência em rede da multidão belorizontina.

Excurso da OUC Nova BH

Meu interesse em pesquisar a operação urbana consorciada Nova BH veio da minha atuação, como ativista, nos espaços de mobilização política e construção coletiva de um pensamento crítico, em oposição à governabilidade empresarial e antidemocrática de Belo Horizonte, tão marcante nas últimas administrações da cidade. Em diferentes momentos da militância me deparei com grandes projetos urbanos arquitetados como operações urbanas (nenhuma delas efetivada até hoje, oxalá!), seja como membro das Brigadas Populares, seja como advogado popular vinculado ao Coletivo Margarida Alves de Assessoria Jurídica ou, ainda, como pesquisador do Pólos de Cidadania, programa de pesquisa e extensão da UFMG.

Como brigadista, atuei em 2005 na ocupação do Novo Lajedo, na região norte de Belo Horizonte, onde soubemos do intento de uma operação urbana na região do Isidoro, já aprovada em lei, prevista para ocorrer no último grande remanescente verde da cidade, equivalente à área compreendida pela Avenida do Contorno. O Novo Lajedo, comunidade com milhares de famílias que ainda se encontram em situação de insegurança da posse e carência de infraestrutura e serviços urbanos básicos, é limítrofe à Mata do Isidoro, na qual ocorre neste momento o maior conflito fundiário urbano do estado de Minas Gerais, quiçá do Brasil, envolvendo três grandes ocupações de sem-teto: Rosa Leão, Vitória e Esperança, autodenominadas como ocupações da Izidora, em resgate ao nome original que constou nos mapas da cidade até a década de 30. Nessa área também está situada a comunidade Mangueiras, uma das duas únicas áreas remanescentes quilombolas de Belo Horizonte – a outra é a comunidade dos Luizes, no bairro Grajaú – cuja existência foi simplesmente ignorada nos estudos iniciais da operação urbana do Isidoro apresentados pela Prefeitura.

Como pesquisador do Núcleo de Direito à Cidade do Programa Pólos de Cidadania da UFMG, também atuei na Vila Acaba Mundo, uma das favelas mais antigas da cidade, marcada por recorrentes conflitos fundiários dada sua localização privilegiada. A partir do trabalho na Vila Acaba Mundo, participei do

Movimento Pró Parque, formado por várias associações comunitárias, inclusive a associação de moradores da vila, com objetivo de defender a criação de um parque na área da Mineração Lagoa Seca, localizada logo atrás do morro do Acaba Mundo, bem como denunciar e mobilizar a sociedade contra a proposta de construção de um mega empreendimento imobiliário na região imediata da Serra do Curral. As construtoras interessadas no empreendimento intentam aprovar, junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, a revisão das condicionantes da licença ambiental concedida para fins de exploração mineral para viabilizar a realização do empreendimento imobiliário que seria feito por meio de operação urbana consorciada, segundo anunciado pelas próprias empresas em vasta campanha publicitária a respeito do empreendimento (Parque Burle Marx) antes mesmo de apresentarem qualquer projeto de licenciamento.

Ainda como pesquisador do Pólos, participei também de reuniões na Vila Santa Isabel para acompanhar discussão a respeito de possível operação urbana que afetaria a mencionada comunidade, até então demarcada como ZEIS no zoneamento da cidade. A municipalidade pretendia à época viabilizar empreendimento imobiliário de luxo no local onde atualmente se encontra a Vila Santa Isabel, consolidada em região extremamente valorizada, no alto da Avenida Afonso Pena. Nesse caso, seria utilizada uma resolução aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, em 2011, que permite a realização de operações urbanas em áreas afetadas como ZEIS (sic). Mais uma vez, pretendia-se lançar mão do instrumento da operação urbana como forma de excepcionar a legislação urbanística em vigor, no caso para viabilizar empreendimento imobiliário de alto padrão com a remoção de comunidade protegida por ZEIS, com objetivo de atender aos interesses da indústria imobiliária.

A última situação desse histórico ativista apta a demonstrar meu interesse nas operações urbanas consorciadas diz respeito à própria OUC Nova BH. Nessa operação estaria prevista a construção do empreendimento divulgado à época, isso em 2012, como Complexo Andradas, o qual supostamente seria o maior prédio da América Latina (85 andares!). Em consequência desse mega

empreendimento de uso misto, estaria prevista a remoção da Vila Dias, favela do tradicional bairro de Santa Tereza, segundo entrevista concedida à época ao Jornal Estado de Minas pelo então Secretario Municipal de Planejamento. Assim, como morador do entorno, passei a integrar em 2012 o Grupo de Referência Local (GRL) formado, conforme prevê a legislação municipal, para acompanhar a elaboração do Plano Global Específico (PGE) da Vila Dias, instrumento de política urbana para fins de "regularização fundiária" que considero a ante sala da remoção de assentamentos informais em Belo Horizonte. Desconheço algum PGE de vilas e favelas elaborado pela Prefeitura que não tenha previsto remoção injustificada de famílias pobres.

Nesse período, como morador da região e contrário ao polêmico Complexo Andradas, passei a acompanhar o Grupo de Pesquisa Indisciplinar, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, o qual havia começado a investigar a OUC Nova BH, muito antes de ela vir a público. Vale observar que o projeto do Complexo Andradas foi anunciado em área localizada dentro da mancha da operação urbana e somente seria realizável com a flexibilização dos parâmetros urbanísticos vislumbrada no pacote da OUC Nova BH.

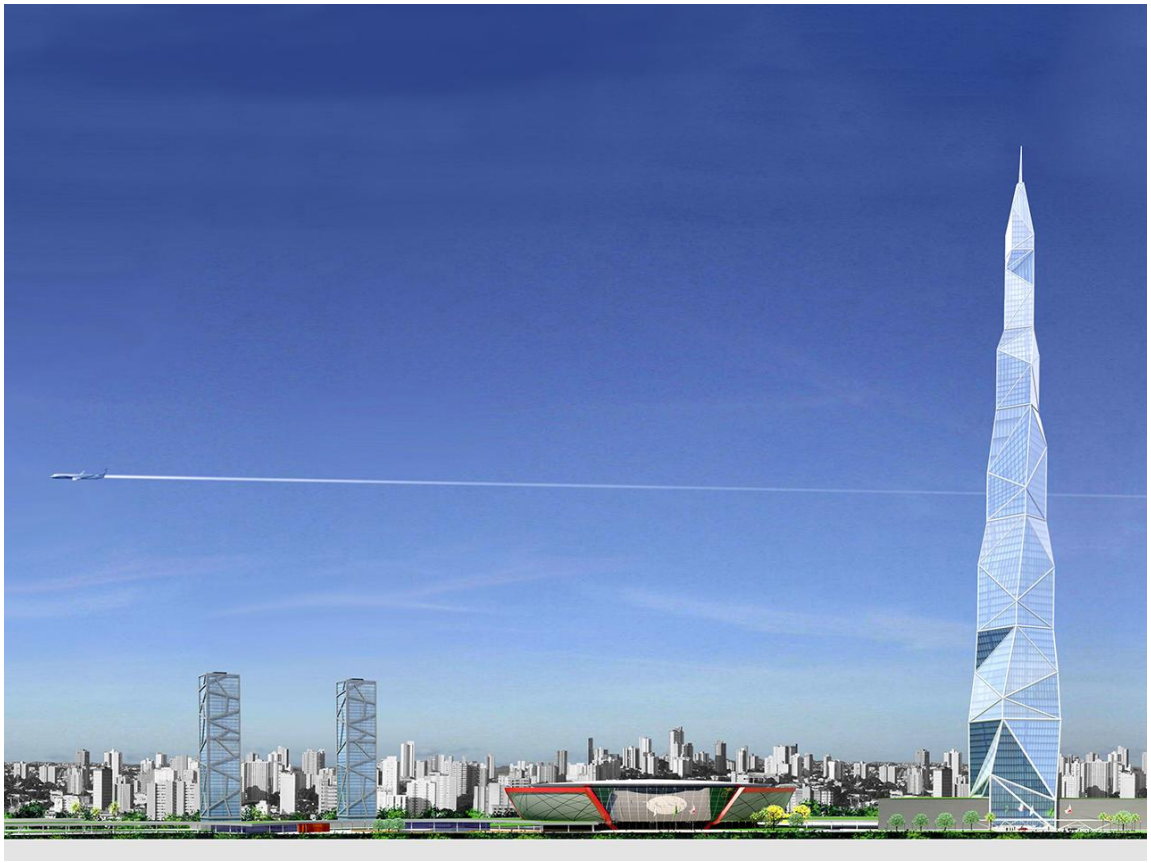


Figura 3: Imagem ilustrativa do Complexo Andradas, divulgada pelo escritório Farkasvölgyi

A Nova BH foi anunciada publicamente pelo governo municipal somente no mês de outubro de 2013, tendo sido concebida e arquitetada a portas fechadas, entre agentes públicos municipais e as empresas interessadas na operação. A sonegação de informações por parte do poder público municipal visava impedir o dissenso, ou seja, obstar questionamentos, críticas e resistências para garantir a realização do megaprojeto a despeito dos interesses da população e do princípio da gestão democrática das cidades. A OUC Nova BH seria a maior operação urbana consorciada da história da cidade e abarcava os eixos dos corredores das avenidas Antônio Carlos/Pedro I somado aos corredores das avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via expressa, abrangendo toda a extensão do vale do Arrudas (eixo leste-oeste), mancha essa que foi pouco alterada pela OUC ACLO, a qual substituiu a OUC Nova BH.

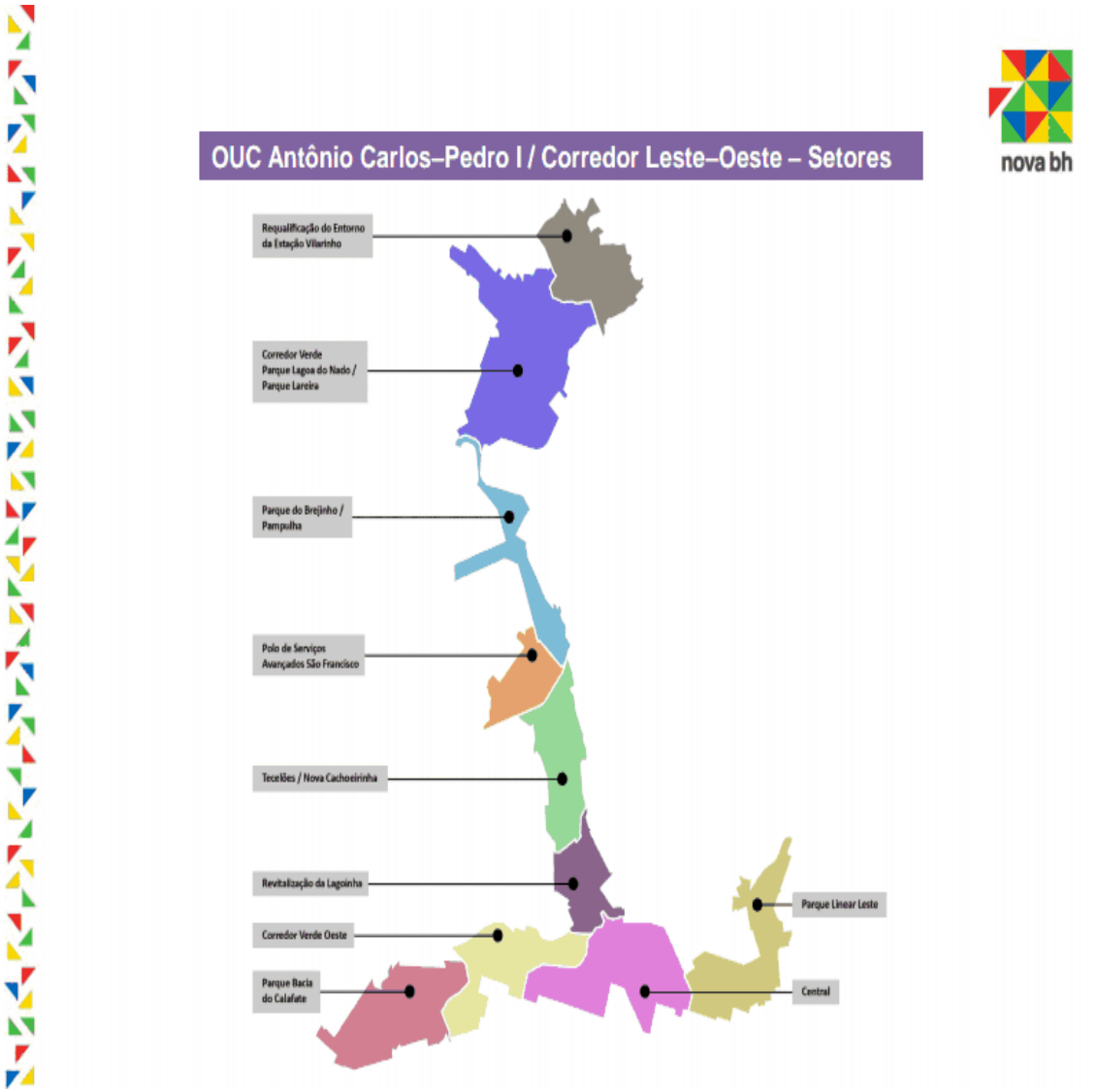


Figura 4: Imagem extraída de apresentação de power point elaborada pela prefeitura de Belo Horizonte

A preparação do projeto da Nova BH foi conduzida, desde 2011, pelo então Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o economista Marcello Faulhaber que, antes de vir compor o Governo Márcio Lacerda, dizem que por indicação do senador Aécio Neves, foi o coordenador do programa de governo do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes[22]. Antes disso, ainda em 2010, foi aprovada a Lei Municipal nº 9.959 que revisou o plano diretor de Belo Horizonte e tratou de demarcar em torno de 30% do território da cidade para realização de operações urbanas,

[22] Não sem razão, a operação urbana consorciada Porto Maravilha, já em fase de execução na zona portuária do Rio de Janeiro, foi tida como referência nas campanhas publicitárias da *Nova BH*.

sobre as áreas da cidade que deveriam ser prioritariamente adensadas: 1) principais corredores viários (ex. Av. Andradas); 2) entorno dos principais corredores de transporte coletivo (ex. Av. Antônio Carlos); 3) entorno das estações do BHBus (ex. Barreiro); 4) Vetor Norte.

Figura 5: Mapa das Operações Urbanas extraído da monografia de Fernanda Chagas (CHAGAS, 2013).

Posteriormente, no dia 22 de novembro de 2011 foi publicado o Decreto Municipal nº. 14.657/2011, que regulamentou o procedimento da Manifestação

de Interesse da Iniciativa Privada para participação de interessados na estruturação de projetos de parcerias público-privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e em projetos de concessão comum de permissão, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo. Um mês depois, em dezembro de 2011, foi publicada no Diário Oficial do Município a "Autorização para Manifestação de Interesse" em favor dos empreendedores Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Barbosa Mello S.A. e Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A, relativa ao eixo leste-oeste ("Vale do Rio Arrudas") que, até então, seria objeto de operação urbana consorciada separada do eixo das avenidas Pedro I e Antônio Carlos, conforme figura abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

Diário Oficial do Município - DOM

Quarta-feira, 21 de Dezembro de 2011 — Ano XVII - Edição N.: 3972

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Governo

AUTORIZAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, no art. 3º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Lei Municipal nº 9.038, de 14 de janeiro de 2005, autoriza a Manifestação de Interesse dos Agentes Empreendedores Construtora Andrade Gutierrez S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. do Contorno, 8.123, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.262.213/0001-94, Construtora Barbosa Mello S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Portugal, 4.851, Bairro Itapoã, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.185.786/0001-61 e Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praia de Botafogo, 300, 11º Andar, Bairro Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.220.039/0001-78 para realizarem até o final do mês de junho do ano de 2012 e de acordo com o Decreto Nº 14.657, de 21 de novembro de 2011, os estudos necessários à análise da viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para implantação, revitalização, operação e manutenção da área de especial interesse urbanístico do Vale do Rio Arrudas, através de uma Concessão Comum ou Parceria Público-Privada.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2011

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte

Imprimir Voltar

Figura 6: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Ano XVII, Edição nº 3972, de 21/12/2011. Destaques em amarelo não constam no original.

As referidas construtoras passaram então a preparar, com exclusividade, no âmbito do procedimento de Manifestação de Interesse, os estudos que, posteriormente, dariam embasamento à operação urbana consorciada Nova BH, especificamente quanto ao eixo leste-oeste, sem qualquer consulta à população.

Cabe constar que, no âmbito administrativo da prefeitura de Belo Horizonte, foram inicialmente desenvolvidos dois planos urbanísticos de forma separada, um primeiro para o corredor prioritário para transporte coletivo (Antônio Carlos/Pedro I) e um segundo que abarcava o eixo leste/oeste (Avenida dos Andradas, Avenida Tereza Cristina e Via Expressa). Estes dois planos foram posteriormente unificados na operação urbana consorciada Nova BH que teve seu plano urbanístico, bem como o seu EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e EVEF (Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira) preparados sem qualquer participação da sociedade, em frontal violação ao princípio legal da gestão democrática da cidade.

Para se ter compreensão da gravidade da conduta adotada pela municipalidade, o plano urbanístico e os estudos da operação urbana consorciada (EIV/EVEF) foram muito tardiamente disponibilizados na internet à população que, antes disso, teve acesso somente às peças publicitárias divulgadas pelo governo municipal. Ora, o planejamento da cidade exige realização impessoal e participação direta da população em seu processo de elaboração (art. 29, XII, CR/88), o que demanda, no mínimo, a realização de debates e audiências com ampla participação e divulgação, nas quais a população tenha efetivo poder decisório.

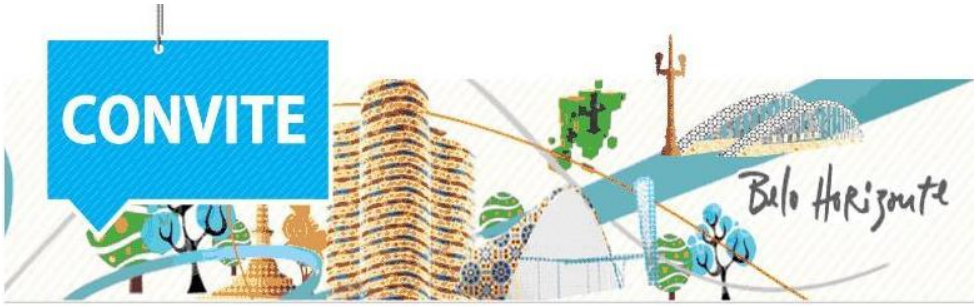
O Estatuto da Cidade, em seu artigo 2°, II, estabelece que a política urbana segue, dentre outras, a diretriz geral consistente na gestão democrática da cidade por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento em sintonia com os princípios constitucionais do planejamento urbano e a democracia participativa. Nenhum desses preceitos legais foi observado no transcurso da elaboração da OUC Nova BH que, por outro lado, contou com a participação direta dos agentes privados interessados no projeto, a despeito da magnitude dos impactos.

Cabe atentar que no pacote da Nova BH também seria viabilizado o projeto de "revitalização" da Lagoinha, tradicional bairro da cidade que passou nas últimas décadas por um processo de intensa degradação acelerada por obras públicas

que criaram um emaranhado de alças e viadutos. Os moradores do bairro souberam através da imprensa da publicação de um decreto de desapropriação para a construção de um novo Centro Administrativo pela prefeitura que, diante da organização e pressão dxs moradorxs, agora pretende construí-lo no Centro da cidade, no estacionamento da rodoviária.

Como dito, a população de Belo Horizonte não foi sequer informada sobre a elaboração do plano urbanístico da operação urbana Nova BH que foi construído a portas fechadas, em conluio com os promotores da indústria imobiliária. A sociedade soube do megaprojeto somente em outubro de 2013, quando o chefe do executivo municipal foi aos principais veículos de imprensa informar sobre a Nova BH. Nos dias que se seguiram, uma "cartilha" com explicações superficiais passou a ser divulgada na página de internet da prefeitura e informativos foram distribuídos pelos principais jornais, contendo bonitas imagens de uma cidade virtual concebida dentro das exigências do city marketing*.*

Paralelamente à massiva campanha publicitária em torno da Nova BH, a prefeitura convidou "lideranças" da cidade, selecionadas sob critérios desconhecidos, para reuniões com participação restrita ("Este convite é pessoal, intransferível e sujeito à confirmação"), com intuito de "apresentação da Operação Urbana Consorciada":



Prezado(a) Cidadão(ã),

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada e da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, convida você para participar da apresentação da Operação Urbana Consorciada nos eixos: Leste – Oeste e Antônio Carlos – Pedro I.

Nesse encontro, a Prefeitura vai apresentar os principais bairros e avenidas que passarão por transformações urbanísticas estruturais, promovendo melhoria social e a valorização ambiental dessas regiões.

Dia: **23 de outubro de 2013 - quarta-feira.**
Horário: **19:00h**
Local: **Auditório da Prefeitura de Belo Horizonte.**
Av. Afonso Pena, 1212 / 1º andar – Centro. (Entrada pela Rua Goiás)

Contamos com a sua participação para que, juntos, possamos fazer uma Belo Horizonte cada dia melhor, construída por todos e para todos. Participe!

Este convite é pessoal, intransferível e sujeito à confirmação.
Confirme sua presença até o dia 21 de outubro, pelo e-mail smagc@pbh.gov.br ou pelo telefone (31) 3277-1011.

PREFEITURA
BELO HORIZONTE
www.pbh.gov.br

Figura 7: Convite encaminhado pela prefeitura para "lideranças" da cidade por ela selecionadas.

Seria impossível a participação efetiva da população sem prévio conhecimento dos diagnósticos e estudos que embasaram a formatação da operação urbana que foi divulgada na página institucional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e em encontros cujos participantes foram previamente selecionados. É determinação do art. 37, parágrafo único, do Estatuto da Cidade, a publicidade dos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança, que devem ficar disponíveis para consulta, no órgão competente do poder público municipal, por qualquer interessado, com antecedência razoável à realização dos debates e audiências públicas.

Insta observar que, em setembro de 2013, antes do lançamento oficial da Nova BH, Marcello Faulhaber concedeu palestra no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para as maiores autoridades do mercado imobiliário mineiro, a qual acompanhei infiltrado no evento. Foi durante este Seminário Mineiro de Direito Urbanístico, organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários, que o ex-Secretário Adjunto de Planejamento Urbano apresentou a OUC que seria publicizada somente um mês depois pela prefeitura. Na verdade, o Prefeito foi obrigado a vir a público conceder entrevistas na televisão e no rádio para anunciar a Nova BH e dar início à campanha publicitária do projeto, isso logo após uma notícia da operação urbana ter vazado em matéria publicada pelo Jornal O Tempo, a qual foi motivada por uma nota pública que escrevi nas redes sociais sobre o referido evento na OAB-MG e a OUC Nova BH, já contendo algumas irregularidades apuradas pelo Grupo Indisciplinar e encaminhadas ao Ministério Público.

Na dita palestra, Marcello Faulhaber conceituou as operações urbanas consorciadas como um "pacto entre a cidade e o mercado imobiliário" e sustentou que "é um excelente negócio para o mercado, por isso [as operações urbanas consorciadas] são tão bem sucedidas". À ocasião do seminário em questão, a população dos 58 bairros que seriam diretamente afetados pela Nova BH ainda não tinha sido sequer informada do projeto antecipadamente detalhado por Marcello Faulhaber aos representantes do mercado imobiliário. Isso ocorreu apesar dos contratos dos estudos da OUC terem sido assinados havia mais de um ano pela prefeitura, de acordo com as publicações no Diário Oficial do Município descobertas pelo Grupo Indisciplinar que estava, desde 2012, cartografando os atos da administração pública em conchavo com as empresas envolvidas na operação.

A notícia dada por Faulhaber empolgou a plateia presente ao seminário organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários. Não sem motivo, pois os títulos mobiliários emitidos nas operações urbanas, os chamados CEPAC's[23], que permitem a construção de área adicional, valorizaram 105,5%

[23] Certificados de potencial adicional de construção (art. 34, lei federal nº 10.257/2001).

ao ano no projeto da OUC Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, segundo informou o próprio ex-secretário a título exemplificativo. Na OUC Nova BH também estava prevista a realização de leilões[24] *para vender CEPAC's e arrecadar fundos no âmbito da operação com a criação de 3,7 milhões de quilômetros quadrados de potencial construtivo adicional.*

Outro agravante no antro de irregularidades que acompanha a condução da Nova BH é o fato de que o governo municipal se furtou do seu dever legal de realizar, no primeiro ano de mandato (em 2013), a conferência municipal de política urbana (Plano Diretor de BH - Lei Municipal nº 7165/1996, art. 82, § 2º), na qual devem ser debatidas as propostas de alteração da lei de uso e ocupação do solo e do plano diretor municipal. Assim, apesar da magnitude dos impactos que seriam gerados na cidade, não houve qualquer abertura para intervenções da população quanto à implementação da OUC Nova BH, nem mesmo nos espaços institucionais de pseudo participação popular, com poucas possibilidades de efetiva influência da população nos rumos da cidade, como é o caso da conferência municipal de política urbana.

Diante desse contexto, o Grupo Indisciplinar UFMG preparou, a partir das informações e materiais produzidos em copesquisa cartográfica[25]*, uma Representação (denúncia), subscrita por arquitetxs, urbanistas, advogadxs e estudantes de graduação, que foi encaminhada em agosto de 2013 à Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com a descrição dos fatos apurados que envolviam a OUC Nova BH, a fundamentação jurídica apta a*

---

[24] "Para viabilizar a operação urbana consorciada Nova BH, a prefeitura levará a leilão 7,8 milhões de Certificados de Potencial Adicional de Construção, os chamados Cepacs. Os títulos, que podem ser comprados por pessoas físicas ou jurídicas terão lance inicial no pregão de R$ 500 e podem ser usados para compra de metros quadrados dentro de cada um dos 10 setores da operação. Com a venda dos Cepacs, o poder público prevê arrecadar R$ 3,9 bilhões. Do total, R$ 2,7 bilhões serão destinados a investimento em 189 obras e na recuperação de patrimônio histórico. No plano estão ainda 268 quilômetros de novas vias, calçadas, passarelas, ciclovias e intervenções em 29 vilas e aglomerados, que serão mantidos no projeto. A operação consorciada tem duração prevista de 20 anos e a expectativa é de que 80% das obras estejam prontas nos cinco primeiros anos. Dos recursos, R$ 800 mil serão usados para manutenção de equipamentos urbanos". Matéria extraída do Jornal Estado de Minas, Caderno Gerais, publicada em 19/10/2013, disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/19/interna_gerais,461504/pbh-preve-leiloes-para-financiar-obras.shtml. Acesso em 02/12/2013.

[25] Disponível em http://oucbh.indisciplinar.com/

demonstrar a ilegalidade da conduta administrativa e os pedidos de providências pelo Órgão, nos seguintes termos:

> Diante do exposto e contando com o papel de defender a lei e os direitos dos cidadãos de Belo Horizonte, vimos requerer:
> 1 – a apuração dos fatos anteriormente narrados;
>
> 2 – a tomada de providências necessárias, tudo partindo dos princípios e preceitos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados, pedindo *venia* para sugerir o que se segue:
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os atos praticados para garantir a participação social na confecção e elaboração da Operação Urbana Consorciada "Antônio Carlos/Pedro I";
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os documentos que instruíram a elaboração da Operação Urbana Consorciada denominada "Antônio Carlos/Pedro I";
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os elementos e informações existentes com relação à Operação Urbana Consorciada "Avenida Andradas/Avenida Tereza Cristina/Via Expressa;
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os elementos e informações acerca do instrumento "área de especial interesse urbanístico" denominado "Vale do Rio Arrudas";
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente o valor do contrato celebrado com as empresas citadas na "Autorização para Manifestação de Interesse";
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente a etapa em que se encontra os estudos referidos na "Autorização para Manifestação de Interesse";
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente como estão sendo definidos os parâmetros urbanísticos no âmbito destas operações urbanas consorciadas;
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente se as Operações Urbanas Consorciadas acima foram apresentadas a algum órgão colegiado deliberativo e se houve algum pronunciamento acerca de tais instrumentos;
> Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente se há ou não integração entre as duas Operações Urbanas Consorciadas noticiadas acima.
> Isto posto, é o que a narrar, fundamentar e requerer.
> Belo Horizonte, 30 de Agosto de 2013
> Atenciosamente,

Anexo à Representação, foi encaminhado um vasto rol de documentos, tais como leis, decretos e publicações no Diário Oficial do Município que davam

conta dos atos administrativos relativos à preparação escusa da OUC, requerimentos e ofícios de acesso à informação, notícias, artigos, power point com mapas, infográficos, linha do tempo, (anti)cartilha informativa, cartazes das atividades organizadas pelo Indisciplinar e a primorosa monografia de final de curso da arquiteta Fernanda Chagas, produto de copesquisa cartográfica (CHAGAS, 2013). Diante das ilicitudes que pesavam em desfavor do executivo municipal quanto à implementação da OUC Nova BH, foi instaurada a Notícia de Fato n° 002413.009688-6, depois convertida em Inquérito Civil e Criminal no âmbito das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual. Ambos inquéritos ainda seguem em trâmite, correndo sob sigilo o inquérito para apuração de possíveis crimes praticados pelos agentes públicos, dentre os quais o ex-Secretário Marcelo Faulhaber, e pelas empresas envolvidas na OUC Nova BH. O Inquérito Civil culminou, inicialmente, em Recomendação feita pelo Ministério Público, encaminhada ao prefeito de Belo Horizonte, em novembro de 2013, nos termos seguintes:

> RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Senhor Márcio de Araújo Lacerda, que se abstenha de encaminhar projeto de lei referente à Operação Urbana Consorciada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, sem antes observar o que determina as Constituições Federal e Estadual, o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e seu Plano Diretor, no que pertine à realização de debates e audiências, com prévia e ampla publicidade dos estudos técnicos pertinentes. (Recomendação integrante dos autos do procedimento Notícia de Fato n° 002413.009688-6 – Ministério Público de Minas Gerais)

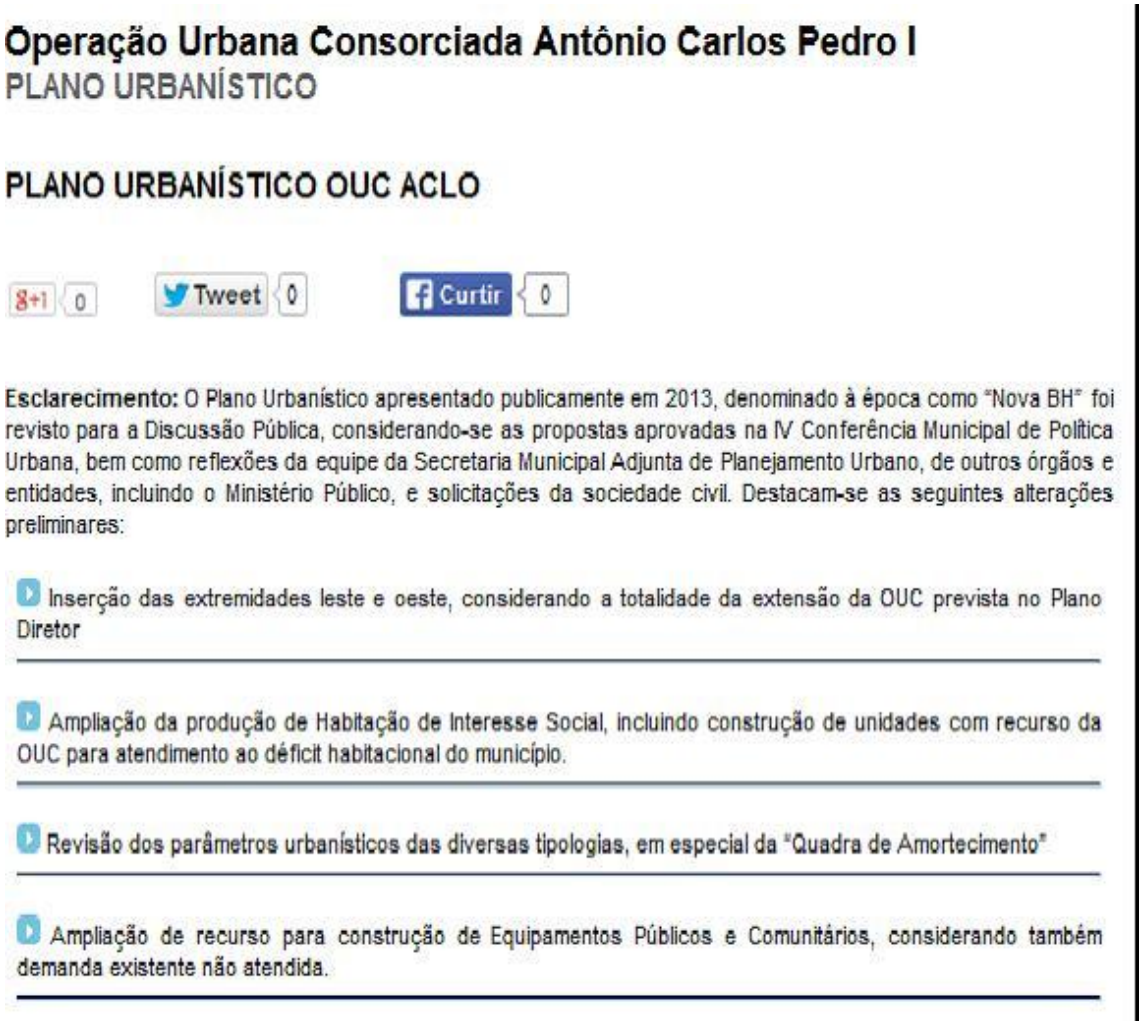
Ante as investigações instauradas pelas Promotorias, bem como diante das determinações incisivas contidas nas Recomendações feitas pelo Ministério Público (uma dessas Recomendações, dirigida ao Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, foi omitida dos Conselheiros pelo Presidente do Órgão, o que culminou em uma Ação de Improbidade Administrativa proposta contra o mesmo pelo MP), a Prefeitura de Belo Horizonte foi obrigada a fazer audiência pública sobre a OUC Nova BH, aberta à população, mesmo sem suspender os trâmites do projeto que estava sendo submetido à aprovação pelo COMPUR. A população revoltada implodiu o teatro montado pela administração municipal após a leitura ao microfone da Recomendação emitida

pelo Ministério Público para que a OUC Nova BH fosse suspensa: lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais e entidades tomaram a palavra com firmeza, apesar da confusão instaurada e da coação exercida pelos jagunços contratados pela Prefeitura.

Após constatar a completa ausência de participação da população no processo e diante do prosseguimento da OUC Nova BH, não obstante os vícios não sanados pela administração municipal, o Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública[26] *para impedir o Prefeito de levar adiante o plano de executar mais uma parceria público-privada no planejamento da cidade a despeito dos interesses e necessidades reais da população que sequer foi ouvida.*

Graças sobretudo à pressão multitudinária, disseminada nas redes afetivas e comunicativas existentes na cidade (associações comunitárias, movimentos sociais, entidades de classe, partidos de esquerda, mandatos parlamentares progressistas etc), e à ação judicial proposta pelo Ministério Público (que também é resultado daquela), a OUC Nova BH foi derrotada. Do final do inesquecível ano de 2013, até o final do ano 2014, a Prefeitura simplesmente se cala sobre a OUC Nova BH. Vitória da multidão!

[26] Ação Civil Pública nº. 0860529-52.2014.8.13.0024, 5ª Vara da Fazenda Pública Municipal, comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais.



Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Pedro I
PLANO URBANÍSTICO

PLANO URBANÍSTICO OUC ACLO

g+1 0 Tweet 0 Curtir 0

Esclarecimento: O Plano Urbanístico apresentado publicamente em 2013, denominado à época como "Nova BH" foi revisto para a Discussão Pública, considerando-se as propostas aprovadas na IV Conferência Municipal de Política Urbana, bem como reflexões da equipe da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, de outros órgãos e entidades, incluindo o Ministério Público, e solicitações da sociedade civil. Destacam-se as seguintes alterações preliminares:

- Inserção das extremidades leste e oeste, considerando a totalidade da extensão da OUC prevista no Plano Diretor
- Ampliação da produção de Habitação de Interesse Social, incluindo construção de unidades com recurso da OUC para atendimento ao déficit habitacional do município.
- Revisão dos parâmetros urbanísticos das diversas tipologias, em especial da "Quadra de Amortecimento"
- Ampliação de recurso para construção de Equipamentos Públicos e Comunitários, considerando também demanda existente não atendida.

Figura 8: Print screen do portal da Prefeitura de Belo Horizonte.

Para suspender o andamento da referida ação judicial proposta pelo Ministério Público, foi realizado um acordo entre as partes no processo (Ministério Público e Município de Belo Horizonte), homologado pelo juiz da causa, no qual a administração municipal assumiu diversas obrigações para contornar as irregularidades da OUC Nova BH e retomar a construção da operação urbana consorciada que foi reformulada, a partir da abertura do processo participativo, sob nova denominação: OUC ACLO (Av. Antônio Carlos, eixo Leste-Oeste e Pedro I). Especialmente quanto à falta de participação da população e violação do princípio legal da gestão democrática da cidade, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), seguem as principais obrigações assumidas pela Prefeitura no mencionado acordo quanto à condução da OUC ACLO:

1) submeter novamente o projeto ao Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR) e tornar ineficaz a decisão anterior do órgão que aprovou os estudos da operação e o plano urbanístico apesar de recomendação contrária do MP;

2) disponibilizar o plano urbanístico e os estudos da operação urbana (EIV e EVEF) da OUC Nova BH e da OUC ACLO, após finalizados;

3) garantir a participação popular na elaboração do Plano Urbanístico da OUC ACLO, por meio de oficinas participativas e debates regionais, com caráter de consulta pública, nos quais as pessoas possam apresentar propostas, objeções, questionamentos;

4) realizar audiências públicas que devem abordar vários tópicos previstos no acordo pelo MP. Tais audiências deverão ser gravadas e filmadas, amplamente divulgadas com antecedência mínima de 15 dias e ter posterior divulgação das propostas apresentadas pela população;

5) atendimento contínuo de plantão presencial e via internet à qualquer pessoa interessada (tudo isso antes da conclusão do plano urbanístico da OUC ACLO e dos estudos de impacto);

6) obrigação de responder e divulgar na internet todos os questionamentos da sociedade civil;

7) obrigação de demonstrar ao Ministério Público, a cada 2 meses, o cumprimento das medidas pactuadas; e outras obrigações que, caso não cumpridas, implicam crime de improbidade administrativa.

Esse acordo judicial significou um importante precedente na luta pelo exercício da democracia real no seio da metrópole biopolítica, uma derrota amarga ao modus operandi típico da cidade-empresa das parcerias público-privadas articuladas, planejada estrategicamente sob o estigma da "democracia direta do capital", como costuma dizer o professor Carlos Vainer. As obrigações da Prefeitura previstas nesse acordo judicial firmado com o Ministério Público, na verdade, foram o mínimo necessário para possibilitar a participação da população, o que não está de toda forma assegurado, sobretudo considerando os desmandos e abusos já praticados pela atual administração em benefício de influentes parceiros privados e contra o bem comum. Além disso, a participação só é plena quando a vontade esposada pela população se torna realidade.

De toda forma, a partir da elaboração da OUC ACLO (que a equipe técnica da Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano sempre faz questão de distinguir da OUC Nova BH) a Prefeitura começou a fazer oficinas com agentes públicos e abertas à população, audiências públicas gerais e regionais, reuniões com os dois GT's criados para discussão e colhimento de propostas relativas à gestão e aos parâmetros urbanísticos da operação urbana.

O Grupo Indisciplinar continuou acompanhando todos os espaços institucionais de participação criados pela Prefeitura para dar andamento à OUC ACLO, formulando requerimentos e ofícios com base na lei de acesso à informação, elaborando apontamentos e proposições concretas, sobretudo relativas à gestão da OUC como, por exemplo, a composição do Conselho Gestor, mas também organizando atividades fora do espaço institucional, como rodas de conversa abertas sobre a OUC com uma multiplicidade de sujeitos interessados, e denunciando práticas antidemocráticas da administração (como a realização de todas audiências setoriais no centro e não nos bairros afetados, prazo exíguo para divulgação das audiências, etc). Os produtos da copesquisa cartográfica, como ofícios, atas de reuniões, notícias, denúncias encaminhadas ao MP, links das audiências transmitidas on line e outros eram divulgados e disponibilizados no blog criado pelo Indisciplinar para o acompanhamento da OUC, o qual pode ser acessado pelo seguinte endereço: http://oucbh.indisciplinar.com/

Cumpre acrescentar, no tocante à copesquisa cartográfica ainda durante o andamento da OUC Nova BH, que foram realizadas diversas atividades pelo Indisciplinar no bairro Santa Tereza, especialmente na Vila Dias, como aulões públicos, cartografia dos desejos e necessidades da comunidade, eventos lúdicos no espaço público, reuniões e espaços de encontro, brincadeiras com crianças, lazer, intervenções culturais de música, teatro e circo, plantio de mudas, em suma, resistência positiva orientada pela produção de subjetividades e novos modos de viver e produzir tendo em vista a dimensão constituinte e biopolítica das lutas. Nesse sentido, coloco abaixo a linha do tempo elaborada pela arquiteta Fernanda Chagas no bojo da sua monografia

de conclusão de curso, contendo as principais ações e fatos relacionados à derrotada OUC Nova BH:

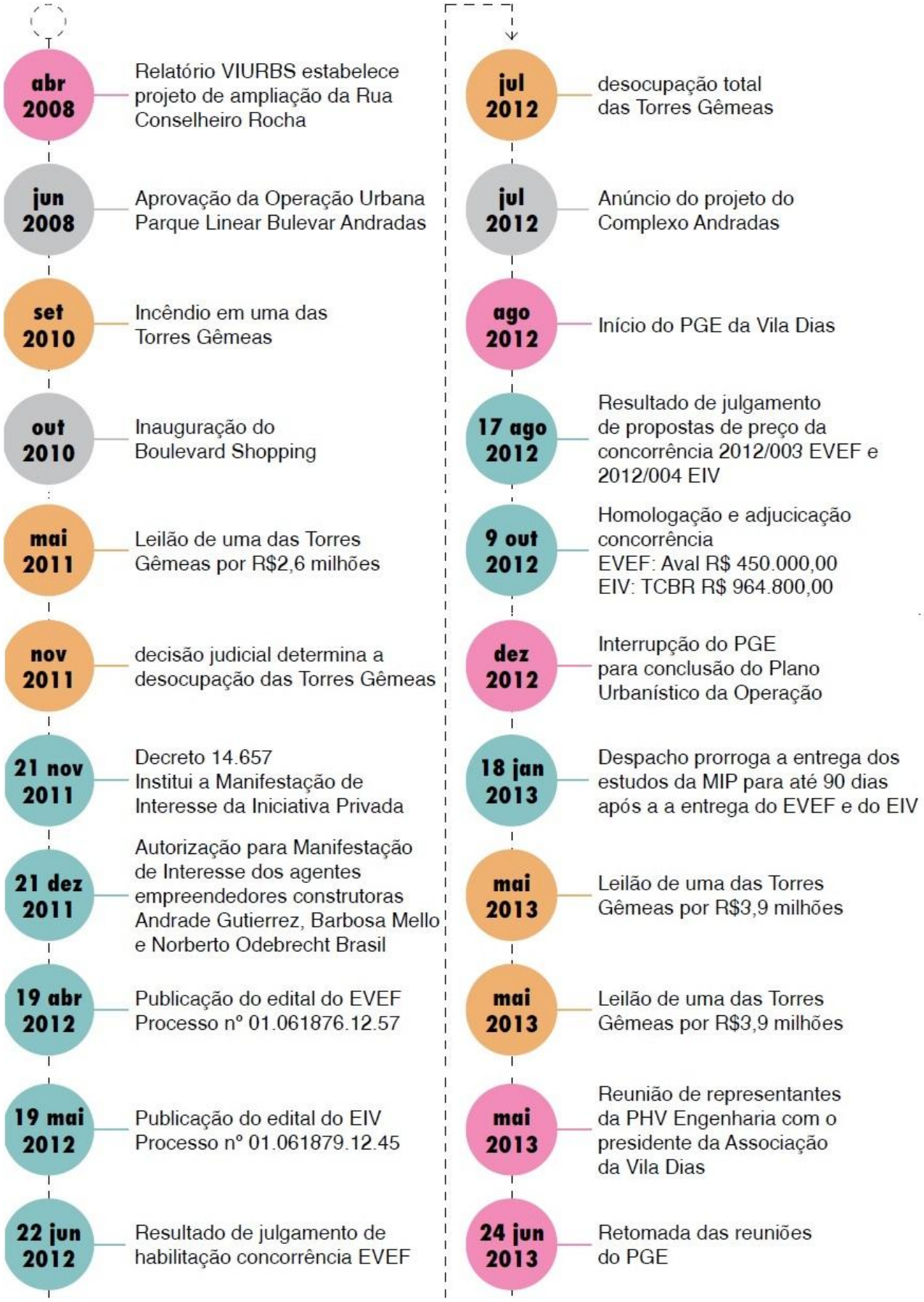


Figura 9: Linha do tempo extraída da monografia de Fernanda Chagas (CHAGAS, 2013).

No momento da escrita deste excurso (junho de 2015), ainda não tinha sido encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte o projeto de lei da OUC ACLO, mas temos que reconhecer que o plano urbanístico da operação trouxe, a partir do reposicionamento da equipe técnica responsável por sua elaboração e do acolhimento de propostas e apontamentos feitos pela sociedade civil, significativas mudanças frente ao que foi o plano urbanístico da OUC Nova BH.

Em síntese, foi incorporado ao plano urbanístico da OUC ACLO o resguardo às ADE's e ZEIS (Áreas de Diretrizes Especiais e Zonas de Especial Interesse Social, respectivamente); novas estratégias de desestímulo ao automóvel em proveito do transporte público, do uso de bicicletas e da locomoção a pé; parametrização de tipologias de habitação incentivadas; modelo inovador de gestão da OUC; e outras medidas avançadas como, por exemplo, a proposta de construção de HIS (habitação de interesse social) para aluguel social, financiado com subsídio cruzado (famílias das faixas de renda maiores subsidiam aluguel das famílias mais pobres), em imóveis públicos (previsão de 3.970 unidades), a serem construídos com recursos da OUC.

É claro que os avanços incorporados ao plano urbanístico da OUC ACLO não são suficientes para abdicarmos da postura crítica frente ao instrumento das operações urbanas, dado tratar-se do instrumento de exceção ao ordenamento urbanístico mais utilizado nos grandes projetos urbanos que melhor traduz o paradigma da cidade-empresa e que, necessariamente, pressupõe valorização fundiária e processos de gentrificação para despertar o interesse do capital imobiliário. Além disso, não há nenhuma garantia de que os avanços da OUC ACLO serão efetivados, já que o projeto de lei ainda será submetido à aprovação pela Câmara Municipal, onde poderá ser completamente desvirtuado pelos "representantes do povo" na grande maioria financiados pelas construtoras e agentes imobiliários. De toda forma, a resistência positiva contra a OUC Nova BH foi exitosa, tal como outros exemplos de lutas travadas nas metrópoles biopolíticas em defesa do bem comum sob o registro da horizontalidade, da cooperação em rede e da produção de subjetividades.

***

Este capítulo partiu da crise do fordismo e da ascensão do neoliberalismo junto à emergência do chamado capitalismo cognitivo e imaterial, passando em seguida pela análise da multidão como o sujeito da contemporaneidade que tem na metrópole biopolítica o locus privilegiado de ação biopotente, até chegar à crítica em torno do planejamento estratégico e da cidade-empresa, pano de fundo cuja compreensão é indispensável à análise da OUC *Nova BH*, cuja derrota também diz respeito ao comum. Todo o conhecimento crítico produzido em *copesquisa cartográfica* foi difundido, ou melhor, foi *viralizado* sob a forma de *Acesso Aberto* (*AA*), campo de resistência indispensável à defesa do bem comum na atualidade (VARGAS A., 2014). De certo modo o comum tangenciou todo o traçado feito até aqui: a crise do fordismo e o avanço do neoliberalismo correspondem à ofensiva do privado sobre os bens comuns (materiais e imateriais) e sobre o público, com a captura do Estado pelo capital, em prejuízo do bem comum; mas corresponde também à emergência da multidão como sujeito político, cuja inquestionável potência pode sim ser dirigida contra as forças imperiais que expropriam o comum, nos marcos da metrópole biopolítica, travestida de cidade-empresa e orientada pelo planejamento estratégico, pano de fundo da OUC *Nova BH*. Nos próximos capítulos, mais do que tangenciar a discussão, o comum será farol a clarear o percurso a ser trilhado daqui por diante.

4. SOBRE O COMUM

#OmniaSuntCommunia

Era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns.
Atos, 4:32

4.1. Princípios do comum

O historiador marxista estadunidense Peter Linebaugh abre seu livro *Stop, Thief! The commons, enclosures and resistence* (2014) com um pequeno ensaio sobre alguns princípios do comum[27] que ora serve como fonte de inspiração. Ele começa dizendo que "a solidariedade humana, tal como expressa no slogan um por todos e todos por um, é a fundação do comum", mas ao mesmo tempo, Linebaugh entende que "o comum é anterior à vida humana", o que não deixa de ser verdadeiro, vez que antes de surgir a espécie humana sobre a Terra, tudo estava à disposição, um comum planetário, até que os humanos passaram a exercer seu domínio "sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra" (Gênesis 1:26), primeiro para seu próprio mantimento, conforme o mandamento celestial dispunha, depois, com o surgimento da propriedade, para acumular e explorar, em detrimento do acesso comum aos recursos de que a Terra dispõe.

No ensaio em questão, Linebaugh diz que "o comum começa na família" e que é na cozinha onde "produção e reprodução se encontram, e onde as energias cotidianas entre gêneros e gerações são negociadas" (2014, p.13). Segundo ele, "os momentos de decisão no compartilhamento das tarefas, na distribuição do produto, na criação de desejo, e na manutenção da saúde se dão primeiro aí" (*idem*), na cozinha.

Interessante notar como as acampadas e ocupações de todo tipo, sempre começam de fato pela cozinha. Em Belo Horizonte, isso ficou bem

[27] *Some Principles of the Commons*, Chapter One (LINEBAUGH, 2014, tradução livre).

evidente na ocupação da Câmara Municipal e no movimento *viaduto ocupado* sob o viaduto Santa Tereza, ambas no contexto das *jornadas de 2013*, nas quais a cozinha foi o espaço produtivo por excelência, sem prejuízo dos demais: a primeira a ser organizada e a última a ser desfeita. A cozinha desempenha ainda o papel de aproximação com as pessoas, era através dela que apoiadores (as) se aproximavam da resistência, sentiam-se mais cúmplices, seja ao doar alimentos, seja ao partilhar a refeição comum. A cozinha também é um termômetro do nível de organização e força do movimento: se a cozinha ia mal, tudo ia mal, se ia bem, por sua vez, era um bom sinal quanto à capacidade de organização, distribuição de tarefas e do produto do trabalho coletivo, enfim, quanto à gestão do espaço comum. Em suma, como diria Natacha Rena, a cozinha produz o alimento, que alimenta a carne imanente dos corpos biopotentes.

Na experiência das Brigadas Populares, a qual, dentre outras frentes de trabalho, realiza e apoia ocupações de sem teto em Belo Horizonte e região metropolitana desde 2006, sempre nas ocupações organizadas o primeiro barracão erguido no imóvel ocupado foi destinado à cozinha coletiva, espaço comum de produção de afetos, subjetividades e alimentos. É na cozinha, por exemplo, que os homens têm oportunidade de abrir mão de privilégios ancorados no patriarcado e demonstrar uma postura pró-feminista. Por essas e outras razões, é a cozinha um espaço político, embrião e motor da possibilidade do comum. Nas ocupações de moradia, sempre lamento quando a cozinha coletiva é desfeita e cada família passa a cuidar da produção de alimentos dentro do seu ambiente privado. Indispensável construir e fazer perdurar espaços constituintes de produção comum no seio das resistências.

Linebaugh, no texto em questão, como não poderia ser diferente, também chama a atenção para o caráter histórico do comum:

> (...) o comum é histórico, a vila comum da herança inglesa ou a comuna francesa do passado revolucionário são remanescentes desta história, lembrando-nos que apesar de períodos de destruição partes sobreviveram, embora frequentemente numa moda distorcida como nos sistemas de bem estar (LINEBAUGH, 2014, p.13, trad. livre).

Nesse sentido, o autor se esforça em toda sua obra para fazer este resgate histórico das resistências contra os cercamentos do comum, inclusive nos primórdios da era moderna, como no contexto da Carta da Floresta de 1217 (*Charter of the Forest*), expressão da luta em defesa dos bosques comunais ingleses. Linebaugh resgata a história das resistências e cercamentos do comum com explícito propósito de inflamar o movimento planetário de reivindicação dos bens comuns na atualidade. Busca assim "atiçar no passado a centelha da esperança", pois reconhece, como Walter Benjamin consignou em suas teses sobre o conceito de história, que "o passado traz consigo um *index* secreto que o remete para a redenção" (BENJAMIN, 2013).

Pensando as resistências históricas do povo brasileiro, poderiam elas também serem resgatadas pelo prisma do comum? Seria o grito "essa terra tem dono!", do guerreiro guarani Sepé Tiaraju contra o saqueio das terras indígenas pelos colonizadores europeus, a heroica resistência dos (as) conselheiristas da cidade de Canudos contra o poder central da nascente República ou a resistência por mais de um século do imbatível quilombo dos Palmares, lutas que podem ser historicamente apreendidas sob o registro do comum? Todos foram em certo sentido processos autogestionados constituintes de formas de vida e produção comum, em oposição à acumulação privada, os quais encontraram no Estado-nação um óbice mortal. Tal como hoje as lutas em defesa dos territórios indígenas.

"O comum é antitético ao capital" (2014, p.14, trad. livre), continua Peter Linebaugh, e aqueles que produzem o comum (*commoners*) são combativos, "ainda que o comum esteja fora da luta de classes" (*idem*). Se por um lado penso que o comum não se reduz à luta de classes, podendo se manifestar, por exemplo, na abertura às demandas que derivam das múltiplas singularidades, que por vezes são anteriores e/ou extravasam a luta de classes, como é o caso das lutas contra o patriarcado, o racismo e a homofobia, por outro lado, discordo do autor quando diz que "o comum está fora da luta de classes", mesmo sem explicar o porquê. Ora, sendo

contraditório ao capital, não pode o comum estar fora da luta de classes que decorre da exploração exercida pelo capital. Afinal, “a classe é um conceito político, em suma, na medida em que uma classe é e só pode ser uma coletividade que luta em comum” (HARDT e NEGRI, 2005).

Muito válida, de toda forma, a ponderação de que “o capital pode emergir do comum, sequestrar uma parte e usar contra o restante”, o que pode se dar a partir de “relações desiguais, entre os que Tem Menos e os que Tem Mais”, o que não deixa de ser uma forma de expressão da luta de classes, contrariando a assertiva anterior.

Linebaugh também nos chama a atenção para uma dimensão pedagógica de transmissão do comum, indicando que “os valores comuns devem ser ensinados e renovados continuamente”, especialmente nos espaços de resistência, e menciona como exemplo, dentre outros, as assembleias populares de Oaxaca, no México. Nesse aspecto, como não lembrar também dos ensinamentos da Revolução Cubana expressos por Che Guevara, para quem a revolução deveria ser uma escola de formação do homem novo e da mulher nova, um processo permanente de conscientização (antes, durante e depois), operado a partir do cotidiano, da vida comunitária, do trabalho coletivo, e expandido via pedagogia do exemplo, motor de multiplicação de novos valores, em suma, a produção de novas subjetividades concebida sob outro olhar. Nesse sentido, diz El Che com a beleza singular das suas palavras:

> Déjeme decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario auténtico sin esta cualidad. Quizás sea uno de los grandes dramas del dirigente; éste debe unir a un espíritu apasionado una mente fría y tomar decisiones dolorosas sin que se contraiga un músculo. Nuestros revolucionarios de vanguardia tienen que idealizar ese amor a los pueblos, a las causas más sagradas y hacerlo único, indivisible. No pueden descender con su pequeña dosis de cariño cotidiano hacia los lugares donde el hombre común lo ejercita. (...) En esas condiciones, hay que tener una gran dosis de humanidad, una gran dosis de sentido de la justicia y de la verdad para no caer en extremos dogmáticos, en escolasticismos fríos, en aislamiento de las masas. Todos los días hay que luchar porque ese amor a la humanidad viviente se transforme en hechos concretos, en

> actos que sirvan de ejemplo, de movilización. (GUEVARA, 1965)

Na sequência do texto em comento, Linebaugh situa o comum no âmbito da escala local (lembro aqui da acertada aposta municipalista[28] das plataformas eleitorais construídas pelos/as indignados/as espanhois/las que ganharam as prefeituras de Barcelona e Madri, em maio de 2015), bem como destaca o atributo consuetudinário do comum, lastreado na práxis social e na transmissão oral da memória coletiva. Assim, arremata o autor:

> O comum sempre foi local. Ele depende mais do costume, da memória e da transmissão oral para a manutenção de suas normas do que das leis, da polícia e da mídia. Vinculado a isso está a independência do comum frente ao governo ou a autoridade estatal. O estado centralizado foi construído sobre isso. Isso é, como foi, "a condição preexistente". Portanto, o comum não é o mesmo que o comunismo da URSS (LINEBAUGH, 2014, p.14, trad. livre).

Como visto no trecho acima, tais características, o caráter local, a vinculação com os costumes, a memória e a oralidade, somadas à horizontalidade, à abertura às singularidades e ao desejo de democracia real, desdobram-se na indispensável autonomia do comum frente aos governos, o que os (as) indignados (as) espanhóis (las) chamariam, para resgatar o sentido original da democracia, o necessário exercício de *autogoverno,* como também sempre reivindicaram os zapatistas em Chiapas quanto aos seus territórios frente às investidas políticas e militares do Estado central mexicano. Nesse sentido, dada a dimensão local do comum, a aposta municipalista, que joga atualmente na Espanha, se coloca como importante objeto de reflexão na disputa política no tempo presente:

> La democracia pierde la mayor parte de su sustancia si no se instituyen ámbitos directos de decisión en los que las personas corrientes puedan hacer efectivo el ejercicio de al menos cierto

[28] A este respeito, ver a publicação *La apuesta Municipalista. La democracia empieza por lo cercano* (Observatório Metropolitano de Madrid, 2014). Disponível em http://www.traficantes.net/libros/la-apuesta-municipalista. Acesso em 07 de agosto de 2015.

> «autogobierno». La apuesta municipalista arranca precisamente de este presupuesto: la democracia o es democracia de cercanía, «entre iguales», o carece de toda base. Su radicalidad y su sencillez es la misma que a lo largo de la historia y a lo ancho del planeta se ha podido probar en las formas políticas asamblearias de las polis griegas, las comunas medievales, los soviets obreros, así como de infinidad de procesos de organización popular. (Observatorio Metropolitano de Madrid, 2014).

Se de um lado Linebaugh entende que a solidariedade própria do comum contrasta com o egoísmo e o individualismo, do outro faz questão de distinguir o comum do "público" e sustentar sua repulsa ao "chefe", seja ele o patrão empresário ou a autoridade pública, ao mesmo tempo em que valoriza o respeito, o trabalho conjunto, realizado "ombro a ombro" (LINEBAUGH, 2014, p.15, trad. livre). Afirma, por fim, que "o pensamento humano não pode florescer sem o intercurso do comum" (*idem*), razão pela qual os direitos fundamentais de livre expressão, reunião e petição (ante ao poder instituído) estariam relacionados ao comum que, como assenta o autor, "é invisível até que se perca" (*idem*).

Os princípios elencados por Linebaugh de modo bastante aberto, nada conclusivo, conformam um interessante ponto de partida que, todavia, devem ser refletidos e expandidos a partir da experiência prática e histórica conforme o contexto em que se situa o debate. Afinal, antes de ser abstração, o comum é construção imanente imbricada na realidade concreta das lutas, de modo que a ação política oferece o substrato necessário (mas não suficiente) à reflexão em torno do comum e confirma sua pertinência e sua potência enquanto conceito imanente a serviço da luta de classes.

4.2. Delineando o campo do comum

O maravilhoso encontra sua origem no conflito permanente que opõe desejos do coração aos meios que dispomos para satisfazê-los.

Pierre Mabille

Como dito em outro momento, as apostas lançadas no tabuleiro da

política que tomam o comum como horizonte, ponto de partida e importante elemento na conformação das resistências, amparam-se fundamentalmente na produção social contemporânea, aquilo que Hardt e Negri tratam como *externalidades* (HARDT e NEGRI, 2009), nos marcos do capitalismo pós-fordista neoliberal caracterizado pela simbiose Estado-capital, público-privado, cidade-empresa, vida-mercadoria. De tal modo que, para melhor delinear o campo do comum, será necessário retomar aqui alguns pontos antecipados no capítulo anterior que dizem respeito à produção biopolítica atrelada ao regime de "acumulação flexível" (HARVEY, 2008), cada vez mais orientado pela captura da produção em redes comunicativas e colaborativas, o qual toma o conhecimento, os afetos e as subjetividades como mercadorias-chave indispensáveis à geração do valor. Por seu turno, o momento presente de afirmação da tendencial hegemonia do capitalismo cognitivo/imaterial corresponde, para usar as palavras de Alexandre Mendes, "à aparição das condições para que o trabalho reencontre seus meios de produção, na figura de uma produção autônoma de subjetividade: a *produção do comum*" (MENDES, 2012b, p.128, destaque no original).

Em outras palavras, a crise do fordismo trouxe consigo transformações irreversíveis na estrutura produtiva capitalista que, por um lado, fragilizou a figura objetiva, unitária e rígida do processo de produção e de acumulação capitalista e, por outro, abriu importantes brechas para uma "nova expressão da subjetividade: mais independente e autônoma, e capaz de construir, desde dentro mesmo do processo de produção, formas antagônicas que podem dar lugar à invenção de um comum" (NEGRI, 2008, trad. livre, p.85).

O lugar de destaque nas relações internacionais de direito público e privado (OMC, novos tratados e normas de controle, contendas transnacionais etc), bem como a importância crescente dos ramos da ciência jurídica ligados à proteção da propriedade intelectual vem para corroborar, assim, a "tese de uma hegemonia do trabalho imaterial" (HARDT e NEGRI, 2005, p.243), hegemonia tomada como "tendência". Neste cenário, o avanço das forças produtivas levou a força de trabalho a se apropriar de elementos próprios dos meios de produção, "que agora já contem nela mesma, no cérebro" (*idem*), o que faz da

multidão cada vez mais a “fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo”, como nos fala Pelbart:

> A potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças, de novas associações e novas formas de cooperação, é cada vez mais a fonte primordial da riqueza do próprio capitalismo. Uma economia imaterial que produz sobretudo informação, imagens, serviços, não pode se basear na força física, no trabalho mecânico, no automatismo burro, na solidão compartimentada. São requisitados dos trabalhadores sua inteligência, sua imaginação, sua criatividade, sua conectividade, sua afetividade – toda uma dimensão subjetiva e extraeconômica antes relegada ao domínio exclusivamente pessoal e privado, no máximo artístico. (PELBART, 2011, p.23)

Evidentemente, essa relativa autonomia do trabalho no contexto de capitalismo cognitivo/imaterial não significa menos exploração, precarização, informalidade, insegurança e flexibilidade do trabalho, muito pelo contrário, há uma exploração biopolítica, especialmente num país de formação dependente. Tratam-se de fenômenos agravados pela lógica neoliberal como forma de diminuir a participação do trabalho na riqueza geral e, de quebra, enfraquecer os sindicatos. Nesse sentido, esclarecem Hardt e Negri que o *devir comum* do trabalho e a produção do comum “não estão confinados aos engenheiros de computação em Seattle e Hyderbad, caracterizando também os trabalhadores do setor de saúde do México e em Moçambique, os agricultores na Indonésia e no Brasil, os cientistas na China e na Rússia e os operários industriais na Nigéria e na Coreia” (HARDT e NEGRI, 2005, p.389).

De igual modo, a emergência do capitalismo cognitivo/imaterial e da produção biopolítica não suplantou a forma indústria, nem o controle disciplinar do biopoder fordista e nem mesmo resultou em diminuição do número de operários (as) fabris no mundo. Entretanto, essa nova configuração produtiva se confirma hegemônica no sentido de uma *tendência*, de modo que mesmo a produção material, de bens industriais, traz consigo uma dimensão imaterial, carregada de subjetividades atreladas diretamente aos produtos e às marcas.

> No capitalismo industrial, a produção da liberdade era o terreno ao mesmo tempo da exploração e da emancipação. No capitalismo cognitivo, é a produção de subjetividade que constitui o terreno onde acontece a exploração e a libertação: essa alternativa se abre, pois, às relações complexas que separam e misturam livre autovalorização e nova escravidão. (COCCO, 2014)

Formas industriais, tradicionais agrícolas, feudais e até escravagistas de exploração podem coexistir e conviver num mesmo regime de produção, porém a "forma hegemônica funciona como um vórtice que gradualmente transforma as outras formas, fazendo-as adotarem suas qualidades centrais" (HARDT e NEGRI, 2005, p.148), tal como fez a nascente indústria do século XIX com a produção agrícola ao longo do desenvolvimento capitalista, quando o visionário Marx já prescrevia a hegemonia do trabalho industrial não obstante a massa camponesa global fosse infinitamente superior ao proletariado em termos quantitativos.

E, distintamente do momento em que Marx escreveu, "sob a hegemonia do trabalho imaterial a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo" (HARDT e NEGRI, 2005, p.156), as medidas tradicionais de tempo e espaço produtivo foram corrompidas, seus limites transpostos: produzimos o tempo todo e em todos os lugares. O capital busca obstinadamente capturar o valor incomensurável de tudo aquilo "que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais" (*idem*). Por outro prisma, "a cooperação e a interdependência produtiva são as condições do comum, e o comum é o que, neste momento, constitui a base primária da produção social" (HARDT e NEGRI, 2014, p.53).

O que caracteriza o capitalismo pós-fordista do nosso tempo é, portanto, uma estrutura produtiva dinâmica e flexível, disseminada em rede e fundada sobre a cooperação das singularidades, a qual também gera valor a partir da produção (ou mera expropriação) de bens imateriais, ideias, informações, conhecimentos, formas de comunicação, relações sociais etc, "fonte primordial de riqueza", colocados em circulação, por exemplo, como ativos financeiros, sob a proteção da propriedade intelectual, tendo a produção

de subjetividade primazia sobre qualquer outro produto, haja vista os imperativos contemporâneos de ordem biopolítica. E, como dizem os autores, essa produção biopolítica é “incomensurável, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo”, e, ao mesmo tempo, “sempre excessiva no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida” (HARDT e NEGRI, 2005, p.194).

O capital financeiro tenta dar uma resposta à incomensurabilidade da produção biopolítica, especula sobre ela, sonega, manipula, burla as próprias regras do jogo, mas jamais será capaz de capturá-la integralmente, como também não pode sobreviver sem tentar comandá-la a qualquer custo, o que, contraditoriamente, diminui sua produtividade. Aqui situa a contradição central que envolve de um lado a produção biopolítica da multidão, que não prescinde da abertura e da colaboração para expandir, e a permanente busca de controle e captura pelo capital, o que reduz a produtividade consequentemente, vez que limitar “o acesso a ideias e informações sufoca a criatividade e a inovação” (HARDT e NEGRI, 2005, p.241).

> Neste trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia tradicionalmente entendida para investir diretamente a cultura, a sociedade e a política. O que é produzido, nesse caso, não são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas. Chamaremos esse tipo de produção de “biopolítico”, para enfatizar o caráter geral de seus produtos e a maneira como ele investe diretamente a vida social em sua totalidade. (HARDT e NEGRI, 2005, p.134-135).

É na fábrica pós-fordista, esparramada pelo – e intrincada com o – espaço metropolitano (o que seriam os piquetes do MTST[29] nas principais avenidas de São Paulo se não a investida política em face da produção/circulação de mercadorias materiais/imateriais nessa gigantesca fábrica biopolítica?), que a força produtiva se conforma cada vez mais como uma intelectualidade da multidão. O capitalismo quer e estimula cada vez mais para que as pessoas sejam criativas, inteligentes, tenham iniciativa, sejam comunicativas, capazes de trabalhar colaborativamente etc, sendo essa “a

[29] Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Sem Teto.

principal característica do trabalho imaterial: produzir comunicação, relações sociais e cooperação" (HARDT e NEGRI, 2005, p.156). O que não significa, obviamente, menos precariedade, menos exploração.

Estamos diante daquilo que outrora Marx (2011) denominou nos *Grundrisse* como o *intelecto geral* ("General Intellect"), "o saber como principal força produtiva" (VIRNO, 2013, p.85), momento em que o capital se revela explicitamente como parasita da sociedade e a relação de trabalho não se expressa como "simples subordinação ao capital, mas se coloca também em termos de independência aos espaços e tempos do capital" (SZANIECKI, 2014, p.66), o que, por sua vez, "resulta simultaneamente, mas não simetricamente, em exploração (trabalho) e potência (ação livre)" (*idem*, p.66-67).

Hoje, finalmente, temos o instrumental material, organizativo (redes), tecnopolítico e subjetivo para poder produzir contra o controle do Estado-capital, gerando *contra-poder* imperial, em todos os campos da vida (político, profissional, cultural, alimentar, territorial, afetivo...), tendo sempre em vista a importância de também travar a luta no terreno da produção de subjetividade.

> O trabalho imaterial é *biopolítico* na medida em que se orienta para a criação de formas de vida social; já não tende, portanto, a limitar-se ao econômico, tornando-se também imediatamente uma força social, cultural e política. Em última análise, em termos filosóficos, a produção envolvida aqui é a *produção de subjetividade*, a criação e a reprodução de novas subjetividades na sociedade. Quem somos, como encaramos o mundo, como interagimos uns com os outros: tudo isto é criado através dessa produção biopolítica e social. Em segundo lugar, o trabalho imaterial tende a assumir a forma social de *redes* baseadas na comunicação, na colaboração e nas relações afetivas. O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum, e está cada vez mais inventando novas redes independentes de cooperação através das quais produzir. (HARDT e NEGRI, 2005, p.101).

A questão colocada é a seguinte, portanto: pode a produção resultante da ação livre da multidão se conformar na produção do comum? Uma vez que "o capitalismo cognitivo privilegia o trabalho cooperativo e o conhecimento compartilhado por cérebros interligados" (SZANIECKI, 2014, p.67), pode nesse

contexto biopolítico a multidão se valer das redes comunicativas e colaborativas para a produção autônoma de um comum que seja antagônico ao Estado-capital e, ao mesmo, constituinte de outras formas de se relacionar, produzir e viver? Não tenho dúvidas que sim, pode e deve.

Como diz Pelbart, vivemos num “momento em que o comum, e não a sua imagem, está apto a aparecer na sua máxima força de afetação, e de maneira imanente, dado o novo contexto produtivo e biopolítico atual” (PELBART, 2011, p.29). Isso posto, percebe-se como o comum se apresenta “nos dois extremos da produção biopolítica: ele é ao mesmo tempo o produto final e a condição preliminar da produção” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 436). Em síntese,

> O contexto contemporâneo trouxe à tona, de maneira inédita na história pois no seu núcleo propriamente econômico e biopolítico, a prevalência do 'comum'. O trabalho dito imaterial, a produção pós-fordista, o capitalismo cognitivo, todos eles são fruto da emergência do comum: eles todos requisitam faculdades vinculadas ao que nos é mais comum, a saber a linguagem, e seu feixe correlato, a inteligência, os saberes, a cognição, a memória, a imaginação, e por conseguinte a inventividade comum. (...) Nesse contexto de um capitalismo em rede ou conexionista, que alguns chamam de rizomático, pelo menos idealmente aquilo que é comum é posto para trabalhar em comum. (PELBART, 2011, p.29)

Posto isso, fica mais claro como rastrear e cartografar a produção do comum no âmbito da metrópole biopolítica almeja alcançar pistas, possíveis indicações de como “no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2011, p.23), fora do comando exercido pelo Estado-capital e de modo antagônico aos valores capitalísticos por ele encampados e disseminados na conformação das subjetividades, seja na escola, seja via concessões públicas do espectro rádio televisivo ou via dispositivos móveis parcelados em 24 meses no cartão de crédito.

Em verdade, como sustentam Hardt e Negri, “o comum que

compartilhamos é menos descoberto do que produzido" (HARDT e NEGRI, 2005, p.14). Aqui não há lugar para formulações e projeções utópicas, ou seja, prescindimos de construtos imaginativos apartados da realidade para nos fazer caminhar rumo ao utópico teoricamente idealizado. O comum se confirma no horizonte da metrópole biopolítica exatamente porque o presente já trás consigo uma produção que é comum, em outras palavras, não se trata de utopia porque a aposta em torno do comum parte do campo de imanência, da dimensão constituinte da produção biopolítica que tem o comum "mais como premissa do que como promessa" (PELBART, 2011, p.30). De igual modo, a felicidade capaz de nos mover é mais aquela que hoje experienciamos no *estar-com* das resistências positivas, mais do que qualquer outra situada no lugar da utopia, ou melhor, no *não-lugar*.

E tais resistências positivas, espaços performáticos de combatividade, afetividade e subjetividade, tomaram de assalto as metrópoles como territórios privilegiados de disputa e construção biopolítica, sobretudo no tocante ao enfrentamento a *grandes projetos urbanos* ancorados no paradigma da *cidade-empresa* do planejamento estratégico e das parcerias público-privadas. Mesmo as resistências territorialmente situadas fora da cidade, como é o caso das lutas indígenas heroicas dos Guarani-kaiowás no Mato Grosso do Sul, precisam atingir (e afetar) as metrópoles como condição indispensável (nem sempre suficiente) para se alcançar vitórias[30].

Por seu turno, a metrópole se conforma como a nova fábrica do capitalismo contemporâneo, "a usina de geração do mundo, fabrica mundi, usina biopolítica de que precisa o capitalismo para vitalizar-se" (CAVA, 2015), plataforma fundamental de acumulação do capital global, espaço privilegiado de controle político, econômico, cultural etc.

O espaço da produção contemporânea é a cidade e a

[30] De igual modo, penso que o enfraquecimento do poder de persuasão do movimento camponês no Brasil, especialmente do Movimento dos Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra (MST), para além do seu atrelamento com o projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT), também guarda relação com seu crescente distanciamento e isolamento quanto aos movimentos urbanos, parece que ninguém mais fala em reforma agrária nas cidades, seja nas universidades ou nas telenovelas.

> metrópole. Para a financeirização, isto é, para o capitalismo contemporâneo, as *externalidades*, os comuns, tornam-se a mercadoria *sui generis* de benefício capitalista. É assim que as políticas urbanas têm atuado como máquinas de crescimento, com centralidade absoluta das políticas de expansão urbana e desenvolvimento do mercado imobiliário. Para o capital a chave tem sido promover a cidade a fim de obter uma percepção pública da mesma como marca – o branding –, mobilizando intangíveis, comuns enfim. As cidades buscam permanentemente uma melhora de sua posição competitiva sobre uma base propriamente empresarial. (…) as cidades se tornam protagonistas do regime de acumulação. O objetivo é capturar a atenção sobre um lugar e singularizá-lo – daí a necessidade de mobilizar intangíveis. (HERREROS e RODRÍGUEZ, 2012, p.97-98).

Mas nem sempre foi assim. Em verdade, o capitalismo se formou fora dos muros das cidades. Cabe aqui um breve retrospecto. De fato, a cidade criou as condições de expansão da grande indústria, concentrando a mão de obra, o mercado consumidor, os capitais acumulados, a infraestrutura e o poder político. Simultaneamente, a grande indústria levou ao crescimento da cidade, revolucionando a organização do espaço em nível planetário. A natureza, antes dominante, passou a ser dominada por meio de técnicas cada vez mais sofisticadas.

Entretanto, até a conquista do poder político pela burguesia revolucionária europeia, durante séculos a cidade foi o refúgio contra a opressão feudal, o destino prioritário daqueles que buscavam a felicidade, a liberdade e a justiça (PAULA, 2006). A partir do século XVIII, a cidade se tornou espaço privilegiado da reprodução do capital, abrigando a grande indústria em prejuízo das corporações de ofício. Com a derrocada do regime feudal, a cidade também se constituiu como pólo dominante na contradição campo-cidade e, assim, crescimento tornou-se sinônimo de urbanização do campo. Segundo Lefebvre (2001), ao longo desse processo, o desaparecimento do campo se deu em dois sentidos: de um lado, por meio da industrialização da produção agrícola e da proletarização do camponês; de outro, através da ruína da terra e da destruição da natureza.

Durante esse percurso a própria estrutura urbana passou a ser

produzida e reproduzida sob a lógica da acumulação capitalista, manifestando a cidade não apenas como espaço de reprodução do capital, mas também como objeto desta reprodução, determinada, em grande medida, pela expansão do capital imobiliário, elevado à condição de importante indutor do crescimento econômico. A cidade se tornou assim, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, um grande negócio (MARICATO, 1988).

> Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação. O desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria. (CARLOS, 2015, p.26).

Em outras palavras, o capitalismo corrompeu a cidade, fez do solo esmigalhado uma mercadoria valiosa e escassa, protegida pelo instituto sagrado da propriedade imóvel e, paralelamente, criou uma ideologia antiurbana capaz de fazer ruir sua construção como espaço da liberdade, do encontro e da solidariedade. No quadro urbano na atualidade, a exploração direta do (as) trabalhadores (as) se multiplica por meio de uma exploração indireta (LEFEBVRE, 2001) que se estende ao conjunto da vida cotidiana. Esta superexploração é evidenciada, por exemplo, no tempo livre do (a) trabalhador (a) gasto na autoconstrução de sua moradia[31], nas horas sacrificadas no longo percurso diário entre a casa e o emprego ou, ainda, na carga do trabalho doméstico invisível e não remunerado desempenhado pelas mulheres, indispensável para a reprodução da força de trabalho[32].

Por outro lado, a cidade, especialmente na sua forma metropolitana, agregou no tempo e no espaço as condições objetivas e subjetivas para a libertação da multidão frente ao domínio capitalista imperial. No final do século

---

[31] Francisco de Oliveira defende que a autoconstrução foi um dos motores do processo de industrialização do Brasil, junto com o Estado, vez que a autoconstrução liberava o capital industrial da obrigação de arcar na folha salarial com os custos da habitação das (os) trabalhadoras (es), deixando o provimento habitacional como um encargo assumido pelo trabalho. Sobre o tema, ver OLIVEIRA, 1981.

[32] Para uma interessante discussão sobre a dimensão de gênero no contexto das relações urbanas, ver MACEDO, 2002.

XIX, Engels já afirmava que somente o *proletariado* “criado pela indústria moderna e concentrado nas grandes cidades, libertado de todas as cadeias tradicionais, inclusive das que o ligavam à terra, é capaz de realizar a grande revolução social” (ENGELS, 1988). Nesse sentido, a nostalgia romântica da volta ao campo do velho e bom camponês, agora incorporado ao espaço urbano e quebrado em seus tradicionais valores, representaria “atrasar o relógio da história” (*idem*). O mesmo raciocínio agora vale para a multidão ante ao *proletariado* descrito por Engels, pois a biopotência criativa da multidão, na qual reside a possibilidade da *produção do comum*, não deixa margem a nenhum tipo de nostalgia ou utopia com relação às ilhas isoladas pelo oceano.

Com todos os seus graves problemas, contradições e mazelas, é a cidade que oferece as maiores possibilidades emancipatórias, pois, dentre outras inúmeras razões, concentra no mesmo território, conectados em redes comunicativas e colaborativas cada vez mais amplas, os (as) agentes da transformação – trabalhadoras, trabalhadores, e todos os que vivem sob o domínio do capital –, o fluxo de informações, a produção artístico-cultural, os avanços tecnológicos, os encontros afetivos, a produção de subjetividade, o poder político etc. E, acrescente-se, “a produção biopolítica da multidão tende a mobilizar o que compartilha em comum e o que produz em comum contra o poder imperial do capital” (HARDT e NEGRI, 2005, p.142).

Por esses e outros motivos, faz-se necessário lutar neste cenário por uma cidade em que caibam todas e todos, a fim de superar as contradições estruturais decorrentes da apropriação capitalista do espaço e colocar as bases de um projeto emancipatório de sociedade sob o horizonte do bem comum.

Desde a minha perspectiva, além da atuação nas resistências contra *grandes projetos urbanos* como foi o caso da operação urbana *Nova BH,* por exemplo, a participação como ativista-advogado nos protestos, nas ocupações de sem-teto, na Praia da Estação, nos blocos de carnaval de rua, no Espaço Comum Luiz Estrela e outros territórios insurgentes da cidade, trouxe uma reflexão viva e imanente quanto à pertinência do comum como horizonte de luta contra o domínio do privado (mercado), para além do público (Estado). O comum, por sua vez, para além da dimensão substantiva dos bens comuns

materiais e imateriais, o comum enquanto verbo, a forma de uma atividade, o *fazer-comum*, traz consigo, indissociadamente, os princípios que perpassam as lutas travadas pela multidão metropolitana e que também orientam a *copesquisa cartográfica*, tais como a autonomia, a cooperação, a horizontalidade, a abertura, a criatividade, a produção de afetos e subjetividades, o profundo desejo de democracia real.

Excurso do Carnaval Amor e Luta[33]

Vai passar nessa avenida um samba popular. Cada paralelepípedo da velha cidade esta noite vai se arrepiar. (…) Meu Deus, vem olhar, vem ver de perto uma cidade a cantar a evolução da liberdade, até o dia clarear. Ai que vida boa (…)

Chico Buarque

É na cidade medieval, inserida no contexto do mal chamado "período das trevas", onde nasce o carnaval como o conhecemos no ocidente, antecedendo o período da quaresma. Essa mesma cidade acolheu os servos que fugiam da opressão do feudo para se organizarem em corporações de ofício. O assalariamento, a grande indústria e o próprio capitalismo vieram em seguida, tomaram de assalto a cidade e aniquilaram o associativismo e as relações forjadas até então com o espaço produzido. A cidade, gradativamente, reproduziu as contradições sistêmicas da nova ordem social, mercantilizou-se para ser vendida aos pedaços, um produto e não mais uma obra genuinamente humana. O privado se revoltou contra o público e a festa, antes na rua, espaço comum, torna-se fechada, privada.

Porém, a cidade, talvez a maior invenção da humanidade, recobra sua condição originária, ambiente da felicidade e da realização pessoal, lugar em que foi possível concentrar os milagres da civilização moderna (ENGELS, 1988) e atrair bilhões de pessoas em todo o planeta. Sem dúvida, a luta pelo direito à cidade, na perspectiva desenvolvida por Lefebvre enquanto ruptura do cotidiano e de restituição da festa, possui uma dimensão revolucionária e, por que não, emancipatória.

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto a propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE,

[33] Este rolezim partiu da revisão de um pequeno texto meu sobre o carnaval de rua independente de BH, originalmente publicado em 2012, sob o título "Carnavalizar o urbano: avante BH!".

1969, p.124)

Nesse sentido é que se pode sustentar que o futuro da sociabilidade humana depende do futuro da sociabilidade urbana (PAULA, 2006). Aqui, retomo o carnaval, na urgente luta pela cidade como cenário da festa, da felicidade, do encontro, a cidade como valor de uso e não mercadoria, coletivamente produzida, coletivamente apropriada, o direito à obra comum. O carnaval de rua dá cor à cidade cinza e poluída, faz da rua a continuidade da casa, tal como deve ser. Das janelas, velhas solitárias admiram os blocos, jovens atiram água sobre os foliões, crianças abrem os portões e vão à rua sem receio dos carros ou da violência. A privacidade silenciosa, seja no quarto ou no escritório, é contestada pelo som dos tamborins. O carnaval de rua também traz consigo contradições, pois é refém de uma sociedade cheia delas, mas isso não lhe retira a beleza e seu potencial.

Ouso dizer que uma revolução verdadeira também deve ter como horizonte imprimir a festa na cotidianidade do urbano, e o carnaval é uma grande festa, a mais comum das festas, exceto onde segregam as pipocas e privatizam o espaço público. Em Belo Horizonte, o carnaval de rua permitiu em certa medida a reapropriação do espaço público, a produção de espaços comuns alegres e antagônicos, a um só tempo a socialização da gente e a contestação biopolítica da ordem instituída. Nem o reto do prefeito empresário, nem a coxinha da madrasta restaram imunes[34]*.*

Nessa mesma cidade, desde o ano 2007 ocorre sob o viaduto Santa Tereza, que se tornou símbolo da resistência de rua, um encontro multitudinário da juventude do morro e do asfalto em duelos de hip hop, no qual ocorrem duras batalhas sem qualquer violência, exceto quando a polícia promove, ela mesma, a violência, especialmente contra jovens negros. Salve o Coletivo Família de Rua que, sem qualquer apoio da Prefeitura, toca há anos a construção desse importante espaço comum de expressão da cultura hip hop. Ainda nesta

[34] Referência às marchinhas da Praia da Estação e da Coxinha da Madrasta.

cidade, os protestos de junho de 2013 foram inaugurados com uma multitudinária "pelada" em praça pública, futebol de rua puxado pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Copa - COPAC que aglutinou uma multidão e abriu as jornadas *na capital mineira. Mas durante o carnaval as manifestações artísticas e políticas são embelezadas com purpurina, fantasias e tambores. Sobretudo a partir de 2010, cada vez mais blocos de rua, organizados sem patrocinadores oficiais, ganharam as ruas de BH e fizeram milhares de pessoas experimentar a cidade como valor de uso. Em 2015, o ápice: 1 milhão de foliões.*

> O próprio carnaval belo-horizontino, que adquire grande força a partir de 2010, torna-se reconhecido nacionalmente por seu caráter estético-político. A desobediência civil, a negação do pedido de alvará e a falta de percurso definido são características fundamentais de alguns blocos deste movimento, por meio do que a multidão ocupa, ao som de marchinhas carnavalescas com alto teor crítico, as ruas e praças, experienciando de outra maneira a cidade, inventando novos modos de percorrê-la e, por que não, de reconstruí-la. (RENA e BRUZZI, 2014, p.319).

Isso, graças aos blocos independentes, contestatórios, avessos tanto ao poder de polícia, quanto à apropriação capitalística. As resistências descobrem no carnaval fértil campo de expressão das suas singularidades: tem bloco pra quem fuma maconha, tem blocomum do Estrela, bloco Pula a Catraca, bloco da Bicicletinha, da Praia da Estação, bloco de afoxé hibridado com Krishna, bloco para brilhar, libertinar e gozar a apropriação comum do espaço.

> É fácil reconhecer a natureza performativa e carnavalesca dos diferentes movimentos de protesto que tem surgido em torno das questões da globalização. Mesmo quando evidenciam uma feroz combatividade, as manifestações são altamente teatrais, com bonecos gigantes, figurinos, danças, canções humorísticas, cânticos e assim por diante. Em outras palavras, os protestos também são festivais de rua nos quais a indignação dos manifestantes coexiste com sua alegria carnavalesca. (HARDT e NEGRI, 2005, p.274).

Se por um lado as lutas multitudinárias se expressam de modo carnavalesco,

por outro, o carnaval, na medida em que se reapropria da cidade para a produção de espaços comuns, revela sua dimensão política e sua biopotência. Em suma, o carnaval se expressa como uma grande performance da multidão. A performance, por sua vez, é onde o biopolítico se faz biopotente de modo mais claro, ou pelo menos quando isso salta aos olhos, quando o corpo mais do que se afirmar como resistência, se afirma ele próprio como possibilidade de uma nova linguagem, um comum portanto.

Figura 10: Bloco Filhos de Tcha Tcha no bairro Concórdia, 2013. Foto Priscila Musa.

Mas é preciso estar atento! "Os moralistas querem impor sua conduta"[35]*. Controlar e capturar a potência de afetação da festa multitudinária para fins comerciais. Para ser mais direto, o capital almeja mercantilizar a festa, apropriá-la como grande negócio e conferir ao carnaval um rentável valor de troca, seja dentro ou fora do eixo. Em alguns lugares, o humano coisificado em muros separa os foliões brancos das pipocas pretas, a cerca humana mal*

[35] Marchinha da Alcova Libertina.

remunerada para assegurar, a um só tempo, a segregação social e a renda auferida pelo espaço público privatizado. Noutras cidades, paga-se pelo ingresso, pelo desfile, pela transmissão exclusiva, enquanto milhões prestigiam passivos pela TV.

De todo modo, em Belo Horizonte, (re)nasceu algo diferente, que foge à restrita lógica capitalista da reprodução ampliada. O recente fenômeno segue estritamente vinculado à rua, ao ambiente público (re)apropriado pelas pessoas comuns, horizontalmente, com fantasias e apetrechos, invertendo os sexos, as morais e as leis. A polícia não sabe o que fazer, pois os citadinos não estão bravos, mas sorrindo, não brigam, beijam-se libertinos, não portam armas, mas tambores, pirulitos e flores, além do que, não são apenas negros, são de todas as cores – e quantas cores!

Se liga, autoridade! Para uma multidão que fez da praça privatizada uma linda Praia, não é impossível fazer da cidade uma linda festa, onde caibam todos e todas.

4.3. A centralidade do comum nas lutas multitudinárias

Como dito antes, o neoliberalismo implicou um avanço da captura e mercantilização dos bens comuns, tendo realizado um esforço obstinado de privatização e apropriação de recursos e serviços, aquilo que Harvey (2005) denominou como “acumulação por espoliação”, também traduzida como “acumulação por despossessão”. E, como diz Alexandre Mendes, “o retorno da 'acumulação primitiva', como forma primordial de acumulação, indica que o antagonismo atual se desloca, cada vez mais, para o comum” (MENDES, 2012a, p.173).

Isso é fácil perceber diante do fato de que as lutas mais biopotentes encampadas pela multidão metropolitana se dirigem sobretudo contra *grandes projetos urbanos* consubstanciados por meio de parcerias público-privadas que tem em mira a apropriação de mais-valias urbanas oriundas da produção coletiva da cidade, de remanescentes verdes de natureza urbana, de espaços públicos de uso comum, de paisagens, ou mesmo apropriação de serviços de abrangência geral, como é o caso das concessões do transporte público e os sucessivos aumentos das passagens. De todo modo, como adverte Mendes,

> (...) o discurso sobre o 'comum' em uma perspectiva marxista não pode se limitar aos 'bens comuns' ou aos 'commons'. Uma análise sobre o comum deve sempre e, prioritariamente, versar sobre uma *relação social*, sobre uma produção de subjetividade que define relações antagônicas entre a produção de capital e a produção de seus sujeitos 'contrapostos'. (MENDES, 2012a, p.114).

Não se recomenda, em síntese, limitar a apreensão do comum como bem ou recurso natural ou artificial dado, apartado das relações sociais que subjazem a produção, a gestão e os usos. Nada é comum *per si*, até mesmo a linguagem, o comum primordial, é passível de captura e controle. A partir da discussão que Jean-Luc Nancy (2000) faz a respeito da comunidade, Alexandre Mendes também chama a atenção para a dimensão ontológica do comum, enquanto abertura do ser, que é sempre *ser-com*, *estar-com*, donde

exsurge o *ser-em-comum*, o *ser-singular-plural*, indispensável para se pensar a democracia hoje fora do quadro da comunidade fusional. Entretanto, o autor vai além para avançar na reaproximação entre "*comum* e *política*, que tome a produção do comum como um verdadeiro processo antagonista" (MENDES, 2012a, p.145), diluindo as distinções entre o econômico e o político. Nesse sentido, diz:

> Saímos de uma "ontologia primeira" do comum para o fervor das relações conflituosas entre capital e trabalho. O "ser-em-comum" não é mais um "modo do Ser", e sim uma verdadeira subjetividade antagonista, atravessada pelas recentes formas de exploração do capital. A produção do comum é, nessa linha, processo antagonista expressado nas múltiplas formas atuais de "fazer política". (...) O trabalho devém ação política, na mesma medida em que a política é inseparável dos novos modos de produzir (subjetividade) no pós-fordismo. (MENDES, 2012a, p.145-151)

Note-se que a pertinência do comum para a luta anticapitalista deve então ser investigada no seio das lutas, ou seja, "compreender o comum como produção subjetiva a partir das lutas reais, enfrentamentos, emergências históricas e, sobretudo, a partir da capacidade de criação, invenção e relação que envolve as práticas de resistência e liberdade" (MENDES, 2012a, p.129). Dita postura também vale para a multidão, vez que se trata de um conceito imanente aberto, cuja serventia só pode ser atestada no confronto com a realidade.

Assim, pergunta-se em que medida, por exemplo, conceber como multidão o sujeito político que eclodiu aos milhões nas ruas e praças das metrópoles da Espanha, do Egito, e do Chile em 2011, da Turquia em 2013, ou do Brasil em 2013 contribui, à análise e compreensão desses processos? Categorias como massas, proletariado ou povo são suficientes para apreender a complexidade social desses fenômenos e, mais do que isso, transpor os limites da representação liberal para apontar proposições políticas constituintes que sejam a expressão das necessidades e desejos expressos pelas pessoas indignadas? Tais fenômenos apontam ou não para a construção de uma sociedade pós-capitalista?

Em verdade, diz Negri, “a multidão não é somente um conceito, mas sim uma realidade nova” (2008, p.81), de tal modo que, “a questão de saber se é anticapitalista ou não encontra uma resposta não na análise do conceito, mas sim na análise de seu próprio movimento” (*idem*), sendo a emergência do comum um importante elemento para fins de atestar seu caráter antagonista e sua eficácia no tocante à produção de subjetividades pós-capitalistas.

Uma coisa é certa, neste cenário de aprofundamento do neoliberalismo e da globalização financeira, em que Estado e capital operam em sintonia fina na macroeconomia doméstica, isso pra não dizer que entraram em verdadeira simbiose de tal modo que público e privado se tornaram indistinguíveis sob vários aspectos (vide grandes projetos de parcerias público-privadas), o comum se apresenta como uma outra via, uma válvula de escape, um campo aberto para a construção de contrapoderes.

> (…) lo común – la exigencia de lo común, el reconocimiento de lo común, la política de lo común – no representa una <<tercera vía>> que tendría la capacidad de mediar entre lo privado y lo público, sino una <<segunda vía>> que se presenta como antagonista y alternativa en relación con la gestión del capital y con los efectos que este último (la propriedad privada y/o pública de los medios de producción) puede tener sobre la vida común y sobre los deseos que allí se expresan. El derecho común sólo es pensable a partir de la destrucción de la explotación – tanto privada como pública – y de la democratización radical de la producción. (NEGRI, 2008, p.94)

A luta pelo comum extravasou o perímetro da cidade e atraiu para si a centralidade das batalhas multitudinárias contemporâneas: do Parque Gezi na Turquia, ao parque Augusta em São Paulo; da praça *Tahir* no Egito à Puerta del Sol em Madrid, do cais do porto Estelita no Recife à praça transformada em Praia da Estação, em Belo Horizonte, em todos esses processos é possível captar um desejo compartilhado de democracia real frente à investida do Estado-capital a despeito dos interesses da coletividade.

Essas e outras lutas multitudinárias nos inspiram a pensar como a inteligência coletiva, ou melhor, como a inteligência de enxame da multidão “pode inventar e construir uma sociedade na qual quem governe seja a

sociedade em rede, a riqueza coletiva da cooperação, a potência do comum" (HERREROS e RODRÍGUEZ, 2012, p.113). Noutros termos, as práticas, estratégias e objetivos das lutas multitudinárias, embora diferentes, são capazes de se conectar, se combinar e, quiçá, constituir ações e projetos plurais compartilhados, de modo que "a singularidade de cada luta promove, em vez de impedir, a criação de um terreno comum" (HARDT e NEGRI, 2015, p.93).

De fato, na atualidade ganha destaque o desejo ambicioso da multidão metropolitana de produção e defesa do comum urbano, partindo da expressão das múltiplas singularidades, sob as bases da democracia real, para além da gestão democrática da cidade concernente às intervenções no espaço. Se a cidade não move ninguém por si mesma, a luta pelo comum pode mover uma multidão, seja como resistência positiva constituinte, seja como negação destituinte da ordem amparada pelo Estado-capital que investe contra o comum.

> O capital deve, portanto, capturar a produção do comum, entendido em sua dupla condição: o comum é ao mesmo tempo a forma da produção e o horizonte de uma nova relação social, aquilo que o saber vivo produz e que o capital explora. E é nessa tensão entre autonomia do saber vivo e captura capitalista que se determina o plano do antagonismo hoje. (ROGGERO, 2012, p.63)

A *cidade-empresa* do paradigma neoliberal de planejamento estratégico é, por sua vez, a expressão mais bem acabada da ofensiva público-privada – estado e capital em simbiose – contra o comum, cenário em que impera aquilo que Vainer costuma chamar como "democracia direta do capital" (2012a). Talvez por isso o direito ao comum seja, em última instância, um possível horizonte de convergência das forças vivas que enfrentam o Estado-capital na metrópole biopolítica. Em suma, o Estado-capital, mais que qualquer outro, persegue o comum, quer pacificar para depois fazer shopping - ou a ordem inversa - desde que o comum não se expresse como contrapoder multitudinário impregnado de poder constituinte, tal como as ocupações

urbanas que reocuparam a cena política metropolitana.

Além das ocupações por moradia, pude acompanhar em Belo Horizonte a organização da ocupação do casarão abandonado do bairro Santa Efigênia, rua Manaus, nº. 348, que resultou na construção do Espaço Comum Luiz Estrela (ver *Excurso Estelar*). O "comum" inscrito no nome faz explícito e reafirma o horizonte político e a nova gramática que orienta a construção dessa experiência constituinte de produção do comum. Questões como a horizontalidade, a autogestão, apresentação ao invés da representação, o exercício da democracia real e a relação com a institucionalidade, o cuidado uma com outra, as opressões (queer), a abertura às singularidades e todos os demais temas afetos ao comum são constantemente postos em debate, mais do que em qualquer outro espaço político em que eu até então tinha atuado.

Somente a radicalidade e o esforço coletivo na construção de um processo horizontal e aberto, orientado pelo comum, explica a potência dessa ação política que, aliada a outros fatores conjunturais, resultou na derrota da parceria público-privada articulada para o imóvel apenas dois meses após a ocupação do casarão tombado, realizada em 26 de outubro de 2013. O Estado foi obrigado a anular a cessão do imóvel – feita anteriormente ao particular – em favor de sua cessão para a multidão corporificada pós-jornadas de 2013 no Espaço Comum Luiz Estrela. Vencido o primeiro embate contra o Poder público estadual e contra a fundação privada[36] que detinha a cessão de uso do bem em questão, abre-se a possibilidade de que todas as energias sejam desprendidas à gestão comum do espaço, horizonte desafiador e não menos árduo.

Neste exato momento, uma ampla rede (na qual ativistas do Espaço Comum Luiz Estrela têm um papel importante, juntamente com movimentos sociais, coletivos, grupos de pesquisa etc.) se articula contra o desalojamento das ocupações de moradia Rosa Leão, Vitória e Esperança, na região do Isidoro, também em Belo Horizonte, rebatizada como Izidora, área delimitada para a execução de mais uma operação urbana aprovada pela Prefeitura de

[36] Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA).

Belo Horizonte à revelia da sociedade. A linda e potente resistência das ocupações da Izidora também oferece rico substrato para a análise da luta pelo comum na cidade em oposição às políticas público-privadas de provimento habitacional.

Diante o exposto até aqui, interessante notar como todas essas lutas podem convergir no comum e daí extrair as melhores possibilidades de difusão e agregação de novos (as) combatentes na metrópole contemporânea tendo em vista a importância da produção de novas subjetividades ao projeto emancipatório. Inegável nessa conjuntura "a afirmação do comum como nova fronteira de luta política radicalmente democrática para além da antinomia público/privado", para usar as palavras de Hardt (2011). Por outro lado, o comum enquanto princípio político, ao ser criticamente confrontado com a realidade das resistências, das organizações e movimentos, pode contribuir para dar sentido, orientar as práticas de produção, gestão e deliberação, além de potencializar e conectar em rede uma pluralidade de lutas e práticas alternativas antagônicas à hegemonia do capital.

✿ *Excurso das Margaridas*

É melhor morrer na luta do que morrer de fome.
Margarida Alves

Margarida Maria Alves nasceu no município de Alagoa Grande (PB), no Brejo Paraibano, em 05 de agosto de 1933. De origem camponesa, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Durante os 12 anos em que esteve à frente da entidade, foram ajuizadas mais de 600 ações trabalhistas em defesa dos direitos dxs trabalhadorxs rurais. Margarida foi ainda responsável pela criação de delegacias sindicais em engenhos e usinas da região, além de lutar pela assinatura da carteira de trabalho e demais direitos das pessoas que trabalhavam nos canaviais em condições análogas à escravidão. Sua atuação combativa colidiu com os interesses dos coronéis, latifundiários do sertão, dentre os quais Agnaldo Veloso Borges, já falecido, e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque, mandantes do seu brutal assassinato no dia 12 de agosto de 1983, com um tiro calibre 12 na face, quando estava na janela de sua casa, na presença do esposo, sua mãe, irmãs e filho que, na época, tinha apenas 8 anos.

O dia de sua morte ficou consagrado como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. A essa brava lutadora brasileira, dedicamos o nome do Coletivo de advogadxs populares de que trata o presente excurso, o qual, enquanto coletivo assumidamente feminista, tem a imensa responsabilidade de honrar sua memória.

O Coletivo Margarida Alves nasceu no primeiro semestre de 2012, reunindo advogadxs populares com atuação em direitos humanos, conflitos fundiários, assessoria jurídica aos movimentos sociais e sindicatos. Sua dinâmica de trabalho e deliberação horizontal, democrática, com autonomia, abertura à diversidade, atuação em rede, capacidade de agenciamento e articulação das resistências e potência frente ao poder instituído no seu próprio terreno, com

fundamento nas suas normas, justificam a inserção neste trabalho de um rolezim dedicado às Margaridas, cuja existência pode ser considerada uma das singularidades da luta em Belo Horizonte. Feliz a metrópole cujas resistências possam contar com assessoria jurídica ativista e militante, com autonomia de ação, que bate de frente com as forças hegemônicas, articulada em uma ampla rede, de movimentos e atores institucionais, e que, ainda, goza de excelência técnica e rico acúmulo de experiências no campo da advocacia popular.

As lutas multitudinárias da contemporaneidade se expressam cada vez mais como processos colaborativos em rede e constituição de espaços comuns de produção, defesa e enfrentamento ante ao Estado-capital. Nesse sentido, a assessoria jurídica popular a serviço das lutas (e imbricada nas resistências) também deve ser a expressão de uma inteligência de enxame, da biopotência multitudinária frente ao domínio biopolítico violador de direitos e garantias fundamentais[37]. Explorar as brechas do poder instituído significa travar batalhas no campo judicial em sintonia com as lutas pela afirmação de direitos.

> Nesse esforço, é absolutamente essencial o trabalho que muitos estão fazendo hoje, utilizando os meios legais dos sistemas nacionais e internacionais como uma espécie de contrapoder. Ações judiciais coletivas contra corporações poluidoras; demandas de direitos humanos contra a guerra, a tortura e o abuso policial; e a defesa de refugiados, imigrantes e presidiários – essas ações utilizam o poder do juiz contra o do rei, aproveitando elementos do sistema legal contra o poder soberano. Ainda que essenciais, as operações desses contrapoderes são sempre limitadas e circunscritas pelo poder soberano, sejam Estados-nação ou sistemas internacionais. (HARDT e NEGRI, 2014, p.85).

As Margaridas partem dessa premissa quanto aos limites inerentes ao campo de atuação circunscrito pelo poder soberano. Também por isso, a atuação das Margaridas transcende em muito a representação das demandas na esfera

[37] Nesse sentido, o Coletivo Margarida Alves criou a Rede Margarida Alves, com maior potencial de agenciar operadorxs do direito para as lutas e resistências. A Rede Margarida Alves hoje conta com mais de quarenta advogadxs conectadxs, somente em Belo Horizonte, sem considerar as conexões construídas pelas Margaridas no interior de Minas Gerais e em outros estados da federação.

litigiosa das cortes de (in)Justiça ou no âmbito da Administração Pública. Mais do que advocacia popular tomada em sentido estrito, as Margaridas prestam na verdade assessoria política e jurídica, isso inclui a produção de espaços comuns de formação, compartilhamento de saberes, informações e agenciamento das lutas.

O caráter da assessoria prestada também não se confunde com a assistência jurídica oferecida pelas defensorias públicas. As Margaridas, como as defensorias públicas, não atuam para ricos, mas também não prestam assistência jurídica para "hipossuficientes" no sentido de serviço público obrigatório constitucionalmente previsto como essencial à função jurisdicional do Estado. Aqui, a relação com os sujeitos não se dá no plano da assistência, da representação outorgada por procuração, mas sim da construção conjunta, horizontal e comum, antagonista, portanto. Outra diferença: as defensorias públicas atuam sem cobrar nenhuma contrapartida das pessoas assistidas, as Margaridas, por sua vez, cobram um "preço" altíssimo para atuarem em determinada demanda que, nem sempre, as pessoas estão dispostas a pagar: o compromisso com a luta e a transformação social, sem o qual preferimos recomendar outros profissionais no vasto mercado da advocacia privada ou mesmo a assistência jurídica pública. As diferenças ora apontadas, evidentemente, não dispensam nem diminuem o valioso papel das defensorias públicas, parceiras indispensáveis à assessoria jurídica popular.

Importa destacar, ainda, a postura militante que deriva do comprometimento e envolvimento direto com as lutas (sem qualquer neutralidade ou "purismo"), também pressuposto indispensável à perspectiva assumida pelo Coletivo Margarida Alves. O caráter militante das Margaridas passou a constar nas próprias disposições do Estatuto da Associação "Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular", registrado em 2014. Tal desiderato fica claro quando se observa dentre as finalidades da Associação, vinte e oito escopos jurídico-políticos, "apoiar e participar das lutas por melhorias das condições de vida de grupos marginalizados nas/das cidades." A dimensão de lutar com os excluídos

é uma dimensão constituinte de uma assessoria jurídica-popular que não abre mão da tomada de posição política em favor dos pobres urbanos.

Outro princípio fundamental já mencionado diz respeito à autonomia política (logo, também financeira), tanto quanto a autonomia dos sujeitos individuais ou coletivos que buscam a atuação das Margaridas, tanto quanto ao próprio Coletivo relativamente ao poder instituído, ao capital ou qualquer entidade externa. Historicamente, as assessorias jurídicas populares foram tratadas como aparelhos de partidos de esquerda ou mesmo de sindicatos e movimentos sociais. Diferentemente, as Margaridas surgem sob o signo da autonomia, frente aos partidos e movimentos com os quais atua, isso no que diz respeito às suas deliberações políticas enquanto Coletivo, uma vez que autonomia aqui não significa a condução autônoma das ações judiciais, sem a participação direta da parte interessada. No Coletivo e na Rede Margarida Alves há ativistas independentes, militantes de partidos de esquerda, advogadxs de movimentos e organizações políticas, defensorxs de direitos humanos, sem que nenhuma das forças políticas às quais estejam vinculadas pessoalmente as margaridas possa verticalmente pautar nosso espaço comum. E, obviamente, autonomia de atuação quanto ao Estado e ao capital, razão pela qual o Coletivo preza pelo autofinanciamento, com contribuições mensais das próprias margaridas.

A assessoria jurídica pode ser um campo interessantíssimo, quiçá indispensável, para o exercício da copesquisa cartográfica, em vários sentidos. Não há copesquisa cartográfica que prescinda da dimensão jurídica das reivindicações encampadas pela multidão metropolitana, já que é via todo um aparato jurídico que opera o neoliberalismo contemporâneo. De igual modo, o dispositivo do assessoramento jurídico permite cartografar, conectar e articular em rede uma multiplicidade inesgotável de processos. A copesquisa cartográfica no âmbito jurídico rompe com a visão legalista e positivista de que o direito se encerraria em uma norma ou decisão judicial para afirmar um direito que emerge das lutas urbanas multitudinárias contra o poder

centralizador do direito Estatal. A partir daí projeta um direito insurgente pulverizado nas várias experiências e vivências do direito produzidas diretamente nas diversas fissuras da metrópole biopolítica.

Apenas a título ilustrativo do potencial de agenciamento e cartografia pela assessoria jurídica na perspectiva autônoma e horizontal adotada pelas Margaridas, seguem alguns dos grupos, políticos, culturais e institucionais com os quais o Coletivo e/ou a Rede Margarida Alves possui conexões ou já trabalhou conjuntamente: Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Defensorias Públicas (Estadual e da União); Ministério Público (Estadual e Federal); Real da Rua; Duelo de MC's; Associação Imagem Comunitária – AIC; Centro Acadêmico Afonso Pena - CAAP; Graal Movimento de Mulheres; Espaço Comum Luiz Estrela; Brigadas Populares; PSTU / Conlutas; PCR / MLB; MST; MAB; Tarifa Zero; movimento feminista; movimento quilombola; Salve Santa Tereza; associações comunitárias; Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; Associação dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral – ASTREMG; Associação Casa do Estudante - MOFUCE; Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – COPAC; Feirantes do Mineirinho; Barraqueiros do Mineirão; Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e Materiais Recicláveis – CNDDHH; Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais - IPDMS; cooperativa Bar do Olímpio; Movimento Nova Cena; Assessoria Jurídica Popular - AJUP; Comissão Pastoral da Terra - CPT-MG; Sindeletro; Sitraemg; Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; CONEDH; Escritório de Direitos Humanos; Instituto de Direitos Humanos; ONG Cultiva; Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP; Comissão Nacional da Verdade; Fórumdoc; Marcha da Maconha; Grupo Indisciplinar UFMG; Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos (TDD); Pólos de Cidadania da UFMG; Serviço de Assistência Judiciária - SAJ da PUC Minas, Escritório de Integração da PUC Minas, Arquitetos Sem Fronteira – MG, Pastoral Carcerária, Pastoral de Rua, parlamentares de esquerda, etc.

No campo dos conflitos fundiários, algumas das ocupações em que houve atuação das Margaridas: Vila Braúnas (Ribeirão das Neves); ocupação Dandara (BH); ocupações de Timóteo (Vale do Aço); ocupação Contestado (São José - SC); vila Esperança (BH); ocupação William Rosa (Contagem); ocupação Emanuel Guarani Kaiowá (Contagem); Eliana Silva (BH); Nelson Mandela (BH); ocupação/pomar do Cafezal (BH); ocupação Novo Paraíso (BH); ocupações da Izidora (BH/Santa Luzia); conflitos fundiários em Conceição do Mato Dentro contra a empresa Anglo American (violadora contumaz de direitos humanos)[38]; Dom Tomás Balduíno (Betim); Claudia Ferreira (Contagem); Vila Dias (BH); Tijolinho (BH); Acampamento Lamarca (Esmeraldas); Areias (Ribeirão das Neves); Vila Novo Boa Vista (Contagem); etc.

Em suma, a assessoria jurídica possui um magnetismo das lutas e resistências que, no exercício da cartografia, pode oferecer um insumo potente para conexões insurgentes que resultem em um grande campo de força social aberto à multiciplicidade de sujeitos reunidos em torno da transformação das cidades e de si mesmos.

Algumas demandas simbólicas merecem menção, pois expressam em certo sentido algumas possibilidades colocadas à assessoria jurídica popular e a positividade constituinte inerente à breve história das Margaridas, marcada por significativas conquistas em proveito do bem comum.

Nesse sentido, vale rememorar a Ação Popular ajuizada em defesa da população em situação de rua, pessoas que têm seus pertences ilegalmente apreendidos pelo poder público municipal (fiscais e guarda), juntamente com a polícia militar (tem mesmo que ser filha da ditadura uma instituição capaz de privar do mínimo existencial uma pessoa que já não tem nada).

---

[38] A respeito desde conflito gravíssimo ver trabalho de dissertação de mestrado da brigadista e também Margarida Larissa Pirchiner de O. Vieira, sob o título Projeto Minas Rio e Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência, elaborada junto ao programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (VIEIRA, 2015).

As Margaridas testemunharam inúmeras vezes as ações higienistas e repressivas contra a pop de rua, inclusive em frente à sua sede, próxima a um viaduto onde há uma maloca. Começamos então a articular com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e com xs moradorxs que conviviam conosco, que nos chamavam na casa quando os agentes públicos chegavam para recolher seus pertences pessoais.

O poder público, o mesmo que assegura a propriedade privada do rico (mesmo aquela que descumpre sua função social, logo, a Constituição Federal), rouba à luz do dia, com o uso da força policial, a propriedade privada dos pobres, ou melhor, dos mais pobres de todos os pobres urbanos: roupas, remédios, cobertores, documentos de identidade, papelão, carrinhos de trabalho, panelas, etc. Sem qualquer direito de defesa, sem qualquer notificação, nada. Diante disso, as Margaridas se mobilizaram, agenciaram outros atores, e ajuizaram a ação popular por lesão à moralidade administrativa. O juiz de primeiro grau negou a liminar com uma decisão preconceituosa que dizia, por exemplo, que se tratava de uma questão de saúde pública o recolhimento dos pertences, já que acumulavam ratos. O Coletivo fez recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão de primeira instância e logrou obter junto ao Tribunal de Justiça decisão favorável para determinar ao Município de Belo Horizonte e ao Estado de Minas Gerais a proibição da prática judicialmente impugnada pelas Margaridas. Segue nota publicada por ocasião do julgamento do recurso:

> Tribunal de Justiça confirma decisão liminar e julga procedente recurso interposto em defesa da população em situação de rua
>
> Hoje, dia 11 de julho de 2013, foi um dia histórico para a população em situação de rua de Belo Horizonte. Por três votos a zero, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirmou decisão liminar para acolher recurso elaborado pelo Coletivo Margarida Alves de assessoria popular e proibir que os agentes públicos municipais (Fiscalização e Guarda) e estaduais (Polícia Militar) recolham compulsoriamente os pertences pessoais do povo de rua.

A Desembargadora Relatora, Dra. Teresa Cristina, iniciou seu voto dizendo que essa foi a demanda mais difícil de toda sua carreira de magistrada e que, por isso, estava emocionada. O Desembargador Revisor, Dr. Bitencourt Marcondes, classificou como fascista a conduta dos Réus (Município e Estado) contra a população em situação de rua. A Procuradora de Justiça, Dra. Gizele, não conteve as lágrimas ao pronunciar a posição favorável do Ministério Público Estadual ao acolhimento do recurso com fundamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A sessão de julgamento contou com a presença de vários moradores em situação de rua que jamais haviam entrado numa Corte de Justiça para demandar a proteção dos seus direitos. Pelo Coletivo Margarida Alves, a advogada Juliana Benício Xavier fez emocionante sustentação oral na qual utilizou o primado do "amor" como principal fundamento em defesa do povo de rua.

Com essa decisão histórica, exigimos que a Prefeitura de Belo Horizonte e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais cessem a violação de Direitos Humanos da população em situação de rua, sob pena de execução da multa prevista no acórdão proferido hoje e responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Convocamos a todas(os) que defendem o povo de rua a monitorar o Poder Público nas abordagens realizadas junto à população de rua, registrando com fotos e vídeos qualquer ato de violência e abuso de autoridade. De igual modo, precisamos que todas as pessoas que hoje vivem em situação de rua em Belo Horizonte saibam dessa decisão para que possam defender seus direitos. Assim, quem sabe um dia, os moradores de rua de Belo Horizonte deixarão de ser tratados como humanos de secunda categoria.

Coletivo Margarida Alves
Assessoria Popular
Contato para maiores informações: (...)
Belo Horizonte, 11 de julho de 2013.

Depois deste julgamento histórico, em que o atual Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais classificou como fascistas as condutas dos agentes dos Réus (Município e Estado), as Margaridas difundiram a decisão junto à pop de rua e agenciaram outros atores neste escopo, pois mais importante do que a decisão em si, é a emancipação do povo de rua, o que passa pelo seu empoderamento.

Figura 11: Moradores em situação de rua com cópia da decisão judicial do TJMG.

A rede #ResisteIzidora constituída em torno da defesa das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, em contraponto ao projeto do Estado-capital materializado no Programa Minha Casa, Minha Vida e na Operação Urbana do Isidoro[39], congregou várias redes articuladas à inteligência coletiva de um campo de profissionais e ativistas insurgentes no manejo da assessoria jurídica popular. A atuação jurídica a partir do Coletivo Margarida Alves se deu em registro político aberto congregando uma forma-rede de ativismo formada por mais de uma dezena de advogadxs populares, alunos de Pós-Graduação e graduandos que realizam uma produção comum a partir do fazer-com político-jurídico.

A atuação dessa rede se deu pela disputa jurídica no manejo de ações judiciais em defesa das famílias da Izidora, pela interação via redes sociais, pela atuação em conjunto com a rede de comunicação, pela produção coletiva das peças jurídicas e documentos em torno do conflito, pelo registro de testemunhos de vítimas do aparato repressor do Estado, articulação de vários órgãos estatais e participação em mesas de negociação e audiências. Além

[39] Ver sobre em: http://oucbh.indisciplinar.com/

disso, o contato direto permanente com as ocupações, seja em assembleias, seja em eventos culturais, ou seja, pela manutenção de relações de amizade e confiança mútua entre moradores da comunidade e advogadxs, forjaram um ambiente de construção comum da luta política/jurídica. Apesar da força do poder econômico que envolve a bilionária Operação Urbana do Isidoro – OUI (veja no Blog do Indisciplinar denúncias sobre a OUI), as ocupações da Izidora, que também são desdobramentos de junho de 2013, conseguiram até o momento resistir e defender seu território da investida do Estado-capital pelo desalojamento sem alternativa digna.

Em junho de 2014, no contexto da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, momento em que houve ampla perseguição a militantes políticos e controle de circulação de pessoas em reuniões fechadas, com registro fotográfico dessas reuniões realizado pela polícia militar de Minas Gerais, é que se pode entender minimamente o que foi o aparato repressor montado na ditadura militar de 1964-1985. Como afirma Benjamin somente quando uma situação no presente se assemelha ao passado é que se entende a verdadeira imagem do passado (BENJAMIN, 2012).

Quando a polícia militar de Minas Gerais utilizou a chamada tática de Hamburgo, ou "envelopamento", cercando os manifestantes anti-copa por todos os lados, para impedir que eles fizessem uma manifestação pela cidade no dia de 14 de junho de 2014 foi uma forma de reviver hoje o que tantas pessoas sentiram nos períodos de chumbo em que a liberdade de manifestação era cerceada de forma profunda. Diante desse contexto as Margaridas se insurgiram por via de um Mandado de Segurança impetrado na Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O juiz Ronaldo Claret de Moraes deferiu liminar para proibir a polícia militar de cercar manifestantes que protestam contra a Copa do Mundo na capital mineira e afirmou o direito de manifestação legítimo de cidadãos questionarem o megaevento realizado no Brasil como exercício da liberdade de expressão. A decisão foi cassada posteriormente pela Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais por via

de um expediente judicial de exceção utilizado pelo Governo estadual em uma articulação precisa para reprimir a explosão das ruas e evitar o ocorrido um ano antes. Queriam matar junho de 2013 subjetivamente - queriam matar a multidão inapropriável que é expressão da falência da democracia representativa consubstanciada na associação direta entre Estado e capital. O caso ainda será analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela provocação recursal levada a cabo pelo Coletivo Margarida Alves que apresentou uma Reclamação perante à Corte Suprema.

Figura 12: Arquivo do Comitê Popular Atingidos pela Copa - COPAC. Junho de 2014

Enquanto Coletivo feminista, o campo da luta contra as opressões de gênero é demasiado caro às Margaridas. Nesse sentido, também merece menção a Ação Civil Pública proposta contra o aplicativo Tubby, a qual ganhou repercussão nacional após o juiz da 15ª Vara Criminal conceder decisão liminar para proibir em todo país o lançamento do aplicativo machista, sob pena de multa diária de 10 mil reais. O anunciado aplicativo permitiria a avaliação pública de mulheres conforme seu desempenho sexual. As Margaridas participaram de uma ampla articulação com movimentos feministas da cidade para elaborar a ação que teve como fundamento a Lei Maria da Penha. O

aplicativo Tubby jamais foi lançado e a luta feminista conquistou um importante precedente judicial.

Por fim, a memorável atuação das Margaridas, em ampla rede colaborativa, no patrocínio da defesa administrativa (perante o Ministério Público) e judicial do Espaço Comum Luiz Estrela (vide Excurso Estelar), na qual foi possível, por exemplo, por meio de um recurso de Agravo de Instrumento, suspender no Tribunal a ordem de despejo concedida pelo juiz de primeiro grau. O fundamento constitucional: a sociedade tem o direito de tomar para si a preservação do patrimônio histórico e cultural, sobretudo quando a ação ou omissão do poder público o ameaça. A decisão suspensiva foi primordial para o processo de negociação junto ao governo do Estado, também diretamente acompanhada pelas Margaridas, a qual culminou na conquista da cessão de uso do imóvel por 20 anos prorrogáveis para o Espaço Comum Luiz Estrela.

Figura 13: Advogadas do Coletivo Margarida Alves negociam com a polícia no primeiro dia da ocupação, em 26 de outubro de 2013.

Tais precedentes, somados às demais conquistas e às inúmeras decisões favoráveis já obtidas pelas Margaridas em ações de reintegração de posse,

não podem nos iludir quanto às limitações da atuação judicial. As Margaridas não ignoram o fato de que "os judiciários, apesar das afirmações de independência, são sempre poderes políticos" (HARDT e NEGRI, 2014, p.130). Inegavelmente o campo de atuação judicial cumpre um papel indispensável, mas não suficiente para virar o jogo na luta de classes. Uma das nossas grandes referências, mestre inspirador, o Professor Fábio Alves dos Santos, como advogado popular, sempre dizia nas assembleias das ocupações que, quando o povo ocupa um terreno, já começa perdendo o jogo pelo placar de dois a zero, pois tanto o Estado quanto o proprietário querem despejar. @s advogadxs, por melhor que sejam, só podem marcar um gol, ficando o placar em 2 a 1. Quem deve empatar o jogo e garantir a vitória?

4.4. Constituição do comum para o exercício da democracia real

(...) a "verdadeira democracia" é um agir político que resiste à sua transfiguração numa forma organizadora, integradora, unificadora, a forma-Estado.

Miguel Abensour

Também sob o prisma do comum, pode-se perceber como os poderes instituídos perdem legitimidade frente aos anseios e necessidades da multidão que deixa de creditar confiança e expectativas nos compromissos assumidos pelas autoridades públicas. Isso nunca ficou tão explícito como a partir do processo político inaugurado no Brasil com as *jornadas de junho de 2013*, quando foram expostos os efeitos da chamada crise de representação. Dessa crise de representação decorre o ímpeto das forças multitudinárias quanto à pauta, presente em todas essas manifestações, de radicalização da democracia, no sentido de dar concretude às vozes que vem da rua. Por certo, "a maneira mais segura e mais poderosa de gerar afetos políticos democráticos é por meio da prática da democracia" (HARDT e NEGRI, 2014, p.125).

O imperativo de radicalização da democracia – que passa pela construção de processos autônomos que vão além dos mecanismos de controle e participação direta da população na formulação e execução de políticas públicas – se coloca em oposição frontal à *cidade-empresa*, subjugada à ideologia contrária ao dissenso. Devemos considerar, no entanto, que a *cidade-empresa*, apesar do seu conteúdo anti-democrático, sustentado na ideologia do pensamento único, se reveste de um *verniz participativo*, em que são criados espaços e canais de participação popular instituídos pelos governos municipais, tais como audiências públicas, conferências temáticas, conselhos deliberativos, orçamento participativo, fóruns inter-setoriais e etc.

Entretanto, as grandes decisões políticas, inclusive aquelas que dizem respeito às intervenções realizadas por meio das mencionadas operações urbanas e outras modalidades de parcerias público-privadas para a execução de *grandes projetos* que afetam parte significativa do tecido urbano, são tomadas em gabinetes fechados, fundamentadas em consultorias privadas que

são, muitas vezes, contratadas pelos próprios agentes interessados na aprovação e licenciamento das obras.

Há, portanto, uma intencional carência de informações a respeito das intervenções urbanas estruturantes – quase sempre realizadas por meio de parcerias público-privadas – que podem, eventualmente, gerar insatisfação na população, em frontal lesão ao princípio da gestão democrática da cidade previsto no Estatuto da Cidade. Esse, por exemplo, foi o caso da OUC *Nova BH.* A sonegação de informações por parte do poder público municipal, negociada com as construtoras[40] interessadas na implementação da operação urbana, visou obstar questionamentos, críticas e resistências para garantir a realização do megaprojeto a despeito dos interesses da população.

Diante desse cenário, no qual os espaços institucionais não oferecem condições reais para a população intervir efetivamente nas decisões políticas de maior envergadura quanto ao planejamento urbano, cabe indagar qual o papel das forças ativas da sociedade que, por seu turno, não creditam confiança nessas instâncias de representação e sabem de antemão da limitação estrutural desses canais pseudoparticipativos.

Cabe, em primeiro lugar, repensar o papel desses canais institucionais de participação popular e disputar sua concepção num sentido mais amplo de democracia real para colocar em evidência suas limitações quanto à gestão democrática das cidades. Muitas expectativas frustradas foram creditadas em torno desses mecanismos de pseudoparticipação que acabaram por legitimar ações e medidas que afrontam qualquer senso de democracia. Apesar disso, tais canais não devem sair totalmente do espectro de atuação das forças que lutam em prol do bem comum. Mesmo porque é preciso chamar a atenção da sociedade para o caráter antidemocrático das composições e normas de funcionamento desses espaços institucionais, da influência de interesses privados e mercantis sobre suas decisões, das limitações de sua competência e poder de decisão (isso quando não possuem caráter estritamente consultivo) e da ingerência e insubordinação do Poder Executivo ante as deliberações que

[40] Andrade Gutierrez S.A., Barbosa Mello S.A. e Norberto Odebrecht Brasil S.A.

contrariem seus interesses. É de fundamental importância, portanto, expor e constranger o poder instituído quanto ao falseamento dos canais de participação popular – nos quais a população nada decide – e, para tanto, é preciso levá-los em conta na ação política.

Entretanto, também é preciso reconhecer que os desejos expressos pela multidão não encontram vazão nos limites estreitos dos canais institucionais de participação da democracia liberal. Como disse Hardt em palestra, por ocasião de sua vinda ao Brasil, em 2013, os novos movimentos multitudinários, mais do que participar, querem decidir, influir concretamente nas definições políticas fundamentais.

> O debate político e constitucional precisa ser reaberto. A mudança radical demandada nos dias de hoje não envolve, ademais, somente o conteúdo (do privado e do público para o comum), mas também trata da forma. Como as pessoas poderiam se associar intimamente em torno do comum e participar diretamente da tomada de decisão democrática? Como a multidão poderia se tornar governante das instituições do comum de uma maneira que reinventasse e concretizasse a democracia? Esta é a tarefa de um processo constituinte. (HARDT e NEGRI, 2014, p.65).

Aqui se nota uma característica essencial dos movimentos multitudinários que não reduzem seu espectro de ação ao campo reivindicativo, mas sobretudo trazem consigo uma dimensão constituinte que não verificamos, em regra, nos movimentos da esquerda tradicional, não raro acomodados a uma postura reativa.

Quando falamos em resistências positivas chamamos a atenção para a dimensão constituinte das lutas que, além de resistirem às investidas do poder instituído, produzem novos modos de vida, subjetividades e formas de se relacionar, sob o imperativo de abertura à expressão das múltiplas singularidades. Vê-se que as lutas dos movimentos multitudinários se dirigem sobretudo à constituição de processos autônomos e autogestionados, que prescindam da presença do Estado, e que sejam capazes de confrontá-lo, justamente a partir da constituição do comum. Essa talvez seja uma importante novidade a partir dos desdobramentos das lutas pós-*jornadas de junho de*

2013: a explicitação cada vez maior da dimensão constituinte das lutas multitudinárias no Brasil contemporâneo.

É claro que essa dimensão constituinte das lutas tem no horizonte a construção da democracia plena, não aquela sufocada e castrada pela representação liberal, mas uma democracia real na qual todas as pessoas possam se expressar e interferir nos processos decisórios sem serem tolhidas por hierarquias rígidas pré-estabelecidas, quase imutáveis.

Hardt e Negri sustentam que hoje, "quando a multidão finalmente se torna capaz de governar a si mesma, a democracia é possível" (2005, p.426). Evidentemente, é muito mais fácil conceber o exercício da democracia real na atualidade, nos marcos da produção biopolítica contemporânea, expandida em redes comunicativas e colaborativas que alcançam todo o tecido urbano, e tendo em vista ainda as novas plataformas tecnopolíticas que permitem ampliar os processos consultivos e deliberativos afetos a vida da população. Vejamos:

> Quando a produção de códigos, linguagens, ideias, imagens e afetos é, como sustentamos, cada vez mais central na produção biopolítica contemporânea, as fronteiras que delimitam o âmbito da produção são expandidas e ficam indistintas, de modo que toda a sociedade tende a ser trazida para dentro de suas redes. Nesse contexto, então, se estendermos as estruturas de tomada de decisão e de participação política no sentido da produção, como os antigos conselhos operários faziam, poderemos potencialmente alcançar um escopo muito maior e trazer para as estruturas políticas uma parcela muito maior da sociedade. Dizendo de outra forma, as estruturas de relação e comunicação criadas na produção biopolítica podem ser adaptadas para estender a forma de assembleia a um nível social amplo. (HARDT e NEGRI, 2014, p.124).

Muitos são os desafios colocados às forças tradicionais de esquerda no atual contexto político social brasileiro. Dentre eles a construção de processos autonômos e horizontais de produção coletiva, formação política e ação direta que canalizem as insatisfações dos (as) citadinos (as) e que expressem a construção do comum em oposição ao Estado-capital. Porém, lamentavelmente, as forças políticas construídas pela esquerda brasileira no último quarto do século passado, especialmente os partidos políticos e as

centrais sindicais, mostraram-se inadequados como ferramentas políticas aptas a dar vazão à força multitudinária que eclodiu nas ruas.

As rebeliões urbanas de 2013 colocam às organizações tradicionais de esquerda a necessidade de rever velhas práticas políticas, reformular concepções tidas como verdades absolutas e ter humildade para se colocar lado a lado, horizontalmente, com a multidão que abalou as estruturas do poder instituído. Quem sabe assim, partindo da compreensão de que essa multidão metropolitana (que, como visto, não se reduz à classe operária e seus aparelhos de representação, bem como não se confunde com o conceito de povo, ou mesmo com as massas já que preserva as diferenças singulares, as subjetividades, as identidades em fluxo contínuo) pode se revelar como potência constituinte frente ao poder instituído quando seus múltiplos desejos se confluem, essa velha esquerda possa contribuir na edificação de uma alternativa que confronte o controle biopolítico do Estado-capital a partir da produção do comum.

> O comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção. Enquanto o individual se dissolve na unidade da comunicação, no comum, as singularidades não se vêem tolhidas, expressando-se livremente no comum. (HARDT e NEGRI, 2005, p.266).

Como já dito inicialmente, nas maiores metrópoles brasileiras atualmente, *grandes projetos urbanos* concebidos via parceria público-privada à revelia da população chamam a atenção como importantes trincheiras de organização multitudinária, mobilização política, constituição do comum e produção de novas subjetividades. Não somente pela amplitude desses projetos que muitas vezes afetam a vida de parte considerável da população, mas também por serem a expressão mais bem acabada da lógica de gerenciamento empresarial do espaço urbano, cujo planejamento (“estratégico”) está cada vez mais servil aos interesses do mercado imobiliário, razão última da crise urbana que levou as multidões às ruas em 2013

(MARICATO, et al, 2013).

Penso que o enfrentamento multitudinário aos *grandes projetos urbanos* antidemocráticos e atentatórios aos interesses da coletividade, como expressão do projeto neoliberal de *cidade-empresa*, deva ser orientado e, ao mesmo tempo, favoreça a constituição do comum, o qual se traduz, ademais, na disposição dos (as) citadinos (as), em defesa das suas aspirações imediatas, mobilizarem-se por uma outra sociabilidade urbana a partir do exercício da democracia real.

> Em suma, o comum assinala uma nova forma de soberania, uma soberania democrática (ou, mais precisamente, uma forma de organização social que desloca a soberania) na qual as singularidades sociais controlam através de sua própria atividade biopolítica aqueles bens e serviços que permitem a reprodução da própria multidão. Esta deveria constituir uma passagem da *Res-publica* para a *Res-communis*. (HARDT e NEGRI, 2005, p.268).

Excurso da Bike

a bicicleta vai muito além dos benefícios à saúde, meio ambiente e eficiência de transporte, ela canaliza um desejo de transformação sistêmica do mundo, a partir de uma transformação pessoal, uma outra relação com o próprio corpo, com o meio, com o dinheiro, e com os símbolos de tudo isso. Uma mudança em que o homem e a mulher se descobrem parte de um meio, natural ou social, e em continuidade com ele. Nada da cisão que o parabrisa proporciona e que faz levar o mundo privado pra passear.

Maurício Ayer

Parte 1: no caminho de casa para a escola...

É claro que, tratando-se de um trabalho que parte do reconhecimento da dimensão biopolítica, tanto no que diz respeito ao controle exercido pelo Estado-capital, mas também no que diz respeito às lutas e às resistências, então diante disso, eu não poderia conceber o Excurso da Bike *de outro modo que não fosse andando sobre uma bicicleta, fazendo aquilo que me dá grande prazer, alegria, além de proporcionar novas relações com espaço. Nesse sentido, estou agora a caminho da Escola de Arquitetura (onde tenho escrito este texto todos os dias) concebendo e gravando em áudio o* rolezim *da bike, que parte da minha experiência no uso da bicicleta para me locomover.*

Eu não tenho mais automóvel, utilizo a bicicleta no meu cotidiano, percorrendo inclusive longas distâncias, como, por exemplo, para ir da minha casa, no bairro Santa Tereza, na região Leste da cidade, até a região do Barreiro, na periferia de Belo Horizonte, onde vive minha família. Então, o primeiro elemento que eu destaco nesse sentido, partindo da minha experiência, diz respeito à subversão das escalas, sobre a bicicleta as distâncias no deslocamento pela cidade se tornam cada vez menores, são percorridas cada vez mais rápidas e também com mais prazer na medida em que locomover-se de bicicleta pela cidade, pelo menos no meu caso, permite estabelecer novas

relações com a cidade, que se aprofundam cada vez mais, no sentido de perceber novas singularidades dos espaços transitados.

A cada vez que passo novamente num lugar, as singularidades desse lugar vão ficando mais explícitas, vou criando uma identificação e um reconhecimento quanto aos lugares já transitados. Mas também percebendo as novidades dos lugares, revelar-se a si novas possibilidades de caminhos e os problemas que a cidade possui, os riscos que ela oferece. Fico extremamente aborrecido quando a Massa Crítica[41] não acompanha o ritmo dxs ciclistas que experimentam outras temporalidades sobre a bike, que apreciam o percurso tanto quanto a chegada. São tantas descobertas pelos caminhos. Uma delas diz respeito a um fato até então ignorado que é uma ligação entre a minha casa e a casa dos meus pais no Barreiro, ligação feita pelo rio e até então ignorada. Andando de bicicleta eu pude perceber que o rio Arrudas me liga à minha família. O principal rio de Belo Horizonte, coberto em boa parte da sua extensão, inclusive com recursos do PAC[42] Copa. A bike revelou aquilo que a estupidez administrativa ocultou. Pela várzea desse rio que eu chego até a casa de minha mãe em cerca de 50 minutos.

Eu penso que todo ciclista é, de certo modo, cicloativista. Exatamente tendo em vista a dimensão biopolítica, uma vez que se trata de um modo de se locomover, portanto de um modo de viver que assume uma dimensão contra hegemônica, eu diria até mesmo destituinte do paradigma hegemônico rodoviarista, sustentado pela "carrocracia", que não tem outro fundamento se

---

41 "Massa Crítica (...) é um evento que ocorre tradicionalmente na última sexta-feira do mês em muitas cidades pelo mundo, onde ciclistas, skatistas, patinadores e outras pessoas com veículos movidos à propulsão humana, ocupam seu espaço nas ruas. Os principais objetivos são divulgar a bicicleta como um meio de transporte, criar condições favoráveis para o uso deste veículo e tornar mais ecológicos e sustentáveis os sistemas de transporte de pessoas, principalmente no meio urbano. A Massa Crítica é simplesmente um grupo que se encontra mensalmente para aproveitar o prazer e segurança de andar pela cidade em grupo. A frase "não estamos atrapalhando o trânsito, nós somos o trânsito" expressa bem sua filosofia". Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Cr%C3%Adtica_(evento). Acesso em 07 de agosto de 2015.

42 Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.

não a acumulação capitalista. Basta então colocar meu corpo nas ruas na condição desse enfrentamento, dessa resistência positiva à lógica da cidade-mercadoria subjugada ao totalitarismo dos carros, para que se perceba a dimensão politica deste gesto tão prazeroso. O momento auge de percepção da potência, ou melhor, da biopotência do cicloativismo foi as poucas vezes em que eu fui ao Fórum da Justiça de bicicleta, vestindo terno, o que me custa bastante, "ossos do ofício". No entanto, nessas situações eu percebi várias reações das pessoas que não ocorrem geralmente quando eu estou simplesmente andando de bicicleta vestido como geralmente alguém se veste, dentro do senso comum que muitas vezes vê a bicicleta somente como lazer. Impressionante como os carros respeitam mais (sequer buzinam quando ocupo uma faixa inteira da via), como se, apesar de estar numa bicicleta, estou lançando mão de um significante que me situa num outro plano hierárquico, um outro nível dentro da hierarquia social. Terno denota autoridade, denota poder. Assim, percebo como uma potência esse estranhamento que causa nas pessoas e, ao mesmo tempo, o respeito dos automóveis com o ciclista vestido de terno, isso também tem a ver com a performance*.*

Andar de bicicleta não deixa de ser uma performance*, que pode permitir este tipo de hibridação entre um modal contra hegemônico, sustentando um sujeito que transparece fazer parte de uma classe hegemônica ou, pelo menos, veste-se como tal, o que amplia a possibilidade de criar um canal, um espaço comum para o diálogo, para o entendimento. Fora os benefícios à saúde e as mudanças corporais propriamente ditas. Falei da relação com a cidade, mas tem uma relação consigo, de estar bem com relação à saúde, ao humor, perceber as mudanças no corpo, desde uma maior disposição física até o corpo mais firme. Enfim, tudo isso é muito marcante para mim. Então, tinha outras coisas que gostaria de falar, mas eu cheguei na Escola.*

Parte 2: no caminho da Escola para a casa...

Bom, depois que eu cheguei na Escola de Arquitetura (de onde já estou de

partida) e fui transcrever o excurso *feito no caminho de casa para cá, vi o quanto é interessante esse método de elaboração do pensamento na bicicleta, claro que isso também diz respeito à biopolítica. A forma usual com que o estatuto cientifico me coloca para elaboração do pensamento, sentado, sozinho, imerso solitariamente no exercício da escrita, é evidente que minha produtividade, em termos de elaboração textual, estará comprometida. Sobre a bicicleta me parece que as ideias fluíram melhor. Além disso, tinha algumas outras questões relacionadas ao cicloativismo que eu não poderia deixar de falar, até porque a abordagem inicial trouxe uma perspectiva muito singular, partindo da minha experiência.*

Do ponto de vista das lutas multitudinárias travadas na metrópole biopolítica, o cicloativismo se mostra extremamente potente como reação às ações antidemocráticas perpetradas pelo poder instituído, como respostas contundentes que, de certo modo, também produzem novas subjetividades e denotam uma dimensão constituinte de novos modos de vida.

Pego o exemplo da Bicicletinha Solidária, que foi uma resposta às absurdas declarações do prefeito. Em Belo Horizonte, é usual a prática de recolhimento forçado dos bens das pessoas em situação de rua, apesar de haver decisão judicial que condena e proíbe esta prática, a prefeitura continua recolhendo os pertences. Neste ano, o prefeito da cidade, Márcio Lacerda, declarou publicamente que a população não deveria ajudar com doações aos moradores em situação de rua, colocando em um contexto de vulnerabilidade ainda maior aquelas pessoas que já estão em uma condição de grave vulnerabilidade social. O prefeito fez essa declaração desumana e, logo em seguida, cicloativistas da cidade, em resposta, começaram a organizar um passeio multitudinário para fins de entregar doações recolhidas anteriormente e distribuir à população em situação de rua da região central da cidade. Foi então um rolê que juntou dezenas de ciclistas, talvez centenas, e não apenas ciclistas, mas mobilizou inúmeras pessoas que deixaram doações nos postos de arrecadação, divulgados pelo evento criado no Facebook. Foi uma atividade

linda de interação entre cicloativistas e as pessoas em situação de rua. Em uma das "malocas" em que nós paramos para distribuir as doações, o povo da rua improvisou até um pagode junto com a galera da bike. Foi muito bonito, todas as pessoas que participaram ficaram bastante afetadas com esse gesto simbólico. E também as pessoas que puderam receber essas doações.

Figura 14: Foto da entrega de doações durante a Bicicletinha Solidária. Autor desconhecido.

O evento da Bicicletinha Solidária foi só um exemplo, entre várias outras ações, como também ocorreu em resposta ao fatídico episódio da queda do viaduto. Logo depois que o viaduto Guararapes caiu em Belo Horizonte no contexto da Copa do Mundo, em 2014, foi organizada uma Massa Crítica juntando ciclistas da cidade para ir até o viaduto, denunciar aquele crime contra a vida e protestar contra aquilo que tinha acontecido. Foram mais de 10 quilômetros de rolê dos ciclistas até o viaduto que estava interditado, e aí foi uma ação simbólica, muito bonita, que chamou ainda mais a atenção para aquele triste

episódio, fruto da tolice da política pública de mobilidade e da imoralidade administrativa.

Em resumo, é possível conceber várias ações do cicloativismo como uma ferramenta de luta concreta no enfrentamento às forças hegemônicas da produção do espaço urbano, e tem uma dimensão simbólica, uma potência performática *e estética associada a isso tudo, evidentemente. Lembro-me de um filme que foi exibido no Cine Clube do Espaço Comum Luiz Estrela, um doc sobre as* jornadas de junho*, no qual a diretora também estava presente, de Brasília (não me recordo agora o nome dela), e numa das entrevistas do filme um ativista, questionado sobre a imagem auge dos protestos de* junho*, lembra a cena dos cavalos da polícia militar indo para cima da multidão e alguns ativistas levantando a bicicleta, deixando apenas uma roda no chão, como simbolicamente desafiando a cavalaria da PM. Esta cena não consta no filme, mas o mero relato dela traz consigo a força dessa imagem. A bicicleta, um instrumento de luta contemporâneo, empunhada contra um instrumento de poder medieval, que é a cavalaria das forças militares de polícia.*

Também gostaria de chamar a atenção como que por meio da bicicleta conseguimos bloquear o trânsito com mais facilidade, quando é necessário. Seja nas Massas Críticas, ou nos eventos da Bicicletinha, sempre rola a tomada do pirulito da Praça Sete, da praça da Savassi, ou outras praças em que as bicicletas ficam circulando em volta e os carros não tem nada a fazer a não ser esperar, e quiçá atentar-se para o quão incompatível é o uso massivo do automóvel com o gozo do direito à cidade.

O automóvel particular é responsável pelo direcionamento da maior parte dos recursos públicos canalizados em viadutos, alças, pontes estaiadas e outras bizarrices feitas exclusivamente para eles. O cicloativismo também é uma luta travada no território e pelo território, ou melhor, pelo espaço comum. Bom, o percurso é curto e a volta é sempre mais rápida, cheguei.

4.5. Resistência positiva em defesa do comum

A resistência organizada para fazer frente aos projetos urbanos antidemocráticos que sejam expressão da *cidade-empresa*, tal como foi a OUC *Nova BH,* demanda a constituição de uma comunidade articulada em rede, o que não se confunde com uma comunidade no sentido territorial cujo contato físico é pressuposto para a formação dos laços comunitários. Trata-se de uma comunidade constituída pela profusão de "atividades comunicacionais" (BAUMAN, 2010, p.180) capazes de criar plataformas em torno de objetivos comuns que se contraponham ao poder instituído. Como diz em Hardt e Negri:

> Nossa tarefa agora consiste em investigar a possibilidade de que a carne produtiva da multidão venha se organizar de outra maneira e descobrir uma alternativa para o corpo político global do capital. Nosso ponto de partida é o reconhecimento de que a produção de subjetividade e a produção do comum podem formar, juntas, uma relação simbiótica em forma de espiral. Em outras palavras, a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação, e por sua vez esta subjetividade produzida vem a produzir novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez produzem nova subjetividade, e assim por diante. (HARDT e NEGRI, 2005, p.257).

Essas redes de resistência positiva devem ser como um caldeirão de informações permanentemente alimentado pelos grupos e ativistas dedicados (as) à construção coletiva e horizontal da luta e, ao mesmo tempo, sob a bandeira da defesa do bem comum, forjar novas disposições nos sujeitos no curso do seu processo de subjetivação e possibilitar um novo porvir que não se confunde com o porvir da *cidade-empresa*. Para Hardt e Negri, "a rebelião e a revolta não ativam somente uma recusa, mas também um processo criativo" (HARDT e NEGRI, 2014, p.139), por outro lado, vale reiterar, "os processos constituintes são dispositivos de produção de subjetividade" (HARDT e NEGRI, 2014, p.66).

Cabe, então, aos agentes sociais já conscientes do que verdadeiramente significam os projetos antidemocráticos encampados pela

força pública, em parceria com o capital imobiliário, construir em coletivo e horizontalmente em redes abertas, as táticas políticas mais adequadas à persecução do necessário engajamento da população atingida nos espaços comuns de mobilização e luta contra tais projetos.

> Para que se efetivem os processos de reapropriação da subjetividade (...), eles [os movimentos] devem criar seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.58)

A rejeição popular aos *grandes projetos urbanos* antidemocráticos também se expressa como uma necessidade objetiva frente à ameaça ao bem comum consubstanciada no agravamento da crise urbana e da segregação socioespacial. Importa, assim, explicitar a quais interesses corresponde a implementação do projeto e demonstrar os efeitos perversos, concretamente, sobre o conjunto da população, contrapondo-se à deliberada ausência de informações e participação democrática, considerando que as tratativas são feitas em gabinetes fechados à revelia da população atingida. Somente assim será possível criar uma disposição dos agentes sociais afetados, apta a colocá-los em movimento contra as medidas que aprofundam a lógica de gerenciamento empresarial da cidade, violam os preceitos da função social da gestão democrática da cidade e, em última instância, ameaçam o comum.

Os processos de constituição do comum devem se revelar não apenas como resultado da resistência positiva ao projeto de *cidade-empresa*, mas ainda como método a ser perseguido pelas forças sociais que a ele se opõem e que rejeitam as formas tradicionais de militância política centralizadora e hierarquizada. É de suma importância que os movimentos e as organizações políticas anticapitalistas assumam a horizontalidade como um desígnio inafastável para a construção da democracia real.

Quando a resistência se hierarquiza em comandos centralizados, o processo se fecha ao dissenso e à expressão das múltiplas singularidades que ficam subordinadas à abertura do ser hierarquicamente superior, o chefe, o

líder, o dirigente. Perde-se a potência que adviria da abertura e da profusão de singularidades no espaço comum da resistência. Em resumo, numa estrutura verticalizada sempre haverá limites à potência das singularidades em se expressar, condição indispensável para que as pessoas doem o melhor de si em benefício da produção de subjetividade na multiplicidade, logo, em benefício do comum. Deleuze e Guattari ensinam que:

> A estes sistemas centrados, os autores opõem sistemas acentrados, redes de autômatos finitos, nos quais a comunicação se faz de um vizinho a um vizinho qualquer, onde as hastes ou canais não preexistem, nos quais os indivíduos são todos intercambiáveis, se definem somente por um estado a tal momento, de tal maneira que as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central. (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.37).

Portanto, é preciso que os territórios de resistência positiva contra parcerias público-privadas atentatórias ao direito à cidade se configurem como espaços de convergência e expressão do dissenso, orientado por essa nova gramática organizacional que supere formas atrasadas de militância baseadas em sistemas centrados e hierarquizados. Nosso horizonte deve ser a construção do comum, como modalidade de convivência, cooperação e produção de uma nova sociabilidade urbana em oposição à *cidade-empresa*.

5. SOBRE ESPAÇOS COMUNS

5.1. Do espaço capital ao espaço comum

O espaço é um fato social.
Milton Santos

O desenvolvimento do capitalismo fez do espaço uma mercadoria altamente rentável, protegida sob o manto da propriedade privada imóvel, inacessível pela via do mercado formal aos pobres urbanos, espacialmente segregados. Mais do que isso, o próprio domínio exercido pelo Estado-capital se revela cada vez mais como *dominação espacial*, como política do espaço com efeitos sobre os corpos e a vida da população, instituindo e reproduzindo hierarquias no espaço e pelo espaço. Lado outro, os processos espaciais sempre são sociais.

Em outras palavras, as estratégias de poder se desdobram no espaço via planificação, regulação e controle dos fluxos (bens, pessoas, objetos e etc), o *espaço instrumental*: reprodutor da "segregação generalizada, dos grupos, das funções, dos lugares" (LEFEBVRE, 2008b, p.172).

Ao longo desse processo, como disse Santos, os espaços se diferenciam por sua carga de capital, "pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital" (SANTOS, 2001, p.139).

Diante disso, cabe questionar acerca da possibilidade de conceber uma organização espacial que não seja orientada pelos interesses do capital (tendo o Estado como operador e garantidor institucional), mas que corresponda ao comum, tanto no sentido da auto-organização horizontal, democrática e aberta, quanto no sentido da produção coletiva, da partilha e do atendimento dos interesses comuns. A confirmação dessa possibilidade certamente está conjugada à capacidade da organização espacial, fora do domínio estrito da propriedade pública ou privada, de abrir-se à coexistência múltipla e ao permanente exercício democrático.

Nesse ponto, vale chamar a atenção para a abordagem alternativa do espaço feita pela geógrafa Doreen Massey (2008), na qual ganha relevo a dimensão relacional e processual do espaço contribuindo à espacialização da teoria social e do pensamento político. Se já não há quem negue a dimensão política do espaço, mais do que nunca faz-se necessário reconhecer a espacialização da política. No início do livro *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade,* Massey assim resume:

> O argumento fundamental deste livro é que importa o modo como pensamos o espaço; o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros. (MASSEY, 2008, p.16)

A autora em questão faz três proposições em sua abordagem do espaço. Primeiro, reconhece o espaço como "produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações" (MASSEY, 2008, p.28), no qual as identidades são construídas relacionalmente, co-constitutivas, de modo dinâmico. Num segundo momento, compreende o espaço como "a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade (...) na qual distintas trajetórias coexistem" (*idem*), para além da história ocidental hegemonicamente calcada na perspectiva estrita do macho branco heterossexual.

> O corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar, na imaginação, um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria estória para contar. A imaginação da globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas (o que não implica estarem desconectadas) e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo. (MASSEY, 2009, p.31)

Na sequência, como terceira proposição acerca do espaço, Massey

elucida o caráter processual do espaço, “sempre em construção” (2008, p.29), exatamente como desdobramento das duas primeiras proposições (espaço como produto de interações e aberto à multiplicidade). A processualidade do espaço também se revela sob o prisma temporal como “genuína abertura do futuro” (*idem*, p.31), desprovida de qualquer convicção previamente dada quanto ao destino a ser alcançado, fruto da experimentação coletiva, produto da imanência, diríamos. Arremata: “apenas se o futuro for aberto haverá campo para uma política que possa fazer diferença” (*idem*, p.32).

Nessa esteira, Massey rejeita, a um só tempo, tanto a inexorabilidade pós-modernista do fim da história quanto o determinismo histórico do marxismo vulgar. A abertura relativa à proposição interacional do espaço ora aventada, no qual sempre há conexões ainda a serem feitas, abre um horizonte de possibilidades que toma como princípio a “heterogeneidade coexistente” (*idem*, p.33) que seria, então, intrínseca ao espaço. Em suma, o espaço, na medida em que se abre à multiplicidade, revela-se como produto de interações, sem ser a esfera fechada de identidades já dadas, sendo antes “espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes” (*idem*, p.32). Como disse João Tonucci, em sua banca de qualificação do doutorado, espaço e lugar são territórios abertos de *devir*[43].

Quem experimenta no dia a dia a construção de espaços relacionais, interacionais, múltiplos – não a *diferença negativa*, mas a *multiplicidade positiva* –, abertos e democráticos sente o deleite da processualidade que, imediatamente, desdobra-se em processos de subjetivação e novas temporalidades, insubordinadas às temporalidades do Estado ou do capital.

Novas temporalidades que podem se revelar céleres e eficazes (de dar inveja à velocidade dos fluxos financeiros!) em contextos que reclamam respostas ágeis e biopotentes, multitudinárias portanto; ou, cautelosas e orgânicas (as vezes nem mesmo a burocracia estatal suporta esperar!), nos

---

[43] Aproveito para fazer um agradecimento especial ao amigo João Bosco Moura Tonucci Filho que gentilmente me cedeu a leitura do seu Memorial para Exame de Qualificação de Doutorado, há época sob o título provisório: *O comum urbano na Metrópole do Sul Global: alternativas e experimentações na produção do espaço* (não publicado), importante fonte de inspiração para a presente escrita.

momentos em que acelerar implique gerar afetos negativos, atropelar processos, abafar singularidades e comprometer a potência que resiste.

Na perspectiva espacial reivindicada por Massey não cabe equivalências entre representação e espacialização, ora, há tempos já aprendemos que as representações do espaço sempre servem a uma estratégia (LEFEBVRE, 2008b). Estamos sim diante de espacialidades nas quais, antes de qualquer representação, exsurgem os imperativos quanto ao exercício da democracia real, lugares em que sejamos movidos (as) pelo desejo de nos autogovernar, em todas dimensões (re)produtivas da vida, "o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído" (MASSEY, 2008, p.35) e a política se torna possível.

> Penso que o que é necessário é arrancar o "espaço" daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora. (MASSEY, 2008, p.35)

Dentro dessa abordagem, inevitavelmente passamos a conceber espaços que recusam o vanguardismo revolucionário em proveito do princípio de *mandar obedecendo*, que se orientam pela afirmação do poder constituinte construído "desde abajo", que suplantem a política profissional pela política cotidiana, que não sejam hierarquizados, que rechacem a marginalização de gênero pela participação direta das mulheres, a negação do outro pela celebração da diferença, como certa vez (a última) pronunciou desde Chiapas o subcomandante Marcos[44], para quem "o culto ao individualismo encontra no culto ao vanguardismo seu extremo mais fanático" (MARCOS, 2014).

Tal perspectiva guarda relação com o pensamento de Lefebvre uma

---

[44] *Entre la luz y la sombra*. Último discurso do subcomandante Marcos do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN. Disponível em http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/ Acesso em 19 de júlio de 2015.

vez que o *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização que seja discriminatória, segregadora (LEFEBVRE, 2008b, p.32), hierárquica, pois. Por outro lado, é o urbano, sob a égide do capitalismo financeiro imperial, que abre a possibilidade de espacialização da política fora da centralidade do mundo fabril cuja produção cada vez mais se esparrama pelo tecido social, irrefutavelmente, de modo que a empresa já não se configura como o "lugar central onde se formam, simultaneamente, a riqueza, a mais-valia, as relações sociais de produção, o modo de produção como totalidade" (*idem,* p.15), como ainda crêem os dogmáticos.

De fato, o espaço inteiro se tornou o lugar da reprodução das relações de produção, lócus primário aberto à construção de novas relações de produção e formas de existência no mundo, fruto da dimensão constituinte que empodera biopoliticamente a multidão metropolitana num *devir* espacial comum.

Os espaços públicos de encontro e convivência ainda estão subordinados à regulamentação estatal vertical e antidemocrática, à vigilância e ao controle policial, bem como estão sob a permanente ameaça de privatização, requalificação urbanística ("revitalização") e processos de *gentrificação* dentro da lógica do urbanismo neoliberal. Em Belo Horizonte, o prefeito-empresário Márcio Lacerda (PSB) determinou, unilateralmente, por meio de decreto publicado no final de 2009, a proibição de "realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação"[45], marco histórico e arquitetônico da cidade que abriga a estação ferroviária e importante símbolo de lutas pretéritas. Em resposta, nasceu uma das expressões de luta multitudinária mais simbólica e potente na montanhosa cidade de Belo Horizonte: a *Praia da Estação*.

Espaço múltiplo, aberto, horizontal, democrático e antagônico ao projeto de cidade-empresa encampado pelo prefeito socialista. Mais do que isso, a alegre e biopotente *Praia da Estação* implicou frutíferos agenciamentos

[45] Decreto Municipal nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009.

que depois se desdobraram, por exemplo, na explosão dos blocos de carnaval de rua independentes e no *Fora Lacerda*, movimento responsável por aglutinar toda a esquerda partidária, movimentos e ativistas independentes contra as medidas autoritárias, higienistas e os projetos neoliberais da administração pública municipal. A partir daí, a construção de ações conjuntas em redes colaborativas plurais, capazes de agregar múltiplos sujeitos, de anarquistas a militantes partidários, das ocupações de moradia aos blocos de carnaval, passaria a ser uma reconhecida singularidade das lutas em Belo Horizonte.

Não faltam exemplos nas metrópoles brasileiras de lutas que implicam na reapropriação espacial multitudinária em oposição aos cercamentos operados pelo Estado-capital, processos biopotentes que desafiam o *domínio espacial* e, ao mesmo tempo, espacializam a política. Mostra-se de fundamental importância cartografar e conectar essas resistências positivas que, em última instância, refletem a capacidade dos (as) citadinos (as) construírem espaços que sejam capazes de gerar novas subjetividades, modos de existência e produção comum em oposição ao domínio capitalista.

Apreender as lutas travadas na metrópole biopolítica a partir do comum coloca em evidência, de um lado, a urgência de se superar o *domínio espacial* exercido pelo controle da propriedade (pública e privada) e, do outro, a proliferação de novas práticas socioespaciais autogestionadas, *loci* de resistência orientados pela abertura às singularidades (coexistência) e pelo exercício da democracia real.

Segundo Lefebvre (2008b), a classe dominante dispõe e exerce um duplo poder sobre o espaço, primeiro por força do instituto da propriedade privada imóvel, pelo seu controle salvaguardado em última instância pela autoridade judiciária e, em segundo lugar, por força da representação povoada de ideologia, pelo conhecimento, a estratégia e a ação do próprio Estado. Hoje, ambos os domínios ganham primazia no horizonte de enfrentamento da multidão metropolitana com vistas à construção de novas espacialidades que possam ser apreendidas e autogestionadas enquanto espaços comuns.

Oxalá, os espaços comuns experimentados pela multidão no enfrentamento ao paradigma da *cidade-empresa* sejam capazes de, como

força constituinte, recompor a cidade enquanto máquina geradora de diferença e encontros produtivos fora do comando capitalista hegemônico. Fazer do espaço, a um só tempo, o abrigo das nossas recusas e laboratórios de novos mundos, experimentos vivos e imanentes para a constituição das alternativas à ordem global imperial que se expressa no nível local pela aliança entre Estado e capital. Nossa luta é pelo direito de nos autogovernar, começando pelo espaço.

Excurso do MOFUCE

Hoje, terça-feira, dia 30 de junho de 2015, ocorreu audiência de instrução e julgamento no âmbito da ação proposta pela Universidade Federal de Minas Gerais contra a Associação Casa do Estudante. Isso, um dia após as advogadas do Coletivo Margarida Alves voltarem de Brasília com um precedente histórico do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual decidiu determinar a suspensão do desalojamento das ocupações da Izidora, no âmbito do Mandado de Segurança proposto contra o governador do Estado e o comandante-geral da PM. Em suma, ontem a multidão organizada de BH impôs nova derrota ao prefeito-empresário Márcio Lacerda e às empresas que buscam a qualquer custo o despejo das comunidades para viabilizar a ilegal Operação Urbana do Isidoro. Mas não é sobre esse conflito que o presente excurso discorre, e sim sobre o conflito que envolve talvez a ocupação auto-organizada mais antiga da cidade, cuja história, que remonta ao início da década de 1960, é também uma história de defesa do comum frente ao poder público.

Em setembro de 2013, sob forte atmosfera incriminatória pós-jornadas junho, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG ajuizou ação reivindicatória perante a Justiça Federal de Minas Gerais pretendendo o desalojamento dxs estudantes e nova incorporação ao seu patrimônio do imóvel onde existe desde 1985 a Casa do Estudante, antigo MOFUCE (Movimento de Fundação da Casa do Estudante de Minas Gerais). A vinculação da ação proposta pela UFMG com as jornadas de junho de 2013 não é gratuita: durante o Mundial da Fifa de 2014, quando fui acompanhar na delegacia 4 artistas performers *abusivamente detidos pela polícia*[46]*, soubemos por um agente de polícia civil que a Casa do Estudante estava sob investigação da polícia em função dos protestos de 2013.*

[46] Notícias na imprensa sobre a detenção ilegal dxs artistas do Espaço Comum Luiz Estrela durante a Copa do Mundo: 1) http://www.viomundo.com.br/denuncias/pm-mineira-prende-artistas-por-porte-de-arame-e-tinta.html; 2) http://www.otempo.com.br/cidades/quatro-artistas-do-espa%C3%A7o-luiz-estrela-s%C3%A3o-presos-no-centro-de-bh-1.866075; 3) http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/06/artistas-sao-presos-caminho-de-performance-contra-copa-em-bh.html.

Muita coincidência a distribuição da ação judicial pela UFMG neste contexto, com objetivo de desalojar xs estudantes, depois de trinta anos (30!) de posse mansa e pacífica.

Cabe aqui um breve retrospecto. O imóvel em que se localiza a Associação Casa do Estudante foi coletivamente adquirido pelo movimento estudantil com verba arrecadada na época por entidades estudantis que o arremataram em leilão público em 1961, visando atender a demanda por moradia estudantil, que não era, à época, objeto de política pública. Função esta que cumpriu até meados da Ditadura Militar, quando o Decreto-lei nº 228, de 1967, ancorado no AI-5 (sic), determinou a dissolução das entidades estudantis independentes, incorporando seus patrimônios à Universidade Federal de Minas Gerais, controlada pelos militares. Dispunha o mencionado decreto-lei:

> Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.
> (...)
> Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.
> Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Assim, pelo Decreto-lei nº. 288/1967, o imóvel foi incorporado ao patrimônio da UFMG. Após anos de abandono, no fim da ditadura militar, o prédio foi reocupado pelxs estudantes, no ano de 1985, que o limparam, reformaram e o mantém desde então, no início como MOFUCE, hoje por meio da Associação Casa do Estudante, possibilitando que inúmerxs estudantes pudessem concluir seus estudos na capital mineira.

A UFMG, até o ajuizamento da ação, jamais havia reivindicado a posse do

imóvel, nunca registrou um B.O, nada, pelo contrário, forneceu prestação de serviços (vigilância e limpeza) durante um período na década de 1990 e praticou outros atos de tolerância e concordância com a permanência de estudantes na Casa, muitxs dos quais foram bolsistas assistidos pela FUMP (Fundação Universitária Mendes Pimentel que cuida da assistência estudantil da UFMG).

Esses e muitos outros fatos colocados pelas testemunhas perante o juízo federal deixou incontestável o absurdo da pretensão da Universidade em desalojar xs estudantes, perseguindo argumentos frágeis e até mesquinhos, sem relação com o objeto da demanda, como por exemplo, as rodas de capoeira que acontecem na Casa às terças-feiras, de 19h às 20h e que, por causa do barulho, incomodam uma vizinha, arrolada como testemunha pela parte autora da ação.

A Casa do Estudante se configura como um espaço comum que, tanto quanto ao domínio do imóvel (o que buscamos comprovar judicialmente, com base na inconstitucionalidade do decreto-lei da ditadura, bem como no direito à Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CUEM[47]), tanto quanto à (auto)gestão da Casa (autônoma e horizontal), não se confunde nem com o privado nem com o público.

---

[47] A CUEM foi criada a partir da regulamentação do art. 183 da Constituição da República pela Medida Provisória nº. 2220/2001, com força de lei, cujo artigo 2º prevê sua modalidade coletiva, nestes termos: "Art. 2º - Nos imóveis de que trata o art. 1º [público situado em área urbana], com mais de duzentos e cinqüenta metros quadrados, que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas; (...).

Figura 15: Entrada do imóvel. Foto de Joviano Mayer.

A relevância da luta em defesa desse bem comum urbano ficou evidenciada na força dos depoimentos[48], verdadeira aula de história narrada por amigos e ex-moradores da Casa, da primeira geração que deu vida ao imóvel a partir de 1985, até os dias de hoje.

Na audiência, testemunharam em favor da Casa do Estudante, nesta ordem: João Batista, professor da PUC-MG que morou nos anos 85-86, Rubens Alves, professor da UFMG que morou nos anos 85-88, a cineasta e professora Carem de Abreu que morou nos anos 92-99, o advogado Alexandre Aramudi, vizinho de "parede-e-meia" da Casa há 40 anos, o professor Gildázio Alves, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, do qual faz parte a Associação

[48] A gravação de todos os depoimentos das testemunhas colhidos pelo juízo constam nos autos da Ação Reivindicatória número 46039-82.2013.4.01.3800 que tramita perante a 21ª Vara Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1.

Casa do Estudante e, por fim, o estudante de antropologia Matheus Almeida, que mora na Casa desde que veio da Bahia para estudar na mesma Universidade que agora pleiteia judicialmente seu despejo.

A UFMG disse perante o juízo, por meio de sua Procuradora, que "não tem interesse em firmar acordo que não contemple a saída das pessoas que estão na casa". A Casa a que se refere a Procuradora da UFMG, reitera-se, foi comprada pelxs estudantes no início da década de 1960, em leilão público, e posteriormente tomada pela ditadura militar com base em decreto-lei que impôs a extinção das entidades estudantis e a incorporação do seu patrimônio sem qualquer indenização, decreto-lei que jamais pode ser considerado acolhido pela ordem jurídica instaurada pela Constituição de 1988.

Caberá ao poder judiciário decidir entre reafirmar um ato totalitário da ditadura militar ou abrir um precedente em favor do bem comum e reconhecer a legitimidade de 30 anos de ocupação autônoma e horizontal, com prestação de assistência estudantil para fins de moradia pelxs próprixs estudantes. Não pode agora a Universidade pública apelar direitos de propriedade imóvel, autoritariamente outorgados pelas mãos da repudiosa ditadura militar, para tentar destruir décadas de história de autogestão comum. Definitivamente, não! A vitória da Casa do Estudante será a redenção do MOFUCE e das gerações que passaram pela Casa, será a redenção do Borges da Costa*, da* Casa da Vovó *e de todas as moradias estudantis do país que foram despejadas, seja pela ditadura ou pelo Estado democrático de direito.*

E foi na cozinha coletiva que confraternizamos o êxito da audiência, discutimos os próximos passos da resistência e compartilhamos o profundo desejo das distintas gerações que passaram pela Casa do Estudante quanto à continuidade dessa bonita história de resistência positiva no seio da metrópole biopolítica. Afinal, a vitória da Casa do Estudante é também a nossa vitória, uma vitória contemporânea com efeitos pretéritos sobre os atos perversos da ditadura militar.

5.2. Pontos de referência sobre o fazer comum

No capítulo III foi abordado como a expansão do neoliberalismo, sobretudo a partir dos anos 70, aprofundou a expropriação dos bens comuns em escala global, aquilo que Harvey (2005) chamou de *acumulação por espoliação* ou, na abordagem feita por Linebaugh (2014), os *cercamentos do comum*.

O surrupiamento da riqueza comum se expressa de infinitas formas, desde os conflitos de natureza fundiária com o desalojamento de comunidades tradicionais de seus territórios, bem como a remoção de favelas que se consolidaram sobre terras públicas e privadas com a destruição de seus modos de vida comuns, até o avanço do direito de propriedade intelectual sobre os bens imateriais, controle da internet, patenteamento de genes e formas de vidas, privatização dos recursos naturais, captura de mais-valias urbanas via grandes projetos de requalificação etc., tudo, em última instância, atrelado ao mundo das finanças.

Ocorre que, uma perspectiva marxiana em torno do comum não pode ficar circunscrita à abordagem do comum enquanto bens, riqueza material e imaterial, recursos naturais e artificiais, deve apreendê-lo enquanto relação social, sobretudo tendo em vista o imperativo de espacialização política que, necessariamente, cobra a dimensão relacional e interacional afeta à produção, organização e partilha. Nesse sentido, nenhum bem ou recurso é comum por si só. Antes de ser um bem, o comum é relação social.

Cabe, assim, investigar as práticas que subjazem sua gestão, em quais termos ocorrem, em que medida como expressão de autogoverno orientado pela cooperação e compartilhamento democráticos, em que medida subjugada à regulação estatal (frequentemente aliada ao capital) e/ou às diretrizes de mercado balizadas pelo consumo (de muitos) e pelo lucro (de poucos).

Conceber um espaço comum implica problematizar como se dá sua apropriação, os modos de *fazer-com*, o caráter (democrático ou não) da gestão, a distribuição das responsabilidades, dos bens e recursos comuns, a

autonomia de decisão ante ao Estado, ao mercado ou qualquer ente externo, a abertura às singularidades, a processualidade, a imanência, as temporalidades, a produção de afetos (mais ou menos potente) e de novas subjetividades (mais ou menos emancipatório). O principal confrontante dos espaços comuns é, sem dúvida, o capital, seus valores e hierarquias, mas também o Estado na medida em que se confunde com aquele.

David Bollier, em seu livro *Think like a commoner: A Short Introduction to the Life of the Commons* (2014), fala de uma revolução silenciosa que diz respeito a novas práticas de autogoverno e produção controlada pelas pessoas (*commoners*) que desafia a narrativa hegemônica da economia de mercado a partir da cooperação como importante valor e paradigma atemporal de sociabilidade humana. Para o autor, nós temos uma escolha entre ignorar o comum e sofrer a pilhagem privada da nossa riqueza comum ou pensar como um *commoner* e aprender a reconstruir nossa sociedade e recuperar nossa herança compartilhada[49].

Para Bollier (2014), no comum o "individualismo" e o "coletivismo" se relacionam de modos complexos e não são necessariamente excludentes um do outro. Ainda segundo o autor, não é possível elaborar um rol taxativo do comum, ele aparece todas as vezes em que uma coletividade de pessoas assume a gestão compartilhada de bens e recursos. As normas e os acordos quanto à gestão comum se aproximariam mais da oralidade, dos hábitos e dos costumes do que de regimentos e regulamentações positivadas com força de

---

[49] Sobre os *commoners*, dizem Hardt e Negri: "Na Inglaterra medieval, os *commoners* (plebeus, pessoas do comum) formavam um dos três estamentos da ordem social: o que lutava (a nobreza), o que rezava (o clero) e os que trabalhavam (os *commoners*). O uso da língua inglesa moderna na Grã-Bretanha e em outros países preservou o significado do termo *commoner* para designar uma pessoa sem posição social, um homem comum ou uma mulher comum. A expressão "homem do comum", como propomos aqui, deve preservar o caráter produtivo que remonta à Inglaterra medieval, embora o levando mais longe: os plebeus não são apenas comuns pelo fato de que trabalham, mas, sobretudo, porque trabalham no comum. Ou seja, precisamos entender esse termos da mesma maneira que compreendemos as designações das outras profissões, como padeiro, tecelão e moleiro. Da mesma forma que o padeiro assa, o tecelão tece e o moleiro mói, o homem do comum produz o comum. Logo, o homem do comum é uma pessoa comum, que realiza uma tarefa extraordinária: abrir a propriedade privada ao acesso e desfrute de todos; transformar a propriedade pública, controlada pela autoridade estatal, em comum; e, em cada caso, descobrir mecanismos para administrar, desenvolver e sustentar a riqueza comum mediante a participação democrática" (NEGRI e HARDT, 2014, p.140).

lei. O papel dos costumes ganha relevo quando se trata da gestão do comum, considerando sua adaptabilidade a situações concretas em distintos contextos, mas sem cair no risco de romantizá-lo a ponto de ocultar opressões e contribuir para perpetuar privilégios (patriarcado, por exemplo).

Bollier também publicou em seu blog a produção coletiva *Eigth points of Reference for commoning* (2012)[50], elaborada a partir dos debates realizados pelos (as) participantes da primeira *German Summerschool on the Commons.* O texto surgiu da reinterpretação crítica dos princípios descritos pela economista Elinor Ostrom sobre a gestão de recursos de acesso comum no trabalho *Governing the Commons* (1990), estudos que lhe renderam o prêmio Nobel de Economia em 2009[51].

Cabe aqui uma observação quanto à expressão *commoning* que não encontra tradução direta para o português, mas pode ser compreendida como aquela dimensão do comum enquanto verbo, o *fazer comum.* Como diz Linebaugh no texto mencionado no capítulo anterior, *Some Principles of the Commons*:

> A atividade do fazer comum [*commoning*] é feita *através* do trabalho *com* outros recursos; ela não faz distinção entre "trabalho" e "recursos naturais". Pelo contrário, é o trabalho que cria alguma coisa como um recurso, e é pelos recursos que a coletividade do trabalho passa. Como uma ação ele é então melhor entendido antes como um verbo do que como um "recurso comum". (LINEBAUGH, 2004, p.13, trad. livre, destaques no próprio original).

Abrindo os pontos de referência para o *fazer comum* é dito no referido texto publicado por Bollier que os comuns não existem em um mundo perfeito, mas sim em um mundo capitalista que é hostil aos comuns, daí a importância dos *commoners* – termo aqui tomado como "pessoas do comum", aquelas que cuidam e produzem o comum, curiosamente traduzido para a língua

---

[50] Tradução livre: "Oito pontos de referência para o fazer comum". Disponível em http://bollier.org/blog/eight-points-reference-commoning. Acesso em 20 de julho de 2015.

[51] A este respeito, diz Peter Linebaugh: "É significativo que o prêmio tenha sido dado a uma mulher precisamente porque o comum historicamente foi um domínio onde as mulheres desfrutaram alguma paridade com os homens, como mostrou Jeannette Neeson em seu estudo *Commoners*" (LINEBAUGH, 2014, p.24).

portuguesa apenas como “plebeus” – estarem cientes do “tesouro que tem nas mãos para preservá-lo e ajudá-lo a florescer” (BOLLIER *et al*, 2012, trad. livre).

Na sequência, acordam, em síntese, que: 1) uma pessoa do comum (*commoner)* entende quais os recursos precisam ser cuidados e com quem deve compartilhar essa responsabilidade: recursos comuns são aqueles que criamos juntos, que mantemos como presentes da natureza, ou que o uso tenha sido garantido a todos; 2) há uma relação justa entre as minhas contribuições e os benefícios que recebo; 3) como *commoners*, criamos e modificamos nossas próprias regras e compromissos, com autonomia, e nossos compromissos devem servir para criar, manter e preservar os bens comuns para satisfazer as nossas necessidades; 4) nós mesmos monitoramos o respeito aos compromissos coletivamente assumidos, às vezes demandamos a ajuda de outras pessoas de nossa confiança para alcançar esse objetivo e avaliamos continuamente se nossos compromissos ainda servem aos seus propósitos; 5) trabalhamos com regras adequadas para lidar com violações dos nossos compromissos, para saber quais tipos de sanções utilizar dependendo do contexto e da gravidade da violação; 6) todo *commoner* pode fazer uso do espaço e meios para resolução dos conflitos, de maneira facilmente acessível e direta; 7) nós regulamos nossos próprios assuntos e as autoridades externas devem respeitar isso; 8) compreendemos que cada comum é parte de um todo maior, assim, são necessárias diferentes instituições para trabalhar em diferentes escalas para coordenar a administração e cooperar uns com os outros (BOLLIER *et al*, 2012, trad. livre).

A generalidade dessas referências permite identificar vários pontos de confluência com os princípios que orientam a construção de espaços comuns a partir das resistências biopotentes construídas pelos movimentos multitudinários contemporâneos. Avançar na construção e no compartilhamento desses princípios é importante na medida em que “podem criar o andaime sobre o qual, no caso de uma ruptura social radical, uma nova sociedade possa ser construída” (HARDT e NEGRI, 2014, p.138). Basta lembrar que os ideólogos da atual ordem neoliberal estudaram, planejaram e difundiram os princípios doutrinários, as políticas e as instituições do neoliberalismo muito

antes das condições objetivas e subjetivas existirem para poder colocá-las em prática a partir da crise do fordismo nos anos 70 (*idem*, p.137).

> Além disso, as práticas políticas que os movimentos experimentam – assembleias, métodos de tomada de decisão coletiva, mecanismos não só de proteção das minorias, mas também de expressão e participação delas, entre outras – servem como guia de ação política futura. Muito mais importante, contudo, que quaisquer princípios constitucionais ou práticas políticas, os movimentos estão criando novas subjetividades, que desejam e são capazes de relações democráticas. Os movimentos estão redigindo um manual de como criar e viver numa nova sociedade. (HARDT e NEGRI, 2014, p.138).

É interessante observar que, especialmente desde 2011, os movimentos multitudinários em todo o mundo ocupam praças e ruas, reforçando a luta contra governos autoritários e grandes projetos neoliberais e, nestes processos de ocupação do espaço público, apesar dos curtos espaços de tempo (na praça Tahrir, no Cairo, bastaram 18 dias para a queda do presidente!), surgem múltiplos processos constituintes, germes de uma outra sociedade que pode se organizar e se autogovernar independente da lógica da democracia representativa, formando novas redes afetivas e novas formas democráticas de deliberação, processos criativos de cooperação e comunicação, novos modos de vida baseados na produção e defesa de bens comuns e em processos constituintes de modos de fazer comum (*commoning*).

Em outras palavras, as acampadas multitudinárias são verdadeiros experimentos sobre possibilidades de gestão coletiva e ensaios de governanças constituintes que proporcionam a criação de espaços comuns que não estão sujeitos a ordens pré-estabelecidas, constituídos de modo aberto e horizontal, espaço de “qualquer um” que implica autogoverno, “contestando a propriedade privada, a dicotomia privado-público e a captura do capital humano” (MIRANDA, 2013, p.9). Aqui, não se trata de louvor ao espontaneísmo. O que em princípio pode parecer espontâneo, sem planejamento e desorganizado, propaga-se velozmente de baixo para cima por contágio verbal ou via redes sociais da internet e em pouco tempo se mostra

bastante organizado, produtivamente eficiente, criativo e biopotente (*idem,* p.10).

Importa destacar, assim, que os espaços comuns das resistências multitudinárias metropolitanas assumem cada vez mais formas organizativas acentradas, rizomáticas, constituindo redes colaborativas amplas de produção comum, difusão de informações e *inteligência de enxame*[52], sabendo que, quanto mais abertas e horizontais se configuram as redes de resistência, mais potentes se expressam enquanto força destituinte frente ao Estado-capital, e menos chances tem de serem capturadas.

A constituição de espaços comuns conectados em rede também permite criar uma confiança na inteligência coletiva e na cooperação aberta, "a cooperação se faz presente como responsabilidade coletiva, cérebro comum posto a trabalhar, desde a necessidade e urgência do momento" (MONTEVERDE, 2012, p.39, trad. livre).

Uma ação política que seja expressão da biopotência multitudinária já não precisa ser planejada como antes o faziam as organizações tradicionais de esquerda. Foi assim, por exemplo, na ocupação da Câmara Municipal no contexto das jornadas de junho de 2013, em que as redes afetivas foram rapidamente ativadas e a população atendeu ao chamado de solidariedade e ao pedido de doações de alimentos, materiais de limpeza e outros utensílios. Até um piano chegou a ser doado e ficou disponível ao uso comum nos jardins da ocupação.

Nos espaços comuns também é de suma importância deshierarquizar competências e tarefas. Ir a uma reunião de negociação com o governo é tão importante como cuidar da gestão comum do espaço já que a responsabilidade de cooperar também diz respeito às tarefas mais banais, mas nem por isso hierarquicamente inferiores às demais tarefas políticas, como por exemplo, limpar o ambiente ou acolher alguma pessoa nova que chega. Quanto mais as pessoas perceberem o reconhecimento da sua contribuição, não inferior às

[52] "Se analisarmos o interior de uma rede, no entanto, veremos que é efetivamente organizada, racional e criativa. Tem a inteligência do enxame. (…) técnicas coletivas e disseminadas de solução de problemas sem um controle centralizado ou o estabelecimento de um modelo global" (HARDT e NEGRI, 2005, p.131).

outras, mais elas estarão dispostas a investir no comum aquilo que podem contribuir, ampliando o campo de cooperação e engajamento.

> Cuando "todo camina solo" es cuando te das cuenta de la potencia de la cooperación. ¿Quién ha hecho esto? ¿Y de dónde sale? La autoorganización es absolutamente efectiva en la medida en que cada una encuentra su espacio donde estar y donde hacer, aprendiendo en cada momento sobre el proceso y mejorándolo en su fase de maduración. (MONTEVERDE, 2012, p.40)

Para criar redes é preciso que seja horizontal, a partir do comum, do contrário chegaremos no máximo a construir redes hierarquizadas cuja potência restará comprometida já que hierarquia implica menor abertura à biopotência multitudinária das singularidades livres. Nos espaços políticos hierarquizados a "base" se projeta no "topo", quando almejamos justamente o contrário, que as "direções" sejam a expressão dos desejos e interesses das pessoas que elas julgam serem "dirigidas", quiçá até a dissolução completa da distância entre dirigentes e dirigidos, pressuposto indispensável à constituição de espaços comuns.

Em verdade, pode-se dizer que a organização em rede hoje tende inclusive a "definir nossas maneiras de entender o mundo e de agir nele" (HARDT e NEGRI, 2005, p.191), sendo as redes "a forma de organização das relações cooperativas e comunicativas determinadas pelo paradigma imaterial de produção" (*idem*). Entretanto, vale reiterar, tais resistências não se expressam apenas como força destituinte capazes de obstar grandes projetos neoliberais ou mesmo derrubar governantes autoritários, mas também se expressam como biopotência constituinte. Nesse sentido:

> Como no caso da produção econômica pós-fordista, uma característica da luta em rede da multidão é que ocorre no terreno biopolítico – em outras palavras, ela produz diretamente novas subjetividades e novas formas de vida. (…) Mais uma vez, a luta em rede, como a produção pós-fordista, não recorre da mesma maneira à disciplina: seus valores fundamentais são a criatividade, a comunicação e a cooperação auto-organizada. Naturalmente, esse novo tipo de força resiste e ataca o inimigo como sempre fizeram as forças militares, mas cada vez mais o

> seu foco é interno – produzir novas subjetividades e novas formas expansivas de vida dentro da própria organização (HARDT e NEGRI, 2005, p.121).

Se, efetivamente, as lutas pelo comum na contemporaneidade se afirmam como óbice à expansão do capital sobre a metrópole, fora da dicotomia público-privado, em defesa dos bens comuns (da natureza urbana aos territórios insurgentes), bem como aponta novas formas imanentes de sociabilidade urbana para além dos valores capitalistas (individualismo, competição, consumismo etc.) e dos limites estreitos da democracia liberal representativa, fica, portanto, melhor delineada nossa aposta em torno da produção de espaços comuns como trincheiras biopotentes de novos mundos.

☆ *Excurso Estelar*

A luta de classes, que um historiador formado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais.

Walter Benjamin

Morrer apenas o estritamente necessário, sem ultrapassar a medida.
Renascer o tanto preciso a partir do resto que se preservou.

Wislawa Szymborska

Hoje é dia 23 de julho de 2015, dia em que o projeto de circulação e montagem do espetáculo Escombros da Babilônia, produção coletiva do Núcleo de Teatro do Espaço Comum Luiz Estrela, foi selecionado com nota máxima (primeiro da lista!) pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura[53]*. O 23 é número de pai Ogum, salve São Jorge! Foi também o número de pessoas que na roda votaram pelo nome Espaço Comum Luiz Estrela, segundo a apuração em assembleia horizontal. Isso na noite estrelada do dia 23 de outubro de 2013. Nessa mesma noite, na casa de candomblé Angola da mãe Sônia, Seu Severino pediu que eu e Nath Duarte tirássemos as cartas, uma cada um: ela pegou o dois, eu o três: 23! O Exu então perguntou quantos anos ela tinha: 23! Isso, pouco depois de Seu João Caveira falar pra gente firmar no Assentamento dele uma vela com o nome da ocupação que seria realizada nas noites seguintes.*

Os espaços comuns como as assembleias horizontais trabalham com outras temporalidades, a deliberação tende a ser cautelosamente costurada no tempo adequado para cada momento. Quando urge, pode ser mais ágil nos encaminhamentos do que se imaginaria ser possível, biopotência multitudinária: mil tretas, mil trutas. Mas o momento demandava cautela, escutar opiniões que também traduziam singularidades. Então, Seu João

[53] Publicação do resultado do Edital 2014 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura no Diário Oficial do Município (DOM) do dia 23 de julho de 2015.

esperou até que a galera pudesse chegar a uma decisão. Enquanto isso, conversamos sobre a vida... A decisão chegou imediatamente após apuração dos votos, de várias fontes, simultaneamente, via zap zap. Viva a tecnopolítica! O nome escolhido: Espaço Comum Luiz Estrela. Seu João perguntou quem foi Luiz Estrela. Contamos. Em seguida falou para acender a vela e colocar lá no Assentamento dele, com o nome da ocupação escrito em letra cursiva ao longo da vela, de baixo pra cima. Desde então, Seu João Caveira tomou para si a proteção espiritual do Espaço Comum Luiz Estrela instalado após a ocupação do casarão de arquitetura neoclássica da Rua Manaus, número 348, no bairro Santa Efigênia, onde há pouco mais de 100 anos foi aberto o primeiro Hospital Militar de Minas Gerais, construído em 1913. No hospital da Força Pública, nasceu o Espaço Comum.

> (...) Ocupar as ruas e o que é público, tendo como arma um corpo portador da palavra política, articulada. Nos esforçamos para ocupar os espaços institucionalizados, mas entendemos como uma ação igualmente legítima e democrática a ocupação do que é público como configuração de um espaço de partilha de experiências sensíveis, de ideias comuns, entre a arte e a política, entendendo esta como a vida em comum na cidade e no mundo. A política entendida não como o exercício do poder ou a luta pelo poder, mas como criação e prática cotidianas. (...) (Carta de princípios, Espaço Comum Luiz Estrela, 2013).

Figura 16: Primeira reunião dentro do casarão. Autor desconhecido.

O primeiro Hospital Militar de Belo Horizonte funcionou no casarão de 1914 (ano da inauguração) até o ano de 1946, tendo Juscelino Kubitschek integrado seu corpo clínico durante alguns anos na década de 30. Em 1947, com a transferência do hospital da Força Pública Mineira (nome antigo da polícia militar de Minas Gerais) para a Avenida do Contorno, foi inaugurado no imóvel o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI), manicômio de crianças e adolescentes que funcionou até 1979, ao longo do tenebroso período das práticas terapêuticas psiquiátricas mais perversas e desumanas, tais como hibernoterapia (hibernação artificial), eletroconvulsoterapia (ECT – terapia de eletrochoque), cela forte (isolamento individual), lençol de contenção, camisa de força etc.

> O Diretor da Divisão de Assistência Neuropsiquiatra da Secretaria de Saúde, médico Austregésilo Ribeiro Mendonça, reformou e equipou o antigo Hospital Militar para se transformar na nova instituição, que se dispunha a prestar os primeiros cuidados às crianças portadoras de distúrbios mentais até a

> idade de 16 anos. As verbas federais para a implantação foram conseguidas pelo médico Adauto Botelho, então responsável pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais. A capacidade inicial do hospital previa o atendimento de 150 crianças e seu primeiro diretor foi o médico Bernadino Alves (Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, 2015, p.21).

A partir da década de 1980, o casarão de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) passou a abrigar a Escola Estadual Yolanda Martins Silva, voltada para a educação de crianças especiais, a qual funcionou até o ano de 1994, a partir de quando o imóvel – com sua integridade já comprometida em razão das intervenções mal planejadas realizadas em sua estrutura ao longo do século XX – ficou em situação de abandono e desuso, enquanto a mencionada escola foi transferida para o imóvel ao lado em razão dos riscos que a edificação oferecia.

O tombamento de fachada e volume do imóvel é realizado nesse mesmo ano pela Diretoria de Patrimônio, publicado no Minas Gerais em 18 de novembro de 1994, sendo ainda o casarão patrimônio histórico e cultural integrante do Conjunto Urbano da Praça Floriano Peixoto e Adjacências. Em resumo:

> A edificação, localizada na Rua Manaus, 348, foi originalmente projetada para receber o uso de Hospital Militar da Força Pública Mineira, a atual Polícia Militar de Minas Gerais. Construído sob investimento do Governo do Estado, inaugurado de forma solene e com finalidade nobre, este bem tombado teve seus usos profundamente alterados no decorrer desses cem anos, até o seu desuso prevalecer e o prédio ter vivenciado vinte anos de total abandono. O longo período como hospital psiquiátrico marcou o casarão, selando seu destino como um local de esquecimento e abandono de sua história (Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, 2015, p.6).

A ocupação do imóvel e o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela trouxe consigo a dimensão da proteção do patrimônio, dentro do novo paradigma de política patrimonial incorporado pela Constituição de 1988 (até então restrito à atuação do Poder Público), segundo o qual, nos termos do artigo 216,

parágrafo 1º, também cabe à comunidade colaborar com a preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Assim, a legitimidade da retomada organizada do imóvel pela multidão possuía amparo constitucional, o que colocou a conservação do patrimônio como importante pauta na luta multitudinária pela conquista do imóvel e resgate de sua memória, além da efetivação do princípio da função social da propriedade, da livre expressão do pensamento e do exercício democrático constitucionalmente assegurados.

É difícil falar em defesa do patrimônio, tanto quanto o é falar em defesa da pátria, ambos termos etimologicamente derivam do pater (pai) no latim, tal como patriarca. Logo, tanto o patrimônio, quanto a pátria (apesar do gênero feminino), em alguma medida, dizem respeito ao patriarcado. Mas se patrimônio deriva do latim patrimonium (patri, pai + monium, recebido), confundindo-se com a noção de herança, podemos dizer que neste Espaço Comum a proteção do patrimônio é herdeira de uma história que vem da rua, legatária de uma vida-poesia marginal, contestatória e insubordinada, herdeira da memória da performer Estrela, construída sob o horizonte do comum que, como disse a Tita certa vez com relação ao Espaço Comum Luiz Estrela, "se define muito na indefinição dele" [54].

O casarão de inegável valor arqueológico, com sua arquitetura carcerária interna, celas de confinamento que trazem desenhos de dor e sofrimento inscritos nas paredes por dedos infanto-juvenis, testemunhou histórias e vivências que finalmente podem vir à superfície, sair do calabouço e permitir a redenção da dor silenciosamente prolongada, a libertação dos gritos trancafiados e da memória ameaçada de morte pela dolosa omissão da força pública.

Abertas as portas, estendido o tapete vermelho, sentimos as energias de um

[54] A declaração pode ser vista em vídeo produzido pela Revista Múltipla (2014) com depoimentos da Tita, Vidigal, Osiel e Elida sobre o Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível no Youtube, em https://www.youtube.com/watch?v=rU1UOal08ag. Acesso em 28 de julho de 2015.

espaço atormentado por fantasmas, "um sopro daquele ar que envolveu os que vieram antes de nós" (BENJAMIN, 2013), ouvimos "um eco de outras [vozes] já silenciadas" (idem). Na verdade, dentre tantos outros vazios urbanos mapeados, não fomos nós que escolhemos o casarão da rua Manaus, 348, foi o casarão que escolheu a gente.

Figura 17: Foto do primeiro dia de ocupação, sábado dia 26/10/2013. A palavra ENTRE formada com letras encontradas no interior do imóvel junto a outros entulhos.

O que eu mais vejo de rico aqui é a possibilidade de se abrir uma porta.
Porque tudo que tranca, trinca.
Tita Marçal

Em abril de 2013 iniciaram-se os encontros para organização de uma ocupação cultural que fosse capaz de aglutinar artistas, ativistas e pessoas comuns da cidade contra o avanço privado sobre o espaço público, contra a condução antidemocrática da política cultural na cidade, contra a cessão de patrimônios públicos para a gestão por grandes empresas e pela constituição de um espaço de resistência, convergência de luta, produção artística e experimentação aberta.

Agentes culturais da cidade, ativistas de movimentos e independentes, militantes de organizações políticas, pessoas que de certo modo se encontraram nos anos anteriores nas praias da Estação, nas ocupações, nas

festas-manifestações laranjas do movimento Fora Lacerda ou no gostoso carnaval amor e luta. Pessoas comuns que vislumbraram no primeiro semestre de 2013 uma conjuntura favorável para uma ação direta que criasse um espaço de encontro de múltiplas lutas e vozes da cidade. E quantas vozes puderam ai se expressar!

Bruxos, mandingueiros,
manobristas músicos e ativistas,
bailarinas e avós Loucos,
mestres e malabaristas
vadias, punks, budistas,
partidários ou ateus

Bixas, cozinheiros, rastafaris,
moradores das favelas
ou play boys de mente aberta
críticos, atores, vila-latas
professores e andarilhos
que acreditam no comum

Enquanto for privilégio
ter uma casa própria
ocupar será sempre um direito
E pra viver na cidade
muito mais do que arte
a novidade dessa estrela que nasceu

bichos-grilos, vegetarianos
os caretas gente fina
e os vida loka em geral
hippies, Mc´s e mídias ninja

maconheiros, quilombolas
e nenhum policial

Xuxas, skatistas, metaleiros,
pensionistas, estudantes, não-fumantes,
camelôs, emos, eleitores indecisos,
dadaístas e ciclistas
que acreditam no amor

(Marchinha *Blocomum do Estrela*. Bloco de carnaval do Espaço Comum Luiz Estrela. Composição: Gustavito, LG Lopes, Hot Apocalipse, Kadu dos Anjos, André Martins, Seu Dedé, etc).

Em junho de 2013 estouram os protestos da multidão pelo país, fomos todxs às ruas. Em agosto, os encontros para a construção desse espaço comum retornam com fôlego redobrado. Depois de experimentar biopoliticamente a cidade, caminhar quilômetros e expor ao mundo as fragilidades da nossa democracia, topar de frente com a intolerância da força bruta do poder instituído, conseguir barrar aumentos, reduzir tarifas de ônibus, ocupar câmaras municipais, a prefeitura de BH e, pela primeira vez depois de anos (!) de lutas incessantes das ocupações, arrancar um acordo subscrito pelo prefeito-empresário Márcio Lamerda, em suma, depois de viver toda aquela experiência marcante, a sensação no pós-junho imediato era a de que nós podemos tudo!

Os encontros de organização da ocupação se tornaram semanais, foram constituídas comissões de trabalho: mapeamento dos imóveis, comunicação, programação, infraestrutura, alimentação, festa (para arrecadação de recursos). No feriado da independência, dia 07 de setembro de 2013, rolou um encontrão de fôlego para aprovar os princípios comuns e encaminhar as tarefas mais importantes de organização da nova ocupação.

Nesse momento, discutiu-se arte, política cultural, questão urbana, conjuntura política, além dos princípios (imanentes, processuais, relacionais) que inspiram essa construção, táticas para a entrada no imóvel, plano de comunicação e encaminhamento de tarefas. Foi um momento de sistematização do acúmulo dos encontros de abril até então, acrescidos aos ensinamentos e afetos de junho. Naquela ocasião vislumbrou-se realizar a ocupação no feriado de 12 de outubro (dia das crianças!), mas algumas casualidades jogaram a data da inauguração do Espaço Comum Luiz Estrela para o sábado do dia 26 de outubro de 2013. Depois de entrarmos no casarão, alguém se atentou que naquela data completavam exatos 4 meses da morte da Estrela, ocorrida em 26 de junho, no dia mais violento da repressão policial que de forma completamente irresponsável e desproporcional se estendeu do Mineirão até o

centro da capital[55].

O plano de entrada no casarão, coletivamente construído, consistiu no seguinte: na noite do dia 24 de outubro de 2013, uma quinta-feira, foi realizado um "ensaio geral" do "espetáculo" que teria a estreia nos próximos dias[56]. *Nessa noite de quinta, duas pessoas entraram no casarão, utilizando os elementos cenográficos, como cordas e escada, enquanto as cenas eram repassadas pelas atrizes e atores, sem despertar qualquer suspeita na vizinhança, nem mesmo na polícia militar que passou por lá no momento do "ensaio"*[57]. *Essas duas pessoas, que ficaram todo o tempo conectadas com o*

---

55 Luiz Estrela era poeta, *performer* e ativista LGBT do coletivo Gangue das Bonecas. Há duas versões para a morte da Estrela: 1ª) crise de convulsão seguida de omissão de socorro médico 192 (versão de amigas próximas da rua); 2ª) espancamento (homicídio) seguido de omissão de socorro médico (versão da família). O caso nunca foi investigado. Belo Horizonte é recordista brasileira em homicídios de moradorxs em situação de rua. Poucos dias antes da morte da Estrela, o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis publicou uma *Nota de Repúdio* na qual consta o espantoso número de **100 homicídios em apenas dois anos**, um verdadeiro extermínio do povo de rua. Veja: "(...) O CNDDH desde sua inauguração, em abril de 2011, recebe e acompanha casos de violência contra a População em Situação de Rua em todo o país, tendo registrado número expressivo de violações de todo tipo, sobretudo de homicídios. Nos últimos dois anos, o CNDDH registrou 100 homicídios de moradores de rua em Belo Horizonte, sendo que 30 ocorreram em 2011, 52 em 2012 e já 18 homicídios em 2013. Se considerarmos a estimativa da própria Prefeitura de Belo Horizonte de que atualmente há cerca de 2.000 (dois mil) moradores em situação de rua na Capital, chegaremos ao impressionante dado de que 5% da população em situação de rua foi vítima de homicídio, ou seja, 1 (um) em cada 20 (vinte) moradores de rua foi assassinado na cidade de Belo Horizonte nos últimos dois anos. Esse número se completou na noite do dia 10 para o dia 11 de junho de 2013 quando mais dois moradores de rua foram assassinados brutalmente. Além do alto número de denúncias de homicídios contra essa população, também é grande o número de denúncias com relação à violência institucional, como omissão nos serviços públicos, ausência de políticas públicas suficientes e eficientes como moradia, saúde, trabalho e renda, assistência familiar, abrigamento que se encontra com a violência policial e a violência cometida por guardas municipais, ocorridas de diversas maneiras. Ações higienistas têm acontecido corriqueiramente na cidade de Belo Horizonte e são muitas as denúncias que o CNDDH tem recebido nos últimos dias". (trechos da *Nota de repúdio do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis*, de 12 de junho de 2013, disponível em http://consciencia.net/nota-de-repudio-do-centro-nacional-de-defesa-de-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-catadores-de-materiais-reciclaveis/, acesso em 28 de julho de 2015.

56 Vídeo da apresentação cênica, pré-estreia da ocupação, disponível no canal do Espaço Comum Luiz Estrela no Youtube, o qual pode ser visto pelo link https://www.youtube.com/watch?v=KgFhTfp4GFQ. Acesso em 29 de julho de 2015.

57 O casarão do Espaço Comum Luiz Estrela fica localizado próximo ao 1º batalhão da polícia militar de Minas Gerais. Esse foi um elemento simbólico relevante, dentre inúmeros outros, para a escolha desse imóvel: fazer a ocupação nas barbas da poder, há uma quadra do 1º batalhão!

grupo externo depois de adentrar no casarão, fariam ao longo do dia 25 de outubro um desenho com a planta do imóvel, com a descrição da situação de todos os cômodos, metragem, fotos, apuração de danos estruturais etc. Além disso, estariam responsáveis pela abertura (por dentro) das portas principais do casarão para que, no alvorecer do dia 26 de outubro, um sábado de primavera, pudessem ser recebidas de portas abertas as pessoas que atuaram na estreia da montagem que apresentou para a cidade o Espaço Comum Luiz Estrela.

Não houve, assim, arrombamento ou qualquer dano ao casarão. Tudo transcorreu como num teatro multitudinário no qual até a polícia (com figurino horrível) compõe a cena. Os primeiros policiais que chegaram para atender ao chamado do 190 se espantaram quando encontraram personagens montados, músicos, palhaços e um casarão, até então degradado, triste e feio, cheio de alegria, cores e festa. Sequer registraram o B.O... Nunca na minha vida havia participado de uma ocupação na qual a autoridade policial sequer tenha registrado um boletim de ocorrência. O verdadeiro crime ali era a omissão do poder público quanto à proteção do bem tombado. O registro da ocorrência foi feito somente depois, quando apareceu uma fundação privada alegando a posse do imóvel[58]*.*

[58] Vídeos que registram o primeiro dia da ocupação do imóvel, disponível no canal do Espaço Comum Luiz Estrela no Youtube, os quais podem serem vistos pelos links: https://www.youtube.com/watch?v=lj1hNFo22rs e https://www.youtube.com/watch?v=OEEDFXfw1W8. Acesso em 07 de agosto de 2015.

Figura 78: Chegada no Casarão da Rua Manaus. Autor desconhecido.

Então surge no palco a FELUMA, Fundação Educacional Lucas Machado, entidade privada mantenedora da Faculdade Ciências Médicas, do Hospital Universitário Ciências Médicas e do Ambulatório Ciências Médicas. Dita entidade alegou ser cessionária do imóvel, cedido pela FHEMIG (proprietária cedente) para implantação de um Memorial JK, cujo "projeto" de 10 laudas foi posteriormente apresentado, orçado em 8 milhões de reais (!), segundo posteriormente informaram. Na cidade de Belo Horizonte, a cessão de uso de imóveis públicos e patrimônios históricos culturais a entidades privadas, sem qualquer consulta ou participação da população e, ainda, sem processo licitatório, ao arrepio da lei, não é nenhuma novidade (vide Circuito Cultural da Praça da Liberdade). A presença da fundação privada no conflito colocou o Espaço Comum, desde o início, em posição de enfrentamento à proposição público-privada para a destinação do imóvel.

Antes de estabelecer qualquer canal de diálogo, a FELUMA ajuizou ação de reintegração de posse para requerer liminarmente a desocupação do casarão.

O processo foi distribuído à 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, sob o número 3760090-16.2013.8.13.0024, no dia 29 de outubro. No dia seguinte, foi concedida pelo juiz de direito privado a ordem de reintegração de posse do bem público. Antes mesmo da publicação da decisão judicial, a PM foi até o casarão acompanhada dos oficiais de justiça para cumpri-la. #SQN.

Com poucos dias, o Espaço Comum Luiz Estrela já contava com uma amplíssima rede de apoiadorxs (10 mil curtidas na página do Facebook), uma equipe de comunicação e produção audiovisual potente, muito bem articulada e criativa, várixs advogadxs trabalhando em comum, conectadxs com equipes de arquitetura e história, simultaneamente o Espaço bombando com programação intensiva de oficinas, eventos, atividades culturais, assembleias e reuniões. No momento da tentativa de despejo, foi estabelecida negociação com o alto comando da polícia, o qual decidiu pela suspensão da ação policial em vista da resistência multitudinária (biopotência de dissuasão), dos fundamentos jurídicos (a decisão judicial sequer havia sido publicada!) e do ônus político que o cumprimento afoito da liminar poderia acarretar.

Nos dias que se seguiram, o Coletivo Margarida Alves, que assumiu a assessoria jurídica e a defesa judicial do Espaço Comum Luiz Estrela, entrou com recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão liminar que havia determinado a reintegração de posse e, milagrosamente, conseguiu junto à 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça suspender a decisão de primeira instância até o julgamento do mérito recursal. A decisão do desembargador, relator do Agravo, de suspender a ordem de reintegração de posse foi fundamental para o processo de negociação junto ao governo do Estado, com a participação do Ministério Público Estadual, via Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural, e da Diretoria do Patrimônio Histórico da Fundação Municipal de Cultura, além da FELUMA.

Ao longo do processo de negociação com o governo do Estado, recebemos no casarão, remetida por um centro espírita, uma carta do Presidente Juscelino

Kubitschek psicografada por um médium na qual o "23º Presidente da República Federativa do Brasil, cassado em 8 de junho de 1964", opõe-se ao projeto da FELUMA para o imóvel (Memorial JK), reivindica a investigação da sua morte e defende com veemência a manutenção do Espaço Comum Luiz Estrela. Nestes termos, finaliza a carta: "A casa da Rua Manaus não deverá sucumbir a destinos mesquinhos". Depois soubemos que a FHEMIG, o governo do Estado e a FELUMA também haviam recebido a carta psicografada do JK, colada abaixo:

O senhor Carlos Cruz, 47 anos, residente em Santa Luzia-MG, é médium vidente e membro da Centro Espírita Caridade. Ele incorpora uma entidade que se identifica como "Chico Braz". Recebeu, em sessão espírita, no dia 30 de outubro de 2013, a impressionante carta que se segue, a qual psicografou. Nela, o espírito do falecido Presidente JK se manifestou, com revelações surpreendentes. A seguir, o conteúdo da carta, na íntegra:

Honrados Senhores Dirigentes da Fundação Hospitalar de Minas Gerais, outrossim denominada FHEMIG
Honrados Senhores Dirigentes da Fundação Lucas Machado, também alcunhada de FELUMA

É com grata serenidade que me sirvo deste canal mediúnico para fazer-lhes, apesar da distância espiritual que nos separa, uma admoestação acerca do destino a ser dado àa edificação da Rua Manaus na qual tive a felicidade e honra de fazer o exercício, tão imbuído de ideal humanitário, da nobre arte da medicina, no então Hospital Militar de Minas Geraes, nos idos de 1931 a 1934.

Foi dali, ainda jovem, movido pelo mais elevado espírito moral de **transformação social**, que parti para outras realizações, primeiro como deputado, depois prefeito da cidade de Bello Horizonte, logo em seguida como Governador do Estado de Minas Geraes para, enfim, galgar a glória, a mim conferida pelo Povo Brasileiro, de servir àa Pátria como Presidenthe da República.

Se alguns disserem que fui o maior presidenthe deste País, sejam críticos. Se me elogiarem demais, corrijam o exagero. Por outro lado, se me criticarem em ímpeto desmesurado, defendam-me. Tentei apenas **ocupar um espaço**, na história do Brasil, que fizesse jus às maiores construções culturais da humanidade ocidental, iluminadas pelas grandes bandeiras da revolução francesa: *liberté, fraternité, égalité*.

Egrégios líderes da FHEMIG e FELUMA,

Vivam de maneira honrada para que, quando envelhecerem, vossas excelências possam falar só coisas dignas do passado e sentirem, assim, o orgulho de terem praticado bem-aventuranças.
Considerem extremamente **torpe** o propósito de conferir a utilização deste edifício a um Memorial que, neste caso, é dirigido àa minha pessoa, quando já tenho uma biografia consagrada em vários memoriais que - por razões, algumas legítimas e outras duvidosas - pululam em distintos pontos do território brasileiro.

Basta de memoriais a mim destinados, basta! Por que, ao invés disto, não escancarar a verdade sobre a minha morte?? Quem calou a minha voz e a de muitos??? Investigações como estas trariam contribuição inestimável que, aí sim, honrariam a trajetória de tão doutas instituições.

Pelas revelações mediúnicas que me chegaram, o destino anunciado pela **juventude ocupacionista**, de transformar o phatrimônio histórico da Rua Manaus - há 33 anos escandalosamente abandonado - em um espaço sócio cultural, é propósito de grandeza incontestável. Muito mais me fascina, ainda, ter ciência de que este **ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA** será autogerido no mais alto espírito democrático e republicano, através de deliberações emanadas em Assembleias Populares e Horizonthais. *("Todo o poder emana do povo" – Art 1.o da Constituição Federal).* Uma casa que, ao invés de meu nome, tira do anonimato um poeta, homossexual e morador de rua barbaramente assassinado pela intolerância ainda vigente nessas searas. Isso consubstanciado, aí então, sentir-me-ei, de fato, homenageado. E se o recurso já reservado for aportado para o pleito desses jovens seria a redenção publica das duas Fundações.

A boa acolhida a este meu profundo anseio trar-me-á, acreditem, Paz e Serenidade em meu caminhar pelo Eterno Éden. A casa da Rua Manaus não deverá sucumbir a destinos mesquinhos.

Elevemos o pensamento ao Alto.

Juscelino Kubitschek de Oliveira

23.o Presidenthe da Republica Federativa do Brasil, cassado em 8 de junho de 1964.

Figura 19: Carta psicografada digitalizada do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Arquivo Espaço Comum Luiz Estrela.

O desejo do falecido presidente, inegavelmente parte legítima no conflito pela posse do imóvel, prevaleceu. Em dois meses de forte pressão política, inúmeras reuniões de negociação e audiências intermináveis (com transmissão ao vivo pela internet), o governo cedeu à resistência positiva multitudinária do Espaço Comum Luiz Estrela e decidiu revogar a cessão de uso anteriormente feita em favor da FELUMA para ceder o uso do imóvel público à destinação proposta pelo Espaço Comum Luiz Estrela. Desde o início rechaçamos qualquer proposta no sentido da gestão compartilhada do imóvel, seja com o ente público ou com a fundação privada.

Assim, no dia 18 de dezembro de 2013, na sala de reuniões da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público, o governo cedeu ao comum a gestão do casarão da Rua Manaus, 348. "Perdeu playboy".

> Eu vim aqui com um objetivo: arte e cultura, eu poder acrescentar alguma coisa nesse sentido, tá? Relações interpessoais. Porque eu convivo com morador de rua, é difícil demais de conviver. Você às vezes nem ouve uma boa palavra, você só ouve coisas nervosas, coisas pesadas, é um mundo extremamente tenso, o tempo todo. E eu penso no objetivo, qual é o objetivo daqui? Arte e cultura? Eu quero acrescentar nesse sentido, de alguma forma, ou varrendo o chão, ou fazendo uma poesia, porque eu acho que é esse o objetivo. Eu agradeço muito a vocês em me darem a oportunidade, de estar junto com vocês. Vamos fazer disso aqui uma coisa bonita cara, vamos? Porque o objetivo é esse, não é? É uai. Sei lá o que vai ser, vamos acrescentar. Oh, eu vou dar aula de percussão, pode? (Depoimento do Levi, morador em situação de rua. Arquivo comum do Núcleo de Audiovisual do Estrela).

Como militante das Brigadas Populares, em Belo Horizonte e região metropolitana, participei da entrada das ocupações Caracol (2006), João de Barro (2007), Camilo Torres (2008), Dandara (2009), Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012), Guarani Kaiowá (2013). Em nenhuma dessas ocupações a polícia abdicou de pressionar ilegalmente pela desocupação imediata do imóvel com o uso da força e prisões arbitrárias, não obstante a tomada legítima da

posse pelo movimento impor o pronunciamento judicial para tal fim. Todas essas ocupações também suscitaram uma reação negativa imediata da grande mídia com forte apelo pelo "reestabelecimento da ordem" e consagração da propriedade sobre a vida. Exceto as ocupações Caracol e João de Barro, feitas em prédios privados, todas as demais ocupações (organizadas, não espontâneas), realizadas em terrenos ociosos, lograram resistir ao despejo até o presente momento. Porém, todas ainda se encontram em situação de insegurança da posse, com ações judiciais ativas em trâmite e situação fundiária indefinida sem reconhecimento legal nos mapas da municipalidade. Na minha trajetória política o Espaço Comum Luiz Estrela foi, dessa forma, a primeira ocupação organizada da qual participei que obteve conquista plena, vitória robusta sobre o Estado-capital, digo isso no tocante à conquista legal da posse definitiva, devidamente reconhecida pelo poder instituído, in casu, por 20 (vinte) anos, prorrogáveis. Isso a custo de muita luta e compromisso de preservação e restauro do bem tombado.

Não ignoro as diferenças significativas entre uma ocupação de terra por famílias pobres e uma ocupação de cunho cultural, como o Espaço Comum Luiz Estrela, em vários aspectos. Seria um simplismo e um equívoco comparar tais processos sem levar em conta suas singularidades. Os elementos comuns que dizem respeito à organização da resistência são de igual modo importantes: o nível de abertura e horizontalidade, a produção de afetos, as táticas de comunicação e usos tecnopolíticos, a cooperação criativa em rede, as formas de expressão estética, a produção de subjetividades. Em ambos processos, é a multidão metropolitana que resiste contra o Estado-capital, que investe em outras formas de se relacionar, de produzir, de viver, no espaço e pelo espaço, outras formas de fazer-com, com autonomia (política e financeira) e democracia real.

Uma coisa é certa, precisamos olhar mais para as nossas resistências, perceber onde elas acumulam, onde retrocedem, em que situações são exitosas, em quais são potentes, quando recuam (ou se transmutam) após

forte ascensão (Fora Lacerda, Assembleia Popular Horizontal...), quando superam qualquer prognóstico (#ResisteIzidora), quando reúne um milhão de pessoas (carnaval amor e luta), quando só mobilizam as mesmas pessoas de sempre, todas já convertidas para a luta. Enfim, em Belo Horizonte temos um vasto campo de reflexão a partir das singularidades das resistências positivas travadas contra o Estado-capital.

Dentro do escopo da copesquisa cartográfica, o Espaço Comum Luiz Estrela se expressa enquanto rico experimento imanente de produção multitudinária do comum no seio da metrópole biopolítica, cuja dimensão constituinte agora se coloca como primordial em vista da superação da dimensão conflitual direta (destituinte) frente ao poder instituído graças à conquista da cessão de uso do imóvel. A segurança da posse pode permitir que a produção de subjetividade finalmente ganhe primazia sobre a resistência direta contra a força bruta do poder instituído.

Não raro nas resistências encampadas pelos movimentos sociais a mobilização fica condicionada à dimensão conflitual, as pessoas se juntam na medida em que há conflito, ou seja, o risco do despejo se torna um dispositivo de ativação da resistência: todxs contra o despejo! Superado o risco do desalojamento, poderá a dimensão constituinte ser elevada ao primeiro plano da ação política, sem que lhe seja subtraído o indispensável antagonismo frente ao capital e suas formas de expressão (estatal ou não).

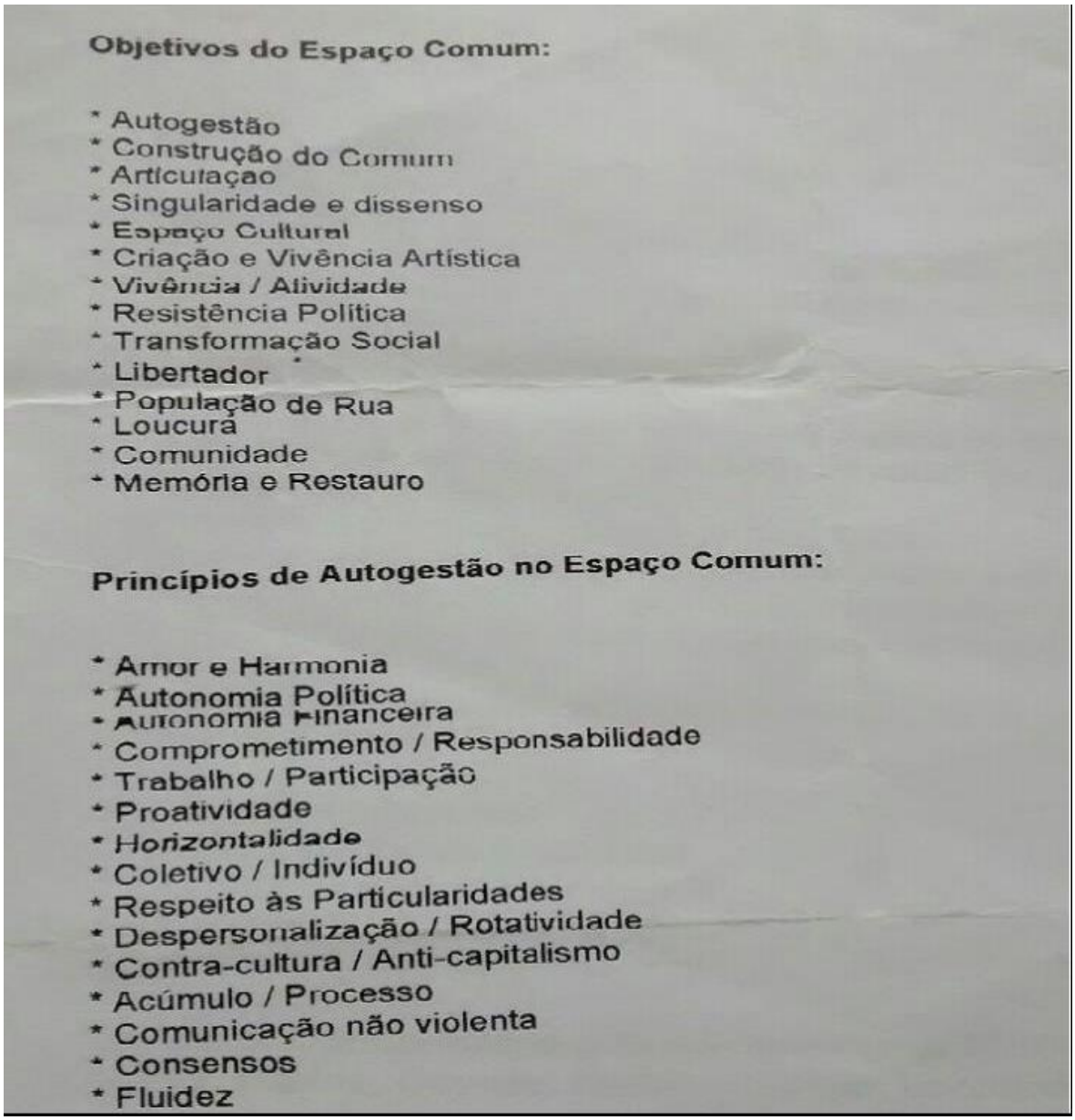
Em suma, os desafios que envolvem a produção do comum se tornam ainda mais instigantes quando o conflito direto com Estado-capital relativo à posse do território é superado, pois agora deverão ser inventados outros dispositivos de ativação da mobilização, para além da dimensão conflitual destituinte, no infindável horizonte da positividade constituinte, do exercício da democracia real e produção de novos modos de vida. Nesse sentido, o Espaço Comum Luiz Estrela assumiu o desafio de constituição da Associação Comum, cujas

finalidades estão muito além da gestão (formal) do Espaço Comum Luiz Estrela.

> Art. 2º. A Associação Comum possui como finalidades:
> I – Promover a constituição do comum enquanto modalidade de convivência humana baseada na solidariedade, na diversidade, na horizontalidade, na liberdade e no amor;
> II – Desenvolver e difundir ações artísticas, culturais e educativas por meio de práticas autogestionadas que visem à emancipação política, social e afetiva das pessoas;
> III – Facilitar e promover encontros entre pessoas de diversas áreas de atuação, culturas, países e realidades para criar espaços de compartilhamento, livre produção e circulação de bens materiais e imateriais comuns;
> IV – Defender e fomentar os direitos humanos em sua universalidade, com atenção para a proteção dos direitos da população em situação de rua, crianças, adolescentes e jovens, mulheres, comunidade LGBTT, negros (as), indígenas, idosos (as), portadores (as) de necessidades e capacidades especiais, vítimas do sistema penal, manicomial e educacional instituídos;
> V – Apoiar as lutas dos movimentos sociais e contribuir para a articulação dos movimentos e coletivos com atuação condizente com os princípios da Associação Comum;
> VI – Atuar pela garantia e efetivação do direito humano à cidade;
> VII – Fomentar valores que se contrapõem ao individualismo, consumismo, exploração, intolerância, violência e preconceito;
> VIII – Incentivar a economia popular solidária, a geração alternativa de renda, o trabalho associado, cooperado e colaborativo, bem como a produção baseada no princípio da permacultura;
> IX – Promover espaços de formação e troca de saberes, cursos, oficinas, residências e demais atividades educativas em perspectiva crítica;
> X – Representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciárias, os direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos das pessoas contempladas pela atuação da Associação Comum, podendo para tanto atuar como substituto e/ou assistente processual;
> XI – Lutar pela preservação ambiental, redução e destinação adequada do lixo, incentivar práticas de reuso, reciclagem, coleta seletiva e consumo responsável;
> Parágrafo Único – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Comum não fará qualquer discriminação de classe social, sexualidade, gênero, raça, cor, sexo, profissão, nacionalidade, ou religião.
> (Trecho da minuta da primeira versão do Estatuto da Associação Comum, produção comum ainda sujeita a aprovação em assembleia horizontal e registro junto ao cartório

competente)

Atualmente, o Espaço Comum Luiz Estrela se auto organiza em núcleos horizontais e assembleia geral. São eles: 1) Núcleo Legal (demandas administrativas, jurídicas, editais etc); 2) Núcleo de memória e restauração; 3) Núcleo de Infra (permacultura); 4) Núcleo de autogestão (Feirinha Estelar); 5) Núcleo de Teatro; 6) Núcleo de Audiovisual; 7) Núcleo de Música. Todos os núcleos, assembleias, atividades e eventos no Espaço Comum são abertos à participação de qualquer pessoa, sendo proibida a cobrança de dinheiro para eventos no Espaço. Nenhum agrupamento político jamais intentou hastear sua bandeira no Espaço ou assumir sua representação. Feliz o espaço comum que não se confunde com aparelho de partido ou de Estado, que não reduz suas múltiplas bandeiras e formas de expressão a uma bandeira do movimento X, Y ou Z. Trata-se de território autônomo, feminista, aberto, horizontal e democrático, cujos princípios decorrem de uma construção processual, imanente, relacional, afetiva e dinâmica.



Objetivos do Espaço Comum:

* Autogestão
* Construção do Comum
* Articulação
* Singularidade e dissenso
* Espaço Cultural
* Criação e Vivência Artística
* Vivência / Atividade
* Resistência Política
* Transformação Social
* Libertador
* População de Rua
* Loucura
* Comunidade
* Memória e Restauro

Princípios de Autogestão no Espaço Comum:

* Amor e Harmonia
* Autonomia Política
* Autonomia Financeira
* Comprometimento / Responsabilidade
* Trabalho / Participação
* Proatividade
* Horizontalidade
* Coletivo / Indivíduo
* Respeito às Particularidades
* Despersonalização / Rotatividade
* Contra-cultura / Anti-capitalismo
* Acúmulo / Processo
* Comunicação não violenta
* Consensos
* Fluidez

Figura 20: Primeira redação de princípios e objetivos após a ocupação. Síntese das discussões do Encontrão Estelar de 15 de dezembro de 2013. Imagem cedida pela Paula Kimo.

As ações, atividades e resolução de conflitos no Espaço buscam se orientar a partir desses princípios. Nesse sentido, foi produzido colaborativamente pelo Núcleo de memória e restauração o projeto de restauração do casarão tombado, recentemente submetido à aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio, elaborado "através de um processo de formação denominado Laboratório de Patrimônio, possibilitado pela Oficina de História desenvolvida no período de abril de 2014 até maio de 2015 e a Oficina de Restauração em

Arquitetura e Engenharia desenvolvida no período de março de 2014 até maio de 2015"[59]*, dentro de uma abordagem do patrimônio a partir do protagonismo da sociedade:*

> Transformando-a na prática cotidiana a que denominaram de Laboratório de Patrimônio, desenvolveram uma dinâmica de construção coletiva, colaborativa e interdisciplinar, com uma orientação processual, efetivada no tempo e no espaço, possibilitando a interação entre os sujeitos e objetos relacionados. (MUSA et al, 2014)

As primeiras medidas de escoramento e intervenções emergenciais no casarão, conforme obrigações assumidas no Termo de Cessão de Uso do imóvel, foram cumpridas ainda em 2014 graças à forte campanha colaborativa para arrecadação de recursos via plataforma Catarse que ultrapassou a meta inicial e logrou levantar mais de 50 mil reais doados por cerca de mil apoiadorxs.

Também na esteira da produção do comum, no final de outubro de 2014, dentro das comemorações de um ano do Espaço, o Núcleo de Teatro do Estrela produziu em parceria com o curso de Teatro da UFMG o ousado espetáculo de rua "Estrela ou Escombros da Babilônia", montagem multitudinária e rizomática com dezenas de atrizes, atores e músicos em cena e texto coletivo inspirado na vida de Luiz Estrela.

> *A justiça, seminua, desce a escada.*
> VIDIGAL: A justiça é puta, gente!
> MANU: Estão olhando o quê? Cês queriam uma justicinha limpinha, branquinha, equilibrando uma balancinha na mão? Pois a balança virou. De tão pesada virou! Do lado de cá caiu tudo no chão. E a porra da justiça, surda, cega, muda... branquinha, limpinha, ficou lá, perdida, coitada, amarrada, atada, corrompida, viciada.
> CORO: Justiça, justiça!
> MANU: Pois agora bem! Fica aí gritando justiça, clamando por essa justicinha limpinha de vocês... Eu lavei minhas mãos. De vez em quando, se a poluição deixar, olha pro céu, lembra da

[59] Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, 2015, p.2

> Estrela, lembra das milhares de Estrelas que estão aqui, oh! Escurecidas, apagadas, mortas. E vejam o que vocês mesmos podem fazer, antes de gritar JUSTIÇA! Porque a justiça pra ser justa nesse mundo de Estrelas, tem que ser puta, viada, MENDIGA!
> JUIZ – Ordem! Ordem! Ajuda eu descer daqui!
>
> (trecho do texto colaborativo do espetáculo "Estrela ou Escombros da Babilônia". Núcleo de Teatro do Espaço Comum Luiz Estrela)

O Espaço Comum Luiz Estrela é uma composição complexa e dinâmica de narrativas polifônicas que jamais tentaria esgotar num rolezim como esse, mesmo porque tal feito sequer seria possível. Captar a multiplicidade de olhares e singularidades a respeito do Espaço Comum Luiz Estrela demandaria não uma, mas várias rodas de conversa demasiado grandes. Aqui, arrisco no máximo uma leitura possível, precária, que precisa colidir, dialogar e construir com outras leituras, percepções e desejos investidos na constituição do comum. Não são poucos os desafios colocados à construção do Estrela, dentre os quais: maior inserção da comunidade do entorno nas ações, atividades e discussões; estreitamento com o hospital psiquiátrico vizinho (CEPAI); o cuidado com a rua e suas questões; geração de renda na perspectiva do comum; agenciamento das múltiplas lutas da cidade: antimanicomial, movimento negro, feminismo, ocupações, mobilidade urbana[60]*, cultura independente, permacultura, disputa do espaço público, democracia real, carnaval etc. E, ainda, fortalecer a si mesmo para garantir que o casarão fique de pé e seja restaurado, sem agredir sua memória ou abafar as ressonâncias do passado, preservando os sinais de outros tempos, os restinhos de coisa humana, mantendo nas paredes a camada de gordura das mãos das crianças que por ali passaram e que, creio eu, adorariam ver o casarão povoado de alegria (GUIMARÃES, 2014).*

Recuperamos o espaço público para o uso comum, depois de anos de descaso e abandono, lapso temporal que agora vejo como os anos em que o casarão

[60] No projeto de restauro do casarão, foi previsto no pátio do imóvel a reserva do espaço livre já utilizado pela Buzona do Tarifa Zero quando precisamos enfeitá-la para o carnaval, por exemplo.

descansou, a morte estritamente necessária, depois de tanta dor e sofrimento, o tanto suficiente sem apagar o filete de vida que resistiu, a partir do qual foi possível renascer. Quantas camadas mais pode este espaço receber? De hospital militar a hospital psiquiátrico infantil, escola pública e agora centro cultural autogestionado. Que ousado investir na construção de um espaço comum no lugar onde outrora colocavam crianças no cárcere.

Tendo em vista a imanência e fluidez deste processo, o Espaço Comum Luiz Estrela não é, mas sim, está sendo. Expressa-se, portanto, mais como um devir, cujas possibilidades estão em aberto. Citando o professor César Guimarães a respeito de um espaço de cohabitação das imagens que ele denomina "comunidade do cinema":

> É nesse gesto que menos funda o comum do que o entrega a uma destinação indeterminada, incerta, em devir, destinação por vir que ela reúne sem fechar. De tal modo que a imagem possa abrigar o heterogêneo, o estranho, a presença e a ausência, o que se vê e o que não se vê. É nisso que ela faz um apelo à comunidade de olhares, cada um no seu lugar, vendo algo e sendo visto pelos outros. (…) (GUIMARÃES, 2014).

Numa roda de conversa sobre o comum realizada no Estrela, a amiga Paula Kimo levantou que o comum inscrito no nome do Espaço se tornou uma questão, "virou o peso do comum" que, por exemplo, abriu o flanco para que o movimento negro e o movimento feminista exigissem em distintos contextos a tomada de postura do Espaço perante a situações de racismo e machismo envolvendo pessoas que ali participavam. Concordando com isso, penso que reivindicar a constituição de espaços comuns, explicitamente ou não, implica necessariamente a permanente autocrítica quanto à abertura às múltiplas singularidades que ai possam se expressar, é "dar a cara para bater", postura bem vinda quando se trata de superar modos ultrapassados de fazer política na perspectiva emancipatória. De toda forma, os desafios de ordem prática são infinitamente superiores àqueles de ordem estritamente teórica ("treta de livro")

quando se trata de conceber a construção de espaços comuns.

Nesse sentido, o Espaço Comum Luiz Estrela está sendo a nossa casa destelhada, onde experimentamos juntxs algo que nenhuma de nós havia experimentado antes. E tanto melhor construir o comum num casarão assim, em movimento, com suas rachaduras, deslocamentos, riscos e, simultaneamente, fascinante horizonte de possibilidades.

> Tanto melhor a casa precária que pode ser aberta aos outros, aberta a outrem, uma coisa que é decisiva, uma casa que não seja pensada sob a figura do proprietário, que ela seja destelhada, e aqueles que ali moraram e desapareceram não é de todo assim catastrófico, os que desapareceram sempre podem voltar. É preciso que os fantasmas voltem. Os mortos podem ser rememorados. O trágico é essa palavra que diz o irreparável e repõe para a vida da comunidade. Um trauma pode ser elaborado, no lugar onde há escombros é possível que alguma coisa surja, uma forma, alguma coisa emedra em meio aos escombros. Isso que me parece que é interessante pra imaginar o que é um possível do comum de uma comunidade (…) (GUIMARÃES, 2014).

Vida longa ao Espaço Comum Luiz Estrela!
Vida longa a todos os espaços comuns!

***

Após escrever o excurso estelar e submetê-lo à apreciação da Paula Kimo, que também constrói o Espaço, recebi dela o e-mail transcrito abaixo, o qual ora publico na íntegra, mediante sua autorização, em vista da importância das palavras ditas.

> querido, aki o email que tava pronto pra te mandar desde ontem :)
> karina tava comentando da onda dela com o estrela. que ela teve muito próxima no início e depois afastou. um dia foi lá e viu o casarão escorado, de repente. ela falou que deu uma choradinha <3 acho muito legal no estrela essa coisa da mudança no espaço físico. como que o casarão e o pátio se transformam, enquanto a gente muda e interfere no mundo. intervenção livre e espontânea das pessoas no espaço. se nas

ocupas de moradia a cada dia sobe um barraco e ali a luta vai ganhando matéria e resistência, no estrela o espaço vai ganhando coisas, cores, formas, numa dinâmica sem controle, sem ordem (às vezes organizada, os mutirões, o trabalho dos núcleos e tal), uma coisa de fluidez e compartilhamento do espaço. gosto dessa palavra descontrole. por mais que exista uma organização desde o início, essa que a gente chama de aberta, horizontal, há uma apropriação que é das singularidades, que nao se prende a consensos, à fluxos de assembleia, que encarna no espaço e passa a fazer parte. é muito doido como as coisas entram e saem dali. a metáfora da caçamba... talvez citar o tanto de caçamba que já alugamos pra tirar entulho de artista, rs. sempre me pergunto porque o espaço recebe tanta coisa, porque tanta gente quer levar coisa pra lá. o que esperam quando acham uma coisa no lixo e levam pra lá?.. ali aquela coisa largada pode ganhar um uso, uma função.. não só o casarão tem sua função social "resgatada", mas um monte de coisa e um monte de gente. heheh... eu mesma tava perdida no mundo, minha vida deu uma virada com o estrela e todos os amores que eu construí a partir de lá. e tbe a metáfora das chave... as várias tentativas de ter uma chave, cópias com determinados núcleos, mas a chave se perde, o cadeado se rompe, começa tudo de novo. essa coisa que escapa (porque a gente tem uma tendência a fechar, tendência que o sistema impõe, sei lá). acho que no estrela tudo escapa, tudo foge, tudo rompe. como os meninos que tentavam fugir do choque elétrico, como as fissuras da casa que deixam expostas as veias.

fiquei pensando tbe nesse processo de esgotamento da assembleia. o momento formal de decidir.. finalmente caímos na real que não é esse ritual que agita as coisas por ali. mudamos de semanal, pra quinzenal, pra mensal.. nao é atoa que as reunioes não dão conta de encaminhar, discute-se muito, mas encaminha mesmo é nos facebooks da vida, nos zap zaps, na tora com uma galera que pega e faz uma coisa ali, outra que pega e faz outra lá. é como se o espaço do encontro fosse da vivência, do não resolver, do conversar, divergir, concordar, aprender, rir, abraçar. na hora de cair pra coisa prática executivo a tecnologia entra, nos vários níveis de tecnologia. não sei se tô viajando.

pensei também nas coisas do conflito no estrela. de tempos em tempos estoura um conflito, os BO. as mil tretas. tem gente que nao dá conta e sai. depois volta. todo mundo volta. tem gente que vai pra dentro do conflito. tem uma imanência ou iminência (nao sei bem usar os conceitos) que é do conflito no estrela. e é impressionante como lá dentro todo mundo se sente empoderado pra colocar opinião, muita energia. talvez aquela coisa de em cada corpo uma multidão. no estrela a gente fica forte e essa força emana pra cidade. lembro de um último BO treta do zion e roberta discutindo por conta da doação da grana

da festa junina pra izidora. no final o zion escreve tipo assim... "mas de boa que no final a gente vai se abraçar".

tá muito lindo seu texto, é noiz demais, acho doido romper a escrita acadêmica no rolezinho. emocionada com a escrita feminista :) fiquei lendo e marquei umas bobagens de revisão ortográfica, se quiser te mando. essas coisas que escrevi ai em cima é só um monte de viagem, porque o estrela desperta uma vontade de falar, de fazer, de colaborar. uma cachaça. (Paula Kimo, 5 de agosto de 2015).

5.3. Espaços comuns como resistência positiva ao urbanismo neoliberal

Como dito, este trabalho parte de uma aposta política que se confirma a cada novo embate travado nas metrópoles brasileiras: a centralidade do comum nas lutas contemporâneas. São as próprias resistências e os processos constituintes que nos demonstram a pertinência de apostar no comum nos marcos da metrópole neoliberal: da defesa pela preservação e acesso aberto do Parque Jardim América, à construção do Espaço Comum Luiz Estrela, ambos em Belo Horizonte; da resistência contra a destruição do último remanescente de Mata Atlântica no Centro de São Paulo, na avenida Augusta, à organização de um atelier compartilhado na rua da Consolação também na capital paulista: ocupação Espaço Comum Casa Amarela. Resiste Estelita e resiste Izidora, duas fortíssimas resistências que lograram até o momento barrar a efetivação de mega projetos da *cidade-empresa*, respectivamente no Recife e em Belo Horizonte, também refletem a potência da defesa do comum urbano organizada em redes colaborativas contra o avanço das parcerias público-privadas sobre o território e a natureza urbana.

Ratifica-se: se por um lado o urbanismo neoliberal e o paradigma da *cidade-empresa* representam um aprofundamento do controle, privação e captura dos territórios e bens comuns urbanos, sobretudo via parcerias público-privadas e grandes operações urbanas, por outro lado as lutas multitudinárias se expressam cada vez mais como a defesa e a constituição de bens comuns urbanos, materiais e imateriais.

A *cidade-empresa* resultante do modelo neoliberal de planejamento estratégico é a expressão mais bem acabada da ofensiva público-privada – Estado e capital em profunda simbiose – contra o comum. Inegável nessa conjuntura “a afirmação do comum como nova fronteira de luta política radicalmente democrática para além da antinomia público/privado” (HARDT, 2011). Nesse cenário, razoável apostar que a construção de espaços comuns seja um importante horizonte de convergência possível das forças vivas que enfrentam o Estado-capital na metrópole biopolítica contemporânea.

A aposta na centralidade do comum também se mostra adequada, na medida em que as lutas multitudinárias travadas ante o Estado-capital se expressam, do ponto de vista organizativo, elas mesmas, como a constituição de espaços comuns, orientados por ações em rede com fluxos e conexões abertas, pela colaboração, criatividade e comunicação intensa entre os múltiplos sujeitos, pelo desejo de horizontalidade, democracia real e autonomia, pela produção de afetos e subjetividades e pela constituição de uma intelectual coletiva em movimento constante.

Temos percebido nas ações coletivas orientadas pela produção de espaços comuns, também entendidos como espaços de experimentação e produção de novos modos de vida, que tais ações têm sido tão mais potentes quanto mais comum, no sentido aqui esboçado, ou seja, mais potente quanto mais abertas às expressões das múltiplas singularidades que produzem em comum. A não redução ao uno das singularidades que ai se expressam, por sua vez, dificultam a captura do comum pelo poder instituído, seja na sua forma pública (Estado), seja na forma privada (capital).

Para nós, partícipes diretos imbricados em diversos espaços comuns na cidade de Belo Horizonte, tratar das formas e das práticas organizativas empreendidas pela multidão metropolitana nos marcos do urbanismo neoliberal implica, necessariamente, falar desse comum, desse *fazer comum*, não como abstração transcendente capaz de oferecer algum sentido à realidade sob análise e desse modo influenciá-la, mas como conceito imanente, inerente às próprias lutas, campo de experimentação e convergência possível, a partir do qual aprofundamos a compreensão das possibilidades, das contradições e mesmo da potência das lutas.

Essa é, portanto, nossa segunda aposta: quanto mais comum, mais potente a resistência. Como nos diriam os (as) ativistas da Espanha após experimentarem a força das acampadas indignadas depois do 15M: o que está claro é que quanto mais comum, mais vida tem (Revista Democracia Distribuida 2012, p.35). Nas palavras de Hardt e Negri, na obra Commonwealth:

> Alguns dos acontecimentos e revoltas mais inspiradores e inovadores da última década radicalizaram o pensamento e a prática democráticos organizando um espaço, como uma praça pública ocupada ou uma zona urbana, com estrutura ou assembleias abertas e participativas, mantendo essas novas formas democráticas durante semanas ou meses. De fato, a organização interna dos próprios movimentos se viu constantemente submetida a processos de democratização, que se esforçam em criar redes horizontais e participativas. (HARDT e NEGRI, 2009, p.7).

Em Belo Horizonte, não nos faltam exemplos disso, tal como a *Mostra Diversas: Arte, Feminismo e Resistência*, processo colaborativo potente e histórico, horizontalmente organizado pelas mulheres ativistas (do morro e do asfalto) por ocasião da semana do dia internacional da mulher (8 de março de 2015).

Outro exemplo em que a abertura à construção comum se desdobra em potência foi a explosão dos blocos de rua independentes no contexto do "carnaval amor e luta", sem esquecer, claro, do Espaço Comum Luiz Estrela e do #ResisteIzidora, processos cuja potência foi capaz de imprimir significativas derrotas (concretas e simbólicas) ao poder instituído. A luta contra a operação urbana consorciada Nova BH, as assembleias populares horizontais, os movimentos Fica Ficus, Viaduto Ocupado, a ocupação da Câmara Municipal em 2013 e a pioneira Praia da Estação inaugurada já no início de 2010 são, dentre muitos outros, casos de Belo Horizonte ilustrativos para a nossa argumentação.

Interessante notar como todas essas lutas, conscientemente ou não, convergem no comum na medida em que se abrem às singularidades e daí extraem as melhores possibilidades de difusão, encantamento e agenciamento de novos (as) combatentes na metrópole biopolítica pós-fordista, além de permitir experienciar novas formas de sociabilidade que se contraponham aos valores individualistas da sociedade de consumo. Trata-se de construir e experimentar, na própria resistência ao domínio capitalista, outros modos de vida e produzir novas subjetividades, abertas às singularidades, sedentas por democracia real. São, dessa forma, processos que também revelam o caráter biopolítico das lutas na contemporaneidade.

Não sem controversas e desvios, a constituição desses espaços comuns pode ser capaz de preservar e fazer expressar as múltiplas singularidades dos sujeitos envolvidos e possibilitar hibridações subjetivas e trocas entre pessoas de distintas cores, classes sociais, orientações sexuais, saberes e culturas, juntas pelo compartilhamento de desejos comuns, em oposição ao Estado-capital e sua ideologia hegemônica. Isso, por si só, justifica a imperiosidade de se cartografar e debater as lutas na atualidade que se expressam como espaços comuns para, a partir daí, criar conexões subversivas, extrair narrativas e práticas comuns que possam inspirar e influenciar outros processos que tenham o bem comum no horizonte.

***

Cabe acrescentar que o necessário debate em torno do comum abre caminho para uma inflexão não menos necessária na abordagem das organizações tradicionais de esquerda, as quais historicamente se dedicam à análise do capitalismo e suas transformações, bem como do Estado como ente soberano garantidor da ordem social vigente, tratando como secundário ou mesmo ignorando a dimensão das resistências e suas formas de expressão política e estética. Ou seja, do debate em torno do comum enquanto categoria político-filosófica imanente e aberta é indissociável do debate quanto às formas de organização, deliberação e comunicação das resistências, produção estética e sobre a nova gramática que anima as lutas mais potentes e exitosas da atualidade. Debater o comum nunca foi tão importante para as análises de conjuntura ainda muito restritas à contemplação dos movimentos do capital e do poder.

Analisar o comum das lutas é, portanto, analisar como resistimos e como nos organizamos para daí extrair as melhores possibilidades e as formas mais adequadas para constranger o poder instituído, produzir subjetividades insurgentes e engajar mais e mais combatentes, alcançar vitórias efetivas em proveito do bem comum e abrir brechas para o novo, para formas distintas de produzir e conviver. Afinal, as lutas e as resistências vêm primeiro, são elas que

ditam as transformações do capital e não o contrário, basta olhar para a história e ver os fatos que antecedem aos principais momentos de reestruturação produtiva do capitalismo global. Isto posto, urge chamar a atenção do pensamento crítico produzido pelas forças políticas de esquerda para a dimensão das resistências que nos animam, primordiais quanto à dimensão dos poderes que nos oprimem.

5.4. Ocupações organizadas por moradia

Também gostaria de abordar sob o prisma do comum as ocupações urbanas de sem-teto, as quais perpassam minha trajetória como membro da Frente pela Reforma Urbana das Brigadas Populares, em Belo Horizonte, desde quando organizamos, em 2006, no bairro Serra, a ocupação Caracol, um prédio de 3 andares, ocupado com uma média de 6 famílias sem-teto ao longo do período em que resistiram ao desalojamento, durante 3 meses. Em sequência vieram as ocupações João de Barro I, II e III, respectivamente despejadas com 6 meses, 3 meses e 1 mês de resistência.

Até então somente prédios abandonados haviam sido ocupados, mas no final do ano 2007, as Brigadas Populares iniciam a organização de ocupações de terrenos ociosos, junto com o Fórum de Moradia do Barreiro, o que resultou na ocupação Camilo Torres[61], nascida na periferia de Belo Horizonte, no Barreiro, no dia 16 de fevereiro de 2008. Nunca mais as Brigadas Populares participariam diretamente da organização de *ocupações verticais* (edificação construída), exceto da ocupação do casarão que deu origem ao *Espaço Comum Luiz Estrela*, que não se trata de ocupação por moradia e tampouco pode ser considerada uma ocupação organizada pelas Brigadas Populares, mas por uma ampla multiplicidade de grupos culturais, políticos e a(r)tivistas independentes.

Hoje penso que a opção política das Brigadas Populares pelo método

[61] O nome remete ao padre colombiano da teologia da libertação, Camilo Torres Restrepo que foi compelido a abandonar o sacerdócio para se dedicar à atividade política revolucionária até se juntar à guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN) e morrer em combate em 15 de fevereiro de 1966.

das *ocupações horizontais* (terrenos abandonados) em detrimento das *ocupações verticais* guarda estreita relação com a maior potência do *fazer comum* nas primeiras, quanto às dimensões subjetivas e objetivas indissociavelmente, mesmo que isso não seja reconhecido nestes termos pelo conjunto da militância brigadista.

As *ocupações verticais* nascem de uma reapropriação do imóvel privado (ou público) em situação de abandono, ao qual será dada uma destinação comum a uma coletividade limitada de famílias, enquanto nas *ocupações horizontais* o comum também está inscrito no trabalho de cada família, nada está pronto, dado, necessariamente é preciso construir, da precária rede de saneamento e energia, ao projeto urbanístico (ou mera divisão dos lotes), até a autoconstrução da moradia e equipamentos coletivos, tudo simultaneamente. Se na *ocupação vertical* a individualização é um dado apriorístico, na *ocupação horizontal* primeiro vem o comum compartilhado, depois a individualização, menos ou mais acentuada conforme a capacidade de coletivização das questões comuns.

A ocupação é tanto mais forte (no sentido de agenciar apoios e criar uma rede de solidariedade capaz de obstar a ação do Estado-capital ante o ônus político que o desalojamento implica) quanto maior for sua capacidade de constituir espaços comuns (equipamentos coletivos, assembleias, atividades produtivas, culturais, formação política, lutas, ações diretas etc) e envolver as pessoas na persecução deste objetivo, moradores (as) ou não. Espaços comuns para fortalecer a luta contra o cumprimento da reintegração de posse, mas também para além dela, de modo a se expressar enquanto poder constituinte que não se reduz apenas à dimensão conflitual contra o Estado-capital, capazes de fazer experienciar novos modos de vida e convivência no território, pelo território[62].

Em resumo, a produção do comum se comporta como um bom critério analítico para perceber as profundas diferenças entre as ocupações de prédios no centro de São Paulo, por exemplo, e as ocupações de terrenos, como a

[62] Refiro-me aqui especialmente às ocupações que são politicamente organizadas por movimentos que lutam pela moradia.

ocupação *Dandara* em Belo Horizonte. Mais do que isso, a categoria do comum pode servir como um filtro de análise, um conceito imanente balizador das lutas travadas contra as forças hegemônicas proprietárias. Pelas lentes do comum é possível perceber, por exemplo, as investidas de captura por agentes públicos e privados, o nível de horizontalidade/hierarquia, de multiplicidade/homogeneidade, de democracia real/representação, etc.

De um modo ou de outro, tanto as *ocupações verticais* quanto as *horizontais* de vazios urbanos decorrem da incapacidade de o Estado (público) e o mercado (privado) garantirem o provimento habitacional para a população mais pobre, sobretudo aquela com renda familiar mensal de 0 a 3 salários mínimos, as quais representam hoje 90% do déficit de moradias no país.

Em verdade, no Brasil, a questão habitacional é uma das principais questões modernas não resolvidas pela modernidade, o que ainda torna a luta pela moradia central na atuação dos movimentos urbanos, os quais recorrentemente utilizam as ocupações de imóveis ociosos como mecanismo legítimo de pressão política e efetivação do direito de morar. Para além desses objetivos imediatos, a retomada de vazios urbanos pelos sem-teto implica a experimentação de novas formas de apropriação do espaço, nas quais princípios como a cooperação, o coletivismo ou a democracia real ganham conteúdo subversivo sob certas condições. É nesse domínio que a multidão (também) se revela como contrapoder: resistência, insurgência e poder constituinte, conjuntamente articulados, dinamicamente imbricados, ora mais, ora menos.

Nos territórios recuperados pelos sem-teto, a multidão se explicita como carne no fazer comum, organismo multiforme no qual não é possível diferenciar propriamente o corpóreo e o intelectual, a práxis e a teoria, a experiência concreta e o projeto encarnado. Não conformam ali uma unidade, tampouco comunidade, mas singularidades tão múltiplas quantas são as vivências ali experimentadas e ao mesmo tempo processos comuns que acabam por criar comunidades. Por outro lado, não se diz que uma ocupação seja privada, ou que uma ocupação seja pública, sem que se refira estritamente à natureza dominial do imóvel ocupado. A ocupação atenta contra

a obtusa redução da realidade à simples oposição público e privado. A ocupação é comum.

Por ser comum, a ocupação não é dogma, não acolhe diretrizes exógenas, verticais, sem que haja mediações. Por ser comum, não é ideal, pura, pois também reproduz práticas sociais, políticas e urbanísticas próprias de uma ordem social ainda subjugada à propriedade privada, à competição, ao individualismo, às opressões, ao medo e ao egoísmo. Mas por se colocar em posição de enfrentamento ao Estado-capital, incisivamente almejam capturá-la: tanto o pequeno especulador que aliena lotes contra "as regras do movimento", quanto o poder instituído que, quando muito, oferece um programa gerido por uma instituição financeira como a resolução do conflito fundiário[63]. O judiciário, pragmático, opta pela via mais simples: "Autorizo, desde logo, o uso da força policial. Cumpra-se!". É a consagração máxima do direito à propriedade privada (resguardado pela força pública) sobre o direito à cidade, ou melhor, sobre o direito ao comum.

5.5. Belo Horizonte: *cidade ocupada*[64]

Em poucas palavras, a revolução urbana e a democracia concreta (desenvolvida) coincidem. Só por essa via, a prática urbana, a dos grupos e das classes, ou seja, sua maneira de viver, a morfologia da qual dispõem, pode confrontar-se com a ideologia urbanística.

Henri Lefebvre

Do ponto de vista estritamente normativo e institucional, o Brasil se situa numa posição da vanguarda quanto à previsão de instrumentos legais tendentes a assegurar a função social da cidade. Destacam-se algumas das principais conquistas: o capítulo da Política Urbana, na Constituição de 1988 (arts. 182 e 183); a promulgação do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória n. 2220, em 2001; a criação do Ministério das Cidades, em 2003; a instituição

---

63 Refiro-me ao Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

64 Sobre as ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, ver dissertação de mestrado de Tiago Lourenço: Cidade ocupada (LOURENÇO, 2014).

do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, em 2006; a promulgação da lei geral da regularização fundiária (11.977/09); dentre outras. Temos, portanto, leis e instrumentos urbanísticos avançados, mas que não se traduzem no plano da efetividade, sobretudo na vida dos pobres urbanos cuja segregação é cotidianamente reproduzida e ampliada pela ação do Estado-capital.

Por outro lado, o Programa Democrático-Popular encampado pelo PT e defendido pelos movimentos e entidades nacionais da Reforma Urbana não apenas não realizou o que prometeu, mas deu no seu contrário, numa anti-reforma (ARANTES, 2013), em um aprofundamento da privatização/mercantilização das cidades e do paradigma rodoviarista, da disseminação das parcerias público-privadas na produção do espaço com diversos projetos de expansão e requalificação urbana baseados em dados quantitativos e não qualitativos, a despeito do imperativo constitucional da gestão democrática das cidades, desconsiderando-se o processo complexo de produzir espaços de forma participativa e colaborativa. Por mais que se busque atacar o déficit habitacional, o modelo neoliberal de produção da casa-mercadoria não reverte o principal déficit, que é o de falta de qualidade urbana, pois a urbanização que promove é desurbanizadora (*idem*).

De todo modo, é consenso dentre ativistas, profissionais e intelectuais da cidade verdadeiramente comprometidos com os desígnios da reforma urbana que o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) está muito longe de ser uma política habitacional capaz de garantir o direito à moradia adequada aos mais pobres e de avançar na efetivação do direito à cidade. É possível sustentar que o maior programa da história do Brasil de construção de moradias subsidiadas com recursos públicos, operado por instituições financeiras (CAIXA/Banco do Brasil), sequer possa ser designado como política pública habitacional de interesse social, situando-se melhor no terreno das medidas macroeconômicas anticíclicas e de impulso ao setor da construção civil, cada vez mais envolto no sistema financeiro de títulos e créditos.

Em verdade, o Programa MCMV não enfrenta o grande gargalo da questão habitacional que diz respeito ao controle privado da terra urbana e das

dinâmicas imobiliárias nas cidades. Nenhum dos instrumentos tendentes à garantia da função social da propriedade urbana, previstos no Estatuto da Cidade, foi utilizado pelo programa federal que trata a questão habitacional como um problema de construção de moradias, entendidas como mera mercadoria, altamente rentável econômica e politicamente falando.

Inovadoras políticas habitacionais concebidas no âmbito municipal, como foi o caso do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) em Belo Horizonte, foram solapadas pela adesão acrítica dos municípios ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Dado o caráter centralizador do programa, aliado ao seu apego político eleitoral, as prefeituras, no tocante à moradia, tornaram-se um "balcão de negócios" de unidades habitacionais viabilizadas com subsídios públicos federais, isso com o consentimento (por vezes constrangido) dos movimentos sociais que sempre defenderam uma reforma urbana lastreada na gestão democrática das cidades e na função social da propriedade. Ao contrário, o programa federal gerou uma onda de valorização imobiliária rentista. Em resumo, nas palavras de Pedro Arantes:

> O ponto de chegada da (Anti)Reforma Urbana petista, ao mesmo tempo seu fim de linha e sua realização, é o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Três milhões de moradias estão sendo produzidas nos últimos cinco anos, com a alegação de ataque em grande escala ao déficit habitacional, quase integralmente (cerca de 98%) sob a batuta do setor privado, usando recursos públicos e promovendo uma onda de aumento do preço da terra em todo o país. No MCMV, quem faz política de terras é o setor privado, como é também ele quem define o local e o padrão de urbanização, a arquitetura, a tecnologia a ser adotada, e assim por diante. O Estado abdicou de uma política pública de terras e desenvolvimento urbano, abdicou de ter inteligência projetual sobre as cidades e de qualificá-las. (...) A promoção da casa popular é apresentada, assim, como solução compensatória da Reforma Urbana que não ocorreu, e melhor elo da conciliação de classes entre capital e trabalho – uma vez que beneficiaria a ambos. Na "aliança pela casa própria" não haveria interesses opostos: forja-se um consenso entre a necessária lucratividade dos capitais, os ganhos eleitorais dos políticos, a venda de terras valorizadas pelos proprietários e o benefício social dos atendidos pelo programa. A valorização imobiliária produzida

> pelo MCMV e pela ampliação do crédito imobiliário levou a crescimentos vertiginosos do preço da terra (180% em São Paulo e 250% no Rio de Janeiro nos últimos 5 anos). A própria tabela do MCMV para a sua casa mais simples (com menos de 40 m2), em São Paulo, começou com R$ 52 mil em 2009 e hoje está em R$ 96 mil (com o complemento estadual), e mesmo ultrapassando este valor, com doação de terras públicas via desapropriação municipal, crescendo assim bem acima da inflação. (ARANTES, 2013)

Apesar dessa visão crítica e da percepção evidente de que o Minha Casa, Minha Vida agravou o quadro de segregação socioespacial nas metrópoles, sobretudo em razão da absurda elevação do preço da terra urbana (isento de qualquer controle público efetivo), quase a totalidade dos movimentos de luta pela moradia segue refém do programa apresentado pelo Governo Federal em 2008 e regulamentado pela lei nº. 11.977/2009.

Não raro, tais movimentos organizam ocupações de imóveis ociosos para reivindicar junto ao Poder Público a construção de x unidades habitacionais via “Minha Casa, Minha Vida Entidades”, modalidade criada para salvaguardar algum nível de legitimidade do programa junto aos movimentos, tal como ocorre com o Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Sem Teto (MTST), mais forte e influente movimento social urbano do Brasil na atualidade.

Em Belo Horizonte, cidade palco de um conflito fundiário que ganhou projeção nacional, envolvendo as três ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), as lideranças das famílias sem teto ousaram dizer “não” à proposta colocada à mesa de negociação, aberta pelo governo estadual (PT), a qual previa a construção de unidades habitacionais pela própria construtora proprietária da maior fração dos imóveis ocupados (Direcional), via Minha Casa, Minha Vida, como forma de contornar o conflito e realizar o reassentamento das famílias. A rejeição da proposta ocorreu apesar de haver decisão judicial vigente que determina a reintegração de posse das áreas ocupadas, localizadas na maior área verde remanescente da cidade (oficialmente denominada Região do Isidoro), destinada a uma Operação Urbana já aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Simultaneamente à rejeição da proposta de negociação,

unilateralmente elaborada pela construtora e apresentada pelo governo estadual como “única saída”, a rede que acompanha a mesa de negociação junto às lideranças mulheres das ocupações, formada por movimentos (Brigadas Populares, CPT e MLB), coletivos (Coletivo Margarida Alves de assessoria jurídica e Arquitetos Sem Fronteira) e grupos de pesquisa (Indisciplinar UFMG, Práxis UFMG e Escritório de Integração da PUC Minas) sustentou uma contraproposta que previa a manutenção da maior parte das casas de alvenaria autoconstruídas pelos (as) moradores (as), preservando seu modo de vida e sua forma de apropriação do espaço urbano. Predinhos não! Foi o coro uníssono nas assembleias realizadas nas ocupações.

Evidentemente, a rejeição preliminar da proposta apresentada pelo governo e empresa também decorre da biopotência dessas ocupações, cujo ápice foi demonstrado durante o período mais crítico da resistência, quando explodiu em redes horizontais a campanha contra o despejo (#ResisteIzidora), em agosto de 2014. Nesse momento, parecia inevitável o cumprimento da maior reintegração de posse realizada pela Polícia Militar de Minas Gerais em ocupações urbanas organizadas.

Bastante simbólico o conflito que envolve as ocupações da Izidora em Belo Horizonte, no qual de um lado o Poder Público e o agente privado envolvido (que aderiu à operação urbana prevista para a região) perseguem juntos o desalojamento de milhares de famílias pobres (os movimentos falam em 8 mil) para oferecer como “solução” a construção de milhares de unidades habitacionais de interesse social por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, de outro lado, os eventuais beneficiários de parte das unidades habitacionais eventualmente produzidas, que ocuparam os imóveis no contexto das *jornadas de junho de 2013*, perseguem a preservação das suas casas autoconstruídas, para rejeitar a proposição público-privada em proveito do território coletivamente produzido, um espaço comum, diríamos.

> O Quartinho foi um espaço criado, a priori, meio que sem função e aí a criatividade das pessoas dá várias funções pra ele. Para além das funções que a gente sabe que acontece lá por questão de organização da comunidade, a galera vai

> inventando função pra ele o tempo inteiro. A galera fica lá fumando, que é uma função, coloca TV pra ver jogo, e por ai vai. E não passa pela coisa da organização, passa pelo espontaneísmo, que é a coisa do desejo, desejo das pessoas. O que eu acho super legítimo. (trecho de entrevista com André Silva, morador da ocupação Guarani Kaiowá, em Contagem, MG, *in* VALLE, 2015).

Hardt e Negri apontam três elementos que compõem o conceito de contrapoder: a resistência, a insurgência e o poder constituinte. Sem querer aprofundar a análise, essas três dimensões do contrapoder, organicamente coadunadas, também podem ser identificadas nessa luta contra o desalojamento das ocupações da Izidora. Resistência contra o desalojamento, liminarmente concedido, tão logo divulgada e denunciada a violação coletiva da cerca que protegia a ilegalidade do descumprimento da função social. Poder insurgente, por sua vez, consubstanciado na quebra do estatuto de propriedade como instituição protegida pelo Estado (constituído), parceiro dos agentes imobiliários que pretendem construir na área grandes empreendimentos via operação urbana. Força constituinte conformada pela multidão na defesa e construção do comum urbano, cuja potência é capaz de criar novas territorialidades, novas sociabilidades, modos de vida, experimentações e narrativas insurgentes, em que pese o poder simbólico e material da *cidade-empresa*.

Especialmente na última década e, ainda com maior intensidade, após as *jornadas de junho de 2013*, as ocupações organizadas por movimentos sociais se multiplicam nas metrópoles brasileiras, não raro garantindo o assentamento de milhares de famílias pobres que não podem aceder à aquisição da moradia, nem mesmo pelo Programa Minha Casa, Minha Vida que privilegiou as faixas de renda 2 e 3 nas capitais.

Seguindo o exemplo tomado até aqui, em Belo Horizonte os movimentos organizados, articulados em rede, têm conseguido superar de longe, em termos quantitativos e qualitativos, a política pública de provimento habitacional de baixa renda. Somente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), as ocupações de terrenos acompanhadas por movimentos

organizados, realizadas pelos (as) sem teto sobretudo a partir de 2008 , lograram assentar mais de 10 mil famílias que, no entanto, ainda vivem em situação de insegurança da posse ante a indisposição do Poder Público de promover a regularização fundiária. Veja abaixo quadro resumido com os dados fornecidos pela rede que acompanha as ocupações de sem teto na RMBH:

Ocupações	**Data de início**	**Localização**	**Nº aprox. de famílias**
Camilo Torres (fração privada do imóvel)	Fev/2008	Barreiro/BH	120
Camilo Torres (fração pública do imóvel)	Out/2008	Barreiro/BH	40
Dandara	Abr/2009	Pampulha/BH	1300
Irmã Dorothy	Mar/2010	Barreiro/BH	150
Zilah-Spósito/H. Greco	Nov/2011	Venda Nova/BH	250
Eliana Silva	Out/2012	Barreiro/BH	350
Guarani – Kaiowá	Mar/2012	Ressaca/Contagem	150
Rosa Leão (Izidora)	Mai/2013	Isidoro/BH	2500
Esperança (Izidora)	Jun/2013	Isidoro/BH	1500
Vitória (Izidora)	Jul/2013	Isidoro/BH	4000
William Rosa	Out/2013	Nacional/ Contagem	600
Nelson Mandela	Mar/2014	Barreiro/BH	310
Dom Tomas Balduíno	Jul/2014	Betim	110
Shekinah	Set/2014	Betim	100
Nova Canaã	Nov/2014	Betim	80
Paulo Freire	Maio/2015	Barreiro/BH	300

Tabela 1: Relação das ocupações nos últimos anos Belo Horizonte e região metropolitana, elaborada pela rede de apoio às ocupações urbanas.

O quadro das ocupações de Belo Horizonte e região metropolitana reflete, claro, uma singularidade dos movimentos urbanos que atuam na capital, os quais puderam impedir nos últimos anos o desalojamento dessas

ocupações, em redes abertas de resistência capazes de aglutinar de setores pastorais da igreja católica a anarquistas e ativistas independentes, de grupos de pesquisa/extensão universitária a blocos de rua do carnaval e, assim, garantir a construção de territórios comuns que recusam serem substituídos pela proposição público-privado consignada no Programa Minha Casa, Minha Vida.

O que é possível extrair dessa experiência contemporânea que, apesar de singular, não é única nem exclusiva? Ante ao fracasso do Programa Minha Casa, Minha Vida, cumulado com a crise urbana que se agrava e assola as metrópoles brasileiras, os territórios comuns construídos pelos sem teto podem ser uma linha de fuga?

Enquanto o Estado e a iniciativa privada só têm o Minha Casa, Minha Vida a oferecer, verticalmente, como política habitacional, com unidades rígidas, projetos padronizados e conflitantes com as culturas construtivas dos (as) pobres urbanos, as ocupações promovem a construção de novos territórios insurgentes nas metrópoles brasileiras, cada vez mais indispostos a aceitar proposições políticas hierarquizadas que se apresentam como solução para os seus problemas e que atentam contra seus modos de vida e suas singularidades. A autoconstrução nas ocupações urbanas é uma modalidade aberta de produção habitacional que respeita as práticas culturais e as singularidades dos pobres urbanos.

Cabe lembrar que as ocupações e outras práticas de autoconstrução de moradias fazem parte da história de formação, expansão e esgarçamento das grandes cidades brasileiras, não há qualquer novidade em pobres ocupando imóveis ociosos para autoconstruir suas moradias e experimentar nos territórios aí constituídos formas de vida, produção, convivência e sociabilidade singulares. Em cidades como Belo Horizonte, o percentual do tecido urbano irregularmente ocupado ultrapassa os 20%, conforme dados oficiais da municipalidade.

Por outro lado, a legitimidade da retomada organizada ou espontânea de vazios urbanos inutilizados encontra guarida e legitimidade no próprio ordenamento jurídico nacional, sobretudo na função social da propriedade

urbana, cumulada com o princípio democrático que pressupõe o direito de lutar pela efetivação dos direitos e o direito constitucional à moradia adequada que também goza de proteção no âmbito dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é país signatário.

Como frequentemente afirmam os movimentos, a luta das ocupações de moradia não se reduz apenas à defesa do direito à moradia, não raro ainda confundido com o direito de propriedade, mas também dizem respeito ao direito à cidade. Isso também implica a defesa pelas famílias sem teto do seu modo de viver e ocupar o espaço na cidade, com autonomia para determinar, por exemplo, a tipologia e o tempo de construção da moradia, tempo quase sempre estendido e condicionado às condições econômicas de cada família, mas por outro lado sem o risco de retomada compulsória pela instituição financeira credora ao longo das décadas do financiamento imobiliário contratado. Nas ocupações, o risco do despejo por parte do Estado, por sua vez, é contornado pela fé coletiva no êxito da resistência organizada em rede para a defesa do território comum. Em Belo Horizonte, desde 2008, nenhuma ocupação urbana organizada pelos movimentos foi despejada!

Dentre os desafios colocados aos movimentos urbanos e às novas ocupações de sem teto, destacamos a necessidade de se superar o limite estreito da propriedade privada dentro das próprias ocupações, com a demarcação de lotes individuais, para experimentar formas coletivas inovadoras de apropriação espacial, bem como avançar na dimensão constituinte da resistência, com a produção de equipamentos e práticas coletivas (econômicas, políticas e culturais) que aprofundem a produção de novas subjetividades nessas ocupações. Para tanto, talvez o primeiro passo seja conceber tais ocupações como espaços comuns de resistência biopotente e exercício democrático na metrópole contemporânea, sujeitos indispensáveis à construção de uma nova sociabilidade urbana.

Se a moradia é um luxo, ocupar é um direito!

Vida longa às ocupações da Izidora!

Vida longa a todas as ocupações!

6. EXCURSO DE DESPEDIDA

Ele [poder constituinte] *é uma decisão que emana do processo ontológico e social do trabalho produtivo; é uma forma institucional que desenvolve um conteúdo comum; uma manifestação de força que defende a progressão histórica da emancipação e da libertação; é, em suma, um ato de amor.*

Michael Hardt e Antonio Negri

llevo en el cuerpo una condena que siempre me echa a caminar.

Manu Chao

O que me deixa mais feliz passados esses dois anos de trabalho é a transmutação, os atravessamentos operados pela copesquisa cartográfica no eu, singular-plural. Sem qualquer insinuação de cunho comparativo, penso imediatamente em pessoas que, mesmo conhecendo muito pouco ainda, admiro bastante, como Judith Butler, Marcelo Caetano[65]*, Paul B. Preciado, Nádia Granados (La Fulminante Roja*[66]*) e, claro, Luiz Estrela. Pessoas que desafiam a lei da gravidade com os próprios corpos. Digo isso já que, a mim parece, os processos de subjetivação sobre os sujeitos também dizem respeito ao método e, já que comecei por aí, então é a partir dele que vamos fazer o último excurso. Em outras palavras, será sobre copesquisa cartográfica o rolezim para as considerações finais deste trabalho que, ao terminar, também se abre, até os próximos encontros.*

A abertura provocada pela copesquisa cartográfica, com suas dinâmicas espaciais e temporais nômades, inevitavelmente reconduziu ao espaço em que a copesquisa *efetivamente começou (já que aqui as temporalidades também são subvertidas): as Brigadas Populares: Organização política que tem como uma de suas orientações estratégicas contribuir na construção da* unidade

---

[65] Entrevista concedida por Marcelo Caetano à Revista Fórum, disponível em http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/homem-trans-e-negro-nas-trincheiras-do-cotidiano/ Acesso em 05 de agosto de 2015.

[66] "El video que está llenando a todos los colombianos de orgullo", com *La Fulminante Roja*. Disponível em https://vimeo.com/95802268. Acesso em 05 de agosto de 2015.

aberta*. Na prática, trata-se quase de um constructo brigadista imanente, razão pela qual, opino, tal organização logrou criar tantas conexões, redes e ampliar bastante sua atuação metropolitana, com trabalhos consistentes no interior, sempre conectados à metrópole. Uma vida inteira de gratidão às brigadas Populares, organização que nasceu nas periferias metropolitanas e aí continua metida, sem abrir mão do trabalho cotidiano junto aos pobres urbanos*.

Inegavelmente, avançamos muito na construção da unidade*. Não a sacro santa unidade transcendente que estalinistas também defendem, por exemplo via acordos de cúpula. É a unidade da* práxis*, a respeito da qual a* copesquisa cartográfica *se interessa primordialmente. As BP's possuem alianças, ações conjuntas e/ou relações com partidos de uma ponta a outra do espectro da esquerda instituída (a dificuldade é situar o espectro), co-organiza resistências biopotentes com distintos movimentos sociais, anarquistas, ex-encarceradxs, religiosxs, padres e freiras, movimentos multitudinários, grupos da Universidade, grupos culturais, entidades, instituições públicas etc. Entretanto, se de um lado avançamos na* unidade*, cabe-nos agora dar o salto qualitativo no tocante à* abertura. *Compreendê-la melhor: de qual* abertura *fala a* unidade aberta *que orienta a prática brigadista? Isso construiremos juntxs, fruto dos nossos debates, nos espaços comuns brigadistas, onde a multidão também se faz presente.*

Se o Papa Francisco (anos de 2014 e 2015) está oferecendo um renovado sopro de esperança ao filete de vida que resta da teologia da libertação no seio da Igreja (com I maiúsculo), não será a esquerda revolucionária brasileira, que tanto deve às comunidades eclesiais de base, às pastorais sociais e aos setores da igreja comprometidos com os pobres, que vai contrariar as mensagens do Papa para sustentar, por exemplo, que o comum não passaria de uma categoria acadêmica, teoria pós-modernista ou argumentos do tipo. Não descartemos de plano a potência imanente do comum nas lutas na contemporaneidade por razões rasas como essas. Preferimos acreditar, junto com o Papa latino-americano mais pop dos papas, que cuidar da "casa comum"

nunca foi tão importante (e urgente) quanto agora[67]. Biopotente, diríamos.

Essas últimas notas também se prestam a justificar a ausência de um excurso dedicado às ocupações de sem-teto, tão importantes em minha formação e nos processos de subjetivação que também me afetam[68]. Ao final do trabalho, a posteriori, foi possível incluir anexa a transcrição de uma roda de conversa gravada com lideranças e pessoas diretamente implicadas na luta da ocupação Dandara (*), a qual estive bastante envolvido entre os anos 2009 e 2013. Entretanto, a roda de conversa, ora também concebida como ferramenta de copesquisa cartográfica, não se confunde com os excursos. Fato é que não há excurso das ocupações de sem-teto. Até tentei forjar um excurso #ResisteIzidora, mas seria demasiado desonesto situar o debate das ocupações neste registro singular-plural do método. Este excurso está a cargo de outras pessoas[69]... Nesse processo, fui mais um na multidão que fortaleceu a resistência positiva das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, tornando possível o impossível: o #ResisteIzidora logrou obstar por 2 anos o maior grande projeto urbano via PPP do prefeito-empresário Márcio Lacerda, arquétipo master da cidade-empresa, que intentou vender rua para Hotel de luxo e proibir evento na praça da Estação. Imagine os desafios que a multidão de Belô enfrentou ao longo desses anos? "2016, Adeus Lamerda!", já vai ser tema de carnaval. Bom que, nesses anos, também teve muitas praias na cidade, explosão de blocos independentes, ocupações, manifestações laranjas Fora Lacerda e reapropriação multitudinária do espaço público: produção comum, para o bem comum.

---

67 A este respeito, ver discurso do Papa Francisco aos Movimentos Populares reunidos na Bolívia. Disponível em: http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336; Acesso em 4 de agosto de 2015.

68 É indescritível a experiência de dormir numa ocupação, junto com alguma família moradora, num contexto de iminência de despejo. Isso deveria fazer parte dos cursos de formação da magistratura, para os mesmos juízes que deferem liminares que ignoram a função social e colocam a propriedade sobre a vida e a dignidade.

69 Aqui, recomendo o trabalho Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte, dissertação de mestrado da margarida brigadista Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas (FREITAS, 2005).

Uma das ferramentas de copesquisa cartográfica *que ainda devemos construir coletivamente é um mapa dos bilhões de reais que a multidão barrou por essas bandas de cá, projetos que deixaram de existir ou que continuam sendo só projetos. Cartografar as investidas do Estado-capital a despeito do* interesse comum[70] *bloqueadas pelas resistências positivas, em termos financeiros, a exemplo do capital neutralizado nos processos da OUC* Nova BH*, da cessão do Mercado Distrital do Santa Tereza que já estava nas mãos da FIEMG, Parque Jardim América, Mata do Planalto, estacionamento subterrâneo na área hospitalar (sob os Fícus), bloqueio do aumento da tarifa de ônibus, Brasilinha*[71] *do Lacerda na tradicional Lagoinha, inúmeras ocupações organizadas com milhares de famílias etc.*

De fato, em BH, com os desdobramentos de junho*, o impossível se fez possível. Em maio de 2013, antes das explosões multitudinárias, foram algumas pessoas até a sede das brigadas Populares para falar de uma nova ocupação de sem-teto (espontânea) na cidade, na região onde seria feita a bilionária Operação Urbana do Isidoro (OUI). Na ocasião, lembro bem de comentar com Charlene*[72] *(jamais esquecerei o dia em que conheci esta companheira), moradora da Rosa Leão, que naquela região "a treta vai ser pesada" e tal, sobretudo em razão da OUI. As ocupações da Izidora não apenas resistiram aos despejos e escancaram, mais uma vez, o drama da questão habitacional e a quem serve o Poder judiciário, mas também suscitaram amplamente um debate de cidade, de política urbana e metropolitana que coloca, de um lado, a proposição público-privada (OUI e MCMV) amparada pela democracia direta do capital, do outro, o espaço comum dos pobres, a luta pelo direito à cidade e por democracia real. O*

---

[70] "O *interesse comum*, em outras palavras, é um interesse geral que não se torna abstrato no controle do Estado, sendo antes reapropriado pelas singularidades que cooperam na produção social biopolítica; é um interesse público que não está nas mãos de uma burocracia, mas é gerido democraticamente pela multidão". (HARDT e NEGRI, 2005, p.268)

[71] Projeto da prefeitura de Belo Horizonte para a construção de nova sede administrativa. Uma agressão escancarada ao interesse comum por força do interesse público. Projetos de centros administrativos assinados por renomados arquitetos da ordem virou moda por aqui.

[72] No trabalho do Luiz (FREITAS, 2015), a Charlene também faz seu *rolezim*, sob a forma de uma entrevista transcrita.

espaço é político, e sem democracia real o espaço não nos cabe.

Durante este rolezim de despedida*, no gabinete comum, na Escola de Arquitetura da UFMG, Priscila Musa disse sorrindo que "só as ideias que nós tivemos neste mestrado já valeram a pena". Sim, Pri! E o melhor é que são ideias factíveis, ao alcance da multidão, bastando criar as conexões necessárias para serem realizadas (no espaço, pelo espaço). Essa é a questão,* cartografar *as conexões necessárias, para tanto, a* copesquisa *cai como uma luva. E, como dito noutro* excurso*, caiu na rede é peixaria. Contra as capturas do comum: muitas redes, resistências e reza brava, diria dona Zefa, grande benzedeira do Vale do Jequitinhonha.*

***

Este trabalho é dedicado à América, nascida em casa, pelas mãos de uma doula mexicana e ao eterno mestre, professor Fábio Alves dos Santos, nascido no Nordeste, falecido nas Minas Gerais em outubro de 2013: uma vida de luta com os pobres[73]. Parece uma obviedade, mas precisamos ratificar: memórias, eventos e pessoas do passado, precisam se fazer presentes, margaridas e fábios alves, bahias e estrelas, ausências que precisam preencher nosso imaginário, definitivamente: é preciso que os fantasmas voltem.

[73] Vídeo depoimento do professor Fábio Alves dos Santos, gravado um mês antes do seu falecimento, por frei Gilvander Luís Moreira. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=YRy7lLUVreE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. *Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas*. In.: ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos*. 7ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ARANTES, Pedro Fiori. *Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades*. Texto publicado no Correio da Cidadania, em novembro de 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&.> Acesso em 03 ago. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2ª ed., 2013.

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo editorial, 1998.

BRASIL, Ministério das Cidades. *Operações Urbanas, Anais do Seminário Brasil-França*. Brasília: 2009.

BOLLIER, David. *Think like a commoner: A Short Introduction to the Life of the Commons*. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

BOLLIER, David et al. *Eigth points of Reference for commoning*, 2012. Disponível em <http://bollier.org/blog/eight-points-reference-commoning>. Acesso em 20 jul. 2015.

BOUTANG, Yann Moulier. *Revolução 2.0, comum e polinização*. In: *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. COCCO, Giuseppe e ALBAGLI, Sarita (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista*, in *Crise Urbana*, Ana Fani Alessandri Carlos Org. Vários autores, São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLS, M.; BORJA, J.. *As cidades com atores políticos*. Revista Novos Estudos, nº 45, julho de 1996.

CAVA, Bruno. *A copesquisa militante no autonomismo operaísta*. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37/38 – maio/dez 2012.

CAVA, Bruno. *Metrópole como usina biopolítica. O trabalho da metrópole: transformações biopolíticas e a virada do comum na conjuntura brasileira*. In Revista on line do Instituto Humanitas Unisinos. Ano XV, nº. 464, 2015. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5909&secao=464>. Acesso em 04 jul. 2015.

CHAGAS, Fernanda. *A Parceria Público-Privada na Produção de Espaço*. Monografia de final de curso apresentada na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

COCCO, G.; ALBAGLI, S. (Org.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012a.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na crise do capitalismo global.* 3ªEd. São Paulo: Cortez, 2012b.

COCCO, Giuseppe. *O futuro como brasilianização do mundo e do Brasil*. In.: RENA, A.; RENA, N. (Org.). Design e Política. Ed. Fluxos, Belo Horizonte, 2014.

DEBORD, Guy. *Panegírico*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Les cours de Gilles Deleuze*. Cours Vincennes. Spinoza, 24/01/1978. Disponível em <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>. Acesso em 12 jun. 2015.

DELEUZE, G. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminus, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, vol. 1*, 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUARTE, André. *Hannah Arendt e o pensamento 'da' comunidade: notas para o conceito de comunidades plurais*. In: O que nos faz pensar. Revista de Filosofia da PUC - RJ 29 (2011): 21-40.

ENGELS, Friederich. *A questão da habitação*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

FIX, Mariana. *São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, Mariana. *Uma ponte para a especulação - ou a arte da renda na montagem de uma cidade global*. Cad. CRH vol.22 no.55 Salvador jan./Apr. 2009, p. 51-52. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003>. Acesso em 17 jul. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. *Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

GENNARI, Emílio. EZLN. *Passos de uma revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

GUEVARA, Ernesto Che. *El socialismo y el hombre em Cuba*. Publicada na edição de 12 de março de 1965 do semanário uruguaio Marcha. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm>. Acesso em 27 jun. 2015.

GUIMARÃES, César. *O que é uma comunidade de cinema?* Mesa 1: Improviso e produção do comum. 3º Colóquio Internacional Cinema Estética e Política. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2 a 4 de abril de 2014. Palestra disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p93DjA-ZlJo>. Acesso em 30 jul. 2015.

HARDT, M.; NEGRI, A*. Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Harvard, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração – Isso não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARDT, Michael. *O Comum no comunismo*. 2011. Disponível em <http://blog.indisciplinar.com/texto-o-comum-no-comunismo-de-michael-hardt/ >.Acesso em 30 jul. 2014.

HARDT, Michael. *As duas faces do Apocalipse: uma carta de Copenhague*. Trad. Bruno Cava. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37/38 – maio/dez 2012.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo.* 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola,

2005.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. *O neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. In.: MARICATO, Ermínia et al.. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERREROS, Tomás; e RODRÍGUEZ, Adriá. *Revolução 2.0: direitos emergentes e reinvenção da democracia.* In: *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. COCCO, Giuseppe e ALBAGLI, Sarita (Org.). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo, Editora n-1, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LINEBAUGH, Peter. *Stop, Thielf! The Commons, Enclosures and Resistance.* Michigan: Spectre, 2014.

LINEBAUGH, Peter. *The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All.* Los Angeles: University of California Press, 2008.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2014.

MACEDO, Márcia dos Santos. *Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres*. In: GT Gênero/Plataforma Contrapartes Novib. (Org.). Perspectivas de gênero: Debates para as ONGs. Recife: GT Gênero/Plataforma de contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. pp. 56-79.

MARCOS, Subcomandante. *Entre la luz y la sombra*. Último discurso do subcomandante Marcos do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, proferido em maio de 2014. Disponível em http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/ Acesso em 19 de julho de 2015.

MARICATO, Ermínia. *A cidade é um grande negócio*. Disponível em http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/cidade-e-um-grande-negocio?page=0,0. Acesso em 15 de junho de 2015. Publicado em 1988.

MARICATO, Ermínia. *É a questão urbana, estúpido*! In.: MARICATO, Ermínia et al.. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse. Fragmento das máquinas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS G.; BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F. (Org). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, Alexandre. *Copesquisa nas lutas da cidade*. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37/38 – maio/dez 2012.

MENDES, Alexandre. *Para além da "Tragédia do Comum": conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo*. Tese de doutorado

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Área de concentração: Transformações do Direito Privado, Cidade e Sociedade. Rio de Janeiro: 2012b.

MIRANDA, Clara Luiza. *Como criar praças e fazer democracia*. II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. Disponível em <https://www.academia.edu/6898320/COMO_CRIAR_PRA%C3%87AS_E_FAZER_DEMOCRACIA>. Acesso em 23 jul. 2015.

MONTEIRO, Lívia de Oliveira. *Espacialidades e especificidades: as operações urbanas consorciadas como ferramenta de planejamento e de gestão do espaço*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MONTEVERDE, Arnau. *La potencia de la cooperación em la plaza global*. In UNIVERSIDAD NÓMADA, Democracia Distribuida. Miradas de la Universidad Nómada al 15M, publicado em maio de 2012. Disponível em <http://www.trasversales.net/ddun15m.pdf>. Acesso em 25 jul. 2015.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. *O STF e a descriminalização das drogas para uso próprio*. Publicado na página JusBrasil pelo perfil do autor, em junho de 2015. Disponível em <http://romulomoreira.jusbrasil.com.br/artigos/200468611/o-stf-e-a-descriminalizacao-das-drogas-para-uso-proprio>. Acesso em 14 jul. 2015.

MUSA, P. M.; GOMES, R. B.; ELEUTERIO, D. A.; FOURAUX, F. A. G.; LIMA, L. R.; MARTINS, L. A.; PIRES, F. C. V.; SANTOS, D. C.; *Salvaguarda do patrimônio cultural com desígnio da sociedade, o Espaço Comum Luiz Estrela*. In: De Viollet-Le-Duc à Carta de Atenas-Teoria e Prática do Restauro Ibero-Americano, 2014, Lisboa. De Viollet-Le-Duc à Carta de Atenas-Teoria e Prática do Restauro Ibero-Americano. Lisboa: LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2014. p. 237-244.

NANCY, Jean-Luc. *Being singular plural*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

NEGRI, Antonio. *Para uma definição ontológica da multidão*. In revista Lugar Comum - Estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro: UFRJ,

Escola de Comunicação, nº. 19-20, 2004.

NEGRI, Antonio. *La fábrica de porcelana. Una nueva grámatica de la política*. Traducción de Susana Lauro. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

Nota de repúdio do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, de 12 de junho de 2013. Disponível em <http://consciencia.net/nota-de-repudio-do-centro-nacional-de-defesa-de-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-catadores-de-materiais-reciclaveis/>. Acesso em 28 jul. 2015.

NÚCLEO DE MEMÓRIA E RESTAURAÇÃO DO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, *Patrimônio em processo: restauração do Espaço Comum Luiz Estrela*. Memorial do projeto de restauração do imóvel tombado da Rua Manaus, nº 348, Santa Efigênia, apresentado junto ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Municipal de Cultura, Belo Horizonte – MG, junho de 2015.

Observatorio Metropolitano de Madrid. *La apuesta municipalista*. La democracia empieza por lo cercano. Edición Traficantes de Sueños, 2014. Creative Commons.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* Petrópolis: Vozes, 1981.

PAULA, João Antônio de. *As cidades e A cidade e a universidade*. In: As cidades da cidade. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PELBART, P. P. *Vida capital. Ensaios de biopolítica*. Ed. Iluminuras: São Paulo, 1ª Ed., 2ª reimpr., 2011.

PÉLBART, P. P. *Elementos para uma cartografia da grupalidade*. In: SAADI, F.; GARCIA, S. (Org.). Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001081.pdf>. Acesso em 18 mai. 2015.

PÔRTO Jr., Gilson. *Anísio Teixeira e a universidade brasileira: a vida em um percurso*. Revista Participação DEX-UnB, Ano 12, nº. 22, dezembro de 2012

ROGGERO, Gigi. A autonomia do saber vivo: relação e ruptura entre entre instituições do comum e comunismo do capital. In: Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global. COCCO, Giuseppe e ALBAGLI, Sarita (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

RENA, N.; BRUZZI, P. *As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão*. In Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. Org. CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe. São Paulo: Annablume, 2014.

ROLNIK, Suely. Prefácio às edições estrangeiras – Sétima edição brasileira revisitada, p. 10. In GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

SANTOS JUNIOR, Orlando A.; MONTANDON, Daniel (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 22ª ed., 2012.

SZANIECKI, Barbara Peccei. *Estética da multidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SZANIECKI, Barbara Peccei. *Outros monstros possíveis. Disforme contemporâneo e design encarnado*. São Paulo: Annablume, 2014.

SZYMBORSKA, Wislawa. *Autonomia. Tradução coletiva: Inimigo Rumor*. Poema publicado no blog Poesia gosta de poesia, de Joana Lavôr, em 22 de setembro de 2012. Disponível em <http://poesiagostadepoesia.blogspot.com.br/2012/09/autonomia.html>. Acesso em 26 jul. 2015.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TORET, Javier. Tecnopolítica del 15M: la insurgencia de la multitud conectada. Redes, Movimientos y Tecnopolítica. Universitat Oberta de Catalunya, 2013a. Disponível em <http://tecnopolitica.net/sites/default/files/toret.pdf>. Acesso em 07 ago. 2015.

TORET, Javier (Coord). Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. IN3 Working Paper Series. Universitat Oberta de Catalunya, 2013b. Disponível em <http://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20%282%29.pdf> Acesso em 07 ago. 2015.

TRINDADE, H. *Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior.* Ensino superior no Brasil: analise e interpretação de sua evolução até 1969. Red de investigadores sobre educación superior, 2007.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In.: ARANTES, Otília et al. A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos. 7ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012a.

VAINER, Carlos, OLIVEIRA, Fabrício Leal de; e LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos*. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de (Org); et al. Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012b.

VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In.: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VALLE, William Azalim. *Produção Colaborativa de Valores de Uso em Ocupações Urbanas: concepção técnica e política do espaço*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Engenharia Departamento de Engenharia de Produção Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2015.

VARGAS A., Esther Juliana. *Acceso abierto e instituciones de lo común Acción política en la academia latinoamericana*. In Crítica y Emancipación. Revista Latinoamericana de ciencias sociales. Clacso. Ano VI, Nº. 12, 2014.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. *Projeto Minas Rio e Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência*. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

VIRNO, Paolo. *Gramática da Multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.

Roda de Conversa na Ocupação Dandara

Se a moradia é um luxo,
Ocupar é um direito.

Joviano Gabriel Maia Mayer: *Primeiro agradecer o pessoal que esteve na defesa, fiquei muito feliz, emocionado, com a presença de cada um, cada uma que foi e sei que outras pessoas gostariam de ter ido e não puderam ir. E só dar uma introduzida, explicar o porquê da gente aqui hoje, esse trabalho e também essa iniciativa de fazer essa roda de conversa, quero ouvir o máximo de pessoas possível e tal. Isso tem que ver com os rolezinhos que eu dei no trabalho. Foi um mestrado de 2 anos, trabalhando com o que nós chamamos de copesquisa cartográfica, trabalhando a partir das resistências que eu estava envolvido ao longo do mestrado, nesses últimos dois anos. Todo mundo aqui sabe do Espaço Comum Luiz Estrela, onde foi a defesa, uma ocupação que a gente se envolveu muito nos últimos anos. Tem uma outra ocupação que eu estava envolvido na defesa dela que é do Mofuce que hoje [10 de setembro de 2015] teve até uma inspeção judicial. Então no trabalho, que parte dessas resistências, por exemplo, busco fazer uma leitura do que está pegando nas cidades, como que o capitalismo está tomando conta das cidades, se apropriando dos espaços, despejando o povo, enfim, esse avanço do capital sobre nossas vidas, na cidade. Então, eu faço essa discussão teórica, mas ao mesmo tempo eu trago as lutas que eu pesquisei ao longo desses 2 anos. E aí chegou no final da dissertação, e lá na defesa ficou que, apesar nesses últimos 2 anos eu ter me envolvido com outras lutas e menos com a Dandara, por conta disso acabou que não tinha lá o rolezinho, o textinho [excurso] da Dandara. E, durante a defesa, quando o pessoal pode falar, se manifestou no sentido de estamos sentindo falta do excurso, do rolezinho da Dandara. Frei Gilvander fez uma fala neste sentido, seu Orlando, a Baiana falou lá também, foi muito bonito. E aí eu coloquei para as orientadoras, Jupira e Natacha, que eu realmente achava que era necessário ter, até pra gente poder ter um momento de avaliação do nosso processo aqui, da nossa resistência pra gente aprender, olhar pra trás e tirar muito aprendizado do que nos construímos aqui.*

Natacha tinha sugerido da gente fazer o texto da Dandara a partir de uma roda de conversa, porque quem estava lá viu que um dos professores da banca [João Tonucci] falou: "o seu trabalho precisa ter mais vozes das pessoas dos territórios, das lutas de onde você está falando". Então beleza, a Dandara vai ser a galera que vai falar, inclusive estou fazendo essa fala aqui para introduzir, mas quero falar pouquíssimo, quero muito ouvir. Nós fizemos um roteiro básico de perguntas, pra que a gente se sinta bem à vontade para falar. Ninguém é obrigado a falar, é pra gente avaliar mesmo, um momento de avaliação do nosso processo e esse roteiro vai nesse sentido. Vamos ter cuidado para permitir que outras pessoas também falem. Aí eu pensei em começar, como primeira questão, abrir para que cada um nesse primeiro momento fizesse uma avaliação geral assim do nosso processo aqui, talvez registrando alguns momentos que viveu, algum ato que foi importante, algum evento na comunidade, uma breve avaliação, ao longo desses quase 7 anos de comunidade Dandara, o que foi bom, o que foi ruim, o que deu certo, o que deu errado? Mais ou menos começar primeiro por aí... Eu abro então a palavra para quem quiser começar.

Sr. Orlando: *Primeiro lugar, eu quero dar os parabéns da onde foi a sua tese que você foi defender: o Espaço Luiz Estrela. Eu me senti bem, eu me senti à vontade. Estou falando aqui o que eu sinto. E se tiver corte, corta depois. Mas eu gostei do espaço, pelo que eu penso o povo precisa de liberdade. É uma coisa que a gente tá sentindo muito, no Brasil inteiro. Gostei muito da liberdade da onde foi a tese que você defendeu. Faço ideia o trabalho que você deve ter tido. Porque a gente conhece um pouco do Estado, conhece um pouco de Brasil, sabe como é que funciona as coisas, não é bem assim à vontade. É isso que nos queremos que o Brasil fosse, o povo tivesse expressão de liberdade, é essa a luta do povo. Convoco a todos que venham pra essa liberdade, não tenha medo. A gente quer um Brasil justiçado. Se a gente tiver que ir preso, a gente vamo preso, mas com liberdade. Bastante liberdade, sem ter medo. Se amanhã a gente não estiver aqui, mas vai aberto a liberdade que a gente tamo caçando. E eu não entendi o porquê, como é difícil você conseguir uma vaga*

na faculdade para fazer. Eu pensei muito isso, mas foi bom. Agora sobre a luta nossa aqui, não sei se você levou alguma coisa da comunidade Dandara, ou que vem das Brigadas Populares, o que você aprendeu e tirou, que serviu pra você dessa luta, né? Dandara a gente sabe uma base, se deu certo pra nós que estamos fazendo 7 anos, posso falar que é uma luta que deu certo. A gente acredita que vai dar certo. A gente acredita nisso, no Dandara. Agora, o que você levou daqui da Dandara, com o povo e com os movimentos, o que você aprendeu, que você soube lutar pra tirar os professores de lá da faculdade. Parabéns por você tirar os professores lá daquela faculdade. Porque hoje seria meu desejo. O que tem lá na faculdade? É para todos? É pra alguém? Para quem que ela é? Pra quem ela serve? Ou vai ser só para esse quadradinho? Eu fico meio com medo desse trem. Não é a visão que a gente tem. E eu como outro povo, eu fico reprimido ai, caçando a liberdade. Mas vou sem medo, qualquer lugar que tiver que falar, eu falo em qualquer lugar. É isso.

Odete Dias: *Eu achei bonito e interessante, muito interessante, desde o começo aqui na Dandara. Aqui, nunca faltou gente para ajudar nós aqui. Pra caminhar com a gente, nas passeatas. Para dar uma palavra. Nas passeatas sempre estavam ajudando a gente. Participei de todas as caminhadas para o centro da cidade. Foram cinco. Eu fui em todas passeatas. Eu e minha filha, a Vera Lúcia. Tudo que a gente tinha que fazer aqui para ajudar a nossa comunidade, nos ajudamos, né? Também ajudei a construir a igreja, pegando o barro, os tijolos. Juntava nós tudo pra construir nossa igreja. E hoje nós temos nossa igreja, graças a Deus, que hoje tá maravilhosa. Agradeço muito, o que fizeram aqui, pra conseguir um cômodo, um lugarzinho pra gente morar. Que Deus abençoe vocês.*

Felter Rodrigues dos Santos: *Sou morador da comunidade Dandara. Fui coordenador da Dandara, porque a coordenação foi extinta, hoje tem a Associação da Dandara. E também sou das Brigadas Populares que foi o grupo que organizou a Dandara juntamente com o apoio do MST. As cinco marchas da Dandara foi uma coisa que Belo Horizonte nunca tinha visto,*

principalmente a questão das ocupações. A gente via marchas de outras coisas em Belo Horizonte, mas de ocupações nunca tinha visto, desde que eu me lembre. Foram marchas organizadas, nunca apanhamos da polícia nessas marchas. A polícia vinha acompanhando a gente, chegamos até por sinal ser amigos dos policiais. Nas marchas havia muita solidariedade, entre os homens com as mulheres na questão de carregar as crianças no colo, pessoas no apoio de carro. As marchas sempre bem organizadas, sabe? A bandeira das Brigadas sempre na frente, dois moradores carregando. Tinha a bandeira do Brasil. A grande maioria das pessoas na comunidade são mulheres, não só aqui, mas em todas comunidades que a gente percebe, através da nossa militância estou já com uma experiência muito boa. Inclusive a gente sai pra dar palestra e é muito aplaudido, porque graças a Deus da experiência que a gente tem, juntamente com as Brigadas. A gente não tem curso superior, mas a gente tem um curso que é muito mais que superior que é a experiencia que as Brigadas trouxe pra gente. Essa é a nossa faculdade da vida. Isso aí que acrescentou pra nós, de chegar no meio de uma turma que faz Direito, chegar e dar uma palestra e ser aplaudido de pé, igual eu e seu Orlando foi. Então a gente fica muito lisonjeado com isso. Por que isso aí traz muita felicidade. E a luta foi crescendo, tendo mais ocupações e tal, muitas inspiradas na Dandara, não por que a Dandara é a melhor, mas é uma ocupação organizada que deu certo e vem dando certo. Aí o pessoal via e chamava a gente pra ajudar. E mesmo quando a gente pega para organizar uma ocupação que nasceu espontânea, como hoje a gente acompanha, a gente fala que é das Brigadas, explica como que é o movimento, como organiza a ocupação, as pessoas tem que tá morando, por que não adianta não morar. Igual aqui na comunidade, hoje em dia praticamente os lotes estão todos ocupados, dois ou três lotes talvez não tenham morador, mas mais de 99% da ocupação está consolidada. Eu vejo que se não fosse o apoio das Brigadas as ocupações hoje em dia que são feitas espontâneas, como diz a gíria popular, em dois palitos a polícia tira, as vezes até um carro, uma viatura, consegue tirar, por causa da falta de organização. Tendo uma organização por trás a força é muito maior, né? Tanto do jurídico, como das pessoas de base, que no caso das Brigadas tem os

militantes não formados em faculdades, mas formados na experiência do dia a dia. É isso.

Ângela Fagundes Pinto: *Eu gostei demais da defesa do Joviano pelo seguinte, por que a defesa estava igualzim ele mesmo. Já fui em outras defesas, de outros colegas, mas eu não vi aquela espontaneidade, aquela amizade, aquela farra que nós fizemos lá, não foi? Eu não vi nas outras defesas, as outras defesas foi tudo feita dentro de faculdade, eu não acho justo uma defesa ser feita dentro de faculdade, estudar sim, mas defesa não. Por que? A pessoa demora muito tempo pra estudar, perde uma vida pra estudar, agora chega no dia de uma defesa eu acho importante que muita gente venha participar, não só os professores e os alunos, mas todos né? Então eu achei importantíssimo isso. Espero que outras defesas que vierem sigam esse caminho, que seja uma semente. Aqui nossa família está só crescendo, né? As Brigadas Populares está atuando em todas ocupações de Belo Horizonte, então nossa família vai crescendo cada dia mais e tem que crescer mais. Ainda mais agora que a Dilma falou que vai vetar esse negócio de Minha Casa, Minha Vida, as ocupações tem que tá no lar.*

José Geraldo da Silva: *É "sua casa, sua dívida".*

Ângela: *Então é isso gente. Vocês estavam falando aí das 5 caminhadas daqui pra prefeitura, todas as 5 caminhadas eu observei o Joviano carregando menino, eu tava conversando com a Wagna, com menino no pescoço assim. Quem é que viu isso aqui levanta o dedo. Então não foi só eu que vi.*

Joviano: *Valeu a pena Ângela? As marchas, foram importantes pra luta? Teve alguma que alguém aqui arrepende? Que fala "essa não foi boa".*

Ângela: *Olha Joviano, falar a verdade, tem muita gente aqui que sente até falta. Agora, uma das coisas que nos fizemos pra poder fortalecer essa luta, vocês lembram muito bem, quando nós ocupamos o gabinete do prefeito, na*

Prefeitura, no final de julho de 2013. Essa luta foi bem difícil. Passamos fome lá dentro, não deixaram nem entrar comida.

Joviano: *Foi a primeira vez, logo depois das jornadas de junho, que o prefeito Márcio Lacerda recebeu em reunião a Dandara e outras ocupações ameaçada de despejo.*

Ângela: *Isso, ocupamos também a AGE [Advocacia Geral do Estado], a Urbel [Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte]...*

Natacha Rena: *Vocês ocuparam a Câmara também nos protesto de junho, nas jornadas?*

Ângela: *A Câmara também.*

Joviano: *Muito antes, teve um episódio, não sei se todo mundo lembra. Da proposta de um artigo do Minha Casa, Minha Vida do projeto de lei proposto pelo lamerda [Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte] para que famílias das ocupações não pudessem ser beneficiadas pelo Minha Casa, Minha Vida, e a Dandara ocupou a Câmara Municipal 7 vezes, fomos lá em peso 7 vezes, em 7 plenárias. E o artigo, era o artigo 13 da lei municipal que regulamentou em BH o Minha Casa, Minha Vida, o número do PT ainda o artigo. E o artigo 13 caiu, então hoje família de ocupações não tem esse artigo que veda entrar no Minha Casa, Minha Vida. Por exemplo, se esse artigo tivesse aprovado, imagina a dificuldade hoje pra negociar Izidora.*

Natacha: *Não teria negociação. Mais do que isso, o MTST não conseguiriam utilizar a estratégia que eles usam de ocupar para exigir o Minha Casa, Minha Vida.*

Joviano: *Não, foi do município, proposta do Márcio Lacerda aqui.*

Ângela: *Aqui na comunidade, nós temos bastante apoiadores, somos conhecidos até fora daqui. Teve uma época que a Dandara estava em situação difícil, quando falo situação difícil todo mundo sabe que é o tal danado do despejo, né? Aí veio os apoiadores, veio o MST, um monte de gente abraçou a Dandara, foi um dos dias também que eu achei maravilhoso, o abraço na comunidade, com as crianças do MST. Se formos lembrar, tem tanta coisa bonita. Um dia que eu achei muito bonito foi o 12 de julho de 2009, quatro meses depois que ocupamos o terreno. Jamais vou esquecer aquele dia aqui. Em que descemos todos os coordenadores acompanhando com os moradores para ocupar o resto do terreno. O professor Fábio Alves na frente, puxando a música.*

Wagna: *Professor Fábio!*

Todos: *Presente!*

Joviano: *Ah, só aproveitar e falar, o trabalho foi dedicado a ele.*

Ângela: *É? Mais uma razão. Quando a gente estava ocupando esse dia lá, ele foi direto no meu grupo, e cada grupo tinha que descer com uma fita, né? Eu fui e desci com uma bíblia, comprei uma bíblias miniaturas, ai nós descemos com a bíblia. Quando ele chegou no meu grupo e tava todo mundo junto, aí ele começou a cantar e puxar o povo. Quem não estava com a bíblia, tava com uma fitinha de uma cor amarrada no braço para identificar as famílias do grupo. Aí ele desceu e a gente foi acompanhando. Teve muitas coisas bonitas na comunidade. Então é isso. Para finalizar gostaria de agradecer todos que vieram.*

Wagna Vieira Lima: *Lembro de Dandara desde o primeiro dia, que eu estava aqui. Eu posso até escrever um livro da história da Dandara, por estar desde o primeiro dia. Foi uma luta bastante sofrida quando a gente entrou aqui. Tem a questão da área verde, que a gente foi preservando até chegar o momento que não dava para preservar mais. Foi chegando um barraquinho, depois hoje e se a gente for olhar, agora já está quase totalmente construída. Foram 4 anos,*

mais ou menos, que conseguimos segurar a área verde, era o nosso propósito, segurar essa área. Hoje teríamos uma área verde, uma quadra, algo coletivo. Tinha o projeto do campo, mas foi barrado, principalmente por aquelas pessoas que chegaram depois, que não chegaram no momento de Dandara. Quem chegou no início viu o quanto eram importantes esses espaços dentro da comunidade. Quem chegou depois, não sabe contar a história, não viu o que aconteceu, simplesmente chegou e ocupou... E aí? A gente ia fazer o que?

Natacha: *Então nos primeiros anos tinha uma discussão mais forte nas assembleias? Isso é importante pontuar..*

Wagna: *Nos primeiros anos as assembleias ficavam cheias, já fizemos assembleia aqui com duas mil pessoas. Hoje, você vai fazer uma assembleia aqui não vai 500 pessoas. Tinha a coordenação que se dividia em 9 grupos, cada grupo coordenava 100, cento e poucas famílias. Então era assim, acontecia alguma coisa no grupo da Angela, por exemplo, todos os grupos vinham auxiliar o grupo dela. Era aquela união, aquela amizade. Hoje, infelizmente, nós não temos mais a mesma união de antes dentro de Dandara. É o gato engolindo o rato assim a torto e a direito.*

Natacha: *Será que não é um pouco porque já está mais consolidado?*

Wagna: *Isso. A comunidade foi consolidando, e muita gente esqueceu da luta e hoje é difícil encontrar o companheirismo dentro da comunidade. Esqueceu daquela maravilha de ter o companheiro ali do lado: "companheiro, segura na minha mão, vamos pra luta". Hoje é difícil a gente encontrar esse companheirismo dentro da comunidade. Isso é claríssimo. Conseguimos muitas coisas boas dentro da comunidade, a comunidade está bem consolidada. Hoje já não temos barraquinho de madeira dentro da comunidade. Isso dói na gente, porque acompanhamos outras ocupações e vem aquele medo de acontecer o mesmo que aconteceu aqui dentro da comunidade. Então lá fora a gente tenta lutar para que não aconteça. A gente leva a questão da importância do respeito*

ao meio ambiente. A gente se forma todos os dias. Com um mês eu fui para dentro das Brigadas. Então a gente acompanha essas outras ocupações.

Natacha: *E quais são as principais estratégias que vocês levam para lá para não acontecer?*

Wagna: *A gente leva o respeito ao meio ambiente e a solidariedade das pessoas dentro das outras ocupações. Hoje não tem mais a coordenação, tem dois, quatro mandantes dentro da comunidade. Tudo que nós fizemos na coordenação foi de coração, por amor. Não fosse as Brigadas e o MST nós não teríamos uma casa hoje, uma choupana como dizia meu pai, pra poder morar. Quem está lá fora às vezes não vê. Os nossos advogados estão lá fora e não estão vendo o que está acontecendo aqui dentro. O terreno nós não temos ainda, nós temos a posse, mas tem gente que vende ilusão aqui dentro, como se Dandara estivesse ganha. Eu já estive sentada frente a frente com o Márcio Lacerda, lá na Urbel [Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte], é um cara tosco, ele não olha na nossa cara pra conversar não, ele conversa de cabeça baixa com você. E eu falei, eu abri o verbo e falei com ele o que tinha que ser falado. Estive 4 vezes em Brasília para conseguir algo melhor para nossa comunidade, rodando aqueles ministérios. Rodamos pra quê? Para conseguir algo melhor para nossa comunidade. Hoje ver a comunidade do jeito que está, muita coisa mudou, a realidade é essa. Antes tinha parceria da coordenação, da gente resolver os problemas todo mundo junto. A gente ficava em reunião até dez, onze horas. Quantas vezes o Tiago esteve aqui, com a esposa grávida ou com bebe pequeno, pra vir pra reunião aqui? Queria muito ter uma reunião assim, para mim é mais um desabafo. Queria que fosse como no início, não com barracos de lona, mas a união das pessoas dentro da comunidade.*

Joviano: *Teve uma tentativa nossa ao criar uma associação para dar uma resposta a essas questões e melhorar na organização interna e envolvimento da comunidade. Porque nós avaliamos que estavamos muito forte na luta lá fora, o processo não tinha mais ordem de despejo ativa, mas aqui dentro a*

nossa organização tinha enfraquecido, o trabalho da coordenação, muito atrito, os B.O., as tretas que nos tivemos aqui. E aí teve essa tentativa da associação, você acha que poderia ter sido uma saída? Como então a gente poderia ter superado esses problemas?

Wagna: *Da associação eu não tenho muito o que falar porque eu não participei muito das reuniões da associação não. A maioria das reuniões que eu participei da associação, eu acredito que seria uma mudança radical dentro da comunidade. Essa associação seria para ter melhoras dentro da comunidade. Só que aí foi desfeita a coordenação em questão da associação. Aí chegamos no ponto de pensar: "não precisa desfazer a coordenação", fica associação e coordenação. Surgiu o papo que a associação não era da comunidade. Era das Brigadas e não da comunidade. Chegou ao ponto de que a associação não tinha mais serventia dentro da comunidade. Chegou no ponto da associação não valer mais, aí baniu a associação. E, segundo fiquei sabendo, surgiu uma nova associação. Dessa segunda associação eu não sei de nada, não fui convidada para nenhuma reunião. Essa é minha resposta, e esse é meu desabafo.*

Ângela: *Sobre associação gente, eu faço parte da primeira associação, porque a segunda associação, teve alguém aqui da comunidade que virou pra mim e falou assim: "você não pode entrar na segunda associação porque você já é da primeira". Eu falei: "eu não tenho interesse nenhum de entrar na segunda associação". Porque é um grupo ao qual eu não pertenço. Então eu não entro, eu sou da antiga associação, mas espero e tenho vontade que essa antiga associação, que tem moradores sim da comunidade, então eu acho uma associação muito bem montada, não tenho nada a reclamar dos companheiros. Só que ela está um pouco parada, então acho que a gente tem que reerguer isso aí e mostrar o nosso poder.*

José Geraldo da Silva (Zezé): *Boa noite pra todos. Quero também dar os parabéns pra todos nossos companheiros de luta de Dandara, incluindo*

também as Brigadas, o MST e todos. Dizer pra vocês que todas as lutas da Dandara para o Centro, Zezé foi daqui até o centro tocando violão, batendo corda. O dia que nós descemos aqui pra baixo, a gente foi cantando aqueles hinos bonitos, inclusive o prof. Fábio me pediu a letra do meu hino que foi feito. Foi em cima de um cupim desses aí que o pessoal faz fogão, que um dia eu sentei e escrevi um hino pra comunidade. Eu fiquei muito feliz com a nossa ocupação. O pessoal da vila Bispo de Maura, eu agradeço muito a eles. E a minha luta vem de longe, não começou por aí não. O dia que eu tava lá no Novo Boa Vista [vila do município de Contagem onde Zezé morava antes de ir para a Dandara] chegou um moço magrelinho lá com uma turminha, um homem com o nome de Joviano, e veio chamando a gente pra gente ir lá no Centro pra uma reunião lá. Eu fui pra lá com aquela satisfação, falaram com nós que a gente ia ocupar um lugar, eu ainda cheguei perto do Joviano com aquela intimidade toda, e falei com ele assim: "nós vamos ocupar onde?", ai ele virou pra mim e falou: "Zezé, nós temos que ficar em sigilo, isso nós não podemos passar pra ninguém, é uma coisa sigilosa, porque se alguém abrir a boca quando nós chegar lá já tá a polícia toda pra dar o cacete em nós ainda, aí no dia certo a gente vai mandar um caminhão e cada um de vocês coloca suas ferramentas em cima, sua lona que nós vamos começar é com lona". Nisso aí, foram muitas reuniões que teve lá em casa, na vila. Essa luta minha vem de longe. Fui aprender lá no sindicato dos mineiros de Nova Lima e terminar aqui com vocês. Cada dia que passa a gente aprende mais. No início era caminhão pipa lá em cima que abastecia a comunidade de água, no início da Dandara. Eu e o Jonas a gente bebia água aqui dessa fonte, a gente nem sabia se era limpa ou não. Então, eu estou muito feliz com o lugar que a gente ocupa e vocês podem contar comigo. Enquanto a gente tiver vida e tiver força, nós vamos apoiar outras ocupações e lutar pra que eles fiquem lá. Agora, se não me chamar não tem jeito. Esse negócio de Minha Casa, Minha Vida, é na verdade "Minha Casa, Minha Dívida", ou "Minha Casa, Minha Dilma". Infelizmente, nós temos uma pessoa que deixa a desejar, a nossa governanta, infelizmente a gente tem que dizer assim, tem sido uma má governante. Tem gente aqui que acha que já está ganha a luta. Nós não podemos perder

apoiadores. Lá em Itabira, depois de 11 anos, o pessoal da comunidade Drummond foi despejado, jogaram o pessoal pra rua, 300 casas, nós que fomos pra lá pra poder ajudar, quando chegou lá o pessoal tava se dispersando, saindo com medo da polícia. E nós fomos numa outra ocupação aí [Zilah Sposito – Helena Greco] que estavam jogando as casas no chão e esse moço aqui, forte desse jeito, pulou lá dentro da casa lá e falou com a polícia: "pode mandar jogar em cima de mim", esse aí é um homem de luta, assim como nós todos somos, né? Pois é gente, então termino minha fala e agradeço a todos.

Maria Lúcia dos Santos Silva (Baiana): *Moradora da Dandara desde o primeiro instante. Apanhamos de polícia no primeiro dia. Eu vim da Vila Bispo de Maura. A polícia passava de helicóptero. Eu clamei a Deus: "Deus, toma posse da minha vida, não deixa matar nós não". Com as meninas pequenas, Sara minha netinha. Aí eu falei: "Deus se essa terra for nossa, o Senhor vai dar nós, em nome de Jesus, porque tenho certeza que nós não estamos aqui à toa". Ficamos lá em cima uns três meses, depois descemos pra cá. O primeiro poço de água lá pra beber foi eu que fiz. Sofri muito, passamos até fome, comemos muito coquinho aqui dentro, desses pés de coqueiro aí. Sofremos muito com a polícia, não podia nem sair. Agora tô aqui, vitoriosa. Agradeço a Deus todos os dias. Agradeço todos vocês aqui. As Brigadas, que apoiou nós, nós tem eles como irmãos, nossa família, a família que deu nós apoio e amor, e na hora que nós precisamos nós tivemos eles nos braços. Esses que nós temos sempre que apoiar eles. Tinha hora que eu ficava enfezada, brigava, vocês falavam "a Baiana é brigona", não, eu estava vendo as coisas erradas, eu tinha que falar aquilo, eu via as coisas e não conseguia me controlar, cheguei a desmaiar duas vezes. Como a gente era coordenadora, a gente via as coisas. Eu não podia fazer nada eu sozinha. Teve pai de família que perdeu o barraco aqui. Eu sofro com isso até hoje. Já teve mãe de família que lutou muito, participou das passeatas e perdeu sua casa aqui pra outros, teve seu barraco perdido. Mais um dia Deus vai tocar e vai dar pra ela o dobro.*

Fabiana dos Santos Silva: *Sou moradora do Dandara desde o dia 09 de abril [de 2009], filha da Baiana. Dandara é uma terra muito especial. Desde o primeiro dia que a gente acampou aqui. Fizemos no início os barraquinhos lá em cima, perto do centro comunitário. A gente recebia doação na barraca comunitária, lá em cima. Lembro quando começamos a demarcar a área aqui embaixo que chegou o helicóptero pra prender e aí todo mundo desceu para impedir a polícia. Lembro de quando começamos a demarcar os lotes. Lembro também de quando começaram a entrar os tijolos, logo depois que ocupamos o terreno todo em julho de 2009. A polícia prendeu muito material de construção e caminhão de depósito. Muita gente foi detida nessa época, até o delegado falar para a polícia militar que não precisava levar [para a delegacia] ninguém mais não por causa disso. Lembro bem também das passeatas, todo mundo acordando 5 horas da manhã, soltando os foguetes. Aí nos íamos pela Antônio Carlos, só a primeira vez que foi pelo Nova Pampulha. A ocupação da Praça 7, quando ficamos a semana inteira lá, em 2010, pegamos a noite mais fria do ano, fizemos amizade com os moradores de rua, com os hippies, os homi [polícia] queriam tomar as coisas deles e nós não deixamos. Nessa época, vieram três hippies pra cá, morar aqui e depois organizaram a roda de capoeira.*

Joviano: *Só lembrar que essa ocupação da Praça 7 favoreceu muitas conexões da resistência da Dandara com a cidade. Foi nesse momento que conhecemos, por exemplo, o Cyro Almeida, fotógrafo que depois morou alguns meses na comunidade, na casa da Wagna e do Felter, fez um ensaio maravilhoso com fotos daqui, e depois levou a Dandara para dentro do Palácio das Artes para a abertura da sua exposição e lançamento de livro com fotografias da Dandara.*

Fabiana: *Isso. Dandara é inexplicável, uma terra muito especial. Sem palavras, só tenho que agradecer muito.*

Marcos Antônio de Sousa (Marquinho): *Parabenizo todos os companheiros*

que aqui estão. Voltando algumas palavras que foram citadas, quando a coordenação estava reunida, com toda a força, estava tudo bem. Ai foram dispersando uns, outros, foi enfraquecendo, aí criaram a associação. Mas não foi criada uma associação pro Dandara, foi dito uma associação para todas comunidades. O que aconteceu? A associação que foi criada foi então enfraquecendo. Estão aqui os companheiros que participaram dela. Então pra gente não perder o foco totalmente das lideranças, a gente procurou se manter unido, tivemos a visita do pessoal da Regional Pampulha, então criamos uma liderança de 33 delegados para o orçamento participativo [OP] da prefeitura. Forçamos mais essa luta. Participamos do OP, e, graças a Deus, tivemos bom encaminhamos. Tivemos que montar uma nova associação dentro da comunidade, não dispensando nenhuma liderança, nem das Brigadas. Chega um ponto que temos que subir um degrau. Com a ajuda que nós tivemos de vocês, tivemos uma oportunidade de crescer também, um espaço pra gente aprender que temos que caminhar, sem dispersar as pessoas. A gente tem que tomar posse daquilo que Deus nos dá, se vocês vieram e nos ensinaram, a gente vai deixar o resto da vida nas suas mãos? A gente não entendia nada, as Brigadas deu esse espaço pra gente aprender. Vocês tem outras ocupações para acompanhar, outras lutas. Se a gente fosse ficar esperando o tempo passar sem tomar decisões na nossa vida, estaríamos até hoje no barraco de lona. Temos condições de crescer cada vez mais. Então a gente tá trabalhando em cima disso, criar associação, registrar ela, tudo bem organizado, documentado, tudo bacana. Não foi feito de panela. Convidamos várias chapas pra participarem, a maioria não quis participar. A gente tem tentado fazer o melhor para a comunidade. Lembro também do show do Graveola [banda Graveola e o Lixo Polifônico] na comunidade, em novembro de 2011. Aprendemos muito, foi um show espetacular, com milhares de pessoas. Na época, o coronel Carvalho falou com a gente que nós teríamos que ter bastante segurança aqui dentro, que ia deixar uma equipe da polícia pra fazer a segurança. Quando ele viu que a gente estava tão bem organizado, para fazer a segurança com pessoas da própria comunidade, homens e mulheres, ele pegou a guarnição dele e foi embora. No final da festa, ele veio e deu os

parabéns, não houve nenhuma ocorrência. Se o show fosse na Savassi [bairro nobre de BH] teria sido diferente. Essa é a minha palavra, muito obrigado.

Natacha: *Deixa eu fazer uma pergunta. O que é especial aqui na comunidade, o que tem de diferente comparando com os outros bairros?*

Marquinho: *A união da comunidade. Se tiver uma pessoa doente aqui, rapidinho vem outra e ajuda. Todo mundo se conhece. Fizemos a igreja comunitária em mutirão. Aprovamos o PRU [Plano de Regulação Urbanística] no Orçamento Participativo. Conseguimos um posto de saúde para atendimento só do povo da Dandara.*

Maria do Rosário Carneiro: *Está passando um filme aqui na minha cabeça, já dei várias voltas. São muitas coisas importantes nesse processo. Na sexta-feira da Paixão, de 2009, estava rezando no convento, Frei Gilvander me liga lá da minha terra [Bahia], eu não sabia da ocupação, não participei do processo de organização. Eu estava no convento vivendo um conflito, porque como eu era muito militante, de movimento social, das lutas, às vezes eu não me adaptava dentro da estrutura da igreja, então eu já estava no processo de discernimento se eu continuava ou não. E Dandara foi a gota d'água. Frei Gilvander me liga na sexta-feira, Dandara tinha surgido na quinta de manhã, e na época eu participava de um grupo de religiosos inseridos no meio popular, mais apaixonados pelos movimentos de luta. Ele [frei Gilvander] fala que o pessoal estava precisando de ajuda, que a polícia estava lá, aí eu comecei um processo de articulação, de chamar bispos, padres, de chamar as freiras todas que eu sabia que eram mais comprometidas com o povo pra gente, num primeiro momento, ajudar com comida, roupa, enfim. Chamamos uma reunião lá no colégio/convento onde eu morava. Convidamos o padre João Holanda, religioso Cavanis, que era o pároco da região, para ajudar na articulação. O Joviano foi. Naquele dia o próprio padre João, que foi uma das principais testemunhas no processo judicial da Dandara, teve um momento de conversão. Na hora que eu liguei para o padre João pedindo ajuda, ele me xingou, disse*

que “esse pessoal atrapalhou minha semana santa”. A paróquia é aqui ao lado, né? Os paroquianos ficaram com medo de tiroteio etc. O padre estava com muita raiva. E aí, nessa reunião, em que foram representantes da arquidiocese, da PUC [Pontifícia Universidade Católica], e religiosos de vários lugares, o Joviano e outras pessoas foram falar do projeto Dandara, e foi um momento muito interessante que o próprio padre João se tornou um grande apoiador. E aí conseguimos articular uma grande rede de apoio, chegamos a ter em torno de cinco mil e-mails na Rede de Apoio à Comunidade Dandara. Tudo que acontecia, a gente jogava nesta rede e ela foi crescendo cada vez mais. A própria Sãozinha aproximou da comunidade por essa rede. Eu acredito que Dandara deu muito certo. Foi justa essa reivindicação de trazer a Dandara para o seu trabalho. A gente precisa resgatar a grandeza dessa história. Eu trabalhava no movimento da população de rua, Dandara era falada pelos moradores em situação de rua, pelos catadores de materiais recicláveis. Dandara é luz para as outras ocupações. Enfim, Dandara tem um papel, precisamos resgatar Dandara. Ela repercute no Brasil e internacionalmente. E naquele primeiro momento, acho que foi muito pedagógico as comissões que nós criamos: comissão de educação, comissão de saúde, comissão religiosa etc. Essa questão religiosa precisa ser considerada na luta e Dandara tem isso forte. E nem tinha Papa Francisco... Então, essas comissões que foram criadas com reuniões periódicas, essa organização que construímos, com reuniões da coordenação também, para discutir os conflitos e às vezes o processo judicial, mas também o cachorro que entrou na barraca do outro e comeu a comida, os problemas com as galinhas, então era essa coisa de construir coletivamente um território com ausência total do Estado, exceto a polícia. O que a gente via nas coordenações, né? Lideranças fazendo o papel de juiz, prefeito, vereador, de padre, enfim, tinha que dirimir todos os conflitos. Então chegamos num momento em que a coordenação foi ficando em um estresse muito grande, temos que considerar isso nesse processo de organização, todo mundo muito cansado, muita pressão, desde o início, com essa coisa do despejo, a polícia 24 horas na porta. Eu me lembro que essa ciranda que a gente canta: “Ô Dandara, ô Dandara ô, a nossa luta aqui vale mais que ouro em pó”, ela surgiu

num momento tenso, no dia da ocupação do restante do terreno protegido pela polícia. A gente estava dentro daquele barracão comunitário lá na frente onde a gente fazia as reuniões, estava tenso, coordenação rachada. Fizemos uma dinâmica, com o barbante, resgatando a história de como cada um chegou até ali. Foi um momento bacana, que as pessoas falavam de onde vinham, quem era ela, e no final a gente começou a cantar a ciranda resgatando mesmo o valor da luta, porque a gente não podia parar no conflito, que a luta era muito maior, a história era muito maior. E essa música é a música que a gente passou a cantar nas marchas, assembleias, no filme da Dandara [de Carlos Pronzato], chegou até o pessoal do Pinheirinho [ocupação de São José dos Campos – SP, despejada em janeiro de 2012]. Uma coisa que eu quero resgatar também é a questão judicial. No fundo, no fundo, quem decide não é o juiz, quem decide é a luta e a resistência do povo, a organização do povo. Porque Dandara, de cara, teve uma liminar de reintegração de posse. A polícia tentou cumprir de todas as formas, chegou a ser preparado o despejo de Dandara, recebemos um ofício falando da quantidade de caminhões, de galpões que foram liberados para levar o povo, enfim, o despejo foi planejado não sei quantas vezes, e o povo, cada vez que vinha a pressão, multiplicava a organização, a capacidade de mobilizar pessoas. O próprio abraço que teve aqui na Dandara demonstrou que Dandara estava muito articulada. Então eu acho que essa é uma grande lição que, na verdade, quem manda não é o prefeito, não é governador, é a nossa capacidade de lutar e de se organizar.E o processo fala isso o tempo todo. Aliás, hoje teve uma movimentação no processo da Dandara. O Estado que sempre quis sair do processo alegando ilegitimidade, agora pediu vistas do processo para se manifestar. E não é mais o mesmo juiz que veio aqui. Dandara, juridicamente, não tem nada ganho. Ainda nessa questão jurídica, pela primeira vez o Tribunal de Minas fez uma inspeção judicial em ocupação de sem teto organizada, o juiz veio até aqui atendendo pedido dos advogados, viu a organização da comunidade, entrou na casa do povo, e como foi importante. Tudo isso fruto de pressão, né? Um grande aprendizado que a Dandara nos ensinou, é que, até então, assim, o direito, que muitas vezes se coloca como "síndico do mundo" e que determina

tudo, nesse caso não encontrou espaço, a gente viu que o direito não dava conta, não adiantava lutar sozinhos como advogados. A entrada dos arquitetos populares foi fundamental, na construção de um projeto, de um plano urbanístico, e isso, quando a gente chegava nas audiências públicas ou judiciais, e mostrava o projeto, com ruas planejadas, equipamentos coletivos, um bairro planejado, com área ambiental preservada, enfim, isso tomava uma proporção imensa e passava a ser uma defesa inclusive para convidar pessoas a virem conhecer o projeto. Thiago vai falar melhor sobre isso, mas foi o projeto foi premiado e tal. Então a gente começou a entender com Dandara que não dava para pensar outras ocupações sem os arquitetos populares, né? E outros grupos, como o Coletivo Margarida Alves de advogados e advogadas populares que surge e se articula com a Dandara. Então, temos muitas lições, muito aprendizado, por isso acho que Dandara deu muito certo. E a gente precisa juntar isso, documentar, para que Dandara continue sendo luz para outras ocupações e grupos. Acho que isso é muito importante. Sobre a questão da associação, gostaria de falar sobre isso porque eu participei do processo. A gente chegou num momento que quando essa questão do despejo foi ficando mais amenizada, a liminar foi suspensa pelo juiz Dr. Manoel, quando o pessoal vai entendendo que a situação começa a ficar mais tranquila, a comunidade foi se enfraquecendo. A gente tem que entender que a Dandara está dentro de uma sociedade capitalista, com todos os seus vícios, e esses vícios nos afetam o tempo todo. Do individualismo, de querer ganhar mais, por mais que a gente pense coletivamente, tem esses vícios. E o tempo todo a gente lutou contra esses vícios também, e eles junto com a luta, o joio e o trigo, sempre misturados. E a gente sente que as lideranças, a comunidade, foi se enfraquecendo, e tinha interesses em ocupar áreas que parte não concordava, como por exemplo a área ambiental, fomos percebendo que haviam pessoas que queriam lotear tudo, isso foi criando um atrito, um conflito. Pensamos que a Associação poderia nos ajudar no enfrentamento disso e na preservação da área ambiental e do projeto inicial de Dandara. E por que se pensou também na associação? Porque no processo judicial quem está como Réu é o MST e quatro moradores que nem moram mais aqui. Estava no momento do juiz dar a

sentença, então pensamos, vamos criar uma pessoa jurídica, porque com a pessoa jurídica que seria a associação, pedimos ao juiz para direcionar a sentença para essa pessoa jurídica. Então era pela urgência do momento, não dava tempo de ficar muito planejando e fazendo muita coisa porque tinha prazo. Numa reunião mais ampliada, lá nas Brigadas, quando a gente colocou os objetivos da associação, outros grupos de outras ocupações, como lá de Timóteo, disseram "nós temos que ser contemplados por essa associação também". Aí foi quando a gente pensou que a associação poderia ter como território de atuação todo o estado de Minas, todas as ocupações urbanas. E que Dandara, como já tinha essa experiência, ia dar uma grande contribuição. Essa foi a ideia. E ai foi quando se ampliou, mantendo o nome Associação Dandara. E aí entrou não só moradores da Dandara, mas também outras pessoas, alguns militantes das Brigadas, representantes de outras comunidades. As assembleias seriam realizadas aqui, tinha o limite de 20% da diretoria para pessoas que não moravam na comunidade e era um estatuto bastante inovador. E o que aconteceu? A gente pensou isso pela urgência das comunidades, mas na prática não funcionou. Fico feliz com essa notícia do surgimento de uma nova associação, mas tem que envolver a comunidade, fazer assembleias, o povo tem que participar disso, é um sonho antigo. Acho que isso, não sei se deixei alguma coisa pra trás.

Joviano: *Só um parênteses nisso, que acho importante e que tem relação com uma das coisas que estou discutindo no trabalho. Muitas vezes na nossa luta, a gente fica refém do conflito. Várias pessoas aqui falaram isso: quando tinha as lutas antes, por que mais pessoas se envolviam, se mobilizavam? Porque tinha a ameaça de despejo iminente, não que ela ainda não exista, porque ainda não saiu a sentença, mas ela estava ali batendo na porta. E aí mobilizava mais, o povo participava mais e tal. Então a associação correspondia também a um desejo da gente continuar organizado, a partir de atividades na comunidade, e que a associação poderia fazer convênios com, por exemplo, um grupo de capoeira, com o comércio de dentro da Dandara, para quem for filiado à associação ganhar desconto no comércio da comunidade, criar essas*

situações que no trabalho chamo da dimensão constituinte da luta, de produzir outros modos de vida. Tem a dimensão destituinte que é de enfrentamento com o Estado, rompemos a cerca, tomamos posse da propriedade improdutiva, recuperamos para criar um território insurgente, mas tem uma ourta dimensão que nos precisávamos avançar, que é a dimensão da nossa vida cotidiana, do nosso modo de viver aqui, com espaços de formação, com horta comunitária, com o centro comunitário, a creche etc. Então, a associação seria esse guarda-chuva para fomentar essas ações na comunidade: desde a aula de inglês do professor que mora na comunidade, que poderia ser via convênio com a associação em benefício das pessoas filiadas, até a horta, a feira comunitária e muitas outras coisas, inclusive a assessoria jurídica popular prestada pelo Coletivo Margarida Alves, que tinha intenção de prestar serviços de advocacia popular para as famílias que fossem filiadas à associação. Então a associação tinha também esse objetivo, avançar na dimensão constituinte da luta, para além do conflito como dispositivo de mobilização, ser tipo uma vitrine para outras comunidades, para que as Brigadas pudessem inclusive avançar em seus métodos de trabalho de base nos territórios. Imagina que bacana seria a Associação Dandara entrar com ação judicial para defender outras ocupações e lutas. O estatuto ser aberto para outras comunidades não significa se fechar para a Dandara. O objetivo era fortalecer a luta como um todo, mas se tiveram equívocos nesse processo precisamos fazer a avaliação e a autocrítica.

Rosário: *Uma outra coisa é a gente repetir o esquema da propriedade privada. A gente constrói uma ocupação com os mesmos vícios da luta pelo território privado que é o lote e todos conflitos decorrem disso. Então, às vezes eu fico sonhando com a possibilidade da gente organizar uma ocupação em que as pessoas entrem sabendo que aquele terreno é para usufruto.*

Tiago: *Projeto inicial da Dandara seria isso, eu vou falar depois.*

Rosário: *Pois é. Sabemos a dificuldade que seria tocar isso numa sociedade capitalista que a gente vive, embasada na propriedade privada.*

Gilvander Luís Moreira: *Estou muito feliz por estarmos aqui. A ocupação-comunidade Dandara é uma riqueza tão grande e agora se transformou também em um poço, uma fonte de experiência concreta para gerar conhecimento, novas lições, para gente aprender com a nossa história, com a nossa luta. É por isso que eu fiz questão, no meu doutorado, de pesquisar também a ocupação Dandara. E considero que é uma responsabilidade muito grande o que nós estamos fazendo. O que nós temos concretamente? Tem a ocupação Dandara aqui, materialmente fortalecida, não é mais de lona, nem de madeirite, mas de casas de alvenaria com Av. Dandara, ruas, praças, tudo construído a partir de um Plano Urbanístico liderado pelo prof. Tiago Castelo Branco. Mas, em termos simbólicos e de relações humanas, é diferente do que era durante o primeiro ano. O que vai ficar mesmo e que vai fazer a diferença daqui a cinquenta anos, cem anos, cento e cinquenta, duzentos anos, é o tipo de história que a gente contar agora. Então, todos nós temos que ter muita sabedoria e a humildade de aprender uns com os outros porque ninguém é dono da verdade. Por exemplo, no filme sobre a Dandara [de Carlos Pronzato], está lá alguém falando uma mentira, dizendo que eu, frei Gilvander, estava puxando o canto no dia 12 de julho de 2009 [data em que o restante do terreno foi ocupado pelas famílias], mas era o prof. Fábio Alves que puxou a fila cantando. Eu estava em outra tarefa. Quando cheguei vocês já tinham descido em caminhada. Eu já vim com o celular filmando os 9 grupos, já cheguei entrevistando as pessoas. Da caminhada não participei. Mas o que vai entrar para a história? Vai ficar na história que frei Gilvander liderou a marcha do povo para ocupar o resto do terreno. Então, vou tomar a liberdade para fazer alguns comentários. Por exemplo, o Felter comentou que "nas marchas a polícia nos apoiou." Isso, Felter, eu acho que não é uma verdade. Eu jamais vou colocar isso no meu doutorado, porque nós estamos em uma sociedade capitalista, uma sociedade de classes, e a polícia, via de regra, está do lado da classe dominante. Então qual que eu acho que é a melhor interpretação sobre a polícia com relação à Dandara: a polícia bateu muito na Dandara no primeiro dia, tiro de bomba. Teve um dia que estava faltando água, as mulheres*

fecharam a rua, a polícia meteu o cacete no povo, não foi? Outra coisa, não foi só um mês que viaturas da PMMG ficou aqui não, Joviano, foi um ano e dois meses. Nenhuma outra ocupação foi tão fustigada, tão apertada pela polícia como aqui, um ano e dois meses no mínimo.

Tiago: *Foi sim, para entrar com os primeiros tijolos para construir o centro comunitário eu tive que entrar com esse carro que está aqui fora cheio de tijolos.*

Joviano: *Não, então só pra gente ser preciso. O micro ônibus do choque ficou na Dandara até pouco tempo depois que a gente expandiu a ocupação, julho de 2009, né?*

Gilvander: *Isso, no início tinha 4 viaturas.. Depois nós conquistamos um mandado de segurança que valeu durante 10 meses, mas a polícia nem respeitava isso. O fato é que, eu falo o tempo todo para o pessoal das outras ocupações, inclusive lá na Izidora, olha lá na Dandara o povo entrava com tijolo na traseira da moto, carrinho de bebê, na traseira do carro, no ombro, uma turma brigava com a polícia ali, enquanto outro grupo entrava por lá. Agora, nos momentos em que a Dandara foi forte, por exemplo, nos momentos das cinco marchas até o centro, aí a polícia respeitou. Respeitar é uma coisa bem diferente de apoiar. Outra coisa da história também. Volta e meia eu ouço por aí: "Ah! A Dandara é fruto das Brigadas Populares". Não a verdade inteira também. Isso é reduzir a história. Primeira coisa que temos que saber: Dandara teve 9 meses de preparação. Eu lembro muito bem. Eu estava lá na Igreja do Carmo, no Carmo Sion, nove meses antes, Joviano, o Joaquim e o Chumbinho – os dois últimos do MST -, foram lá reunir comigo: "frei Gilvander, nós estamos organizando uma ocupação rururbana, vai juntar o MST e as Brigadas Populares". Nove meses de preparação. Não podemos esquecer de jeito nenhum a participação do MST na organização da Dandara.*

Joviano: *Nós fomos em São Paulo conhecer antes uma ocupação rururbana,*

chamada lá de Comuna da Terra.

Gilvander: *Desde a preparação da Ocupação Dandara, eu entrei como CPT. Eu sou há mais de 20 anos assessor da Comissão Pastoral da Terra. Volta e meia falam "o frei tá conosco", mas raríssimas vezes vejo falar assim: "a CPT tá com a gente". Estou desde o início aqui, e pouca gente percebe a participação da Comissão Pastoral da Terra. E não é só eu não, trouxe a Maria do Rosário e depois a CPT em Minas Gerais ajudou também. Outra coisa, a Rosário também lembrou aqui, quem está como Réu no processo é o MST, não é as Brigadas, nem a CPT, é o MST que está no banco dos réus no processo da Dandara. E outra coisa, no primeiro ano da Dandara, o MST lutou muito lado a lado com as Brigadas. Joaquim, Chumbinho, Renata, Bico Rocho, Wagner. Essa é minha visão estando aqui. E teve no início também na preparação o Fórum de Moradia do Barreiro, que trouxe um ônibus da [ocupação] Camilo Torres, mas depois não teve fôlego para continuar. A gente precisa ser justo com a releitura da história, porque senão a gente conta na história só aquele que se destacou mais e isso atrapalha futuramente porque tem aquela pergunta: "quando a rede de apoio enfraquece, internamente a ocupação se enfraquece também?" A tese que estou tentando investigar diz que faz diferença, sim. Quando se tem um número maior de rede de apoio acompanhando, melhor as coisas andam. Outra coisa, não podemos jamais esquecer também na história da Dandara a contribuição imprescindível dos arquitetos. Na pessoa do Tiago Castelo Branco, da profa. Margarete Leta e outros estudantes.. Porque isso foi uma coisa inédita, eu não conheço, podem ter outras histórias no Brasil, mas nós demos um salto de qualidade na forma de fazer ocupação urbana. Por exemplo, antes tinha tido a ocupação Camilo Torres, lá conseguiu fazer as ruazinhas apertadas, mas mais simples. Aqui não, o Plano Urbanístico da Dandara foi premiado pela bienal Internacional de arquitetura.. Com isso criamos um grande argumento para cativar apoio na sociedade: "olha, tem um grupo de arquitetos da PUCMinas, da UFMG, e agora foi premiado". Isso é importante. Junto com os arquitetos, a rede de apoio foi imprescindível. Não podia dizer nem o dia, nem o local para não vazar. E eu já*

tinha assumido, naquela sexta-feira da Paixão, dia 10, 11 e 12 de abril de 2009, assessorar o 8º Encontro de Fé e Política da Diocese de Amargosa, na Bahia. Aí pensei, "como que eu faço", essa pressão toda aqui, e vocês sabem, no início da ocupação há um risco maior de ser despejada, mas na hora eu liguei para a Maria do Rosário de Oliveira Carneiro, que na época era freira, e ela articulou uma rede de apoio. Isso também foi imprescindível. E nesse ponto, muita gente contribuiu, mas a Rosário teve aquela atitude, e Joviano junto passando todas as informações, de dar o grito e cativar um monte de estudantes, freiras, seminaristas que vieram ser solidário com Dandara. O professor Fábio Alves também participou da primeira reunião convocada pela Rosário. Aí o trem engrenou. Na luta geral, as cinco marchas para o centro de Belo Horizonte foram as colunas mestras, marchas históricas. Eu falo para o pessoal lá das ocupações da Izidora: olha, além de 5 marchas, Dandara já ficou acampada várias semanas, uma semana na praça 7, uma semana na porta da Prefeitura, mais de uma vez, outra semana diante da Regional da prefeitura no Barreiro junto com as ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy. Outro argumento fortíssimo que ajudou a gente impedir o despejo foi a importância do plano urbanístico, foi quando Tiago e os estudantes reservaram no plano 30% do entorno de Dandara como área ambiental a ser preservada . O Tiago fez aquele mapa bonito lá e a gente via aquele verde tudo ao redor, onde está a nascente. O Zezé falou que já chegou até a tomar banho lá na água, no início. Com esse argumento de que a Dandara estava comprometida com a preservação da área verde, cresceu muito a nossa rede de apoio e conquistamos respeito, principalmente junto à classe média, no meio dos tribunais inclusive. Mas dói muito no meu coração termos perdido esse argumento dos 30% de área verde. Nós não perdemos apenas um juiz justo, o Dr. Manoel dos Reis Moraes, mas também um forte argumento que tínhamos para convencer da legitimidade da luta. Neste ponto nós estamos mais vulneráveis.

Joviano: *Tem uma questão que toca muito a discussão do trabalho que talvez você possa falar por ser aqui a pessoa mais envolvida no Resiste Izidora. A*

Dandara existe desde antes de junho de 2013 e foi a única ocupação organizada de BH que estava presente nos protestos em junho. As ocupações da Izidora estavam começando naquele momento. Eu queria que você falasse rapidamente, do ponto de vista da resistência, dessa rede que se articula, porque nós temos junho de 2013, a resistência da Dandara antes disso e agora, pós junho, a resistência das ocupações da Izidora. Do ponto de vista das resistências, o que você colocaria como elementos que diferenciam um processo como a Dandara, antes de junho, e as ocupações pós junho?

Gilvander: *Hoje eu sinto, grosso modo, que Dandara hoje tem estruturalmente as casas melhores, força física de casa de alvenaria, mas não tem o espírito de luta como tinha antes, mas Dandara foi e, se a gente continuar cultivando e melhorando cada vez mais, vai continuar sendo uma mãe inspiradora de muitas lutas. Como é que eu explico as ocupações da Izidora? Elas são frutos de basicamente quatro coisas. Uma, a necessidade, pois os aluguéis estão subindo, especulação imobiliária, a corda no pescoço. Segundo, o exemplo da Dandara. Muita gente no início, eu cheguei no terceiro dia da ocupação Rosa Leão, dizia que já conhecia a Dandara. Espalhou o exemplo: "Dandara ocupou, deu certo, vamos fazer o mesmo". Nesse ponto, a responsabilidade que nós temos é imensa. Dandara não pode dar errado, porque senão vai atrapalhar outras ocupações.*

Joviano: *Sendo mais direto, diferenças não quanto ao território, estou pensando na rede, do ponto de vista da resistência, o que tem de diferente nas duas formas de resistir antes e depois de junho, nas estratégias no dia a dia das resistências?*

Gilvander: *Várias coisas. Uma das principais diferenças é que na Izidora tem na rede de apoio os movimentos culturais da cidade. Que na Dandara eram muito incipientes, tava começando. Teve o show do Graveola, mas foram poucos assim. A Izidora já conta com toda a rede cultural que fez, por exemplo, a ocupação [Espaço Comum] Luiz Estrela, que está lá, contribuindo com isso.*

Natacha: *As estratégias de luta, você estava dentro e bem na frente das duas, o que mudou?*

Gilvander: *Primeira coisa, Dandara foi planejada 9 meses, Izidora não foi. Na Izidora, estamos correndo contra a correnteza, tentando organizar algo que começou uma bagunça. Quando eu cheguei lá na Ocupação Rosa Leão, eu rasguei minha calça nos arames que cercavam lotes, pois era o egoísmo e a necessidade individual que prevalecia. Nesse ponto, Dandara saiu na frente porque foi uma ocupação organizada, isso faz diferença. Na ocupação Vitória, por exemplo, os primeiro 4 meses foi dificílimo, até a gente conseguir organizar uma coordenação para ter respeito foi difícil pra caramba porque o que imperava era o individualismo de cada um. Com Dandara, juridicamente, descobrimos que diante de uma liminar de reintegração de posse de uma vara civil, nós temos que entrar com Ação Civil Pública para levar o caso para a vara da Fazenda Pública, e isso foi a grande virada que conseguimos, mas só que o Tribunal já aprendeu. As promotoras dos direitos humanos também entraram com ação civil pública lá para a Izidora. E qual a diferença? No caso da Dandara a Ação Civil Pública foi deferida na primeira instância. No caso da Izidora, a juíza Luzia Divina Peixoto, da 6ª Vara de Fazenda Pública Municipal, está sentada em cima do processo, desde 24 de julho de 2013, não decide, não julga o pedido de suspensão do despejo, porque ela sabe que se ela julgar sim ou não, vai para os desembargadores, aí as promotoras vão recorrer. A estratégia dela é não julgar e manter valendo a liminar de reintegração de posse. Então a gente aprende novos remédios jurídicos, mas eles aprendem também como driblar.*

Joviano: *Você acha que ter outros atores na rede Resiste Izidora, inclusive movimentos, como o MLB, outros grupos de pesquisa, ser um processo mais aberto, mais arejado com outras entidades, você acha que tem alguma relação com a potência da resistência?*

Gilvander: *Sim. Aqui nós enfrentamos problemas internos. Tem uma cota grande também de vírus que o capitalismo coloca na cabeça e nos corações das pessoas, tem o individualismo, o comodismo, querer ter "o meu", "minha casa ser melhor", "segurar pra mim aquele espaço", então nós estamos lutando contra a corrente. Agora, teve aqui também o seguinte, se na preparação, no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro ano, as Brigadas acompanharam, mas depois pouco a pouco as Brigadas foram saindo. Joviano mesmo chegou a falar: "eu não vou ficar minha vida toda aqui na Dandara não, eu tenho que cuidar de outras comunidades, e as Brigadas têm outras prioridades também como, por exemplo, espalhar a organização em outros territórios, o que é necessário e muito bom". Então o problema que aconteceu aqui internamente, não é só culpa das contradições, dos problemas internos não. O MST afastou depois do primeiro ano. As Brigadas gradativamente também foi priorizando outras lutas, o que não é errado também. Temos que entender. Nos últimos dois anos, eu estou quase 100% do meu tempo lá na Izidora e estou vindo muito pouco aqui na Dandara. Isso a gente tem que refletir também, porque isso tem repercussão no andamento da carruagem.*

Tiago Castelo Branco: *Dandara foi o meu trabalho final de graduação. Tem gente que acha que eu vim para Dandara por causa da igreja, da PUC, mas a única pessoa que eu conhecia era o Joviano, numa palestra que ele deu na PUC, para 3 pessoas, era eu, o Marcelo Duarte e a Cecília Reis, filha do Fábio Alves. Aí eu fui conhecer a comunidade Camilo Torres, comecei a desenvolver um trabalho para a Camilo Torres. No dia que eu tinha fechado um diagnóstico da Camilo Torres, dia 11 abril de 2009, no dia seguinte eu fui para a casa da minha mãe almoçar, meu irmão estava vendo aqueles jornais que fica sangrando a televisão na hora do almoço, ai teve um jornalista falando que uma ocupação estava começando no bairro Céu Azul. Ai eu olhei aquela ocupação, e falei: "oh, o povo ocupou meu terreno de projeto". Que esse terreno eu já estava pesquisando há três meses para uma disciplina dentro do curso de arquitetura. Eu liguei para o Joviano, porque eu falei assim: "pô, ele deve estar metido nessa merda". Eu tinha todo o estudo do terreno já. Liguei*

para o Joviano, em uma terça-feira, logo depois do dia 09, ai ele me convidou para vir aqui, ai falei que ia dar um pulinho lá no sábado. Isso foi muito marcante, foi o meu primeiro contato com a ocupação Dandara, no dia 18 de abril de 2009. Na hora que eu entrei aqui, a Camilo Torres passou a não ser mais meu problema, meu trabalho final de graduação. Eu fui andando, descendo uma alameda que tinha no centro dos barracos, fui conversando com o pessoal: "oh gente, quando for ocupar o terreno todo tem que tomar cuidado com essas coisas, porque aqui tem essas condicionantes, nós estamos dentro da Pampulha e tal", mas assim, sem compromisso nenhum. Depois, fui embora pra casa. Tem uma sequência de fotos, isso está tudo relatado, essa primeira visita, qual foi a minha impressão.

Natacha: *Relatado na sua pesquisa de mestrado?*

Tiago: *Não, no TCC [Trabalho de Conclusão de Curso]. O primeiro ano do Dandara, do dia 18 de abril até o dia, se não me engano, 16 de novembro, eu escrevi um relato de todos os dias que eu estive aqui. Eu relatei com quem eu conversei, as percepções etc. Isso está lá PUC, no Escritório de Integração e eu estou querendo disponibilizar isso. Na realidade, eu não botei no ar até hoje porque não dá tempo, as coisas foram passando... Mas então, o que aconteceu? Num primeiro momento, nós fizemos um projeto que eram lotes coletivos, eu achei que estava ajudando a fundar o paraíso na Terra, aí nos fizemos 240 lotes coletivos, em cada lote, cabiam aproximadamente 8 famílias. Sendo que nos tínhamos duas situações: ali para cima de onde é hoje a avenida Dandara, para esse lado de cá, eram 8 famílias para cada mil metros quadrados, e descendo as pedras, onde o pessoal falava "me jogou nas pedras", pra baixo da avenida Dandara, eram 4 famílias a cada mil metros quadrados, era essa a proposta. E aí o que aconteceu? Fomos desenvolvendo isso, começamos a demarcar o terreno, tem um dia que é muito marcante para mim, foi no dia 30 de maio de 2009. Uma semana antes, vou contar do dia 23 que foi muito bom, eu cheguei aqui, estava reunida a Renata, a Baiana tava lá, a Angela, etc, estavam reunidas debaixo de um pé de pequi pequeno que tinha*

ali, ai eu cheguei assim, era um sábado de manhã, aí a Renata estava com o plano urbanístico aberto assim que eu tinha entregue na semana antes um desenho, ai ela chegou e falou assim: "oh Tiago, é muito legal essa força que você está dando pra gente, ajudando elaborar este plano, mas esse negócio vai ser difícil demais e aí a gente prefere fazer do jeito que a gente sabe". E aí, sabe quando a pessoa fica rodeando? Eu pensei: "pô, esse povo vai terminar o namoro comigo". E igual quando a mulher começa a falar que você é gente boa e te quer como amigo. É a maior merda que tem. Aí eu virei e falei assim: "não, mas quem falou que isso é difícil? Não é difícil não, só estou esperando vocês aprovarem esse trem pra gente implantar". Ai falaram: "é mesmo? Então vamos uai". Aí eles aprovaram e falaram: "sábado que vem vamos começar a demarcação". Aí vocês passaram a semana toda preparando piquete, sem equipamento. No dia 30 de maio, eu cheguei aqui de manhã cedo, e eu fui abordado pela polícia que ficava estacionado ali o tempo todo. Porque eu cheguei com uma lapiseira pentel prateada e ele perguntou: "aonde você está indo com esta lapiseira?" Como se a lapiseira fosse para matar alguém. "Eu sou estudante e tal". Passei uma conversa mole pra cima do policial, porque eu sou bom de conversa mole. O policial deixou eu ir. Aí nós chegamos, reunimos lá em cima, ainda era a primeira parte daquele barraco de madeirite, que primeiro teve um cômodo, depois nós construímos um segundo cômodo. Ficamos atrás desse barraco preprando os último piquetes, e aí nos começamos a descer, uma trilha que havia no meio do terreno, que coincide mais ou menos com a avenida Dandara, e começamos a demarcar a rua 9 de Abril, quase em frente essa fazenda que tem aqui atrás. Como é que começava o trabalho? A gente identificava o curso d'água, isso eram os moradores, esse dia estava eu, Henrique Cangussu e uns 50 moradores, um monte de gente ajudando, aí a gente identificava o curso d'água, media 38 metros na lateral, que a gente marcava o eixo da rua, dava 15 metros, era o eixo da rua 9 de Abril. Na hora que a gente estava chegando aqui perto da escola, começou a encostar dois camburões ali, aí eu virei e falei pro Magela, nem sei se ele mora mais aqui, porque eu não gosto de polícia não, eu sempre acho que polícia vai dar merda, aí eu virei e falei assim: "oh Magela, vamos almoçar? Porque eu

não estou aqui hoje pra ser preso não". Na hora que a gente falou em almoçar, nos já tivemos que subir correndo pro meio dos barracos de lona, entramos pra dentro do centro comunitário, onde estava sendo feito almoço pra gente. Nesse momento, o Joviano com um monte de advogado das Brigadas foi todo mundo conversar com a polícia e nisso encostou uns 15 camburões e a polícia começou a correr atrás da gente. Todo mundo correndo pra dentro dos barracos, esconder uma trena de 100 metros que eu tinha comprado pra gente medir lote aqui. Acho que essa trena deve existir ainda hoje aí. Aí o que aconteceu depois desse processo, nós ficamos quase um mês tentando demarcar o plano, e não dava certo. Todas as vezes que começava a polícia chegava, era toda essa repressão. No dia 22 de julho [de 2009], houve uma reunião com a polícia, no barraco ali em cima e com ministério público. Nessa reunião nós colocamos a maquete ainda com os lotes coletivos, explicamos tudo pro policial, eu lembro que um coronel virou e falou pra mim se a gente tinha relatório de impacto ambiental pra poder fazer esse empreendimento. Eu pensei comigo: é policial, mas é idiota né? Como é que numa ocupação eu vou ter relatório de impacto ambiental? Eu falei com ele assim, eu tinha, eu tinha o relatório de impacto da Modelo [suposta proprietária do imóvel, autora da ação de reintegração de posse nº. 5457461-50.2009.8.13.0024, TJMG], ai eu virei e falei assim: "coronel", acho que é Teatini o nome dele...

Joviano: *Isso, ele mesmo, o que espancou a gente naquele ato no hotel da Rua Espírito Santo.*

Tiago: *Aí eu virei e falei assim: "ô coronel, eu não tenho o relatório de impacto ambiental não, mas eu posso garantir pro senhor que tudo que um relatório de impacto ambiental vai apontar está sendo respeito aqui dentro". E nisso, tinha o ministério público do meio ambiente ficou ouvindo o tempo todo. Na hora que terminou a reunião, foi eu, o promotor, e um técnico do ministério público, percorrer todo o Dandara. E aí, ele foi no decorrer da conversa, por que que virou 9 grupos? No decorrer da conversa ele ficou falando assim: "gente, vocês têm que preservar a área de recarga lá em cima". O que era a área de recarga*

lá em cima? É preservar o topo do morro. Eu pensei assim, pô esse sujeito não vai liberar. Nós passamos aquela semana, esperamos duas semanas e não tivemos retorno do ministério público, se a gente podia cair pro terreno todo ou não. Aí, olha só o que aconteceu, num sábado a noite, eu cheguei aqui mais ou menos 4 horas da tarde e não tava ninguém aqui, vocês tinham ido para um encontro de resistência das Brigadas, sei lá, quem estava aqui? Baiana, Magela, um menino que chamava Júlio, acho que seu Zé estava aqui também, tava você Fabiana, nós chegamos reunimos lá nos barracos, no meio dos barracos, arrumamos uma laterna lá, foi lanterna de celular, abrimos o plano, que a gente tinha na mão, e começamos a rabiscar, oh gente, ministério público quer que a gente preserva o topo do morro, qual que era a ideia, preservar o topo do morro e ver se eles autorizam a gente a demarcar todo o terreno.

Gilvander: *Você lembra o nome do promotor na época?*

Tiago: *Lembro não, mas eu tenho foto dele, isso tudo está registrado. Aí nós chegamos e tivemos que perder vários lotes no topo do morro que era mais ou menos aonde a ocupação tinha começado. E aí nós começamos a contar os lotes e fomos distribuindo entre os grupos. Tinham 10 grupos. A gente tinha aproximadamente 1070 unidades habitacionais, distribuídas dentro dos 240 lotes. Como a gente teve que abrir mão de boa parte do topo do morro, por causa do ministério público, nós perdemos quase duzentos lotes, caiu para mais ou menos 900 lotes. E aí na hora que caiu pra 900 lotes cada grupo tinha 100, e aí a gente teve que chegar e dizer "oh, gente nos vamos ter que ter 9 grupos". E aí mudou o esquema todo. Não sei se vocês lembram, tinha o grupo 9, mas o grupo 9 não era o grupo 9, era o grupo rosa, era o grupo azul, e aí por isso no dia da descida cada um tinha uma tirinha colorida amarrada no braço, que nós decidimos nessa reunião que foi no início de junho. No dia 12 de julho [de 2009], no dia 11 de julho nos estávamos marcando o centro, mais ou menos nesta área, decidimos que era o grupo marrom, o grupo 4 que ia ficar nesta região. E esse foi o primeiro projeto de lote coletivo. Quando o pessoal*

começou morar no lote coletivo, mais ou menos uns 10 dias depois, eles entraram em contato comigo, e aí quem entrou em contato comigo foi o Ronivon, virou e falou pra mim assim: "oh Tiago, esse negócio de lote coletivo não vai dar certo não, nos temos que ter é o lote individual, já conversei com todo mundo aqui, que esse trem vai dar é morte, queriam matar Priscila, queriam matar não sei quem que tava insistindo em fazer o lote coletivo". Falei, "não, vou dar um pulo aí pra gente conversar". Aí eu lembro que eu vim aqui, reuni com ele, no primeiro barraco, onde ficava guardado o som. Um barraco pequenininho, de doação, aí nos reunimos ali, abrimos o plano, o Ronivon abriu um desenho, que ele já tinha medido todo o terreno com outro menino que eu não lembro quem, e que dava pra colocar lote individual pra todo mundo. E aí eu saí daqui, eu lembro que eu saí daqui chateado, saí frustrado, aí eu fui embora pra casa e pensei assim: "eu não vou mexer com essa porra mais não". Aí eu lembro que o Joviano chegou assim e falou pra mim, na hora que eu estava saindo: "Oh Tiago, o comandante, é... das Farcs, não é..."

Joviano: *O subcomandante Marcos, zapatista.*

Tiago: *É. Falou uma coisa tipo assim, do relógio...*

Joviano: *Ele [subcomandante Marcos] usava dois relógios, um no pulso do braço esquerdo e um no braço direito. O relógio da mão esquerda marcava o tempo do Exército Zapatista de Libertação Nacional [EZLN] e o da mão direita, da sociedade civil mexicana. E os dois tempos, quando eles entrassem em sintonia, seria a libertação do México.*

Tiago: *Ou seja, a gente tem que ter paciência. Eu vim aqui de moto, eu fui embora pra casa, e foi bom porque durante meu tempo, até chegar em casa eu fui pensando, eu falei assim: "eu vou continuar nesse trem". E aí eu passei uma semana dos capeta. Pra poder chegar e fazer esse desenho aqui, por que isso foi assim, uma semana pra fazer esse negócio. Numa terça-feira, dia 28 de julho de 2009, eu cheguei aqui com um desenho que é isso, mais ou menos,*

que temos aqui hoje. E ai o pessoal começou a refazer toda a demarcação, mais ou menos uns 15 dias depois eu voltei aqui, todo o terreno estava demarcado. E aí teve uns negócios, na hora de distribuir os grupos, eu lembro que o Ronivon falou que eu tinha jogado ele nas pedras, eu nunca joguei ninguém nas pedras. Foi na hora da distribuição, aquele número 4 no sorteio, que eu nem sabia quem era 4, marrom, foi para as pedras. Só pra encerrrar minha fala, um dos momentos que mais me marcou aqui, eu acho que já contei isso pra Wagna, na ocasião em que houve essa diferença com o SAJ [Serviço de Assistência Judiciária da PUC], eu me alinhei com o SAJ, nunca escondi isso de ninguém. E eu ainda acho que estava certo. Acho que vários dos equívocos que estamos discutindo aqui hoje, se devem muito àquele momento.

Joviano: *Em qual sentido?*

Tiago: *É que a gente, naquele momento de não negociar, a gente acabou dando força para as individualidades que existiam aqui dentro. Foi neste sentido. A leitura que eu fazia do momento. E eu me afastei. Eu abri mão porque eu assinava uma responsabilidade técnica sobre o Dandara. Uma vez ao ano eu emitia uma responsabilidade técnica pra poder justificar qualquer problema. Eu retirei minha responsabilidade técnica e passei para um professor da Federal [UFMG], chamado Taquinho, que era vice diretor da Escola de Arquitetura, ele ia assumir. Não que ele tivesse experiência nisso, mas era uma questão política naquele momento, seria importante. E eu pensei que eu nunca mais ia me relacionar com isso aqui. Isso foi, mais ou menos, meados de agosto de 2011. E aí vocês fizeram um negócio que até hoje eu arrepio, no dia 03 de setembro, que é o dia que eu faço aniversário, eu tava na minha casa porque eu sou um cara que ninguém conhece direito minha família, porque eu sou reservado, isso é da minha... eu fui formado assim. Eu estava em casa, comemorando o aniversário com a minha família, eu recebi um telefone, do frei Gilvander, e aí vocês começaram a cantar os parabéns pra mim. Eu fiquei no fundo da minha casa, mas eu chorei igual menino, chorei igual menino. No dia seguinte, o Dandara foi indicado para a Bienal, e aí esse trem virou um inferno,*

porque na realidade eu só conseguir ficar afastado efetivamente desse lugar 15 dias. Porque depois disso, por mais que eu sei que eu não venho aqui, eu não estou aqui constantemente, esse lugar está na minha vida o tempo todo. Hoje por exemplo eu vim aqui porque o Joviano falou que era um negócio importante, porque eu não iria vir, eu vou viajar depois de amanhã para o Equador, e sabem qual que é a fala na segunda-feira lá? "Salve Dandara".

Natacha: *E é um dos maiores encontros de coletivos de luta e tal, né?*

Fabiana: *Eu te agradeço por ter jogado nós lá nas pedras, porque é o melhor lugar pra morar no Dandara. Usei as pedras pra fazer a fundação da minha casa, não tem briga...*

Tiago: *Só uma coisa. Eu acho que nós temos equívocos dentro da nossa luta política, mas eu acho que a gente tem que ter uma coisa, nós temos que ter paciência, tá? Paciência para mim, essa é a virtude do revolucionário. Eu não vou ver esse mundo diferente. Eu tenho que ter calma, mas eu tenho que perceber que este mundo vai estar numa situação um pouco mais interessante para aquele outro que vai dar continuidade. Eu não vou encerrar com minha vida essa luta política. Essa luta política vai persistir. E eu acho que mesmo que aqui nós tenhamos equívocos, que neste momento nós não temos mais o argumento dos 30% da área de preservação, eu acho que esse lugar é um lugar que ele deu certo. Por mais que vocês achem que ele não deu certo, ele deu certo. Ele deu certo inclusive ocupando os 30%, porque esse povo dos 30%, eles foram ali, com um cuidado completamente diferente do que ocorre em outros lugares semelhantes. Então eu acho que nós ganhamos. Essa questão de ser modelo para as outras ocupações é um negócio assustador. Eu por exemplo não dou crédito nenhum para mim, e tem gente que dá crédito por causa do Dandara, eu não acho que eu tenha nada fora do normal não, o que existe fora do normal foi essa oportunidade que nós tivemos de participar disso aqui. Esse encontro. E isso foi um encontro feliz, por isso que eu falo, não foi a igreja que me trouxe pra cá. Foi uma coisa completamente casual, um encontro*

casual, entre eu e o Joviano um dia ouvindo ele falar sobre a Camilo Torres, falando de uma ideia de ocupação urbana radical, e eu fui na sua palestra com o espírito seguinte: não acredito em nada que é radical. Porque eu não acredito em nada que é radical? Porque eu acredito na paciência. Daí a paciência às vezes não é radical. Você ver uma merda e ter que engolir um sapo, e continuar pensando em todos os outros ganhos que podem vir disso. Então, acho que nós ganhamos, por mais que a gente fique assim pessimista, tendo problemas, mas oh gente, graças a Deus nós somos normais e a gente erra muito, e esse lugar é um lugar onde o erro aparece, mas a beleza que esse lugar tem é muito mais forte que o erro. E eu acho que isso aí nós ganhamos. E eu ganhei vários amigos. Hoje eu não me enxergo mais sem ter vivido essa experiência. Eu sou isso aqui. Eu sou isso que acontece aqui.

Wagna: *Tiago, eu nunca tinha lhe dito não, mas quando você tirou aqueles 15 dias, foram os 15 dias mais sofridos que nós tivemos. Perdemos o nosso arquiteto, quem vai fazer a medição nossa aqui? Quem vai trabalhar com nós aqui?*

Joviano: *Deixa eu ver se faltou algo das perguntas que a gente tinha separado. Hum... A participação da Dandara no Fora Lacerda, acho que é uma coisa importante de destacar também, né? O casamento com uma luta que era maior de discussão da cidade, contra um projeto de governo. Todas as vezes que a gente fala de Fora Lacerda em outros espaços, as pessoas do Fora Lacerda falam como que foi importante a participação da Dandara nas 3 grandes marchas do Fora Lacerda. Porque é isso né? A gente tem as 5 marchas da Dandara até o centro, mas tem as outras marchas e lutas que a Dandara sempre colou: grito dos excluídos, 8 de março, o carnaval... Nós participamos dos desfiles da Escola de Samba Cidade Jardim quando ainda não havia essa conexão das ocupações com o carnaval. Nem todo mundo lembra, mas a Cidade Jardim foi despejada, a quadra foi despejada, e a Dandara colou pra defender a única quadra de Escola de samba de Belo Horizonte, e participou de 3 carnavais com a Escola. Participando não só do*

desfile, mas fazendo as fantasias e tal. Tinha outras coisas, a relação com o Estado, a questão do saneamento, escolas, postos de saúde, sempre uma dificuldade, a Rosário falou um pouco disso. A creche acabou que ninguém falou, mas a gente pode colocar como um processo que chegou, essa iniciativa de construir a creche, em um momento em que a gente já estava mais enfraquecido, de certo modo.

Marquinho: *Deixa eu dar o informe da creche rapidinho. Porque lá foi o seguinte: foi tirado pra ser feita do lado da igreja, né? Então, a Dra. Fernanda mandou um dinheiro pra mim na época, daquela doação, eu comprei os blocos, do qual foi tirado pra poder fechar todo o lote da igreja e da creche, com muro de um metro de altura de bloco e pra cima de tela, tudo pronto. Vamos colocar o portão lá agora. Então só falta agora a decisão dos arquitetos, como vai ser criada a creche, porque o espaço está lá, já cercado.*

Gilvander: *Agora só um parêntese, a gente tem que refletir também, por exemplo, Dandara já vai para 7 anos de luta e história, uma das filhas da Dandara é a ocupação Eliana Silva no Barreiro, completando agora 3 anos de história e já tem uma creche e a Copasa já está instalando a água oficial. Então você vê: a Eliana Silva, uma filha da Dandara, já passou na frente da Dandara nesses dois quesitos, construção da creche e o saneamento.*

Joviano: *Isso pode inclusive, agora, motivar o empenho da associação para garantir a regularização do saneamento. E nós, dentro do Coletivo Margarida Alves, nós já temos preparada uma petição preparada pela Carol, uma das advogadas, na época que ela ainda era estagiária do Coletivo, para exigir que os Correios entreguem correspondência dentro da comunidade. Já está pronta, só a gente pegar isso e tocar, colocar para a associação, porque a gente não queria também enquanto Coletivo propor uma ação descolado do trabalho político aqui dentro. Tem que ser uma construção da comunidade, não pode ser uma construção só das advogadas e dos advogados.*

Baiana: *Deixa eu perguntar uma coisa, porque vai sobrar espaço lá em cima, no centro comunitário que nós fizemos. Porque não fazemos a creche lá na entrada da Dandara? O principal é lá, e a igreja ficar livre ali.*

Joviano: *Baiana, vou só lembrar que nós fizemos um referendo dentro da comunidade, em assembleia, que teve votação sobre onde seria a creche e ganhou aqui embaixo, perto da igreja. Mas podemos deixar essas questões como pauta da próxima reunião da associação. Então, só pra terminar, a gente sempre lamenta essa questão da área verde. Não perder de vista que nós defendemos por 4 anos aquela área verde, a comunidade conseguiu defender sem o poder público, sem nada. Eu lembro que até de ciganos nós tivemos que proteger a área verde, quando pularam lá pra dentro e nós saímos do meio de uma reunião pra conversar com eles. Então, nós temos sim que fazer autocrítica pela perda da área verde, mas tem uma conta aí também que é do Estado, do poder público. Que é dever do público, prioritariamente, a proteção dessas áreas, e quando o poder público lava as mãos para essa situação e não faz cadastro das famílias, não regulariza logo a comunidade, esses problemas se aprofundam. Porque a comunidade não está numa bolha fora da sociedade que é capitalista, que trabalha com a mentalidade de lote individual, de propriedade, de ser esperto e fazer dinheiro. Muita gente se aproveita disso e já até perdemos companheiros valiosos por causa disso, como é o caso do companheiro Bahia, lá da Izidora, ocupação Vitória. Havia uma última pergunta quanto aos desejos de cada um aqui para a comunidade, uma ou duas palavras bem rapidinho.*

Orlando: *Deixa eu só falar um minuto aqui. Eu me lembro, pra deixar aqui bem claro, que a gente pra montar essa associação, a gente ficou discutindo isso dois anos, a gente leu 4 estatutos, um da Vila Acaba Mundo, outro do Novo Lajedo, um de Ribeirão das Neves, que enquadrasse esse sistema todo. O estatuto não é fechado, a gente pensamos muito bem como não fechar, com tantas ocupações. Se a gente fosse fazer uma associação só da comunidade a gente ia ficar fechadinho e o Estado desse tamanho. Por isso que a gente*

discutiu muito. E pra gente deixar de bem, o que ficou bastante marcado pra mim, foi quando a gente ocupou a praça 7 [de Setembro], que quando nós fomos pra rua, nós conseguimos tratar de "ficador" de rua, porque alguém fala que é morador, mas eu não falo, do povo que passa na rua, tem gente que fala morador de rua, eu falo ficante, passador de rua. E que a gente conseguiu tratar deles, que eles vinham comer e os vendedor ambulantes que nós tratamos aqueles dias, pra mim eu tenho isso na lembrança como hoje. Muitos economizou salário que não dava, ir pra lá, comia, e ali nos fizemos amizades, parceria, que eu acho que nessa comunidade nós nunca vai poder esquecer o tanto de gente boa e parceria que a gente encontrou. Isso vai levar no coração de nós. Assim nós conheceu Tiago, nós tá conhecendo ela [Natacha], Joviano e outros mais. Eu não tenho ideia pra falar quantos grupos que tem. Essas faculdades, sai eu, Felter, Wagna, e vai pra essas faculdades fazer palestra lá, isso é uma honra.

Rosário: *Eu acredito que não é por acaso que a gente retomou isso neste dia, né? Não é por acaso que nós fomos lá naquela apresentação do Joviano e sentimos que faltou Dandara e trouxemos Joviano de volta para Dandara. E eu acho que Dandara está num momento que precisa ser retomada. Não é por acaso que justamente de ontem para hoje teve uma movimentação no processo judicial, que eu liguei para a Dra. Ana Claúdia, ela está preocupada, então nós precisamos mostrar para essa juíza que vai assumir o processo que Dandara está viva, está mobilizada, está com uma pauta de reivindicações na cidade. Nós já levantamos aqui a água, o saneamento, levantamos aqui a creche, e aí eu queria convidar Joviano para retomar, a gente está num momento assim que a gente não tem a referência das Brigadas neste momento, né? Pessoal está com as outras ocupações. Eu me disponho a voltar junto. Sentar com a associação, ou com as duas, e com todo mundo que já foi, que passou pela coordenação e quem queira também vir pra discussão e marcar um momento pra ver como a gente retoma Dandara.*

Joviano: *Proposta de encaminhamento então, dentro disso que a Rosário*

colocou. Nós vamos ter o segundo encontro para trazer a transcrição dessa conversa riquíssima que nós tivemos aqui e aí, nesse segundo encontro, pra gente ter esse momento do repasse, pra gente fazer uma leitura coletiva e nesse dia a gente pode definir uma data pra reunião, das associações, junto com quem mais quiser pra pensar talvez uma assembleia geral, para dar esses informes do processo, como que tá hoje, e essas lutas: Correios, saneamento, o que mais a comunidade tiver, a questão da creche, tem que terminar isso aí, enfim, pode ser assim?

Gilvander: *Lembrar também que a Dandara é testemunha de que inclusive oração ajuda a derrubar cercas. Na festa de pentecostes de 2015, cheguei aqui e eu vi que muita gente estava chateada, porque tinha gente construindo cerca indevida fechando uma praça ali. Aí nós começamos a celebração religiosa lá no Centro Comunitário Fábio Alves e marchando em procissão, fomos rezando, cantando e animando o povo. Eu relembrando a história de Dandara no microfone. Quando olhei para trás, vi que a cerca ía sendo derrubada atrás e o povo jogando fogo, cortando o arame e libertando a praça. Mas, assim, meu desejo é o seguinte: está aqui na barriga da Fabiana mais um dandarense, que vai nascer nesta terra sagrada. Se for mulher vai ser Maria Vitória, que possa ser testemunha de um desejo que é meu e acho que é de todo mundo: que a gente possa reunir forças para fazermos uma ocupação rururbana sem propriedade individual, que a propriedade seja de todos, quando a gente conquistar o terreno, o terreno vai estar em nome de uma associação, e as famílias que forem viver ali não vão ter a propriedade. Vão ter só o direito de usufruto sobre aquela terra, quando morrer fica para os filhos, os netos e bisnetos ou para quem precisar. Pra gente continuar a fraternidade e não deixar os vírus do capitalismo - individualismo, egoísmo- tomar conta da gente.*

Rosário: *Pode ser ocupação Zumbi, né?*

Todos cantam: *Ô Dandara, ô Dandara ô, a nossa luta aqui vale mais que ouro em pó. (bis)*